

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

26 (1) jan./jul., 2024

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

26(1), jan./jul. 2024

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil
Paulo Ângelo Araújo-Adriano, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil
Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil
Bertrand Daunay, *Université de Lille*, França
Cristina Sobral, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Esperança Cardeira, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil
Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil
Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes*, França
Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal
João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil
Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, Brasil
Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil
Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil
Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil
Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal
Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil
Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal
Marina Vigário, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa*, Portugal
Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil
Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*, Brasil

Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil

Sónia Frota, *Universidade de Lisboa*, Portugal

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2024 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa, volume 26, número 1

Sumário

Apresentação

7-8

O estudo diplomático de manuscritos de e sobre mulheres na América Portuguesa: cartas, respostas e informações

Beatriz de Freitas Cardenete, Elisa Hardt Leitão Motta e Vanessa Martins do Monte

9-27

Os processos referenciais à luz da Teoria da Acessibilidade na edição crítico-genética do conto Os caminhos de Moreira Campos

Claudeirton Madeira Castelo e Luiz Eleildo Pereira Alves

29-47

A exclusão na escrita de si: o discurso jurídico em cartas de adolescentes privados de liberdade

Fernando Miranda Arraz e Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

49-67

A aparente ausência de vogais postônicas mediais na variedade de São Carlos (SP)

Tiago Pereira Rodrigues e Pablo Arantes

69-95

Produção e percepção caminham juntas? Um estudo comparado entre produção e percepção das interrogativas totais neutras no Português do Brasil

Joelma Castelo Bernardo da Silva, Flaviane Romani Fernandes-Svartman,
Denise Cristina Kluge e Ronaldo Manguiera Lima Júnior

97-115

Ocorrência de processos fonológicos na formação de blends do português brasileiro

Emerson Viana Braga e Vera Pacheco

117-132

O estatuto funcional de sintagmas preposicionais dos verbos ir e morar: adjunto ou complemento?

Lorenzo Vitral

133-147

As formas de referência ao interlocutor ao longo de dois séculos em cartas portuguesas: a estabilidade do sistema de tratamento europeu

Janaina Pedreira Fernandes de Souza e Célia Regina dos Santos Lopes

149-172

Apresentação

O volume 26, n.º 1, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa* reúne artigos sobre diferentes temáticas, tais como filologia, crítica textual, análise do discurso, fonologia, funções sintáticas e linguística histórica.

Abre-se o volume com o artigo intitulado *O estudo diplomático de manuscritos de e sobre mulheres na América Portuguesa: cartas, respostas e informações*. As autoras Beatriz de Freitas Cardenete, Elisa Hardt Leitão Motta e Vanessa Martins do Monte fazem uma análise diplomática de cartas, respostas e informações, datadas do séc. XVIII ao séc. XIX e redigidas na América Portuguesa. Nas cartas, escritas por mulheres, as respostas e as informações vêm anexadas a requerimentos movidos por mulheres. Embora os textos estudados tenham estruturas semelhantes, um exame diplomático atento leva as autoras a concluir que se trata de documentos de tipologias distintas.

Em *Os processos referenciais à luz da Teoria da Acessibilidade na edição crítico-genética do conto Os caminhos de Moreira Campos*, os autores Claudeirton Madeira Castelo e Luiz Eleildo Pereira Alves propõem uma interface teórica entre linguística textual e filologia textual. Os autores têm como objetivo investigar os processos referenciais nos manuscritos de uma edição crítico-genética de Moreira Campos e suas implicações na construção de sentido do texto.

O terceiro artigo do volume intitula-se *A exclusão na escrita de si: o discurso jurídico em cartas de adolescentes privados de liberdade*, da autoria de Fernando Miranda Arraz e Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues. Os autores têm como objetivo compreender como a exclusão se manifesta discursivamente no processo de subjetivação. Estudam-se, para esse fim, cartas de adolescentes privados de liberdade, endereçadas a familiares.

Sob o título *A aparente ausência de vogais postônicas mediais na variedade de São Carlos (SP)*, Tiago Pereira Rodrigues e Pablo Arantes apresentam um estudo em que identificam possíveis fatores favorecedores da aparente ausência de vogais postônicas mediais em palavras proparoxítonas. Verificam possíveis evidências a favor da hipótese segundo a qual casos de aparente ausência de vogais postônicas mediais com fricativa em contexto precedente a essas vogais podem ser interpretados como realizações de vogal postônica medial totalmente encoberta pelo ruído da fricativa.

No artigo intitulado *Produção e percepção caminham juntas? Um estudo comparado entre produção e percepção das interrogativas totais neutras no Português do Brasil*, Joelma Castelo Bernardo da Silva, Flaviane Romani Fernandes-Svartman, Denise Cristina Kluge e Ronaldo Manguiera Lima Júnior investigam a percepção da entoação nos tipos frásicos interrogativos totais em seis variedades do Português do Brasil. Os autores confirmam a distribuição dialetal de um *continuum* de Norte a Sul na Costa Atlântica brasileira e sugerem que os falantes das localidades de uma mesma região não identificam igualmente essas diferenças.

Segue o volume com o artigo intitulado *Ocorrência de processos fonológicos na formação de blends do português brasileiro*. Os autores Emerson Viana Braga e Vera Pacheco questionam-se sobre a possibilidade de os *blends* desencadearem processos fonológicos. O objetivo do estudo é verificar a ocorrência da haplologia nos *blends*, a fim de compreender de que maneira o fenômeno fonológico é acionado.

Em seu artigo, intitulado *O estatuto funcional de sintagmas preposicionais dos verbos ir e morar: adjunto ou complemento?*, Lorenzo Vitral retoma a discussão tradicional sobre a distinção entre as funções de adjunto e complemento, verificando qual é a análise adequada para os sintagmas preposicionais que aparecem com os verbos *ir* e *morar*. Defende-se a proposta de que esses sintagmas preposicionais são argumentos capazes de saturar um predicado e que devem ser analisados como complementos indiretos dos verbos *ir* e *morar*.

Conclui o volume o artigo intitulado *As formas de referência ao interlocutor ao longo de dois séculos em cartas portuguesas: a estabilidade do sistema de tratamento europeu*. No texto, as autoras Janaina Pedreira Fernandes de Souza e Célia Regina dos Santos Lopes apresentam uma análise sobre as formas de tratamento utilizadas como pronome-sujeito no Português Europeu, com base em cartas pessoais escritas entre os séculos XIX e XX.

Os editores

O estudo diplomático de manuscritos
de e sobre mulheres na América Portuguesa:
cartas, respostas e informações

*The diplomatic study of manuscripts
from and about women in Portuguese America:
letters, responses and informations*

Beatriz de Freitas Cardenete*
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Elisa Hardt Leitão Motta**
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Vanessa Martins do Monte***
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise diplomática de três espécies documentais: as cartas, as respostas e as informações, escritas entre meados do séc. XVIII e início do séc. XIX na América Portuguesa. As cartas são de autoria de mulheres, já as respostas e as informações foram anexadas a requerimentos movidos por mulheres. Apesar de possuírem estruturas semelhantes, o estudo diplomático que aqui apresentamos nos leva a concluir que se trata de documentos de tipologias distintas. Dialogamos com os trabalhos de Cardenete (2023), Carvalho (2020), Monte (2015), Tognoli (2014) e Tin (2005), e nos filiamos à abordagem da Diplomática Contemporânea (Duranti, 1991). Concluimos que, para de fato se fazer a crítica do documento, devemos partir dos próprios manuscritos e do escrutínio de sua estrutura textual e de sua materialidade.

Palavras-chave: Filologia. Diplomática. Cartas. Respostas. Informações.

Abstract: This article delves into a diplomatic analysis of three documentary species: letters, responses, and information, penned between the mid-18th and early 19th centuries in Portuguese America. While the letters originated from women, the responses and information were attached to petitions filed by women. Despite sharing similar structural elements, a diplomatic examination reveals that these documents belong to distinct typologies. Our study engages with the works of Cardenete (2023), Carvalho (2020), Monte (2015), Tognoli (2014), and Tin (2005), aligning with the approach of Contemporary Diplomatics (Duranti, 1991). We conclude that a thorough document critique necessitates a meticulous examination of the original manuscripts, scrutinizing both their textual structure and materiality.

* Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; beatriz.cardenete@usp.br

** Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; elisa.hardt.motta@usp.br

*** Professora Doutora, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; ymmonte@usp.br

Keywords: Philology. Diplomatic. Letters. Responses. Informations.

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma pesquisa surge de forma isolada. Todas elas são fruto de reflexões e discussões compartilhadas. Não seria diferente com o presente artigo, que nasce do diálogo entre a dissertação de mestrado *Punho de mulher: um estudo filológico sobre cartas de mulheres na América Portuguesa (1737-1821)*, defendida por Beatriz de Freitas Cardenete (2023), e a tese de doutorado *Suplicantes e suplicadas: estudo filológico de documentos peticionários em circulação na capitania de São Paulo (1788-1821)*, em desenvolvimento por Elisa Hardt Leitão Motta¹. Ambas as pesquisas inserem-se no Projeto M.A.P. - Mulheres na América Portuguesa².

Neste artigo, apresentamos um estudo diplomático de cartas de mulheres e de documentos peticionários que envolvem mulheres, redigidos na América Portuguesa entre meados do séc. XVIII e inícios do XIX. A filologia guia nossa análise dos textos mencionados e é aqui entendida conforme Castro (1997), que estabelece como seu objetivo o estudo da produção material e existência histórica do texto escrito. Toledo Neto (2018, p. 294) acrescenta às disciplinas que fornecem instrumental teórico para esse estudo a Diplomática³, por sua relevância, e explica que a Filologia

pretende estudar três níveis fundamentais do texto: a *materialidade* (características físicas de composição e registro do texto); a *forma* (roupagem gráfica, fonética e morfológica do texto); e a *substância* (níveis linguísticos referentes à sintaxe, semântica e discurso do texto).

Consideramos, portanto, a *diplomática* inserida no rol das disciplinas filológicas e elegemos a Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, como nossa abordagem preferencial. Essa nova abordagem da *diplomática* é conceituada por Tognoli (2014, p. 147-8):

entende-se como Diplomática a crítica dos documentos medievais e modernos, uma disciplina que busca, por meio da análise e identificação de elementos formais – elementos internos e externos, *actio* e *conscriptio* e pessoas envolvidas na criação do documento –, verificar a autenticidade desses documentos; já a Diplomática Arquivística é uma abordagem diferente da Diplomática, que une o método diplomático moderno aos conceitos arquivísticos para, além de verificar a autenticidade dos documentos arquivísticos, fornecer uma ferramenta metodológica para a organização do conhecimento ali veiculado, como é o caso do estudo da tipologia documental.

Tognoli (2014, p. 140) define o objeto de estudo da Diplomática como a “informação orgânica registrada em uma forma escrita determinada, produzida e/ou

¹ Este texto se origina também do curso de extensão *Filologia e diplomática: estudos de caso a partir das cartas e dos requerimentos de e sobre mulheres*, ministrado em fevereiro de 2023 pelas autoras do artigo, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² O Projeto M.A.P. (<http://map.prp.usp.br/>) reúne um conjunto de fontes documentais importantes para os estudos filológicos e para os estudos da história das mulheres no Brasil, na forma de documentos escritos por mulheres, ou que relatam seu discurso, entre 1500 e 1822, no espaço atlântico português.

³ Castro (1997) enumera as seguintes disciplinas, nesta ordem: Paleografia, Codicologia, Manuscriptologia, Bibliografia Material e Crítica Textual.

recebida por uma pessoa física ou jurídica no desenvolvimento de uma atividade específica, variável com relação ao lugar e à época, de natureza jurídica ou não”. Ao alargar os limites temporais e a natureza de seu objeto, incluem-se, por exemplo, documentos contemporâneos ao escopo da Diplomática. Quanto à natureza da informação, ela pode ser jurídica ou não, mas é obrigatoriamente escrita em uma forma determinada, o que garante, para além de outros elementos, alguma validade legal.

No caso dos documentos peticionários aqui estudados, enquadram-se perfeitamente na definição apresentada. As cartas analisadas, por sua vez, não necessitam de uma validade legal, por serem, em sua maioria, missivas enviadas em um contexto familiar. Fogem, a um primeiro olhar, ao escopo do objeto de estudo da Diplomática. Diferente seria, por exemplo, se tratássemos de cartas de natureza jurídica, como cartas-régias ou cartas de perdão (Medeiros, 2021). No entanto, o uso de fórmulas e a *imitatio*⁴ aproximam as variadas espécies documentais que orbitam o gênero epistolar aos métodos da Diplomática Contemporânea.

Interessa-nos nessa abordagem diplomática das cartas examinar sua estrutura textual, seguindo o padrão de análise diplomática proposto por Tognoli (2014, p. 142), e dele elegendo os elementos internos como nossa ênfase neste artigo. Os elementos internos são: a língua, o estilo de linguagem, o protocolo inicial, o texto e o protocolo final. Não se perde de vista o diálogo com outros trabalhos, que, também centrados em cartas, preocupam-se com sua descrição de um ponto de vista diplomático.

Discutiremos, também, o tratamento e a análise de missivas anexadas ao interior de documentos peticionários, cujas estruturas internas muitas vezes se aproximam, mas também se afastam daquelas das cartas. Muitas vezes ainda, tais documentos são elaborados por exigência de uma autoridade pública, não partindo de um desejo espontâneo de seus autores. Os documentos peticionários possuem validade legal, e são, portanto, objetos de estudo da Diplomática.

Este texto está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, a seguir, abordaremos o caso das cartas de mulheres, redigidas por iniciativa própria; na terceira, trataremos do caso das missivas anexadas ao interior de documentos peticionários e, em sua maioria, escritas a pedido de autoridades; e, na última seção, teceremos breves considerações finais e reflexões acerca da importância desses documentos como marcas de sobrevivência e resistência das mulheres na América Portuguesa.

2 O CASO DAS CARTAS: COMO ESTUDAR DIPLOMATICAMENTE DOCUMENTOS NÃO- DIPLOMÁTICOS?

Uma definição de carta bastante frequente em pesquisas nacionais dos campos filológico e epistolográfico é aquela dada por Bellotto (2002, p. 266, grifo nosso): “[...] documento *não-diplomático*, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso.” Mesmo a carta, considerada aqui de modo genérico, não sendo um documento diplomático, é justamente o fato de possuir esse desenho mais ou menos padronizado a que refere Bellotto (2002) que a aproxima de um viés de estudo diplomático. No entanto, tal aproximação se torna

⁴ A *imitatio* era uma das formas centrais de aprendizagem da escrita de cartas. Os tratados teóricos medievais que expunham a *ars dictaminis* passam a ser acompanhados, a partir do século XII, do chamado *dictaminum*, coleção de cartas-modelo extraídas de bons autores a serem imitadas. Cf. Ramos (2017).

ainda mais evidente ao investigarmos a relação entre a retórica, a escrita de cartas e as chancelarias medievais.

Segundo Ramos (2017, p. 34), ao abordar a abundância de tratados teóricos sobre a arte epistolar (*ars dictaminis*) na Idade Média,

[n]ão prescindindo das influências epistolares clássicas, os autores medievais acharam que a carta não era uma mera expressão livre de um indivíduo, mas devia estar submetida a regras rígidas. Por isso, a carta medieval é outro formato e assaz diferente e distante do que se concebia e concebe hoje como carta. Ficou, por isso, sob a influência da imponente retórica, especialmente a ciceroniana, e foi transformada em peça oratória, ainda que de menor entidade, passando a reger-se pelos mesmos princípios que o discurso. Imitando a estrutura da *oratio* clássica, a maioria dos tratados do *dictamen* preferiram a divisão em cinco partes, popularizada pelos dictatores de Bolonha: *salutatio*, *beneuolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*.

Essa rigidez na arte de escrever cartas incluía o *cursus*, um sistema de prosa rítmica, baseado inicialmente na métrica latina, que previa um “acento de intensidade (palavras paroxítonas e proparoxítonas) nas últimas palavras de uma frase” (Ramos, 2017, p. 39). Nas chancelarias portuguesas, apesar de haver arranjo frásico para incluir o *cursus*, a preocupação central do escriba era a organização da carta em três partes, ao invés das cinco preconizadas pelos dictatores de Bolonha: protocolo, texto e escatocolo (Ramos, 2017).

A rigidez na composição epistolar foi se dissolvendo na época moderna, mas manteve-se uma padronização e um conjunto de fórmulas a serem seguidas e imitadas. O livro *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes e vícios do novo secretario*, da autoria de Francisco José Freire (o Cândido Lusitano), cuja primeira edição data de 1745, era uma das obras de maior circulação na América Portuguesa, ficando apenas atrás da *Prosodia in vocabularium trilingue, latinum, lusitanum et castellanum digesta*, de Bento Pereira, de acordo com extensa investigação das livrarias coloniais realizada por Araújo (2019, p. 444) a partir de inventários de bens. Há pelo menos doze reedições conhecidas d’*O Secretario* — 1746 (2 reedições), 1759, 1782, 1786, 1787 (2 reedições), 1797, 1801, 1815, 1823 e 1849 —, segundo levantamento realizado por nós. *O Secretario...* traz, como seu extenso título indica, modelos de cartas e um amplo rol de fórmulas para o protocolo e para o escatocolo, guardando uma evidente relação com os tratados medievais sobre a *ars dictaminis*. Mesmo que a composição epistolar fosse menos rígida, a imitação de fórmulas e modelos continuava a indicar uma proficiência na escrita epistolar.

As cartas produzidas no âmbito das chancelarias registram atos notariais e são classificadas em dois grupos: documentos de prova ou documentos dispositivos. No primeiro caso, o documento atesta um fato jurídico, que já era válido antes da produção do documento; no segundo caso, “o próprio documento dá cumprimento e validade à ação, permanecendo depois como testemunho autêntico da mesma” (Paoli apud Tognoli, 2014, p. 65). A esse segundo tipo dá-se também o nome de *chartae*.

Essa inequívoca aproximação, que transcende a coincidência de nomenclatura, desvela como a gênese dos documentos indiscutivelmente diplomáticos, ou seja, aqueles notariais, está ligada ao gênero epistolar. Dessa relação genética decorre tanto

a semelhança nos modos de composição de cartas e de documentos notariais, quanto a validade de estudá-las desde um ponto de vista diplomático.

O estudo diplomático de cartas escritas por mulheres foi um dos objetivos centrais da dissertação de mestrado desenvolvida por Cardenete (2023)⁵. A pesquisa teve como objetivo reunir, editar e estudar um conjunto de 37 cartas escritas por mulheres na América Portuguesa, em sua maioria na Capitania de Minas Gerais e endereçadas a homens, com quem as remetentes possuíam relação familiar ou de compadrio. As cartas foram escritas entre os anos de 1737 a 1821 e encontram-se salvaguardadas em três arquivos: no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto de Estudos Brasileiros.

Cardenete (2023) investigou quem foram as remetentes, qual sua habilidade de escrita e como construíram as cartas; para isso, usaram-se métodos da codicologia, da paleografia e da diplomática, a qual nos interessa especialmente neste artigo. Como base para a análise diplomática, partimos do trabalho de Monte (2015), que as divide em três grandes partes, expostas no quadro a seguir:

Quadro 1 - A estrutura interna das cartas.

1. Seção de contato inicial (ou protocolo inicial) 1.1 Direção 1.2 Saudações iniciais	2. Núcleo	3. Seção de despedida (ou protocolo final) 3.1 Desejo de bons votos ao destinatário (ou <i>valedictio</i>) 3.2 Fecho complementar 3.3 Assinatura (ou <i>subscriptio</i>) 3.4 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.5 <i>Post-scriptum</i>
--	------------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Monte (2015, p. 74).

A estrutura tripartida de cartas é bastante conhecida, e aplicada amplamente na Diplomática. A divisão de um documento em texto e protocolo deve-se a Sickel (1867, p. 107 apud Tognoli, 2014, p. 69): “Eu chamo texto a parte central do documento e formulário ou protocolo o conjunto de fórmulas iniciais e finais. Texto e protocolos são, portanto, os caracteres intrínsecos dos documentos”. Os protocolos inicial e final (este também chamado de escatocolo) são a “moldura do documento” (Tognoli, 2014, p. 69) e contêm os elementos de validade legal. Nas cartas que não têm natureza jurídica, como as cartas de cunho pessoal que aqui estudamos, os elementos que compõem cada uma das partes podem ser variáveis. Pretendemos nos ater à descrição dessas estruturas, bem como tratar de alguns desafios encontrados durante o processo analítico e as soluções propostas. Para isso, vamos dar foco aos elementos do quadro 1 acima, com exceção da *datatio* e do *post-scriptum*.

A *direção* compõe o protocolo inicial e compreende a indicação do destinatário do documento, e eventualmente de sua titulação⁶. Quando analisamos as cartas,

⁵ O corpus com as edições filológicas virtuais anotadas diplomaticamente encontra-se disponível em <http://map.prp.usp.br/Corpus/Punhodemulher/Index.html>. O mestrado foi financiado com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP n.º 2019/27719-1), à qual agradecemos pelo apoio.

⁶ Conforme Tognoli (2014, p. 73): “Ressalta-se que a denominação de titulação (*intitulatio*) aparece pela primeira vez na crítica de Paoli, que, diferentemente de Sickel, compreende nessa parte não apenas os nomes e títulos do autor, mas também a *inscriptio* – o nome e título do destinatário e uma fórmula de saudação –, no protocolo inicial.”.

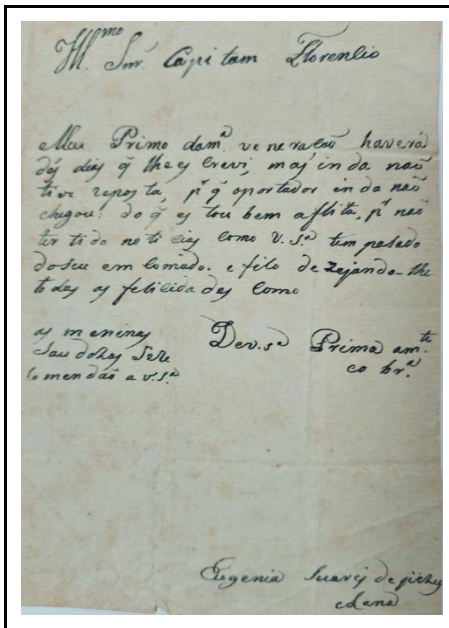
percebemos que, tal qual descrito por Monte (2015), geralmente a direção é constituída pelo nome do destinatário, antecedido pelo cargo e por palavras de tratamento, como em “Illustrissimo Senhor Capitam Florenção” (Lana)⁷. Encontramos, também, casos em que não há as três informações, como por exemplo em: “Illustrissimo Senhor Cavalheiro” (Lana), no qual há somente formas de tratamento e cargo; “Senhor Miguel da Crús Vieira” (Xavier,), onde consta a forma de tratamento e o nome; “Illustrissimo Senhor” (Henriques), apenas com a forma de tratamento; e “Antonio” (Almeida), no qual há somente o nome, sem nenhum predicado.

Há, porém, um caso que chama a atenção por não se aproximar de tal padrão. Ana Teresa Salter de Mendonça inicia cinco de suas cartas com “Meu Irmão e Amante do Coração” (Mendonça) e uma com “Meu querido Irmão e Senhor do Coração” (Mendonça). O que observamos em tais documentos é uma combinação de relação de parentesco (“irmão”), formas de tratamento (“senhor”) e palavras de cortesia e afeto (“querido”, “amante” e “do coração”). Ainda assim, o trecho nomeia a quem a carta se dirige e, por isso, é uma direção. O que percebemos é que, ainda que sejam mais frequentes no corpus as cartas com tal parte composta por formas de tratamento, cargo e nome, a direção apresenta fórmulas variáveis.

Ainda na seção de contato inicial, encontramos as *saudações iniciais*. De acordo com Monte (2015, p. 273), elas podem “[...] incluir a captação da benevolência e/ou a referência à carta anterior, tanto recebida pelo remetente do destinatário, quanto enviada pelo remetente em ocasião anterior e não respondida pelo destinatário.” Embora haja alguns trechos de cartas que são inequivocamente saudações iniciais — como em “Muito estimei ter noticias de Vossa Senhoria que lograra Saude que he o meu | gosto; Ja lhe tenho esCrito para a Villa do Príncipe parecido me | que la ja estaria” (Silveira) —, deparamo-nos com documentos que levantam dúvidas. Exemplo disso é a carta de Eugênia Soares de Jesus e Lana, transcrita a seguir:

⁷ Quando citadas as fontes primárias, optamos por referenciá-las usando o último nome ou sobrenome da autora. Para a referência completa, incluindo a cota e o nome do arquivo de guarda, consultar “Fontes manuscritas” na última parte deste artigo. Vale ressaltar, ainda, que, ao transcrevermos os trechos citados, seguimos as normas de edição semidiplomática de Toledo Neto (2020).

Quadro 2 - Transcrição da carta de Eugênia Soares de Jesus e Lana (I-10,30,001 n.005).

	Illustrissimo Senhor Capitam Florencio Meu Primo da <i>minha</i> veneração haverá dés dias <i>que</i> lhe escrevi, mas inda não tive reposta, porque o portador inda não chegou: do <i>que</i> estou bem aflita, por não ter tido noticias como <i>Vossa</i> Senhoria tem pasado do seu emcomodo. e fico dezejando-lhe todas as felicidades como as meninas Saudozas Se re Comendaõ a <i>Vossa Senhoria</i> De <i>Vossa Senhoria</i> Prima amante e obrigada Eugenia Soares de Jesus e Lana
---	--

Fonte: Cardenete (2023, p. 288-289).

Poderia se afirmar que o trecho destacado são as saudações iniciais da missiva, já que capta a benevolência do destinatário e o indaga pela falta de recebimento de notícias. Se o considerarmos assim, porém, surge um segundo problema: a ausência de *núcleo* da missiva, que é definido como a parte que “[t]raz o assunto propriamente dito, apresenta constituição variável, sendo essa inclusive uma das principais razões para a espécie documental ser classificada como não-diplomática” (Monte, 2015, p. 275). Dessa forma, o núcleo é o motivo que levou a mulher a escrever, o teor da carta, e por isso justifica a própria existência textual. Por essa razão, optamos por dar a ele uma prioridade hierárquica em relação às outras partes das cartas. Em outras palavras: classificamos esse e outros casos similares como cartas portadoras de um núcleo, entretanto sem trecho de saudações iniciais.

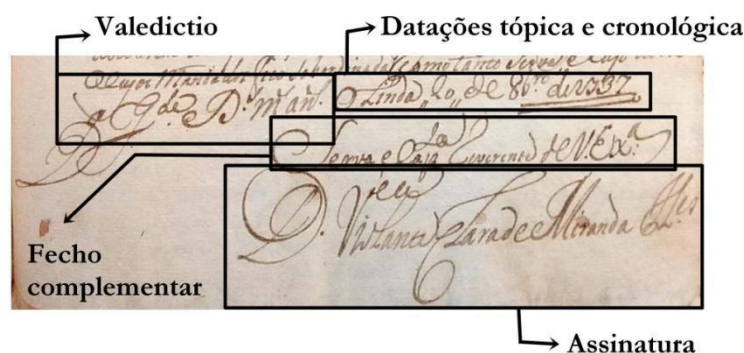
A seção de despedida, ou protocolo final, é a parte que segue o núcleo da carta. Essa, por sua vez, geralmente é iniciada pela *valedictio*, que é “[...] constituída pelo desejo de felicidades [...] ou de bons votos ao destinatário” (Monte, 2015, p. 275). Como levantado nos documentos do corpus, é comum que nesse desejo sejam incluídos pedidos de intercessão divina, como constante, por exemplo, em: “Guarde Deus a vossa Excelencia muitos anos” (Henriques); “e aqui fico dezejando a Vossa Senhoria mui- | tas felicidades a quem Deos Guarde por muitos | annos” (Justina); e “A pesoa de vossa merce | Guarde Deus Muitos annos” (Xavier). O pedido de intercessão, porém, parece não ser obrigatório, uma vez que não está expresso em todas as missivas. Vemos isso em ocorrências como: “e fiCo dezejando-lhe | todas as feliCidades” (Lana); e “Estimarei Vossa Senhoria logre boa saude e fe | lidades, e que n[*] della mandar me | como for seruido” (Lopes).

A *valedictio* era de uso generalizado nas cartas da administração pública do século XVIII e considerada uma das garantias de que a missiva enviada teria resposta (Monte, 2015). Entretanto, das 37 cartas aqui examinadas, somente 14 delas possuem desejos de bons votos ao destinatário na seção final. Nas demais cartas, encontram-se formas de despedida que demonstram que as remetentes estão à disposição do

destinatário e mandam recomendações da família. Vemos essa forma de encerramento do texto em casos como: “Espero as suas noticias em villa | nova e fico às ordens de vossa senhoria como sua” (Mendonça); “Aceite saudades de Antonio, e Prima Joana, e de todos | os mais de caza, e eu particularmente sou” (Teixeira); e “Eu me rêComendo Com Milhares | de Saudades e de me Sempre me de notisias Suas de donde | andar Sou” (Silveira). Pensando em tal particularidade, Cardenete (2023) propôs uma nova categoria de análise que buscasse dar conta dos casos descritos, a qual nomeou como *outras formas de despedida cordial*.

A parte que segue a *valedictio*, ou as outras formas de despedida cordial, é o *fecho complementar*. Definido por Justo Lísio (apud Tin, 2005, p. 137) como “[...] uma demonstração de respeito e lealdade”, o fecho complementar normalmente se dá a partir da autocaracterização da remetente por meio de adjetivos ou construções com advérbios. Além disso, é comum que o trecho seja iniciado com a fórmula *de + forma de tratamento*, como em: “De Vossa Senhoria Prima muito | afetuosa e obrigadissima” (Lana); “De Vossa Senhoria | A mais amante fiel e obrigada” (Teixeira); e “De vossa merce | Criada e OBrigada” (Jesus). Violante Clara de Miranda Henriques é a única remetente do corpus a finalizar sua missiva com tal fórmula disposta ao fim do fecho complementar: em uma delas escreve “Serve, e Captiva reverente de Vossa Excelencia”; e na outra “Serve e Captiva humilde de Vossa Excelencia” (Henriques). É importante ressaltar, entretanto, que tal fórmula parece ser de uso opcional e não está presente em todas as missivas, como pode ser observado em: “Sua Prima muito obrigada” (Freire); “Irmã obrigadissima e amante” (Mendonça); e “Senhora a mais obrigada” (Conceição).

Também é corrente no corpus que o fecho complementar venha graficamente deslocado à direita do resto do texto, acompanhado da assinatura e, geralmente, com um espaçamento maior do que o deixado entre os outros parágrafos. Tal característica está ilustrada na figura 1 a seguir.



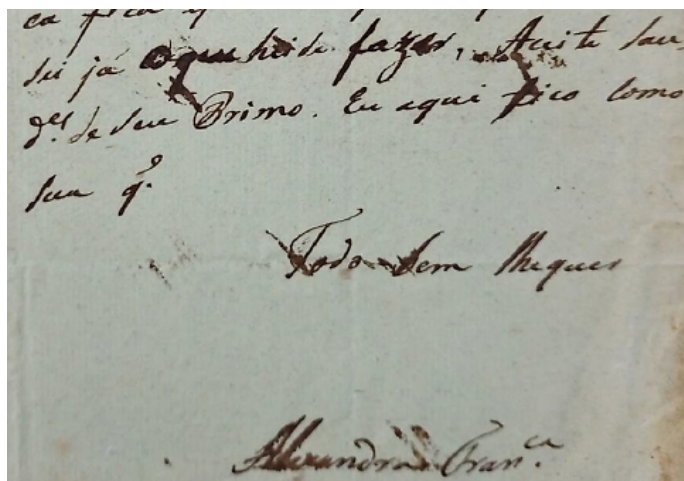
Fonte: Adaptado de Cardenete (2023, p. 342).

Figura 1 - Seção de despedida da carta de Violante Clara de Miranda Henriques.

Quando analisamos uma das cartas de Alexandra Francisca Freire, a construção gráfica e linguística do protocolo final demanda atenção. Como mostra a figura 2, a seguir, o protocolo final possui a empaginação⁸ bastante similar às outras cartas,

⁸ Entendemos empaginação em consonância com Marquilhas (2000, p. 240), ou seja, como a “[...] proporção entre as margens” do fólio escrito. Em outras palavras, é a disposição gráfica da mancha escrita. As cartas, geralmente, iniciam-se com a direção centralizada ou alinhada à margem direita, seguida pelo branco gráfico; após, há o núcleo da missiva e a *valedictio* ou a despedida cordial, justificados e seguidos por outro branco gráfico; ao fim, há o fecho complementar e a assinatura, alinhados à

inclusive no que se refere à posição do, suposto, fecho complementar: no último parágrafo do núcleo da carta há as frases “Aceite sa- | dades de seu Primo. Eu aqui fico como | sua que” e, na linha de baixo à direita, há a frase “Todo bem lhe quer.”



Fonte: Cardenete (2023, p. 244).

Figura 2 - Seção de despedida da carta de Alexandra Francisca Freire.

Como já explicitado, o fecho complementar é uma manifestação de lealdade e de cortesia com seu correspondente, que se dá a partir da autocaracterização da mulher por meio de adjetivos e/ou de construções com advérbios. O trecho alinhado à margem direita da carta acima não segue essa estrutura; em compensação, se coloca à disposição do destinatário e diz que seu primo sente saudades. Tal construção, como visto, é característica dos outros tipos de despedida cordial. Por essa razão, optamos por classificá-la como despedida, independentemente de sua organização gráfica, por se utilizar de formas linguísticas específicas dessa estrutura epistolar. Consequentemente, essa carta se caracteriza como o único manuscrito do corpus que não apresenta fecho complementar.

Por fim, o que observamos em relação à *assinatura*, que é a parte imediatamente seguinte ao fecho complementar, é uma variação entre o uso de nomes e sobrenomes das mulheres. Nota-se também que somente em 13,5% das cartas há formas de tratamento elocutivas⁹, isto é, usadas pelas autoras para aludir a si mesmas. Tais formas foram utilizadas por quatro remetentes que optaram pelo uso de “Dona”, sendo elas: Ana Vicência Rodrigues de Almeida, Francisca Maria Antonia Xavier, Maria Inácia de Lorena Silveira e Violante Clara de Miranda Henriques.

Em um contexto em que poucas foram as mulheres do corpus que tiveram suas existências registradas pela historiografia e que escassas são as informações externas que podemos encontrar sobre tais mulheres, o uso dessa forma de tratamento tem bastante a nos revelar. De acordo com Campos (2008, p. 40-41), o “Dona”:

[...] no mundo luso, de modo geral, significava uma forma de tratamento que diferenciava as mulheres nobres das plebéias, decorrente de um

margem direita; quando há datações tópica e cronológica, elas costumam estar alinhadas ao fecho complementar e próximas à margem esquerda.

⁹ As noções de formas de tratamento alocutivas, elocutivas e delocutivas foram discutidas, entre outros, por Carreira (1997) e retomadas por Rodrigues (2003).

parentesco masculino, de pais, avós ou casamento. [...] [N]os centros urbanos, do lado “de cá” do Atlântico, a expressão era reservada àquelas consideradas brancas e ricas; no litoral africano, especialmente na região de Angola dos séculos XVII a XIX, as “Donas”, quase sempre mestiças ou negras, eram assim tratadas por concentrarem poder e exercerem papéis de comando, tanto no mundo dos negócios como na direção da família.

Assim, a autocaracterização enquanto “Dona”, redigida nas assinaturas das cartas, confirma que essas mulheres tiveram privilégios na sociedade colonial. Há, entretanto, mulheres que eram pertencentes a classes econômicas mais altas e não usaram essa forma de tratamento, como, por exemplo, Hipólita Jacinta Teixeira, que foi proprietária de terras na região de Minas Gerais e descendente de portugueses. Assim, o uso de “Dona” confirma que as mulheres que o utilizaram eram ricas e pertenciam à elite econômica, mas a hipótese contrária pode não ser verdadeira. Em outras palavras, a escolha por grafar somente o próprio nome não quer dizer, necessariamente, que a remetente fosse alguém do povo, sem posses.

Antes de passarmos às missivas anexadas a requerimentos, vale ressaltar, ainda, que a escrita de cartas é sempre uma forma dupla de sobrevivência das mulheres que as escreveram: por um lado, sincrônica, já que permite que as mulheres ajam sobre o mundo em que viveram e se insiram em redes de sociabilidade; por outro, diacrônica, uma vez que é por meio delas que as falas e as existências das remetentes se fazem presentes. Afinal, raras eram as mulheres que dominavam o privilégio da escrita na sociedade colonial, e mais raras ainda são as autoras de manuscritos que resistiram ao tempo e que puderam ter sua voz escutada nos dias atuais.

3 O CASO DAS MISSIVAS ANEXADAS A REQUERIMENTOS: INFORMAÇÕES, RESPOSTAS, CARTAS?

Antes mesmo de nos empenharmos na decodificação das partes de uma documentação manuscrita, é preciso descobrir como nomeá-la. Uma pesquisa que se propõe a analisar diplomaticamente missivas anexadas ao interior de documentos peticionários endereçados às instâncias administrativas da colônia pode se deparar com o obstáculo de compreender a qual tipo documental pertence tal correspondência em circulação na administração e qual a importância, em tal compreensão, do fato de sua gênese ser motivada por exigências explicitadas em despachos. A pesquisa de doutorado desenvolvida por uma das autoras desse texto procura, justamente, refletir sobre essa questão, a respeito da qual tecemos aqui algumas considerações: como tratar e analisar, segundo o viés da diplomática, missivas resultantes diretamente de ordens prévias expressas em despachos sobre requerimentos e petições?

Nas pastas de documentos avulsos do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, composto por manuscritos produzidos e recebidos “pelos 15 capitães-generais que governaram São Paulo e pela junta provisória de governo, entre 1721 e 1823” (Martins, 2018, p. 57), foram encontrados requerimentos e petições movidos *por* ou *sobre* mulheres comuns e endereçados às autoridades responsáveis pelo recebimento dos apelos populacionais. No interior de alguns desses documentos peticionários, escritos em bifólios de papel dobrados ao meio, constam, anexados de forma solta, manuscritos de diversas tipologias. O todo, formado pelo bifólio e seus anexos, é chamado, aqui, de *conjunto*

documental. Assim, cerca de 30 conjuntos documentais foram selecionados para uma pesquisa de doutorado¹⁰ em Filologia atualmente em desenvolvimento. Composto esses conjuntos, foram identificados 47 documentos peticionários, 29 documentos epistolares, 1 mescla entre ambos e 18 manuscritos pertencentes a outras tipologias.

Nesta seção, nos ocupamos apenas das 29 missivas selecionadas e dos obstáculos encontrados ao longo de uma análise diplomática baseada em uma literatura (Bellotto, 2002) que, até o momento, não parece dar conta de sua nomeação e descrição. Visando refletir sobre os obstáculos de nomear e descrever as missivas anexadas, apresentamos, a seguir, algumas das diferentes estruturas identificadas.

É importante ressaltar que, dentre as missivas selecionadas, 24 aparentam ter sido explicitamente exigidas por autoridades da capitania por meio de ordens expressas em despachos inseridos no recto dos fólios de requerimentos e petições. Dentre essas 24 missivas exigidas, 17 foram escritas por autoridades subalternas às que expediram os despachos e não envolvidas nos acontecimentos narrados pelos suplicantes dos documentos peticionários. A principal função desses manuscritos parece ter sido informar os destinatários a respeito da veracidade das acusações e/ou da qualidade da conduta dos envolvidos, fazendo com que, assim, eventuais pareceres pudessem ser emitidos. Outras 7 missivas, dentre as 24 mencionadas, foram escritas ou ditadas por suplicados que, por meio desses documentos, respondiam a acusações feitas por suplicantes de requerimentos e petições. Além dessas 24 missivas, um restante de 5 documentos parece não ter tido sua elaboração explicitamente exigida, embora tenha alguma relação com o conteúdo dos documentos peticionários e com seu contexto de circulação. Assim, optamos, por ora, por uma divisão entre três tipos de correspondência com base na motivação de sua elaboração, exposta no quadro a seguir:

Quadro 3 - Distribuição de tipos de missivas.

Informações Missivas exigidas por meio de despacho. Escritas por autoridades subalternas aos governadores da capitania com o objetivo de informar pareceres sobre requerimentos e petições.	17
Respostas Missivas exigidas por meio de despacho. Escritas ou ditadas por suplicados acusados de algo em requerimentos e petições com o objetivo de se defender das acusações.	7
Cartas Missivas não exigidas por meio de despacho. Podem ou não ter relação indireta com o conteúdo e com os envolvidos nos acontecimentos narrados em requerimentos e petições.	5

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As *informações* apresentam, em sua grande maioria, uma estrutura composta por três grandes partes: *protocolo inicial*, *texto* e *protocolo final*. O *protocolo inicial*, seção de contato com o leitor, é composto apenas pelo elemento da *direção* que, em todos os 17 casos, não é nomeada e consiste nas abreviaturas de “ilustríssimo e excelentíssimo senhor”. Já o *texto* das informações, diferente do *núcleo* das *cartas*, apresenta três elementos em seu interior: uma *referência* ao despacho ou à ordem prévia que exigiu sua

¹⁰ A tese em desenvolvimento aqui mencionada propõe a edição filológica desses conjuntos e visa o estudo do contexto sócio-histórico das suplicantes de documentos peticionários, além da análise da forma pela qual eram construídos esses manuscritos pelos terceiros que os escreveram.

elaboração por meio de fórmulas como “em observância do respeitável despacho de Vossa Excelência”; uma *exposição*, sem fórmulas, sobre os fatos narrados nos documentos peticionários junto, ou não, de opiniões pessoais sobre as condutas dos envolvidos; e uma *transição* que encerra o *texto* de alguns dos documentos com fórmulas como “é o que posso informar” e “mandará o que for servido”. O *protocolo final* está presente em 16 documentos¹¹ e é composto pelos elementos de *datações* e *assinatura* em sua maioria, além de, em alguns casos, apresentar também *valedictio*, *fecho complementar* e *nomeação do destinatário*.

Quadro 4 - A estrutura interna das informações, respostas e cartas anexadas a documentos peticionários.

Informações	Respostas	Cartas
1. Protocolo inicial 1.1 Direção não-nomeada 2. Texto 2.1 Referência a despachos e ordens 2.2 Exposição sobre fatos e/ou opiniões sobre condutas 2.3 Transição 3. Protocolo final 3.1 Desejo de bons votos ao destinatário (ou <i>valedictio</i>) 3.2 Fecho complementar 3.3 Nomeação do destinatário 3.4 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.5 Assinatura (ou <i>scriptio</i>)	1. Protocolo inicial 1.1 Direção não-nomeada 2. Texto 2.1 Referência a despachos e ordens 2.2 Resposta às acusações 2.3 Transição 3. Protocolo final 3.1 Fecho complementar 3.2 “A rogo de...” 3.3 Nomeação do destinatário 3.4 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.5 Assinatura (ou <i>scriptio</i>)	1. Protocolo inicial 1.1 Direção não-nomeada ou nomeada 1.2 Saudações iniciais 2. Núcleo 3. Protocolo final 3.1 Desejo de bons votos ao destinatário (ou <i>valedictio</i>) 3.2 Fecho complementar 3.3 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.4 Assinatura (ou <i>scriptio</i>) 3.5. <i>Post Scriptum</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apesar da estrutura interior observada nas *informações* se assemelhar muito ao que Bellotto (2002, p. 52-70) apresenta como característica das *cartas* da administração colonial, sua função de informar eventuais pareceres a pedido de autoridades superiores as aproximam das *informações de serviço*:

CARTA - documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso. [...] 3. Na administração colonial: **correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao Rei**, diferindo do requerimento ou petição pela natureza do teor documental, já que estes últimos destinam-se a solicitar mercês, privilégios ou direitos de existência consolidada, desde que preenchidos os requisitos necessários. **Questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor** ao Rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter peditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta. [...] **Protocolo inicial: Direção** - Senhor, seguido da titulação do signatário. **Texto: conteúdo, que nos**

¹¹ O único documento que não traz a assinatura e, inclusive, protocolo final algum, é um documento fisicamente incompleto, com fôlios faltantes.

casos mais freqüentes é de teor administrativo. Protocolo final: datas tópica e cronológica e assinatura do autor. [...]

INFORMAÇÃO DE SERVIÇO - documento diplomático opinativo, ascendente. **Esclarecimento passado por autoridade subalterna à autoridade superior a seu pedido e necessário para a elaboração de um parecer** (com o qual costuma ser confundida) **ou despacho**. Em geral, a informação é o **resultado do cotejo de vários informes**.

No entanto, a ausência de uma descrição detalhada da estrutura das *informações de serviço* e a raridade de trabalhos que se dedicam a esse tipo específico de documentação dificultam a classificação de tais missivas como representantes dessa espécie documental. De todo modo, são considerados documentos diplomáticos, conforme as definições de Tognoli (2014) apresentadas na introdução. São missivas enviadas aos governadores e juizes da capitania, que as exigiam para melhor instruir suas decisões. Essa “informação orgânica”, para usar os termos de Tognoli (2014, p. 140), é registrada em uma forma escrita determinada e demandada por uma pessoa jurídica. Desse modo, são objetos de estudo da *diplomática*. Por ora, optamos por nomear essas 17 missivas como *informações* devido à semelhança de sua função com a de *informações de serviço* e, ainda, com base nos termos “informe” e “informação” utilizados em 11 dos 15 despachos que exigiram a elaboração das missivas: “O Commandante de São Roque oiça a supplicada, e **informe**. [...]” (Autor Desconhecido); “Recomendo ao Juis Ordinario que cumpra o Mandado | junto do Menistro competente, e ao Sargento mor | Commandante que remetta o supplicado á minha prezen-|ça com **informaçãõ** deste Requerimento. [...]” (Autor Desconhecido). No entanto, é importante ressaltar que, nos outros 4 despachos, há o uso de termos e expressões como “responda” e “carta fechada”, além de “informe”, em referência a essas missivas: “**Responda** o capitão mor que remetteo o suplicado. [...]” (Autor Desconhecido); “**Informe** o sargento mor da vila de Bragança se a amizade a que | a suplicante alega de sua filha cauza escandalo, e qual o | credito da suplicada filha o que tudo fará em **carta fexada**. [...]” (Autor Desconhecido).

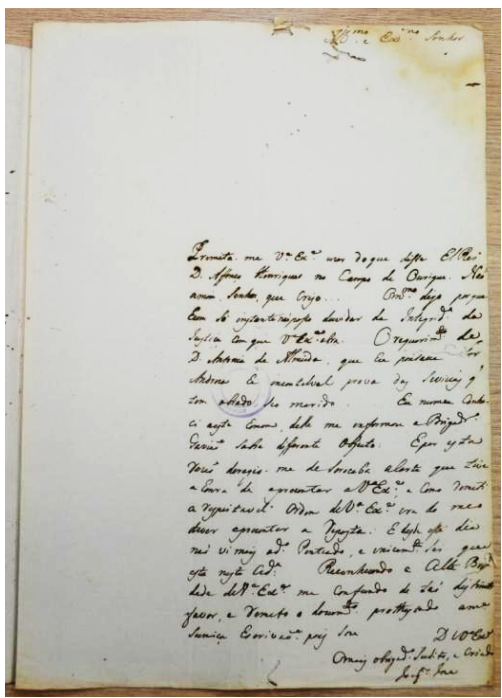
Além das *informações*, foi identificado um outro tipo de missivas que chamamos aqui de *respostas*. Apresentam uma estrutura composta por *protocolo inicial*, *texto* e *protocolo final*. O *protocolo inicial* também apresenta uma *direção* não nomeada que consiste em abreviaturas de “ilustríssimo e excelentíssimo senhor”. O *texto* costuma ser iniciado por *referências* às ordens que exigiram sua elaboração; em seguida, apresenta a *resposta* do suplicado em defesa às acusações; e é encerrado por uma *transição* que pode conter alguma variação de fórmulas como “é o que posso informar” e “mandará o que for servido”, ou então de ambas, uma seguida da outra. Por fim, o *protocolo final* é composto por *datações* e *assinaturas* e, em alguns casos, traz também elementos como *fecho complementar*, e a fórmula “a rogo de...” seguida do nome do suplicante e a *nomeação do destinatário*. A principal diferença entre a estrutura das *informações* e das *respostas* está, então, nos elementos que compõem seu *texto* e seu *protocolo final*. Assim como as *informações*, a estrutura interna das *respostas* se assemelha às *cartas* da administração colonial abordadas por Bellotto (2002, p. 52) com a mesma diferença, no entanto, quanto à motivação de sua gênese e ao fato de terem sido endereçadas dos súditos aos governadores da capitania, e não ao Rei. Diferentemente das *informações*, cuja função as aproxima das *informações de serviço*, o segundo tipo de missivas estudadas, as *respostas*, não se assemelha, a nosso ver, a outra tipologia abordada pela autora. Com base, ainda, nas diferenças em sua estrutura, principalmente, na parte do *texto*, optamos por não as tratar pelo mesmo nome, escolhendo, por ora, chamá-las de *respostas* com base nos

termos “responda” e “resposta” utilizados em 4 dos 7 despachos que exigiram as suas elaborações, todos de autores desconhecidos: “**Responda** o Supplicado. [...]”; “O Senhor Brigadeiro Ajudante d’Ordens de Semana | haja, e me apresente a **resposta** da Supplicada. [...]” . É importante, porém, ressaltar que em outros 3 despachos, também de autores não nomeados, há o uso de termos e expressões como “declare” e “informe” em referência a essas missivas: “**Declare** o Commandante por que razão foi prezo o Supplicado. [...]” ; **Informe** o Capitam Comandante de São Miguel das Arêas e Lorena. [...]”.

O último tipo de missivas inseridas no interior dos bifólios de documentos peticionários, são o que optamos por chamar de *cartas*. Isso se dá, pois, em contraste com as *informações* e *respostas*, apresentam uma estrutura composta por diferentes elementos em seu *protocolo inicial*, *núcleo* e *protocolo final*. No *protocolo inicial*, observa-se não só uma *direção* que pode ser nomeada ou não, como também *saudações iniciais* com fórmulas de captação de benevolência do leitor. O *núcleo*, que aqui substitui o *texto*, apresenta, assim como já mencionado, “constituição variável” (Monte, 2015, p. 275), e não possui, nos 5 casos estudados, elementos ou fórmulas. O *protocolo final* é o que menos difere daqueles encontrados nas *informações* e *respostas*: é composto, em todos os casos, por *fecho complementar* e *assinaturas*, e, em alguns casos, também traz *valedictio*, *datações* e *post scriptum*. Vê-se, aqui, que uma minoria das cartas traz *datações*, enquanto nas *informações* e *respostas*, o contrário pôde ser observado. Observa-se que a estrutura dessas missivas é a que mais se assemelha à estrutura epistolar abordada na seção anterior e, por mais que tenham circulado entre autoridades civis e eclesiásticas da administração colonial, foram, aqui, identificadas como *cartas*. O *Inventário de documentos da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (1721-1823)*, inclusive, descreve essa espécie como um documento de caráter informativo e desenho mais ou menos padronizado, servindo de correspondência entre as autoridades do reino, o rei e seus súditos para questões de caráter oficial ou particular e tendo, em épocas passadas, um papel essencial no funcionamento do Estado, principalmente no tocante à direção, concessão e atestação do cumprimento de ordens (Arquivo do Estado, 2015, p. 25).

A principal diferença entre essas *cartas* anexadas e as *informações* e *respostas* é o fato da sua escrita não ter sido, até onde sabemos, exigida: partiu da motivação de seus autores, por mais que tenha alguma relação com o conteúdo de despachos prévios. A título de exemplo, segue a transcrição da carta enviada por Joaquim José em resposta a um despacho:

Quadro 5 - Transcrição da carta de Joaquim José.

	Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Premita-me <i>Vossa Excelência</i> uzar do que disse El Rei <i>Dom Affonso Henriques</i> no Campo de Ourique. Não a mim, Senhor, que crejo... O mesmo digo porque hum só instante não posso duvidar da <i>Integridade</i> da Iustica com que <i>Vossa Excelência</i> obra. O requerimento de <i>Dona Antonia de Almeida</i>, que eu pensava [s]er <i>Andreza</i> he incont[a]lvel prova das sevicias que tem obrado seo marido. Eu numca conheci a este homem, delle me enformou o <i>Brigadeiro Gaviaõ</i> sobre differente objecto: E por esta razão deregio-me de <i>Sorocaba</i> a carta que tive a honra de apresentar a <i>Vossa Excelência</i>, e como remeti a respeitavel ordem de <i>Vossa Excelência</i> era do meo dever apresentar a reposta: E desde esse dia não vi mais o dito <i>Penteado</i>, e [u]nicamente sei que esta nesta cidade: Reconhecendo a <i>Alta B[on]dade</i> de <i>Vossa Excelência</i> me confundo de tão distincto favor, e remeto o documento prothestado a [mesma] [sumiça] <i>escrivão</i> [pois] [sou] De <i>Vossa Excelência</i> O mais obrigado sudito, e criado <i>Joaquim Joze</i>
--	--

Fonte: Elaborado pela coautora Elisa Hardt Leitão Motta.

É importante notar que, até o momento, não encontramos trabalhos que abordam a questão dos manuscritos inseridos nos bifólios de documentos peticionários, muito menos aqueles que tratem das diferenças entre as missivas neles anexadas. Encontramos menções a essa organização interna dos conjuntos documentais em Bellotto (2002, p. 37) que, ao abordar a circulação de papéis no espaço atlântico português, aduz a possibilidade de anexações serem necessárias em meio à tramitação de documentos: “constitui-se, assim, um processo, um documento múltiplo, com exemplares internos de uma e de outra categoria (ascendentes e descendentes)”. Também o *Inventário*, já mencionado, traz a informação de que “[n]a administração colonial, era comum os requerimentos conterem em anexo vários outros documentos e despachos em seu corpo, pois os fatos apresentados nos requerimentos tinham que ser certificados para fundamentar uma resolução” (Arquivo do Estado, 2015, p. 31).

Uma análise diplomática, que se ocupa da configuração interna dos documentos, também deve voltar-se à gênese, ao contexto de elaboração documental e à lógica orgânica dos conjuntos documentais, para realmente compreender as partes que compõem o documento diplomático ou não-diplomático em estudo. Desse modo, a partir das análises cujos resultados apresentamos nesta seção, observa-se a presença de variações nas estruturas internas das missivas anexadas que coincidem com as diferentes motivações de suas escritas: as chamadas *informações*, cuja elaboração era exigida em despacho, trazem um protocolo inicial com direção não-nomeada, um texto expositivo/opinativo e um protocolo final datado e assinado; as *respostas*, também exigidas em despacho, trazem um protocolo inicial similar, um texto argumentativo e um protocolo final semelhante; e as *cartas*, não exigidas explicitamente, trazem um protocolo inicial com uma direção que pode ser nomeada e saudações iniciais visando

captação de benevolência, bem como um núcleo no lugar do texto e um protocolo final com fechos de cortesia e assinaturas.

Vê-se, então, que a maioria das missivas encontradas em conjuntos documentais do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, eram resultantes de uma documentação e de ordens prévias. Ainda assim, tinham enorme importância no deferimento ou indeferimento de certos pedidos expressos em requerimentos e petições. Em alguns casos, ao analisarmos a matéria textual das *informações*, observamos o seu potencial de ser mais do que um instrumento administrativo: permitiam a expressão de juízos de valor, uma vez que, junto da exposição sobre os fatos narrados pelos suplicantes, eram frequentemente tecidas opiniões pessoais sobre a conduta moral dos envolvidos. Essas, embasadas muitas vezes em crenças religiosas e ideologias dominantes da época, costumavam prejudicar, principalmente, as suplicadas e as suplicantes que fugiam de papéis impostos pela sociedade colonial. A título de exemplo, observe-se o que um pároco de Piracicaba afirmou sobre o pedido de uma suplicante que desejava que sua filha pudesse retornar à freguesia de onde havia sido expulsa por envolver-se com um sargento-mor casado: “Hé maligna, orgu | lhoza, não tem estimacão, notta a Vigarios, comandantes, | e o mais povo, tanto assim, que nem com sua pro | pria may, e parentes se pode conservar. [...] e se esta mulher subssistir nesta terra, eu já me po | nho a caminho” (Paula). Outra autoridade, dessa vez um major da cidade de São Paulo, ao descrever o desentendimento denunciado por uma suplicante contra sua vizinha, desmereceu ambas as partes, afirmando “ser tudo conten- | da de mulherzinhas, pretas, que vivem na miseria, e por Becos da mesma qual= | lidade” (Silva). Por fim, em uma das *cartas* escritas pelo capitão-mor da vila de Itu sem que sua elaboração fosse exigida explicitamente em despacho incluído no mesmo conjunto documental, também foi possível observar um exemplo de julgamento moral: alegando ter sido enganado por uma moça que havia denunciado falsamente seu próprio marido por deserção, descreveu-a ao governador da capitania como uma “abominável adúltera” e “serpente Infernal incarnada em mulher, que por meyois taõ iniquos procu | rava separar se do sagrado nexu conjugal, e a continuação da vida adúlterina | e nimiamente escandaloza.” (Aranha).

Ressalta-se, então, que um estudo filológico e diplomático deve levar em consideração que essas missivas são também rastros da existência e da sobrevivência de mulheres que, descritas apenas pelos punhos dos poderosos, não puderam deixar registradas suas próprias vozes. Legaram, porém, suas marcas no mundo em que viveram e sobre o qual agiram, por meio de ações que, de certa forma, não atendiam aos padrões impostos pela sociedade colonial e que foram, em diversos casos, assim descritos e criticados.

4 CONCLUSÕES

Como discutido, este artigo se preocupou em estudar tipologias textuais que mostram diferentes formas de ação das mulheres sobre a sociedade em que viveram: as cartas escritas por mulheres da América Portuguesa, por um lado, comprovam que algumas mulheres dominavam certas práticas de escrita, como a epistolar; por outro, as missivas anexadas a documentos peticionários *de* ou *sobre* mulheres registram a tentativa de verem garantidos certos direitos diante das autoridades. Assim, vemos como essencial o estudo fidedigno desses manuscritos, desenvolvido a partir de um

viés filológico e diplomático, que investigue a forma como esses documentos são estruturados e, também, um estudo que se volte ao seu contexto de elaboração.

No caso especificamente das cartas, vemos que essa é a principal tipologia textual que encontramos quando prospectamos documentos escritos a próprio punho pelas mulheres ou ditados por elas para que outra pessoa escrevesse. Assim, configuram-se como a forma central de acesso a palavras de socialização das remetentes no mundo em que viveram, já que os manuscritos versam sobre o cotidiano doméstico, as questões financeiras e de saúde de pessoas da casa. Apesar de raras serem as remetentes do corpus que foram mencionadas em trabalhos historiográficos e elas quase não descreverem acontecimentos sobre si mesmas, essas cartas de próprio punho nos deixam ter acesso à sua realidade a partir dos olhos de suas escritoras, com pouca ou nenhuma intervenção de terceiros. A análise diplomática, por sua vez, aponta que as remetentes conheciam as estruturas formais dessa espécie documental, o que revela que elas tiveram o privilégio de estarem inseridas na cultura escrita.

O uso da palavra ‘privilégio’ aqui, entretanto, não é em vão, já que era escassa a quantidade de mulheres no território da América Portuguesa que sabiam escrever, e somava-se a isso a complexidade de ter o domínio das fórmulas e estruturas que deveriam compor os documentos diplomáticos. Ainda mais raras eram as mulheres comuns suplicadas que, acusadas de algo em requerimentos e petições, tinham a chance de se defender por meio de missivas que chamamos de *respostas*. O que mais frequentemente observamos, em vez disso, ao analisar os despachos e as missivas deles resultantes e anexadas aos documentos peticionários, são o que chamamos de *informações*: os testemunhos de autoridades subalternas aos governadores da capitania que deveriam informar seus pareceres. Neles, foi possível observar um espaço dedicado para que seus autores relatassem o que haviam averiguado sobre as acusações e, em certos casos, tecessem julgamentos acerca da conduta moral de mulheres suplicantes, e também suplicadas, cujo comportamento fugia dos padrões impostos pela sociedade colonial. A sobrevivência de documentos que tratam dessas mulheres que não puderam deixar registros autógrafos permite apenas entrevermos rastros das suas vivências que, por meio de outros punhos, chegaram até nós.

Concluimos, então, que as análises devem partir dos próprios documentos e do escrutínio de sua estrutura textual e de sua materialidade, para de fato se fazer a crítica do documento. Em outras palavras, defendemos a abordagem da Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, conforme Tognoli (2014) e Durante (1991). Sabendo que o conhecimento se constrói com o olhar para o passado e visa deixar algo que contribua para o futuro, com este trabalho, que parte das vozes de mulheres que vieram antes de nós, buscamos deixar os nossos próprios rastros e nossas reflexões, que esperamos sirvam de base e inspiração para pesquisas sobre temas afins.

FONTES MANUSCRITAS

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

Xavier FMA. Feitos Findos, Diversos, mc. 7, n.º 6. PT/TT/CS/H/001/007/000006.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, Grupo 3 - Justiça, Documentos avulsos:

Aranha VCTG. Carta. Pasta 1.1.619, doc. 94-2-56, fólios 2r e 2v.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.616, doc. 93-5-38, fólio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.616, doc. 93-5-14A, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.611, doc. 93-2-74, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.608, doc. 93-1-14, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.613, doc. 93-3-69, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.616, doc. 93-5-38, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.613, doc. 93-3-60, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.617, doc. 94-1-14, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.613, doc. 93-3-67, fôlio 1r.

Paula JF. Informação. Pasta 1.1.609, doc. 93-1-28, fôlios 1v, 2r e 2v.

Silva AS. Informação. Pasta 1.1.618, doc. 94-1-56, fôlios 5r e 5 v.

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Coleção Casa dos Contos:

Conceição SM. I-10,32,006 n.010.

Freire AF. I-10,29,006 n.015; I-10,29,006 n.014; I-27,22,100.

Jesus RM. I-10,29,009 n.007.

Justina M. I-10,30,002 n.009.

Lana ESJ. I-10, 29, 005 n.004; I-10,30,001 n.005; I-10,36,001 n.010.

Lopes J. I-27,29,090.

Silveira MIL. I-27, 29, 094.

Teixeira HJ. I-10,31,005 n.009; I-27,22,076.

No Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB):

Almeida AVR. Col. Veridiana Prado. Cx. 01 – Ilustrações; Dados Biográficos; Figuras Antigas; Pesquisa; Ilustrações. VP-40.

Henriques VCM. Col. Alberto Lamego. Cx. 67, Cód. 050. AL-050-007; AL-050-008.

Mendonça ATS. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB). Cx. 01, Cód. 098 e 099. AL-099-007; AL-099-008; AL-099-031; AL-099-032; AL-099-033; AL-099-034.

REFERÊNCIAS

Araújo JS. Perfil do leitor colonial. Ilhéus: Editus; 2019.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Inventário de documentos da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (1721-1823). São Paulo: APESP; 2015.

Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002. (Série Como Fazer; vol. 8).

Campos MH. Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822) [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo; 2008.

Cardenete BF. Punho de mulher: um estudo filológico sobre cartas de mulheres na América Portuguesa (1737-1821) [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2023.

Carreira MH. Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités enportugais. Louvain-Paris: Peeters; 1997.

Carvalho LF. O imperativo em variação na escrita mineira: o papel do sujeito e das seções das cartas. Revista Abralín. 2020, out.;19(3):654-675.

- Castro I. Filologia. Biblos. Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa. Vol. 2. Lisboa: Verbo; 1997.
- Duranti L. Diplomatics: new uses for an old science. Part V. *Archivaria*. 1991summer;32:6-24.
- Marquilhas R. A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 2000.
- Martins MTQ. Resgatando arquivos: história custodial do fundo Secretaria de governo da capitania de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. 2018;38(78):55-73.
- Medeiros JSD. Análise diplomática das cartas de perdão da chancelaria de D. Afonso V (1439-1451) [dissertação]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 2021.
- Monte VM. Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). São Paulo: FAPESP/Humanitas; 2015.
- Ramos M. Teoria clássica e medieval da composição epistolar: entre epistolografia e retórica. *CEM*. 2017 dez.;8:25-42.
- Rodrigues DF. Cortesia linguística: uma competência discursivo-textual (formas verbais cortesês e descortesês em português) [tese]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 2003.
- Tin E, organizador. A arte de escrever cartas: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da UNICAMP; 2005.
- Tognoli NB. A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2014.
- Toledo Neto SA. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a crítica textual?. In: Lose AD, Souza AS, organizadores. *Paleografia e suas interfaces*. Vol. 1. Salvador: Memória & Arte; 2018.
- Toledo Neto SA. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*. 2020 jan-jun.;10(20):192-208.

Os processos referenciais à luz da teoria
da acessibilidade na edição crítico-genética
do conto ‘Os caminhos’ de Moreira Campos

*Referential processes in the light of accessibility theory
in the critical-genetic edition of the short story
‘Os caminhos’ by Moreira Campos*

Claudeirton Madeira Castelo*

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil

Luiz Eleildo Pereira Alves**

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo: Neste trabalho, propomos uma interface teórica entre linguística textual e filologia textual nos termos do que já preconizaram Alves (2016, 2020) e Queiroz (2020). Nosso objetivo é investigar os processos referenciais, à luz da Teoria da Acessibilidade (Ariel, 2001), nos manuscritos de uma edição crítico-genética de Moreira Campos e suas implicações na construção de sentido do texto. Estes testemunhos são frutos do Acervo do Escritor Cearense da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, e chegaram a nós editados a partir da pesquisa desempenhada por Lima (2016). Analisamos as edições e realizamos recortes para demonstrar as ocorrências de saliência ou opacidade dos referentes no percurso criativo de Moreira Campos. Os resultados demonstraram que as supressões de expressões referenciais a cada reescrita, movimento próprio do processo criativo do autor, enriquece a dinâmica da textualização, uma vez que imprime ao texto um jogo de sentidos rico em possibilidades inferenciais. Essa análise fortalece o nosso argumento de que o texto é de fato um evento comunicativo multissemiótico, do qual o processo de materialização é apenas parte (Beaugrande, 1997).

Palavras-chave: Filologia Textual. Crítica Genética. Teoria da Acessibilidade dos referentes. Referenciação. Moreira Campos.

Abstract: In this work, we propose a theoretical interface between textual linguistics and textual philology in terms of what Alves (2016, 2020) and Queiroz (2020) have already advocated. Our objective is to investigate the referential processes, in the light of the Accessibility Theory (Ariel, 2001), in the manuscripts of a critical-genetic edition of Moreira Campos and its implications in the construction of meaning of the text. These testimonies are the result of a collection of the Cearense writer of the Human Science library of the Federal University of Ceará and came to us edited from a previous research carried out by Lima (2016). We analyzed the editions and made clippings to demonstrate the occurrences of salience or opacity of the referents in Moreira Campos' creative path. The results showed that the suppression of referential expressions at each rewrite, a typical

* Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES), pós-graduado (*Lato Sensu*) em Produção Textual pela Faculdade Única de Ipatinga. Professor de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil; deirton.mc@gmail.com

** Doutor em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, membro do Grupo de Estudo e Ensino de Texto (GEENTE), Fortaleza, CE, Brasil; eleildo@gmail.com

movement of the author's creative process, enriches the dynamics of textualization, since it brings to the text a game of meanings rich in inferential possibilities. This analysis strengthens our argument that the text is indeed a multisemiotic communicative event, of which the materialization process is only part of (Beaugrande, 1997).

Keywords: Textual Philology. Genetic criticism Accessibility Theory of Referents. Referencing Moreira Campos.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho alinha-se a estudos modernos do campo da filologia, sobretudo os que passaram a entender o texto sob a perspectiva sociocognitivista. Destacamos aqui a pesquisa de Alves (2016) e de Queiroz (2020), que propõem uma revisitação do conceito de filologia textual¹ na leitura de documentos antigos, mostrando como a filologia está, contemporaneamente, vívida e passível de interfaces teóricas com diversos outros campos do saber. Trilhar essas reflexões nos tem proporcionado entrever novos campos de investigação, como nos apontam Alves, Ximenes e Santos (2020).

O texto, como evento, converge a si aspectos linguísticos, sociais e cognitivos (Beaugrande, 1997), criando uma tessitura complexa (Alves, 2021), que necessita também ser mobilizada no processo de leitura. Dessa forma, na dinâmica da textualização, somos convocados a mobilizar os múltiplos fatores que emergem em nossa leitura.

O corpus deste trabalho advém da pesquisa elaborada por Lima (2016). Essa autora desenvolveu um trabalho com seis contos inéditos, dentre quatorze, de Moreira Campos que estavam no Acervo do Escritor Cearense (AEC) da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará (UFC), fruto do projeto desenvolvido pela Profa. Dra. Maria Neuma Barreto Cavalcante, destinado ao concurso de professor visitante da UFC. Dentre as abordagens filológicas, Lima (2016) selecionou a crítica genética para elucidar o percurso criativo de Moreira Campos na reelaboração de sua obra literária.

Partindo dos frutos da pesquisa de Lima (2016), selecionamos um dos contos, intitulado 'Os caminhos', e procuramos, nele, investigar os processos referenciais à luz da teoria da acessibilidade (Ariel, 2001) e as implicações desses processos para a construção de sentido do texto.

Na seção seguinte, apresentamos uma trajetória dos estudos da filologia e dos estudos da linguística textual, a fim de contextualizar a interface teórica proposta neste trabalho. Em seguida, discutimos nosso trajeto metodológico, contextualizando o corpus da pesquisa, a fim de ensejar uma compreensão analítica do objeto eleito por este trabalho. Mais adiante, conheceremos as âncoras teóricas deste estudo, a partir das quais se seguirá a análise dos dados, intentando compreender, à luz da teoria da acessibilidade, como as expressões referenciais em testemunhos de um conto de Moreira Campos influenciam na construção de sentido do texto e evidenciam o estilo

¹ Em seu trabalho, Alves (2016) parte de uma amplificação da discussão já encetada por Teixeira (2008), destacando que, embora se use a mesma nomenclatura da autora, a proposta de filologia textual em Alves considera a dimensão epistemológica da sociocognição, na qual o 'texto' é entendido como *evento comunicativo*, como se entenderá melhor mais adiante.

de escrita do autor. Por fim, apresentamos as principais considerações oriundas de nossa análise e as possíveis inspirações acadêmicas desdobradas desta pesquisa.

2 SINGRANDO ENTRE AS LEGENDAS DA FILOLOGIA E DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Neste capítulo, propomos resgatar uma breve discussão acerca da compreensão dos estudos filológicos e da renovação (como a perspectiva interdisciplinar) por que passaram, o que aproxima filologia e linguística textual, defendendo o caráter multidisciplinar dessas duas ciências que possuem o texto como ponto convergente.

2.1 Filologia: a compartimentalização das substâncias e o desafio do conceito

A nossa constituição na e pela linguagem não é segredo, visto que, antes do *delírio do verbo* (uso do sentido figurativo dos signos/fazer poético), o Adão mítico já era responsável por nomear os seres e as coisas que, à sua volta, estavam. Dessa forma, não é diferente com o homem moderno, porque a ele é atribuída, indiretamente, a tarefa de nomear as coisas em geral, como uma necessidade de delimitar espaços, como Ximenes (2009) assevera acerca da querela entre filologia e linguística². Segundo o autor, nas palavras de Alves (2016, p. 27), esse feito é fruto da tendência do homem em compartimentalizar as coisas, mesmo que não haja clareza significativa suficiente. Parece que não nos desvencilhamos da herança adâmica, razão pela qual nos detemos, também, a uma breve incursão nas definições de Filologia.

Não há unanimidade a respeito dos conceitos pelos quais perpassam a filologia. Basseto (2001, p. 20 apud Ximenes, 2009, p. 34) ressalta que “o conceito de filologia não é unívoco; divergem muitos autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até seu objeto de estudo.” Em contrapartida, Melo (1975 apud Ximenes, 2009) assevera que os métodos e o objeto dessa ciência são atestados.

A cizânia à definição da filologia é intrínseca a essa ciência desde sua gênese. De acordo com Cambraia (2005), desde a Grécia antiga, a polissemia do termo já a circundava. Sob esse contexto cizânico, existem diversas definições que podem ser consultadas³. Resta-nos aqui asseverar mais uma vez o caráter plurívoco da concepção filológica.

Embora sejam inúmeras as definições, é inegável que a filologia passa pelo amor pela palavra: uma palavra performatizada (Austin, 1962), não apenas materializada nos fólios, mas que age no mundo sempre que lida, sempre que interpretada, sempre que permite ao pesquisador descobrir através dela um novo mundo antigo, mas que lança olhar para um futuro de descobertas.

De acordo com Alves (2016, p. 30), “pelo menos no Brasil, as pesquisas filológicas têm encontrado no viés interdisciplinar uma âncora para a retomada dos estudos na área da edição de manuscritos”. A afirmação do autor encontra âncora no

² Retomar a discussão acerca dos limites entre filologia e linguística não nos é oportuno, por ora, já que compreendemos que são ciências com epistemologias distintas, mas harmônicas, uma vez que um estudo filológico não é possível sem os recursos linguísticos. Se o leitor almeja se aprofundar nessa discussão, sugerimos ler Ximenes (2009).

³ Ver, por exemplo, as definições presentes em: Dubois et al. (2011, p. 258), Caetano Righi (1967, p. 13), Ximenes (2013, p. 178), Santiago-Almeida (2011, p. 2) Cambraia (2005, p. 18).

que dizem Teixeira, Queiroz e Santos (2006 apud Alves, 2016) na apresentação da obra ‘Diferentes perspectivas dos estudos filológicos’:

O presente volume é prova testemunhal e cabal de que [a Filologia] se encontra revigorada. Não poderia ser diferente. O tempo e o homem modificam-se, evoluem, adaptam-se às novas descobertas. Em um contexto pluri, multi, trans, interdisciplinar, os estudos filológicos também lançam outros olhares sobre o texto, ampliando o seu espectro de atuação, dialogando, pacífica e harmoniosamente com a literatura, a história, a linguística, a análise do discurso, as ciências do léxico e tantas outras ciências humanas (Teixeira; Queiroz; Santos, 2006, p. 13 apud Alves, 2016, p. 30).

Lançando esse olhar para as discussões sobre a filologia, sobre seu objeto de investigação e consequente definição, podemos perceber como os estudos filológicos resistiram aos anti-históricos e fulguraram a chama bruxuleante da epistemologia filológica. Entre pluri-, trans-, inter- ou multi-, a filologia encontrou a oportunidade de se renovar aos estudos modernos reclamados pela linguística e pela literatura.

Conforme já ressaltado, a filologia nunca deixou de existir, mas se renova no fundo dos arquivos, nos corroídos papéis. Esta observação já era cuidadosamente salientada por Alves, Ximenes e Santos (2016, p. 130), quando os autores sentiram a necessidade de reclamar aos estudos filológicos “a emergência de uma filologia moderna, presente em áreas diversificadas, não condensada apenas nos fólios corroídos e empoeirados”.

Acreditamos que essa resistência dos estudos na área está atrelada diretamente ao seu objeto de estudo: o texto, aqui por nós entendido de forma mais alinhada à perspectiva sociocognitivista. Por isso, no que segue, detemo-nos a tratar de como a definição de texto como evento comunicativo pode contribuir para pensar o trabalho filológico.

2.2 A definição de texto para a linguística textual e suas contribuições para se pensar o trabalho filológico

Para os estudiosos da linguística textual (LT), é sabido, atualmente, que o texto não é um “artefato lógico do pensamento do autor” nem “decodificação das ideias” (Cavalcante, 2013, p. 18). Entretanto, essa concepção subjaz ao ponto de vista daqueles que concebem ainda o texto como produto acabado. Dessa forma, não nos é caro relembrar a célebre metáfora do *iceberg*. Nesse sentido, precisamos ratificar de uma vez por todas que ‘texto’ e ‘contexto’ caminham *pari passu* para a construção de sentido do evento comunicativo denominado ‘texto’.

Assim, a compreensão de texto adotada por nós relaciona-se com a concepção sociocognitivista da linguagem. É a partir da sociocognição que podemos compreender que o texto não é um produto acabado, mas um evento, visto que há uma imbricação de inúmeros elementos mobilizados (linguísticos e extralinguísticos) que o constituem.

Encaminhando-nos para o nosso propósito, é lícito ressaltar que não convém que a sociocognição tenha sua epistemologia reduzida “a uma simples justaposição entre social e cognitivo” (Marques, 2019, p. 26). Nessa direção, Demétrio (2018) adverte-nos quanto a esse simplismo epistêmico. Para a autora, conceber apenas essa adição entre social e cognitivo

[...] é uma forma bastante simplificada de conceituar a visão sociocognitivista de linguagem. Mais do que de soma, trata-se de fato de uma relação de mútua constitutividade entre o social e o cognitivo. Nossa própria cognição é um fenômeno que só se constitui socialmente; ela não é um aspecto puramente individual, uma vez que não vivemos isolados e encontramos-nos em interação desde o nascimento (...). Ao mesmo tempo, nossas práticas sociais, nosso modo de interagir com os outros e com a natureza, necessariamente mobilizam, desenvolvem e transformam nossa cognição (Demétrio, 2018, p. 21-22).

Diante dessas considerações, transpomos a concepção de que texto é um “artefato lógico do pensamento do autor” (Cavalcante, 2013, p. 18). Também superamos a apenas descrição dos fatores de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler (1981 apud Koch, 2017), para salientar, conforme a revisão feita por Beaugrande (1997), que o texto é um evento para o qual convergem ações linguísticas e extralinguísticas.

A definição proposta por Beaugrande (1997) e adotada pela LT nos estudos sociocognitivos da linguagem enlaça-se com a concepção de contexto adotado por Hanks (2008). De acordo com o autor,

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado nas relações. Não há contexto que não seja “contexto de”, ou “contexto para”. Como este conceito é tratado depende de como são construídos os outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros (Hanks, 2008, p. 174).

A assertiva de Hanks (2008) auxilia-nos na compreensão da leitura do texto, o qual, neste trabalho, é constituído por uma edição crítico-genética, uma vez que mobilizamos não só o contexto imediato, o que Hanks denomina de *emergência*, mas também o mediato, denominado de *incorporação*, compreendendo que esses dois processos funcionam simultaneamente. Depreendemos que Texto e contexto são constitutivos (Bentes; Rezende, 2008).

Adiante, seguimos afunilando nossas discussões teóricas, a fim de balizar a análise deste trabalho. Tratamos, pois, do fenômeno da referência.

2.3 Referência: a fabricação das entidades discursivas no dizer sobre o mundo

Mondada e Dubois (2003, p. 20), contrariamente à crença da possibilidade de uma “cartografia perfeita entre as palavras e as coisas”, asseveram que as instabilidades das categorias são motivadas pelas práticas discursivas desempenhadas pelos sujeitos sociais. Por isso, mesmo que se distingam os objetos do discurso em sociais ou *naturais*⁴, eles podem sofrer uma *de categorização* motivada pela variação do contexto ou de um ponto de vista.

Estreitando a intermediação do sujeito social, ao responder a própria pergunta, Fauconier e Turner (2002 apud Marcuschi, 2007) afirmam que são nossos corpos e cérebros que trabalham para dar o status corpóreo à coisa, ou seja, como

⁴ É interessante observarmos o grifo de Mondada e Dubois (2003) para esses objetos tidos como *naturais*, porque nos parece que eles possuem um grau de instabilidade menor que os tidos como sociais, embora nenhum objeto esteja isento da instabilidade.

compreendermos que um objeto é denominado de ‘xícara de café’, não de ‘copo’, por exemplo. Diante disso, Marcuschi (2007, p. 83, grifo do autor) chega à consideração de que “*somos seres cognitivos em um sentindo muito diverso do que os demais seres vivos os são.*”

Nesse sentido, a nossa cognição imbrica-se a dois *órgãos* do conhecimento, ou seja, a linguagem e a cultura, pois, de acordo com Tomasello (1999 apud Marcuschi, 2007, p. 83, grifo do autor), “*a cultura é nosso nicho ontogenético*, isto é, nela elaboramos nossa cognição e nos tornamos efetivamente seres sociais.” Abandonamos, portanto, a proposição de que somos fruto, somente, da genética, para deslindar que nossa gênese também é sociocultural, por isso, a língua não é o espelho do mundo, porque os objetos que dele fazem parte são construídos (socio)cognitivamente por sujeitos discursivos.

Para Marcuschi (2007, p. 86), comunicar as coisas aos outros foge do simplismo de uma elaboração formal de categorização linguística, para afirmar-se não só numa atuação discursiva sobre o mundo, como também numa inserção sociocognitiva “no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividades de ‘integração conceitual’.” Desse modo, ainda de acordo com o autor, “o mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo construtivo e imaginativo e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas” (Marcuschi, 2007, p. 86). Portanto, uma vez que não há uma relação biunívoca entre a língua(gem) e o mundo, dissolve-se a ideia de que a linguagem é representacionista. Entretanto, os sujeitos, enquanto mediadores sociais, (re)elaboram os objetos do discurso que estão à sua volta, utilizando-se da própria linguagem para representar o mundo comunicado.

A teoria da acessibilidade, que discutiremos a seguir, ilustra de forma mais funcionalista como as expressões referenciais são *guiadoras* de informação.

2.3.1 Teoria da acessibilidade: o envolvimento de múltiplos fatores

A teoria da acessibilidade, apresentada por Ariel (2001) e discutida, no Brasil, por Costa (2007a, 2007b), Parente (2016), Alves (2016), entre outros, fundamenta-se pela proposta desenvolvida nos estudos de referenciação, os quais, de acordo com Mondada e Dubois (2003) dissolvem a tese de uma relação estreita entre palavra e a coisa no mundo. Portanto, afastando-se da proposição de que a língua(gem) espelha essa materialidade (in)corpórea do mundo objetivo, as autoras advogam que os referentes, na verdade, são objetos de discurso, os quais são construídos “na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (Mondada; Dubois, 2003, p. 20). Isto posto, em razão de os objetos de discurso sofrerem instabilidade, o que já havíamos observado anteriormente, nas práticas discursivas, eles constituem a complexidade dos fatores de acessibilidade.

Em notas introdutórias, para Ariel (2001, p. 30), a teoria da acessibilidade “descreve como a linguagem humana, especificamente o sistema referencial, é responsiva/suscetível aos fatos sobre a memória humana, onde os nós da memória não são igualmente ativados a qualquer momento.” Diante dessa constatação da autora, observamos o caráter complexo envolvente aos processos referenciais, uma vez que os nós podem ser altamente ou meio ativados. Desse modo, destaca que “falantes podem se referir a partes de informações dadas (ex. familiares), independentemente do seu atual grau de ativação para os destinatários” (Ariel, 2001, p. 30).

Discutindo as propostas de Ariel (2001), Costa (2007b, p. 48) assevera que a teoria da acessibilidade tem por ideia central que “as formas referenciais constituem instruções ao destinatário de como este deve recuperar da memória certa parte de uma determinada informação, pela indicação de quão acessível está esse pedaço de informação no discurso corrente.”

Diante disso, a eleição da teoria da acessibilidade, dentre os estudos da referenciação, torna-se importante a nossa análise, uma vez que observaremos como os processos referenciais são desenvolvidos numa edição crítico-genética de Moreira Campos. Olhando para a criação do texto literário, compreendemos que os referentes podem se tornar opacos ou diáfanos a cada testemunho produzido pelo autor, ou o nosso afastamento do contexto imediato de produção que influenciará no grau de opacidade desse referente. Portanto, nosso olhar volta-se às (im)possibilidades de recuperação dos referentes na edição crítico-genética.

A teoria da acessibilidade, de acordo com Ariel (2001, p. 10), “argumenta que recuperações de contexto de informações da memória são guiadas por sinalizações ao destinatário do grau de acessibilidade com o qual a representação mental a ser recuperada é mantida.” Diante disso, depreendemos que não há uma orientação dada pelos falantes/escritores às recuperações dos destinatários, direcionando-os à correta origem *geográfica*. Melhor dizendo, nas palavras de Ariel (2001, p. 10), “as línguas não nos fornecem códigos convencionais especializados.” Esclarecendo o que Ariel atesta em relação às supostas convenções especializadas, seguem exemplos⁵:

- (1) Informações recuperáveis pelo nosso conhecimento enciclopédico⁶ geral:
Existiu uma entidade com o nome de Moreira Campos.
- (2) Informações extraídas do contexto físico imediatamente disponível:
Existe um livro entre nós.
- (3) Informações mencionadas previamente no discurso
Que o falante tem um escritor preferido.

Ariel (2001), considera que a mesma expressão referencial pode recuperar os três contextos geográficos. Assim sendo, o antropônimo *Moreira Campos*, por exemplo, pode retomar o contexto enciclopédico, o comunicacional e o linguístico. Nessa mesma direção, Alves (2016, p. 48) alega que “Ariel evidencia que a escolha das formas referenciais pelo falante/escritor é baseada no grau de acessibilidade que esse falante/escritor supõe apresentar o referente na mente de seu interlocutor.”

Sob essa ótica, de acordo com Alves (2016, p. 48),

ao conceber esses aspectos contextuais, Ariel postula que a escolha das formas referenciais não é determinada pelo lugar de onde vem a base informacional, mas pelo nível de saliência. Ao tomar como base esses pressupostos de acessibilidade, a autora contrapõe-se à segmentação dos usos de formas linguísticas em contextos discretizados, afirmando que as expressões referenciais podem recuperar referentes em todos esses contextos.

⁵ Diante da utilização dos exemplos por Costa (2007a) e retomados por Alves (2016), consideramos prudente modificá-los.

⁶ Koch e Elias (2015) conceituam os diferentes tipos de conhecimentos que podem ser mobilizados na compreensão leitora de um texto.

O exemplo apresentado a seguir ratifica a tese acerca de uma mesma forma referencial poder retomar os três contextos:

- a) Contexto do conhecimento enciclopédico:
Moreira Campos é o pai do conto cearense.
- b) Contexto de situação de fala (apontando para um livro, cujo autor é Moreira Campos):
Moreira Campos é o pai do conto cearense.
- c) Contexto linguístico:
Ao mencionarem *Moreira Campos* nas homenagens, diziam: “*Moreira Campos* é o pai do conto cearense”.

Diante do exemplo desenvolvido anteriormente, a especialização que é atribuída às expressões referenciais, como antropônimos serem responsáveis apenas por retomar contexto enciclopédico; pronomes demonstrativos, por recuperarem objetos em situação de uso; e pronomes pessoais, por retomarem contexto linguístico, é dissolvida pelo exemplo⁷ acima, reforçando

[...] a ideia de que a acessibilidade seria proveniente de mais de uma fonte só parece reforçar a tese que a autora [Ariel] sustenta: os referentes, como entidades discursivas, não têm ‘endereço fixo’ a determinar, de forma apriorística, a escolha das formas linguísticas para expressá-los (Costa, 2007a, p. 118).

Consoante Ariel (2001), em vez de especializar, as formas referenciais são reveladoras de um específico e diferente grau de acessibilidade. Nessa direção, propõe uma escala crescente do grau de acessibilidade fornecido pelos marcadores. Retomamos uma reorganização de Mourão (2021) dessa escala.

Quadro 1 - Graus de acessibilidade.

	Marcadores de Acessibilidade	Exemplos
	Nome pleno + modificador	<i>Jane Fonda, com 83 anos</i> , será homenageada no Globo de Ouro desse ano.
	Nome pleno	<i>Chris Pratt</i> é um ator talentoso e atuará em outros filmes americanos.
	Descrição definida longa	<i>O presidente da França</i> foi comparado a Trump em fala infeliz sobre vacina.
	Descrição definida curta	<i>O presidente</i> comparado a Trump.
	Último nome	<i>Merkel</i> não terá um quinto mandato.
	Primeiro nome	<i>Angélica</i> começou carreira na televisão aos 13 anos.
	Demonstrativo distante + SN	<i>Os meninos</i> nunca tiveram a intenção de dizer <i>aquilo</i> .
	Demonstrativo próximo + SN	<i>Esse</i> é o chocolate favorito da <i>minha amiga</i> .
	Demonstrativo distante - SN	Sabe <i>aquele</i> café da manhã maravilhoso de ontem?
	Demonstrativo próximo - SN	<i>Esse</i> é o melhor período do ano.
	Pronome tônico + gesto	<i>Elas</i> não são daqui. (coma <i>cabeça</i> indica a que grupo de meninas se refere)
	Pronome tônico	Gostaria de ir <i>contigo</i> ao shopping.
	Pronome átono	Abraça- <i>me</i> forte.
	Pronome clítico	Não <i>lhe</i> disse para não ir aí?
	Flexões de pessoa verbal	<i>Vendem-se</i> muitos jornais nessa manhã de sábado.
ALTA	Zero	(<i>zero</i>) Não acredito em mais nada do que ele diz.

⁷ Costa (2007a), discutindo os exemplos apresentados por Ariel (2001), apresenta outros exemplos, como a recuperação de pronomes aos três contextos.

Fonte: Adaptado de Ariel (2001, p. 31) por Mourão (2020, p. 21).

Diante dessa escala, há três critérios que influenciam seu baixo ou alto grau de acessibilidade, ou seja, quando uma forma referencial é construída por ‘nome pleno + modificador’, compreende-se que estamos diante de um baixo grau de acessibilidade. Sendo o contrário, formas realizadas por ‘zero’, por exemplo, estamos diante de um alto grau de acessibilidade. Assim, a hierarquia dos referentes é marcada pela interação da:

Informatividade - que diz respeito ao nível de conteúdo expresso pela forma referencial com relação referente;
Rigidez - que diz respeito ao grau de unicidade com que o referente é determinado;
Atenuação - diz respeito à extensão formal da expressão referencial, no texto escrito (Alves, 2016, p. 50).

Considerando esses critérios, as formas com maior informatividade e maior rigidez (nome pleno + modificador) seriam usadas pelo falante/escritor ao julgar que o referente está menos acessível no evento comunicativo, enquanto formas com mais atenuação e menos informatividade (pronomes, flexões verbais e zero) seriam usadas se julgasse o referente mais acessível. Costa (2007a, p. 121) ressalta que:

fica clara a ideia de que os graus de acessibilidade *podem ser avaliados pelo falante* como relativamente mais altos ou mais baixos, mas não em correspondência biunívoca com as expressões referenciais. Essa “relativização” dos níveis de acessibilidade imprime ao modelo em questão uma maior flexibilidade: se, por um lado, fica clara a ideia de que as *expressões referenciais não são usadas aleatoriamente*, fica afastada também, por outro lado, a noção de que *há regras categóricas para a escolha dessas expressões* (grifo dos autores).

As considerações de Costa (2007) ratificam as observações já elaboradas por Ariel (2001) quanto à não aleatoriedade do uso das expressões, bem como a ausência de regras categóricas para escolhas delas.

Encaminhando-nos à complexidade dos fatores que envolve a teoria da acessibilidade, para Costa (2007a), é o envolvimento destes fatores na complexidade da teoria que se torna um ponto importante.

Quadro 2- Fatores que afetam o *status* de acessibilidade de um antecedente.

Distância	A distância entre um antecedente e a anáfora (relevante somente para menções subsequentes);
Competição	O número de competidores no papel do antecedente;
Saliência	O antecedente ser um referente saliente, principalmente se é tópico ou não-tópico;
Unidade	O antecedente estar ou não no mesmo frame/mundo/ponto de vista/segmento ou parágrafo que a anáfora.

Fonte: Adaptado de Ariel (1990, p. 28) por Arnold (1998, p. 25) apud Costa (2007a, p. 122).

Diante do exposto, Costa (2007a) qualifica as relações desenvolvidas pelos fatores referenciais acima em negativa e positiva. De acordo com a autora, quanto maior a distância e o número de expressões competidoras, usar-se-iam expressões de

baixo grau de acessibilidade, caracterizando, assim, uma relação negativa. Em contrapartida, haveria uma relação positiva se combinassem saliência e unidade, o que reclamaria o uso de expressões com alto grau de acessibilidade.

Embora Ariel (2001) ressalte que esses fatores não são exclusivos, ou seja, não esgotam o processo de seleção, para este trabalho, são eles que alicerçarão nossas análises. Desse modo, de acordo com Alves (2020), a seleção da teoria da acessibilidade justifica-se por acreditar que o processo de referenciação mostra-se com mais fluidez, aproximando-se com a proposição de Salomão (1999, p. 71 apud Alves, 2020, p. 104) que advoga “uma continuidade essencial entre linguagem, conhecimento e realidade.”

3 A ANÁLISE DOS PROCESSOS REFERENCIAIS NO CONTO ‘OS CAMINHOS’

A análise das possibilidades de recuperação dos referentes, à luz da teoria da acessibilidade (Ariel, 2001), em edição crítico-genética de Moreira Campos constitui o objetivo deste trabalho. O corpus desta pesquisa é constituído de oito (8) testemunhos de um conto inédito, de Moreira Campos, intitulado ‘Os Caminhos’, os quais compõem um corpus de seis (6) contos inéditos editados por Lima (2016) na sua tese de doutorado, cujo objetivo centra-se em compreender, a partir da crítica-genética, o processo criativo do autor.

A eleição do conto ‘Os caminhos’, dentre os seis que constituem o corpus de pesquisa de Lima (2016), para a análise deste trabalho deu-se em função de o conto conter o maior número de testemunho, isto é, oito (8) testemunhos. Assim, inferimos que essa quantidade nos levaria a uma diversidade de ocorrências referenciais a serem discutidas neste trabalho.

Amparando-nos em Lima (2016), o conto selecionado por nós tem a seguinte descrição:

A tradição de Os caminhos é formada por 8 testemunhos autógrafos, não datados, texto datilografado, o primeiro deles em folha medindo 20 cm x 14 cm e os demais em papel ofício 21,5 cm x 35,5 cm, folhas amareladas em decorrência da ação do tempo, e com intervenções datiloscritas e manuscritas. As intervenções manuscritas foram feitas em tinta azul ou a lápis. Embora não estejam datados, é notável o uso das regras do acordo ortográfico anterior ao de 1971, de modo que, possivelmente, esses contos foram escritos antes desse ano. Através do cotejo dos testemunhos, identificamos a ordem cronológica em que eles se encontram, usamos essa metodologia para ordenar os testemunhos de nosso corpus. Todos os testemunhos foram acondicionados em envelope de papel neutro e armazenados na caixa *Contos inacabados* (Lima, 2016, p. 66, grifo dos autores).

Nessa direção, nossa análise partiu da leitura dos testemunhos editados por Lima (2016), observando as rasuras elaboradas pelo autor no processo de criação e quais implicações essas rasuras nos forneciam para compreender os graus de opacidade dos referentes mencionados no desenvolvimento do texto. Logo depois, fizemos uma seleção de ocorrências únicas, a fim de não haver repetição, que nos permitissem discutir, sob os pressupostos apresentados por Ariel (2001), as possibilidades de se retomar ou não uma entidade discursiva.

Intentando a melhor compreensão leitora da análise desses dados, enquadrámos os recortes e destacamos as expressões referenciais que serão analisadas,

a fim de direcionar o leitor a nossas observações, o que não quer dizer que sejam ortodoxas, já que a leitura se constitui como um evento complexo. Desse modo, resolvemos organizar os quadros da seguinte maneira⁸:

- (1.0) [...] Um dia, apareceu Zuleica, também menina de programa. Foi por quem [ele] se encantou: o rosto sério, grave, um modelo de corpo.
- (1.1) [Era] <↑É> desquitado, sem filhos. Tinha os seus quebra-galhos, uma ou outra menina de programa, que levava ao motel no seu velho fusca. Tudo com parcimônia, dentro de suas possibilidades. Simples médico da assistência, com pequeno consultório [em rua anônima] <↑numa galeria>, para atendimento de clientes que [traziam]<↑trazem> a guia do Instituto, populares, gente do povo.

Além disso, recorremos a uma lista de operadores utilizados por Lima (2016), para que o leitor compreenda os símbolos que poderão aparecer nos trechos recortados para análise. São eles:

- < > acréscimo
- <↑> acréscimo na entrelinha superior
- <↓> acréscimo na entrelinha inferior
- <←> acréscimo na margem esquerda
- <→> acréscimo na margem direita
- <[]> acréscimo e posterior supressão
- [] supressão
- [] <↑> supressão por riscado ou datilografia de X seguida de acréscimo na entrelinha superior
- [] <↓> supressão por riscado ou datilografia de X seguida de acréscimo na entrelinha inferior
- [] / \ substituição por sobreposição, na relação [substituído] /substituto\
- [] < > substituição à frente
- Ω deslocamento (desdobra-se em Ω1 Ω2 para indicar a sequência do deslocamento)
- [il] palavra ilegível

(Lima, 2016, p. 65)

O processo de escrita de Moreira Campos, de acordo com Lima (2016, p. 71), era datilografado pelo autor “e ainda com o papel na máquina já iniciava as intervenções através de supressões de trechos repetidos ou informações desnecessárias e acréscimos que melhorassem a interpretação do texto.” Logo após as (re)leituras, o autor procurava reformular trechos não muito claros, a fim de não haver brumas na interação com seus leitores. Isto posto, partimos dessas reformulações para analisar os processos referenciais na narrativa de Moreira Campos.

O conto analisado é uma

narrativa desenvolvida nos 8 testemunhos de Os caminhos traz, em resumo, a história de uma mulher que chegou para trabalhar na casa de um homem cuja antiga empregada havia morrido. Logo no primeiro dia de trabalho, começa um romance entre o patrão e a moça e, com o passar do tempo, os dois formaram uma família. A diferença principal entre os enredos dos testemunhos está na mudança do papel desenvolvido pela moça. A personagem feminina, em alguns testemunhos, é uma garota de programa que foi contratada para trabalhar na casa e, em outros, é uma empregada que vem para cuidar do patrão. Nos 8 testemunhos dessa

⁸ O primeiro número indica a qual testemunho o excerto pertence; já o segundo número indica a sucessão de exemplos que foram coletados do mesmo testemunho.

narrativa, encontramos diferenças, que vão desde o enredo até o título (Lima, 2016, p. 143).

Dito isso, consideremos algumas expressões referenciais utilizadas pelo autor:

- (1.0) [...] Um dia, apareceu Zuleica, também menina de programa. Foi por quem [ele] se encantou: o rosto sério, grave, um modelo de corpo.

Desconsiderando a introdução da entidade (que é tópica) na narrativa, poderíamos depreender que o uso do pronome seria justificado por haver concorrência entre as duas personagens, já que a narrativa se desenvolve na 3ª pessoa do discurso. Vejamos como essa entidade discursiva é introduzida no texto.

- (1.1) [Era] <↑É> desquitado, sem filhos. Tinha os seus quebra-galhos, uma ou outra menina de programa, que levava ao motel no seu velho fusca. Tudo com parcimônia, dentro de suas possibilidades. Simples médico da assistência, com pequeno consultório [em rua anônima] <↑numa galeria>, para atendimento de clientes que [traziam]<↑trazem> a guia do Instituto, populares, gente do povo.

Embora o referente seja introduzido por grau zero (o que demarca alto grau de acessibilidade), vai sendo recategorizado com expressões referenciais de baixo grau de acessibilidade, mesmo que não tenha sido revelado por nome próprio. Diante da apresentação desta personagem, a qual constituirá a topicalização de todo o testemunho 1, ratificamos nossa inferência acerca da supressão ([]) do pronome pessoal realizada pelo autor. Seguindo o mesmo raciocínio, é o que ocorre em (3.0).

- (3.0) [...] [<Ela>] [A] <A>cabou [de] <↑por >dormir, ali [nessa noite] <↑ali ao seu lado e> nas noites que se seguiram, marido e mulher, os dois travesseiros.

O acréscimo (< >) e, logo em seguida, a supressão [] realizados podem sinalizar a hesitação do escritor diante da necessidade do uso do pronome pessoal para demarcar a qual entidade discursiva a anáfora em zero se refere. Entretanto, como já asseveramos há pouco, a expressão referencial em zero não fomenta uma competição, em virtude da (sub)topicalização⁹ (tópico local, Ariel, 2001) do evento narrado.

Os exemplos (1.0) e (3.0) guiam-nos a algumas considerações já salientadas por Ariel (2001), apresentadas aqui. De acordo com a autora, não há uma condução dos escritores/falantes aos destinatários a uma exata origem geográfica. Certamente, o escritor não nos guia a uma exata origem, no entanto, considerando que trabalhamos com manuscritos, isto é, um dizer planejado, ousaríamos afirmar que as expressões utilizadas por ele podem ser *mais orientadas*.

Embora estejamos lidando com um dizer planejado, não significa que o autor não permita passar algumas concorrências. Por exemplo (1.1):

- (1.1) [Era] <↑É> desquitado, sem filhos. Tinha os seus quebra-galhos, uma ou outra menina de programa, que levava ao motel no seu velho fusca. **Tudo com parcimônia**, dentro de suas possibilidades. **Simples médico da assistência**, com pequeno consultório [em rua anônima] <↑numa galeria>, para atendimento de clientes que [traziam]<↑trazem> a guia do Instituto, populares, gente do povo.

⁹ Chamamos de (sub)topicalização por partir do princípio de que o gênero conto, de acordo com Terra (2014), centra-se em três pilares, a saber, evento, personagem e espaço. Isto posto, conforme nossa leitura, percebemos que, dentro de um evento principal, eventos secundários são desenvolvidos na narrativa, o que fomenta topicalizações secundárias ([sub]topicalização).

Retomando (1.1), deparamo-nos com uma possível competição, a qual pode ser motivada por inferência (Marcuschi, 2007). Dizemos o mundo a partir de nossas vivências culturais, já que a cultura é nosso nicho, e nossa cognição também é formada nesse nicho. De maneira semelhante, as leituras que fazemos do mundo também são fabricadas (Blinkstein, 2003) pela realidade de que fazemos parte. Assim sendo, a expressão ‘tudo com parcimônia’, em tese, conduzir-nos-ia a duas entidades, são elas: a) *a disposição física da personagem* ou b) *o poder aquisitivo da personagem*.

Em (a), poderia ser justificada pela idade do médico, o que já não o permitiria uma mobilidade física intensa, demandada por seus encontros casuais.

(1.2) **O velho[s]** (que não é velho) parece-lhe, **a ele médico**, mais senhor de si, desembaraçado e até com fumaças de [boas relações] bons negócios no seu ramo.

Em (1.2) podemos ratificar a idade do médico pela expressão apositiva ao referenciá-lo, já que a substantivação de ‘velho’ poderia apontar para o pai da sua pretendente ou para si. Diante dessa competição fomentada pelo pronome ‘lhe’, o escritor recorre à expressão apositiva. Nos testemunhos será comum o uso de apostos para solucionar as competições.

Em (b), embora a personagem fosse médica, parece-nos que à época a medicina ainda não era um curso que desse um grande retorno financeiro, como atualmente. Em tese, não é que o médico fosse miserável (sentido literal), mas também não esbanjava luxo, como podemos ver em (1.1.1):

(1.1.1) [...] **Simples médico da assistência, com pequeno consultório** [em rua anônima] <↑numa galeria>, para atendimento de clientes que [traziam]<↑trazem> a guia do Instituto, populares, gente do povo.

Diante das considerações que fizemos, advogamos que adotar a tese, considerando a interpretação feita em (a) ou (b), seria possível que o leitor optasse por qualquer uma das duas, o que seria, em princípio, justificado de acordo com a complexidade da subjetividade de leitura do destinatário. Entretanto, parece-nos que (b) torna-se mais plausível quando recorremos às expressões em destaque no item (1.1.1).

As nossas inferências comungam com Hanks (2008, p. 123), para o qual o papel do contexto “é central na definição do texto como um objeto completo, interpretativamente coerente”, quando mobilizamos nosso conhecimento enciclopédico, a fim de comparar historicamente como o curso de medicina tornou-se um forte produto na sociedade neoliberal, sobretudo, brasileira.

Seguindo nossa análise acerca das manifestações referenciais, no que concerne aos fatores envolventes à Teoria da Acessibilidade, Costa (2007a), como já mencionado aqui, qualifica duas relações desenvolvidas pelos quatro fatores. Para a autora, distância e competição representam uma relação negativa com o nível de acessibilidade; enquanto saliência e unidade, uma relação positiva. Entretanto, Ariel (2001) salienta que a topicalização do referente no texto, como se ele estivesse em letras garrafais, é uma forma de dissolver a relação negativa de distância, como veremos em (1.3).

(1.3) [...] Mas o fato é que o tempo voa, passa rápido. Estão ali na sala de casa, diante da televisão, **ele**, Zuleica e o filho, um rapazinho já.

Em (1.3), temos as últimas linhas do testemunho, em que nos atentemos para o uso da expressão referencial pronominal (*‘ele’*). Já salientamos anteriormente, em nota

de rodapé 6, que o texto literário tem por um dos pilares os eventos sucedidos na narrativa, como também as personagens. Nessa direção, com o testemunho 1 não é diferente. O enredo deste testemunho tem por tópico central a vida do médico, assim, essa entidade discursiva está sempre saliente no texto, mesmo que eventos e outros personagens surjam e constituam o tópico local (Ariel, 2001). Por isso que, imediatamente, somos conduzidos à entidade discursiva do médico, e não a outro personagem.

Sob essa óptica, Ariel (2001, p. 34) assevera que:

Quanto mais menções anteriores têm um antecedente, maior a sua acessibilidade. Ainda assim, os tópicos discursivos podem ser geralmente referidos por marcadores de alta acessibilidade, apesar de uma quantidade baixa de menções anteriores. Talvez isso se deva ao fato de que algumas entidades, tópicos discursivos mais que outros, são inferidas como estando presentes, mesmo quando a menção explícita está ausente.

No testemunho 2, de ‘Os Caminhos’, em virtude da personagem principal, o médico, tornar-se o narrador do texto, ocorrências de competição ou opacidade de referentes foram resolvidas com a narração em 1ª pessoa. Como em (1.2) que possuíamos competição entre duas entidades discursivas, fora resolvida em (2.0) com a mudança da pessoa do discurso.

(1.2) **O velho[s]** (que não é velho) parece-lhe, **a ele médico**, mais senhor de si, desembaraçado e até com fumaças de [boas relações] bons negócios no seu ramo.

(2.0) **O velho** <↑que não é velho>, pareceu-me mais seguro de si, com fumaças de bons negócios no seu ramo, os conhe[cimentos] <↑cidos> que tem [com pessoas de destaque] <↑de certo destaque>.

Em (1.2), o texto era narrado em 3ª pessoa, assim, diante de duas personagens masculinas e de semelhante idade, fomentava a competição entre as duas entidades discursivas. Uma vez que, em (2.0), a personagem principal torna-se o narrador da história, a competição é resolvida. Analisemos (4.0), a fim de confirmarmos o que observamos quanto à competição entre as entidades discursivas.

(4.0) Ele conhecia **o velho de rua, corretor de imóveis**, com a sua pesada pasta, sempre apressado. **Este** esteve em seu consultório.

Em mais uma ocorrência, estamos diante do confronto entre os fatores distância e competição. De acordo com Ariel (2001), a soma desses fatores resulta no acréscimo ou decréscimo do grau de acessibilidade. Intentando não haver incompreensão diante da competição entre os dois referentes, o escritor introduz a segunda entidade (‘velho de rua’), utilizando-se de expressões mais informativas e mais rígidas (Nome completo + modificador [‘o velho de rua’], [‘corretor de imóveis’]). Logo depois, utiliza-se de pronome demonstrativo (‘este’) para demarcar que a entidade referida é a segunda, não a primeira.

Ariel chama atenção para o fator distância, a qual “não é necessariamente mensurada por palavras” (Ariel, 2001, p. 30). Diante de (4.0) fica claro que a distância entre a anáfora e o referente é irrisória, o que levaria, em princípio, o autor a utilizar-se de uma expressão mais atenuada e menos informativa. Entretanto, diante da potencialidade dos dois referentes, o que implica um baixo grau, o autor faz-se do

pronome demonstrativo, o que para a autora caracteriza um grau de acessibilidade mais baixo do que os pessoais, como podemos constatar em (5.0).

- (5.0) [...] Eu **a** comia no seu quarto, às vezes em pleno dia, em pé ou dentro d[e]/a\ [sua] rede, atento ao arrastar de chinelas de minha mãe, já velha, amparando-se às paredes.

O nível de saliência do referente é alto, visto que essa entidade constitui o tópico global, o que favorece ao escritor o uso de uma expressão menos informativa, menos rígida e mais atenuada, o que corrobora um alto grau de acessibilidade.

Retomando a (4.0) e (4.1), a fim de demarcar as anáforas aos seus respectivos referentes *adequados*, o autor dá sequência à narrativa utilizando-se de expressões mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas. Vejamos em (4.1):

- (4.1) **O corretor** <X> olhava-o [muito], meio surpreso. **O médico** falou-lhe com palavras escolhidas bem ajustadas.

Considerando (4.1), seguimos dando ênfase às concorrências diante de duas entidades masculinas e maduras, o escritor depara-se com a possibilidade de o destinatário não acessar o referente exato a que ele se refere, o que pode causar incompreensão diante da leitura. Como já salientamos, a crítica genética orienta-nos a discorrer acerca de expressões mais orientadas, em função de lidarmos com o dizer planejado do escritor, não textos ordinários, os quais demandam improvisação no discurso, uma vez que não conseguimos prever as atitudes responsivas dos destinatários.

Marchuschi (2008, p. 40, grifo do autor) defende a necessidade de haver explicitude no uso da língua, o que não quer dizer que “explicitar seria *dizer tudo* ou *dizer univocamente*, mas sim dizer de forma interpretável a partir das condições presentes (ou inferíveis) no universo discursivo em andamento.” Desse modo, nossas inferências são justificadas, em razão de o escritor planejar seu dizer, atentando-se as possibilidades de interpretação dos destinatários.

Sob esse contexto, analisemos (2.1).

- (2.1) [...] Mas ainda tínhamos as **nossas cautelas**. Uma refeição em restaurante perto, um domingo em praia mais distante, o cinema do bairro.

Atentando-se à expressão destacada, o narrador transfere a preocupação, chamada de cautela, de não ser notado por conviver com uma ex-prostituta. Aparentemente, a preocupação parte dele, mas a transfere para a sua esposa. Podemos constatar, em tese, com o (2.2).

- (2.2) [...] Sei que [< ↓ ainda>] **persistem comentários**<,>< [↑ embora Ω1 raros]> [(Zuleica veste-se bem)] olhares curiosos <↑(Ω2 raros)>, que **eu traduzo** mais ou menos assim: “Este é **doutor Eurico**, ela a **moça de programa** que ele trouxe para casa”.

Seguindo nossas observações, destacamos que Marcuschi (2007, p. 40) advoga que “nossas representações são projeções de um mundo elaborado mentalmente na base de experiências.” Assim sendo, a utilização da expressão ‘cautela’ (2.1) por parte do narrador revela as projeções, ratificadas em (2.2), de um homem mais velho casado com uma mulher mais nova e ex-garota de programa.

No testemunho 6, expressão já apresentada em (5.0), o escritor utiliza-se de uma expressão grotesca que revela o ponto de vista do narrador-personagem em

relação à própria companheira, para depois recorrer à polidez no testemunho 7. Vejamos em (6.0):

(6.0) [...] **A primeira vez que a comi** <,> <↑e foi logo de começo,> foi logo ali na cozinha, em pé, minha mãe lá para os fundos de casa

Os trechos destacados foram selecionados por nós, em razão de pontuarmos particularidades ocorridas no percurso criativo de Moreira Campos. A seguir, fazemos algumas considerações gerais acerca de nossas observações sobre o planejamento de dizer do conto inédito eleito por nós.

3.1 Os pontos em comum no percurso criativo de Moreira Campos

Durante nossa análise, percepções acerca do estilo de escrita de Moreira Campos foram chamando nossa atenção. Como já salientado, o conto narra a história de um homem mais velho que se envolve com uma mulher mais nova. Dentre inúmeras transformações por que perpassa a narrativa, desde mudança da pessoa do discurso, título e enredo, somos convidados a refletir sobre o caminhar das edificações destas histórias (plural mesmo, porque cada testemunho possui sua singularidade).

De modo primeiro, as entidades discursivas que são ‘tópico global’ (Ariel, 2001), como Zuleica ou o Médico (protagonistas), na narrativa, são introduzidas, na maioria das vezes, por anáfora zero. Nessa direção, o autor rompe com as teses voltadas para expressões indiciais, como nomes completos e pronomes indefinidos. Moreira Campos não dá nome ao médico, exceto no testemunho 2, como também só nomeia a protagonista feminina nos testemunhos de 1 a 4, apagando o nome da personagem nos testemunhos subsequentes.

A respeito da onomástica, cabe-nos uma singela observação no que concerne à falta de nome das personagens. O enredo desenvolvido pelos protagonistas pode ser representado (sem cair no simplismo) nos seguintes enquadramentos:

Quadro 3 – Expressões referenciais no enredo.

Homem mais velho	Mulher mais nova
Médico	Ex-garota de programa
Patrão	Empregada (ex-garota de programa)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante disso, o arquétipo desenvolvido no conto de Moreira Campos poderia solicitar ao escritor apenas uma correlação paradigmática, ou seja, fazendo-o substituir um antropônimo por outro, o que não implicaria, a nosso ver, prejuízo de sentido, porque o apagamento desses nomes pode encapsular outros tantos que vivenciam história semelhante.

Outra interessante observação a ser feita diz respeito à resolução a que o escritor recorre para abrandar a potencialidade de competição entre os referentes. Moreira Campos utiliza-se ora de expressões apositivas (mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas) para solucionar as competições que há entre as entidades discursivas, ora de pronomes demonstrativos (possuem grau de acessibilidade mais baixo que os clíticos), revelando uma suposta saliência do referente. Em tese, a potencialidade dos antecedentes é fomentada por uma mútua contribuição entre o mesmo gênero gramatical dos protagonistas e coadjuvantes e pela narrativa em 3ª pessoa (exclusiva do testemunho 1).

A alteração do foco narrativo do conto pareceu-nos que tanto o testemunho 2 (exclusivamente narrado em 1ª pessoa do discurso) como outras passagens em 1ª pessoa dos demais testemunhos solucionam as competições existentes e não fomentam opacidade dos referentes. Entretanto, o estilo conciso de Moreira Campos fomenta a opacidade do referente percebido nas supressões recorrentes no percurso de escrita. Vale pontuar que esse jogo de linguagem no texto literário, onde o escrever menos é falar mais, não é benéfico com os propósitos de dizer, por exemplo, de uma redação de concurso, do texto jurídico, os quais prezam para a não existência de opacidade.

O alinhamento entre crítica genética e teoria da acessibilidade (processos referenciais) ocorre justamente pela necessidade de suprimir ou acrescentar informações às entidades de discurso no desenvolvimento do texto. Do ponto de vista da crítica genética, compreendemos que a decisão de suprimir os textos decorre do próprio desafio que o autor atribui a si ao fazer uma narrativa concisa, porque tanto a crítica quanto o autor dividem a obra literária em um período de longas narrativas e um período de curtas narrativas (como o conto que analisamos nesta pesquisa). A teoria da acessibilidade, por sua vez, direciona-nos ao desafio de inferir que a opacidade desse referente serve, na verdade, ao estilo de escrita do autor, contextualização necessária para a compreensão do texto. Portanto, Moreira Campos escreve menos para dizer mais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tecemos mais uma costura amigável entre filologia textual e as investigações na área da referenciação, seguindo o que propôs Alves (2016). Acreditamos que a discussão aqui apresentada colabora para os estudos da área, sobretudo quanto ao alargamento das possibilidades de investigação a partir de corpus de outras pesquisas disponibilizados por investigadores(as) como Lima (2016).

Esse fazer não apenas lança luz, sobre a análise documental, sobre o fazer filológico, mas nos permite trabalhar no campo científico de forma integrada, conhecendo pesquisas anteriores e valendo-nos delas, dando outros prosseguimentos, desbravando outros caminhos. Percebemos em nossas análises que Moreira possui um estilo conciso de escrita, e esta concisão contribui muito para as competições entre os referentes. Assim, o autor recorre às supressões, quando julgadas desnecessárias as expressões mais informativas. Além disso, o percurso narrativo do conto em análise centra-se, geralmente, entre duas personagens de mesmo gênero gramatical. Campos recorre às expressões apositivas para direcionar a anáfora ao seu antecedente adequado. Ariel (2001) salienta acerca da não condução à correta origem *geográfica* cuja tese corroboramos, entretanto, a partir do nosso processo de leitura, inferimos que, ao se trabalhar com um dizer planejado, permite-se, ousadamente, considerar que o autor se utiliza de expressões “mais orientadas”.

Em linhas gerais, observamos que a mudança de pessoa do discurso na narrativa pode acarretar competição entre os referentes ou solucioná-la. Neste sentido, pareceu-nos que tanto o testemunho 2, que exclusivamente é narrado em 1ª pessoa do discurso, como outras passagens em 1ª pessoa dos demais testemunhos, solucionam as competições existentes e não fomentam opacidade dos referentes, o que enfatizaria a tese de que não há uma fórmula dos fatores de acessibilidade, porque a própria teoria alicerça-se na complexidade.

Finalizando nosso dizer, mas não o esgotando, reafirmamos a ideia de que o texto é um evento comunicativo complexo, dinâmico e que possibilita diferentes construções de sentido a partir de suas tramas.

REFERÊNCIAS

- Alves LEP. Filologia textual e linguística textual: estudo de textos setecentistas à luz da teoria da acessibilidade [dissertação]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2016.
- Alves LEP. A teoria da acessibilidade e suas implicações para a leitura do texto antigo. *Revista Diálogos*. 2020, abr./ago.;8(8):98-119.
- Alves LEP. Linguagem, complexidade e formação de professores de língua materna: a constituição de comunidades de aprendizagem nas vivências de metatextos situados a partir de metodologias focadas na pesquisa [tese]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2021.
- Alves LEP, Ximenes EE, Santos HLG. Para além das traças: desdobramentos contemporâneos das pesquisas filológicas. *Revista Philologus*. 2016, maio/ago.;22(65):121-132.
- Ariel M. Accessibility theory: an overview. In: Sanders T, Schilperoord J, Spooren W, editores. *Text representation: linguistics and psycholinguistics aspects*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company; 2001. p. 29-89.
- Austin J. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon; 1962.
- Beaugrande RD. *New foundations for a science of text and discourse*. Freedom of access to knowledge and society through discourse. Norwood: Ablex; 1997.
- Bentes AC, Rezende RC. Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. In: Signorini I, organizadora. *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial; 2008. p. 19-46.
- Blikstein I. *Kaspar Hause, ou a fabricação da realidade*. 9.^a ed. São Paulo: Cultrix; 2003.
- Cambraia CN. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Cavalcante MM. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto; 2013.
- Costa MHA. *Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão [tese]*. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará; 2007a.
- Costa MHA. Ariel e a noção de acessibilidade referencial: ampliando os limites do discurso. In: Cavalcante MM, et al. *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referência e outros domínios discursivos*. Vol 2. Rio de Janeiro: Lucerna; 2007b. p. 40-73.
- Demétrio AKB. Aspectos epistemológicos da sociocognição no discurso reflexivo de Clarice Lispector sobre o dizer: o malogro da voz e o esplendor de ter uma linguagem [tese]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2018.
- Dubois J, et al. *Dicionário de linguística*. 17.^aed. São Paulo: Cultrix; 2011.
- Hanks WF. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez; 2008.
- Koch IGV. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2.^a ed. São Paulo: Contexto; 2017.
- Koch IGV, Elias VM. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3.^a ed. São Paulo: Contexto; 2015.
- Lima ESA. *Nas sendas da criação literária de Moreira Campos: edição genética e estudo crítico-filológico de contos inéditos do autor [tese]*. Salvador: Centro de Humanidades, Universidade Federal da Bahia; 2016.
- Marcuschi LA. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna; 2007.
- Marques DT. *Referência e ensino: uma análise sociocognitivista da (re)construção do ponto de vista [dissertação]*. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2019.

- Mondada L, Dubois D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Cavalcante MM, tradutora. In: Cavalcante MC, Rodrigues BB, Ciulla A, organizadoras. Referenciação. São Paulo: Contexto; 2003. p. 17-52.
- Mourão MG. O uso da referenciação no aperfeiçoamento da reescrita de textos acadêmicos em inglês [monografia]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2020.
- Oliveira FPL, Costa MHA. A recategorização como processo de construção de objetos de discursos: quando grafitar é transformar a realidade. *Entrepalavras*. 2018;8(2):137-155.
- Parente IC. Teoria da acessibilidade e processos referenciais [dissertação]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2016.
- Queiroz AA. Filologia e linguística textual em diálogo: revisitando um conflito administrativo do Ceará Colonial a partir da recategorização identitária dos participantes do evento [tese]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2020.
- Righi C. História de la filologia clásica. Barcelona: Editorial Labor; 1967.
- Salomão MMM. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudos linguísticos*. 1999;3(1):61-79.
- Santiago-Almeida MM. Para que filologia/crítica textual? *Acta Semiótica*. 2011;1:1-12.
- Ximenes EE. Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX [tese]. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará; 2009.
- Ximenes EE. Fraseologias jurídicas: estudos filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris; 2013.

A exclusão na escrita de si:
o discurso jurídico em cartas de adolescentes
privados de liberdade

*Exclusion in self-writing:
the legal discourse in letters from adolescents
deprived of liberty*

Fernando Miranda Arraz*

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas),
Belo Horizonte, MG, Brasil

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas),
Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender, por meio da escrita de si em cartas de adolescentes privados de liberdade endereçadas para seus familiares, como a exclusão se manifesta discursivamente no processo de subjetivação. Como pressupostos teóricos, buscamos contribuições nos fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo nos trabalhos de Foucault (2012, 2013, 2014, 2017). Cabe destacar que, a análise leva em conta o discurso inscrito na história, a partir de uma “escrita de si”. Analisamos, por meio das Formações Discursivas (FD), como os sujeitos que se encontram acautelados se relacionam a partir do lugar onde estão — o acautelamento —, a fim de compreendermos como as representações que fazem desse lugar permeiam seu processo de subjetivação por meio do discurso jurídico. Os resultados apontam para o silenciamento desses adolescentes pelo fato de as cartas, ao serem violadas, passarem por um sistema de controle.

Palavras-chave: Cartas. Adolescentes privados de liberdade. Exclusão. Escrita de si. Subjetivação.

Abstract: This article aims to understand, through self-writing in letters from adolescents deprived of liberty addressed to their families, how exclusion manifests itself discursively in the process of subjectivation. As theoretical assumptions, we seek contributions in the foundations of French Discourse Analysis, especially in the works of Foucault (2012, 2013, 2014, 2017). It should be noted that the analysis takes into account the discourse inscribed in history, from a “self-writing”. We analyzed, through the Discursive Formations (DF), how the subjects who are cautious relate to each other based on the place where they

* Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutorado em Letras: Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Servidor público da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP/MG), Mestrado Profissional em Didática e Docência (Promestre) pela UFMG; fernandomarraz@gmail.com

** Pós-doutorado na Université Lille III, na França, Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora Adjunto IV, coordenadora do curso de especialização em Revisão de Textos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; daniellalopesrodrigues@gmail.com

are — the precaution — in order to understand how the representations they make of this place permeate their process of subjectivation through the legal discourse. The results point to the silencing of these adolescents due to the fact that the letters, when violated, pass through a control system.

Keywords: Letters. Adolescents deprived of liberty. Exclusion. Writing yourself. Subjectivation.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo¹ aborda o universo das instituições voltadas ao atendimento socioeducativo, onde se encontram adolescentes privados de liberdade, que estão aprisionados por cometerem atos infracionais por decisão de um representante do Estado (Juiz).

Nesse locus específico, torna-se impossível não nos mobilizarmos com o drama humano intenso e, assim, enfrentarmos a nossa própria vulnerabilidade. Diante das angústias desses sujeitos, da complexidade nas relações entre os aprisionados e os servidores que atuam nesse ambiente, da extremidade das violências físicas e psicológicas existentes nesse espaço, dos olhares cheios de revolta, de dramas familiares complexos e, principalmente, falta de esperança, percebe-se que são imprescindíveis pesquisas acadêmicas para confrontar tais situações. Ressaltamos a preocupação central que orienta a investigação apresentada neste estudo, corroborando a sua função social e o compromisso com os problemas da sociedade.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo compreender, por meio da escrita de si em cartas de adolescentes privados de liberdade endereçadas para seus familiares, como a exclusão se manifesta discursivamente no processo de subjetivação. Dessa forma, por meio do discurso escrito nas cartas para seus familiares, esses sujeitos tentam demonstrar sua existência se defrontando com o poder.

A coragem para adentrar as trilhas da AD se justifica mediante o objetivo central deste artigo, possibilitando enfatizar um sujeito determinado pela língua na historicidade enquanto alicerce de processos discursivos, de natureza histórico-social. E, para tanto, contamos com a trajetória de um dos pesquisadores que, mediante sua experiência profissional em um ambiente socioeducativo, tangencia as escolhas temáticas, reflexivas e analíticas deste estudo.

Os textos pertencentes a essas cartas foram produzidos por sujeitos acautelados² num ambiente de reclusão, em que discursos cristalizados constituem esse espaço pelas relações de poder, carregando certas memórias que, por sua vez, constituem os sujeitos que ali estão. Por meio do discurso, podemos alcançar o lugar a partir do qual os sujeitos se posicionam diante de uma temática ou circunstância, uma vez que o discurso funciona como um processo de subjetivação. Tais discursos categorizam de modo, por vezes, homogeneizante, sujeitos e lugares e, nesse caso, há ideologias que buscam consolidar a dicotomia “dominante/dominado”.

¹ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa — CEP da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e devidamente aprovada - CEP: CAAE 40488120.1.0000.5137. Precisamos esclarecer que, para que tivéssemos acesso às cartas, foram necessárias as autorizações prévias do poder judiciário e principalmente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública — SEJUSP.

² Termo utilizado para adolescentes/jovens que se encontram privados de liberdade.

Os pressupostos teóricos desta pesquisa baseiam-se na Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD. A abordagem da subjetivação e a escrita de si se fazem a partir de Foucault (2012, 2013, 2014, 2017), o qual afirma que essa escrita configura um cuidado de si que permite a constituição do sujeito, uma vez que esta prática apresenta o registro de movimentos interiores, pensamentos, desejos e ações daquele que escreve.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) E AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS (FD)

De acordo com Foucault (2013, p. 24), “todo discurso deriva de um já-dito (não sabido, apagado) e esse já dito é sempre um jamais dito”. Precisamos ressaltar que não é no cerne da palavra que a ideologia é descoberta, nem na finalidade daquele que a diz, mas na discursividade, além das palavras, que inclui as condições sócio-históricas que determinam o que pode e necessita ser dito. O discurso é definido por um conjunto de enunciados, uma vez que não existe um discurso “único”, pois o mesmo discurso pode ser proferido por diferentes sujeitos. Os sentidos das palavras não são exatos, pois estão vinculados à exterioridade, de modo que todo discurso é brotado e dirigido pelo já-dito, o qual desponta os seus efeitos de sentido pela materialidade.

Com isso, não devemos perder de vista que o discurso advém do interior de uma série de outros discursos, constituindo conexões e deslocamentos, construídos por diversas direções, pelas quais o sujeito desloca-se por vários ambientes, apresentando-se a si mesmo em um determinado momento histórico, podendo se remeter ao fato de que, em seu discurso, é realizada a produção de outros sentidos, subtraídos de outras produções discursivas. Vale lembrar que essas produções são compostas, pois em toda palavra moram diversos discursos amparados por outros, sendo assim, é possível considerar que nenhuma palavra é neutra.

Foucault (2014) enfatiza que todo discurso é caracterizado por enunciados que o precedem e o sucedem, sendo complementares de outros discursos. Isso é compreensível pela transitoriedade do homem e da história, que não são engessados, fechados, o que provoca a formação de outros panoramas, outros grupos e novas ideologias. Conforme o autor supracitado, é por meio da AD e mediante ponderações que permeiam os enunciados do sujeito que abordamos a micropática de poder. O discurso não é definido como literal e transcreve o conflito das tensões institucionalizadas entre as classes. Esse conceito não se reduz à materialidade linguística, já que está submetido a uma mesma regularidade e a uma dispersão discursiva.

Quando avaliamos nossos discursos, podemos perceber a dissolução dos laços intensamente ligados entre “as palavras e as coisas” (Foucault, 2014, p. 57), insinuando a confrontação entre a realidade e a língua como práticas que compõem o objeto do falante, de forma que a pronúncia com o objeto, o sentido e os valores de verdade consigam se destacar mediante um conjunto de diversas séries de regras próprias da prática e das formas de organização. Nascemos em um mundo em que os discursos já são praticados na sociedade e nos tornamos sujeitos derivados desses discursos, ou seja, não é a questão de buscar a origem dos saberes, mas a proveniência, para que os sujeitos possam se constituir em determinadas práticas discursivas.

Em relação às Formações Discursivas (FD), Foucault (2014) refere-se a determinado tempo e espaço social, que é percebido em função de condições

específicas no espaço social em curso. O conceito de FD surge com Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do saber* (2014), porém, Pêcheux (2009) faz uma reconfiguração da noção de FD à luz das teses althusserianas³. De acordo com Arraz e Sena (2021), Foucault e Pêcheux utilizam a noção de FD para fundamentar seus desenvolvimentos na AD. Cada autor demonstra a noção de FD mediante uma localização diferente em sua teoria ou procedimento, “principalmente pela presença da noção de ideologia na obra de Pêcheux, herança do trabalho de Althusser, e de sua respectiva dependência das noções de assujeitamento e de interpelação” (Arraz; Sena, 2021, p. 7).

Conforme Foucault (2014), a FD seria um acontecimento no discurso, que se constitui por um conjunto de enunciados dispersos e por meio das relações entre os objetos, conceitos, tipos/modos enunciativos e as escolhas temáticas (ou seja, as estratégias), sendo possível definir, a partir da dispersão, uma regularidade. Não seria importante procurar uma coerência própria, sendo o importante compreender o sistema de dispersão que esses elementos podem formar. Dito de uma outra forma, dentro de uma mesma FD, há o contraditório e a incoerência, ou seja, os opostos estão lá, em luta, regidos pelo mesmo conjunto de regras que definem a regularidade de sua distribuição em seu espaço próprio.

Conforme Foucault (2014), os discursos são dispersões formadas por subsídios que não estão unidos por nenhum princípio de unidade, a priori, cabendo à AD realizar a descrição dessa dispersão, procurando a sua regularidade de formação. Ao realizar a definição em relação a outras FD (o externo), uma FD será sempre invadida por outros discursos. A FD não deve ser encarada como algo que “pare” o tempo, pois ela determina uma regularidade própria entre os processos temporais, articulando, entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos.

De acordo com Gregolin (2006), trata-se de compreender as regras que admitem que algo apareça como componente do discurso, ponderando as regras e tornando admissível a vivência de enunciações distintas na construção de um discurso. Cabe destacar que uma FD é heterogênea a ela mesma, uma vez que o seu encerramento caracteriza-se pela falta de estabilidade. Conforme Arraz e Sena (2021), esse fechamento não é consistente com uma fronteira traçada de forma definitiva, pois se desloca em função de embates de luta ideológica. A FD é responsável por instituir a identificação do sujeito, para que venha a se tornar sujeito do discurso (e da FD específica que o interpela), ou seja, a FD não é, portanto, um todo, mas, sim, constituída por lacunas, limites e recortes. Falar de FD é, no mínimo, vislumbrar apenas a ponta de uma grande muralha, visto que esse conceito faz parte de toda uma trama conceitual de enunciado, discursos e práticas discursivas.

Neste sentido, a arqueologia proposta por Michel Foucault procura definir não o que se desponha a partir do discurso, mas como se manifestam os próprios discursos que são conduzidos por práticas, definindo regras de constituição dos enunciados, suas atualizações e apagamentos na história.

³ As formações ideológicas, associadas ao conceito de ideologia de Althusser, são o que mobilizam as formações discursivas, entendidas mais como corpos de enunciados do que como estruturas em ação.

3 OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

A subjetivação se refere aos processos que fazem das pessoas em nossa sociedade um sujeito que é suplantado por uma identidade que lhe é atribuída como sua. Não se pode rejeitar uma noção a priori de sujeito para dar lugar a uma objetividade prévia; pelo contrário, trata-se de examinar como o sujeito e objeto se desenvolvem e são desenvolvidos em relação e em função do outro. Pode-se dizer, ainda, que a análise foucaultiana não parte do sujeito, mas incide em refletir sobre os procedimentos de objetivação e subjetivação que antecedem sua constituição.

Em sua obra *Arqueologia do saber*, Foucault (2014) apresenta uma série de estudos que têm por objetivo estabelecer um método de investigação que nos proporciona construção para um novo pensamento, sendo considerado como um dos pensadores contemporâneos que mais se dedicou à questão da política da subjetividade. O uso da palavra arqueologia remete ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, procurar depreender as estruturas universais presentes. O que está em pauta na análise foucaultiana dos discursos é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vez em que os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos.

Foucault (2017b) aborda dois processos de constituição do sujeito: objetivação e subjetivação. No primeiro, o filósofo apresenta uma reflexão sobre a importância da análise das relações de poder. A esse respeito, o autor continua suas ponderações, relatando que não se trata de questionar a origem do poder, mas, sim, analisar as técnicas e os procedimentos utilizados nos diferentes contextos das instituições para atuar sobre o comportamento dos sujeitos, uma vez que cabe nos processos de objetivação desenvolver, administrar e alterar a maneira de condução do sujeito. O processo de objetivação se dá por meio das relações de poder, o qual, pelas práticas e procedimentos de governo, determina o sujeito, isto é, materializa-o como louco, doente e delinquente, entre outras representações pejorativas. Logo, o processo de objetivação demonstra a forma como os sujeitos são governados uns pelos outros e, nesse caso, para cada modo de objetivação, apresenta um tipo de saber.

No que se refere à subjetivação, Foucault (2012a) enfatiza que os processos sociais de construção da subjetividade se realizam por meio da noção das categorizações, das instituições, dos mecanismos de inclusão e exclusão que ocasionam os costumes de vida e modo de existência do sujeito. Esse filósofo se dedicou, ao longo de suas investigações, não apenas a estudar como se constituiu essa noção de sujeito que é própria da modernidade, como também de que maneiras cada um de nós se torna essa entidade que chamamos de sujeito moderno.

A cada dia se discute mais sobre os novos processos de subjetivação, de modo que, em meio às diversas concepções do conceito de subjetividade, debate-se predominantemente a fundamentação foucaultiana, quando esse autor analisa a forma pela qual os seres humanos se tornam sujeitos. Tenta-se não encarar o conceito no íntimo dos indivíduos, nos escopos de cada sujeito, nos anseios, apreciações ou pontos de vista pessoais, mas sim considerar a produção de subjetividades como uma constituição histórica e social, como efeitos das práticas discursivas e institucionais, na construção de verdades do sujeito sobre si mesmo. Dessa forma, pode-se compreender a subjetivação como um processo que ocorre a partir da nossa relação com o outro,

consigo e com os acontecimentos, ou seja, por meio de tudo aquilo que produz implicação nos corpos e nos modos de viver.

Desse modo, considerando a liberdade como uma prática ligada à noção de governo, pressupõe-se não ser um conceito abstrato, mas uma espécie de exercício, sendo necessário identificar o ambiente em que acontecem o movimento e o remanejamento das relações entre governo de si e governo dos outros. Esse autor ainda nos apresenta a realidade histórica como o espaço onde estão as relações. Existem espaços no poder que ensaiam “práticas de liberdade” na medida em que o sujeito cria elementos que, de forma processual, se articulam e se ampliam como possibilidades para a ampliação de práticas de resistência. É admissível um entendimento de que a relação de poder e a falta de submissão da liberdade não estão separadas, e é nessa perspectiva em que o sujeito luta.

Mediante essa existência, o sujeito exercita as relações de poder e as “práticas de liberdade” com suas próprias forças e aprende a lidar com o limite da ordem, da aceitação tácita de algo posto e aceito. Existe um poder de todos e de cada um que não pode ser delegado a outros, ou seja, somente nas relações de poder é cabível ao sujeito autogovernar-se. Desse ponto de vista, podemos dizer que o saber é uma “prática de liberdade” indispensável às relações de poder, a qual estimula o sujeito a uma ação, sendo percebida a dominação e consentindo o conhecimento de suas limitações.

Cabe salientar que, mesmo que o sujeito esteja perante negatividades, perpetra-se a sua importância por caracterizar-se a concessão do sujeito fazer e refazer a sua oportuna história. Esse seria um dos modos pelos quais se pode ponderar a arte de governar, seja no governo de si (sujeito), como também no governo referente às instituições do Estado. Pretendemos demonstrar neste estudo que, por meio dos discursos que circulam em uma unidade socioeducativa, os sujeitos que se encontram acautelados apresentam subjetivação de determinados modos. Dito de uma outra forma, buscamos analisar de que modo os sujeitos privados de liberdade se constituem pelos jogos de verdade crivados pelas relações de poder que marcam os modos de constituição de sua subjetividade.

Foucault (2017a) relata ainda que as instituições dispõem de técnicas que permitem aos sujeitos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, almas, pensamentos e sua conduta. Por meio das técnicas do eu, voltadas à descoberta e à formulação da verdade a respeito de si próprio, os sujeitos não só obedecem a normas e regras a partir das quais são subjetivados, mas, também, produzem a verdade acerca de si mesmos. De acordo com esse filósofo, as mínimas práticas interpessoais nesses ambientes institucionais que tratam do aprisionamento seriam o elemento fundamental na descrição dos modos de controle e disciplina dos corpos e da vida dos sujeitos.

Essas questões são de extrema relevância para este artigo, uma vez que analisa a rede de atravessamento que o sujeito vivencia, nem sempre sendo visível e que permeiam o cotidiano do sujeito acautelado e fazem do aprisionamento um lugar de produção de subjetividade. Percebemos, então, que os modos de subjetivação sofreram várias transformações no decorrer dos tempos, desde a sociedade disciplinar. Porém Foucault (2017a), interessado em continuar suas investigações para compreender a problemática da produção dos sujeitos nos dias atuais, identifica também as lutas e as resistências como novo modo de subjetivação. Por meio da escrita como técnica de si,

vamos analisar os discursos dos sujeitos acautelados das cartas enviadas para os seus familiares.

4 O APRISIONAMENTO E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (MSE)

Um dos pontos tocados por Foucault (2012b) em sua vasta reflexão concerne ao modo de funcionamento das prisões, abordando a função de normatização dos sujeitos a partir de instituições de arquitetura panóptica, tal como a instituição socioeducativa. Essas instituições, também chamadas por este filósofo de “instituições de sequestro”, visam controlar o tempo dos sujeitos. Duas de suas funções podem ser citadas: a extração da totalidade do tempo e o controle dos corpos. Isso significa que, para o seu funcionamento, deve existir uma disciplina geral da existência.

Foucault (2012b) aborda o poderio disciplinar nas prisões, expondo que é o único ambiente onde o poder pode surgir em condição pura em suas extensões mais abrasadoras e se relevando como poder moral. O autor supracitado considera que o exercício do poder não se traduz de forma mais clara do que nas práticas disciplinares, entendidas como procedimentos que admitem o controle atento do funcionamento do corpo, garantem a submissão constante das suas forças e lhe conferem uma relação de docilidade-utilidade.

A disciplina não trata de uma instituição ou mecanismo no Estado, sendo, por si, uma técnica de poder que consegue ultrapassar todas as instituições e mecanismos, ou seja, podemos inferir que a disciplina é um método de gestão e adestramento dos sujeitos, que consegue fazer com que o poder opere no corpo do sujeito, empregando a punição e a vigilância como aparelhos de adestramento, as quais servem para docilizar o sujeito. A partir da atuação desse procedimento de poder, o sujeito se adéqua aos preceitos estabelecidos pelas instituições.

Foucault (2012b) relata que a criação da instituição-prisão foi uma das formas de apresentar uma aparelhagem destinada a tornar os sujeitos dóceis e úteis por meio de um trabalho preciso sobre seus corpos, antes que a lei viesse a defini-los, como uma espécie de punibilidade nobre. À medida que o corpo útil e dócil se tornava importante, foram desenvolvidos dispositivos para tirar o máximo de tempo e força dos sujeitos para exercitarem seus corpos, expondo-os para que pudessem ser observados e constituídos como um saber que confirmaria esse processo. Nessa seara, os corpos considerados “enclausurados” pelas instituições disciplinadoras seriam encorajados a se despirem do que lhes constitui, a fim de se reconstruírem de acordo com o que seria considerado necessário e socialmente útil.

De acordo com o referido autor, o poder não é analisado de maneira vertical ou central, mas é um exercício manipulado por diferentes entidades, pessoas e instituições, que cria uma circunstância de capilaridade, a qual visa múltiplas direções. Com isso, as relações de poder atuam como instrumento, atravessando corpos, por meio das relações de forças. Foucault (2012a, p. 25) afirma que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político, as relações de poder têm alcance imediato sobre ele [...]. O corpo é investido por relações de poder e dominação”. Esse filósofo relata que o poder consegue operar no corpo do sujeito, empregando a punição e a vigilância como aparelhos de adestramento, as quais servem para docilizar o sujeito. A partir da atuação desse procedimento de poder, o sujeito se adéqua aos preceitos estabelecidos pelas instituições.

Nesse tocante, essas relações de poder perpassam todo esse cenário de constituição de subjetividades e de pertencimento. Os enunciados que expressam receio, falta de esperança e resignação podem revelar saberes que são colocados em circulação para tornar os sujeitos disciplinados e dóceis. Dito de uma outra maneira, os discursos que emergem de um ambiente de privação de liberdade podem ser encarados como “espaço” de luta. Outro aspecto que parece bastante claro nos mecanismos do enclausuramento diz respeito à condição desejada e exigida da superação do aprisionamento: a transformação dos sujeitos aprisionados, conforme relata o filósofo: “[...] se se impõe um castigo a alguém, isto não é para punir o que ele fez, mas para transformá-lo no que ele é” (Foucault, 2012a, p. 138).

Desse modo, com a finalidade de normalizar sujeitos, a unidade socioeducativa é considerada um espaço de confinamento, uma vez que utiliza meios regimentais para a sua devida regulação. No caso desta pesquisa, a unidade socioeducativa é considerada uma instituição de reclusão, uma vez que se apresenta com seus espaços fechados e totalmente vigiados, horários preestabelecidos e disciplinamento entranhado em sua rotina. Para cumprir o seu papel social, a unidade socioeducativa utiliza dispositivos, técnicas ou instrumentos de poder, que venham a ser capazes de produzir comportamentos e de fabricar sujeitos para uma sociedade capitalista, visando a ressocialização dos sujeitos acautelados, consequentemente reinserindo-os na sociedade e mantendo a ordem social que o Estado tanto preza.

No que se refere ao Sistema Socioeducativo, a aplicação de medidas socioeducativas aos sujeitos que cometem atos infracionais, está implicada a um procedimento específico, estabelecido nos artigos 171 a 190 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Baseia-se em princípios e garantias próprios do direito penal, dentre eles o devido processo legal, como princípios peculiares do sistema penal juvenil, entre os quais se destacam os princípios da prioridade e proteção integral desse público. O ECA prevê 2 (dois) grupos de medidas socioeducativas: medidas de cumprimento em meio aberto⁴ e medidas privativas de liberdade (fechado)⁵ que abarcam a medida de internação, a qual deve ser cumprida em unidade exclusiva para adolescentes e jovens, conforme o artigo 123 do ECA (Brasil, 1990). O acautelamento do adolescente apreendido somente é autorizado, em caráter cautelar, mediante “imperiosa necessidade” de decretação de internação provisória, por meio de decisão fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade hábeis para a decretação desta medida, conforme o artigo 108 do ECA (Brasil, 1990).

Em Minas Gerais, o Estado, por meio da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), parte integrante da Secretaria de Estado de Justiça

⁴ As medidas em meio aberto são: advertência, sendo uma espécie de “repreensão” judicial com o intuito de reflexão sobre o ato infracional; obrigação de reparar o dano, considerado um ressarcimento do prejuízo econômico à vítima do adolescente/jovem; Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), por meio de tarefas gratuitas por parte dos adolescentes/jovens, em entidades públicas/privadas, por um período que não pode exceder 6 meses; e Liberdade Assistida (LA), que é o acompanhamento do adolescente/jovem no âmbito familiar, escolar e comunitário por um período mínimo de 6 meses.

⁵ As medidas de meio fechado são: a semiliberdade, que é considerada uma privação parcial de liberdade, uma vez que o adolescente/jovem tem a prerrogativa de se ausentar da unidade para estudar e trabalhar, devendo retornar no período noturno, além de passar os fins de semana com os seus familiares; a internação definitiva, que é a privação de liberdade, na qual o adolescente/jovem se encontra segregado do convívio familiar e social por até três anos; e a internação provisória, que é uma medida cautelar.

e Segurança Pública (SEJUSP), é responsável pela definição da política pública referente à medida socioeducativa de internação e estabelece diretrizes de execução, princípios, execução e acompanhamento para criação de indicadores que possam medir a eficácia e eficiência do trabalho realizado pelos representantes do Estado. No que se refere ao local para esses sujeitos aguardarem a sentença, temos, no nosso Estado, instituições socioeducativas chamadas Centro de Internação Provisória (CEIP)⁶, administradas por um conjunto de legislações e normas, que têm como finalidade organizar o trabalho executado em seu interior pelos representantes do Estado, os quais são servidores que lidam direta e indiretamente com o sujeito acautelado.

A temática da ressocialização vem sendo discutida pelos órgãos governamentais e ressignificada no próprio discurso desse sujeito, que se tornou uma espécie de condão mágico para solucionar a problemática da violência. A compreensão dos processos de ressocialização, bem como suas falhas e sucessos, não pode se restringir a buscas de heróis e vilões, ou seja, é preciso uma melhor compreensão e principalmente um aprofundamento sobre as questões de reordenamentos institucionais e, acima de tudo, a disponibilidade de escutas minuciosas daqueles que participam da concretização do cotidiano institucional dos sujeitos privados de liberdade (gestores, técnicos e agentes socioeducativos). É por meio desse ambiente de aprisionamento, enquanto espaço institucional, que vamos analisar os modos de subjetivação presentes na escrita das cartas dos sujeitos acautelados para seus familiares.

5 A ESCRITA DE SI FOUCAULTIANA

De acordo com Foucault (2017b), a escrita de si vai buscar, na antiguidade, as ascendências dos sentidos e as formas que contrairam a escrita do foro íntimo, ou seja, um treinamento constante do pensamento e um aprendizado da arte de viver. O texto desse filósofo traz em sua apresentação inicial a elucidação de que compõe parte dos seus estudos voltados para as artes de si mesmo, isto é, para a estética da vivência e o comando de si e dos outros. Ao escrever sobre as experiências vivenciadas durante o cotidiano, o sujeito estaria se protegendo dos pensamentos pecaminosos, pois sentiria timidez de tê-los conhecido. A escrita supriria o olhar dos companheiros, coagiria o corpo à submissão e faria fracassar as armadilhas do inimigo. Como esta pesquisa busca investigar os modos de constituição da subjetivação de sujeitos acautelados por meio da escrita de si, cabe aqui refletir sobre esse ponto, sobre o qual esse filósofo se debruça.

A escrita de si, para Foucault (2017b), seria o exercício constante de um pensar sobre si mesmo que a escrita possibilita. Não tem a ver com uma das modalidades da linguística, mas é um falar sobre si mesmo, o “eu” e como o sujeito se constitui. É dentro desta arena conceitual que a escrita de si surge, despontando um movimento interior do sujeito, do qual as circulações do pensamento emergem e as relações entre o sujeito e os documentos são estabelecidas. Conforme esse autor, as anotações dos pensamentos e atuações, consideradas como escrita de si, tinham como objetivo “sua

⁶ Local da realização da pesquisa no ano de 2020, a qual foi indicada pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, por ser uma unidade de pequeno porte, evitando aglomerações, devido ao momento pandêmico, e também pelo motivo de um dos pesquisadores ser o Diretor dessa referida unidade.

estreita ligação com a corporação de companheiros, seu grau de aplicação aos movimentos do pensamento, seu papel de prova da verdade” (Foucault, 2017b, p. 145).

Podemos relacionar as cartas dos sujeitos acautelados à categoria *correspondência* desenvolvida no texto de Foucault (2017b), na medida em que as cartas escritas por esses sujeitos não são um simples prolongamento do caderno de notas, mas sim uma maneira como cada um se manifesta a si próprio e aos outros. Esse filósofo já argumentava que a escrita de si constitui o próprio sujeito e o constrói, tornando a escrita de si como um caminho para o conhecimento, que não se reduz a uma tarefa tecnicista ou mecanizada. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto de valorização da subjetividade e experiências vivenciadas.

Nesta esteira, o ato de escrever uma carta pessoal cumpre a regra fundamental do regime confidencial. Porém, na prisão, não funciona dessa forma, pois o Estado atravessa, de forma direta e explícita, o processo de produção das cartas mediante a leitura por outros sujeitos, que não fazem parte dos personagens envolvidos. Precisamos destacar ainda que essas cartas, em nome da segurança da instituição socioeducativa e da sociedade externa, produzidas por esses sujeitos acautelados, não circulam sem antes serem averiguadas pelo Estado, sendo representado pelos servidores que atuam na unidade socioeducativa. Nas cartas desses sujeitos, podemos encontrar diversas histórias, porém poucas reflexões sobre quem realmente escreve, fazendo com que esse sujeito consiga sufocar e/ou esconder um problema social que é latente em nossa sociedade. Podemos perceber que nessas cartas, produzidas por sujeitos que se encontram excluídos da sociedade, escreve-se somente o que pode ser dito/escrito, silenciando-se a beleza da transparência de uma língua que desliza com fluidez.

A possibilidade de desenvolvermos essa pesquisa sobre esta temática significa destituirmos uma visão uniforme dessas cartas, produzidas em um local permeado por um ritual de coerção disciplinar, e irmos além da estrutura social peculiar de um ambiente de reclusão. É nessa linha teórica que passamos a considerar uma rede de filiação de sentidos que surgem de interpretações de uma relação oposta: de um lado, o arcabouço, a norma, a solidificação e o acontecimento; de outro, o jogo, o movimento, os sentidos e os sujeitos vivenciando um mundo e uma língua que se repete, desarticula, continua e rompe fronteiras.

6 O DISCURSO JURÍDICO

O Estado brasileiro enquanto República, e por meio de um regime democrático, por direito, tem garantida legalmente a condição de seus cidadãos a todos os que aqui nascem. Pensando o Brasil apenas em termos de segurança pública, a instauração de um regime democrático e a publicação da Constituição de 1988 com sua abrangente “carta de direitos” ou “constituição cidadã” não estão sendo satisfatórias para abolir o legado do Aparelho Repressivo do Estado deixado pelo autoritarismo.

O Estado não pode ser visto apenas como um aparelho ou máquina que serve os fortes e se opõe aos fracos, tal como manifesta Althusser (2008), mas como uma representação de uma unidade social, ou seja, o sujeito que nela vive, sob a figura do cidadão. Na prática, são impostos conceitos como interesse geral, direito e deveres do cidadão, soberania, razão do Estado, entre outros. Esse novo sujeito de direito livre e

igual constituiu uma requisição do modo de produção da estrutura social capitalista, que se protege por um conjunto de regras jurídicas que conduzem o comportamento em sociedade, para diminuir as contradições sociais. O autor supracitado ainda relata que o funcionamento do Estado é realizado pelo governo que, sob as ordens diretas do chefe de Estado, executa as políticas da classe dominante, enquanto a administração, por ordem do governo, aplica-os em todos os seus detalhes com o pensamento de que é para o interesse de todos. Mergulhamos neste estudo investindo em uma ocupação de um sujeito que enuncia produzindo efeitos de sentidos a partir de sua posição discursiva — a de acautelado/aprisionado — e não na palavra por ela mesma.

Os subsídios da AD para a análise do discurso jurídico são primordiais: de um lado, torna-se plausível analisar as formas de preferência, ajustamento ou eliminação que submetem o discurso ao domínio da “*ordem do discurso*”, conforme obra do filósofo Foucault (2013); de outro, pode-se avaliar as construções e táticas postas em prática nas relações de força e, principalmente, os limites e regulamentos que surgem desse aparelho de poder e se objetivam por intervenção das regularidades discursivas que demarcam o espaço de existência do discurso.

De acordo com Foucault (2013), o discurso jurídico trata de apresentar formas de hierarquia e de subordinação ao que se apresenta na maneira de reescrita do que já foi dito, atrelando, na maioria das vezes, uma anuência ao poder de uma almejada veracidade, como uma configuração de imposição de autoridade e saber. Analisar o discurso jurídico, pela ótica de Foucault, é trazer as questões de poder e de uma pretensa verdade no uso da linguagem das instituições, que está conectada ao modo pelo qual o campo de memória se conecta às formas de hierarquia e de subordinação intrínsecas a todos os discursos em que se permeia a exterioridade, em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

7 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Nesta seção, iremos trazer as análises por meio das FD, uma vez que procuramos, através deste estudo, fazer ecoar a voz dos sujeitos que se encontram acautelados em um ambiente de reclusão. Essa visão nos leva a pensar no sujeito do discurso e na forma-sujeito operando na pauta do controle das proposições, na ilusão da transparência dos objetos e por mecanismos de coerção do que pode ser dito e de quem pode dizê-lo.

A escrita da carta materializada por esse sujeito em um ambiente de reclusão, cheio de regras e disciplinas, humaniza-se através da letra que ganha vida, através de muita fé, amenizando a saudade pela substituição do momento presente pelo dia tão esperado, com dia e hora marcados, para a tão sonhada liberdade. No entanto, enquanto esse sujeito estiver sob a tutela do Estado, ele se encontrará totalmente controlado, sendo “disciplinado” e “adestrado”.

Neste texto, as concepções epistemológicas e metodológicas que sustentam a pesquisa estão balizadas pela Análise do Discurso, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas. A pesquisa qualitativa, de acordo com Flick (2013, p. 23), “[...] visa à captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes”. Assim, os pesquisadores se preocupam em descrever e interpretar a complexidade das circunstâncias e dos fenômenos. Esclarecemos que as análises

discursivas das cartas escritas pelos sujeitos acautelados foram realizadas por meio do Sequenciamento Discursivo (SD)⁷, a partir de 13 (treze) cartas escritas pelos adolescentes/jovens que se encontravam acautelados (com idade entre 13 e 15 anos), pesquisa que teve como corpus 30 (trinta) SD; porém, devido à limitação de páginas deste estudo, apresentaremos 7 (sete) SD. O critério utilizado para a seleção das SD foi que a escrita estivesse voltada para o discurso jurídico, conforme os estudos de Foucault (2013), e que estivesse voltada para as medidas socioeducativas e legislações pertinentes.

A seguir, apresentamos as SD selecionadas para o estudo do funcionamento das Formações Discursivas (FD), a partir do discurso jurídico pela ótica de Foucault, permeadas por analogias de poder, que funcionam como um dispositivo de embate discursivo institucionalizado, por meio das quais se estabelecem efeitos de verdade que norteiam em favor de determinada deliberação. Analisamos como os sujeitos que se encontram acautelados se relacionam a partir do lugar onde estão - o acautelamento -, a fim de compreendermos como as representações que fazem desse lugar permeiam seu processo de subjetivação por meio do discurso jurídico.

Para a nossa análise, o objeto de investigação está cercado de uma infinidade de possibilidades, não se esgotando possíveis interpretações devido à imensa rede de fios que compõem o discurso. Dito de outro modo, nosso olhar pode abrir caminhos para outros gestos analíticos.

Passemos à nossa análise linguístico-discursiva, em que abordaremos o discurso jurídico dos adolescentes que se encontram acautelados.

7.1 Análise linguístico-discursiva

Quadro 1 – Sequências Discursivas (SD).

N.º SD	SD
SD1	[...] tenho que cumprir minha medida pra poder fica tranquilo daqui seis meses tô na rua de volta [...]
SD2	[...] acho que vo pega muito tempo e muito BO [...]
SD3	[...] até os 45 sai a audiência e mal posso espera para sai [...]
SD4	[...] nunca mais vou robar e nem fazer nada de errado [...]
SD5	[...] eu errei to pagando um preço muito grande devia escutar você e a mamãe mas eu cortei para o outro lado [...]
SD6	[...] sei que a senhora não queria isso pra mim mas é meu corre [...]
SD7	[...] Mãe me desculpa por escolhe essa vida [...] quando eu sai daqui não volto pro trafico [...]

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na SD1 “[...] *tenho que cumprir minha medida pra poder fica tranquilo daqui seis meses tô na rua de volta [...]*”, trazemos à cena um sujeito que tem ciência de seu direito por

⁷ De acordo com Courtine (2009), um conjunto de sequências discursivas define um corpus, estruturado a partir de um plano definido em relação a certo estado das condições de produção. Tal operação consiste em realizar, a partir dos objetivos da pesquisa, um gesto de leitura do analista.

meio da legislação que lhe ampara por ser um sujeito que se encontra em pleno desenvolvimento. Conforme o ECA, esse sujeito, sendo sentenciado pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude com uma das medidas socioeducativas de meio fechado, mesmo se for aplicada a medida mais severa, que é a internação definitiva, ele acredita cumprir de uma forma tranquila, como relata na expressão “de boa”, utilizada pelos sujeitos privados de liberdade para denominá-los de “cadeeiro”⁸. Na marca linguística “*daqui seis meses tô na rua*”, o sujeito sabe o tempo “certo” que precisa para o cumprimento de sua medida, e ter de volta a sua liberdade.

De acordo com as legislações vigentes, para que o juiz possa ter um melhor embasamento para proferir sua sentença, o magistrado aplica a medida da internação provisória até tomar a sua decisão, sendo considerado um período cautelar de no máximo de 45 (quarenta e cinco dias). Caso o juiz decida pela internação definitiva, não existe um prazo determinado, não sendo possível exceder três anos, e a liberação compulsória do jovem internado dá-se aos 21 (vinte e um) anos. Cabe destacar que a legislação reza que a cada 6 (seis) meses a medida deve ser avaliada pela equipe multiprofissional que atende esse público. Assim, é realizado um estudo de caso, em que os profissionais discutem e confeccionam um relatório multidisciplinar, no qual é sugerido ao juiz o desligamento ou a manutenção do cumprimento da medida. Assim, o juiz, baseado nesse relatório, emite uma decisão devidamente fundamentada.

Então, esse sujeito deixa de mencionar em sua escrita, propositalmente ou não, que ele pode ficar até 3 (três) anos, conforme legislações, silenciando e/ou omitindo a questão que o juiz pode proferir uma medida de internação definitiva. Embora possa haver tentativas de silenciamento nesse contexto, na escrita surgem discursos estratégicos, os quais produzem efeitos de sentido que fogem às tentativas de controle do seu dizer.

Interpretamos que o sujeito resiste à disciplina e ao controle, pois, ao contrário do que postulam que seja, esse sujeito deixa transparecer que consegue cumprir a medida, mas, para isso, precisa ficar “tranquilo”. Esse tempo não irá se tornar um dificultador para sua liberdade, no prazo mínimo⁹, conforme reza a legislação. Dessa forma, ao retirar a liberdade, a prisão estipula um pagamento; podemos observar que “[...] permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo. [...] permite que ela apareça como uma reparação” (Foucault, 2012, p. 218). Logo, para o sujeito, o passar do tempo constitui uma forma de reparação de seus erros com a sociedade, que é regida por leis e regras.

Conforme Foucault (2017b), as relações de poder são analogias de força e confrontos, as quais são reversíveis. Esse sujeito tenta refutar, de uma forma estratégica, as tentativas de submissão ao poder no aprisionamento. No discurso desse sujeito, mesmo contra o sistema autoritário e opressor, ao ver-se como um aprisionado, ele não quer problemas durante o tempo que vai permanecer cumprindo sua medida. Então, mediante uma suposta estratégia adotada por esse sujeito, ele

⁸ Sujeito acautelado que sabe cumprir os eixos da medida socioeducativa e vai agir de forma tranquila para ter um relatório conciso e demonstrar ao juiz que se encontra ressocializado e consegue ser (re)integrado à sociedade.

⁹ A medida socioeducativa de internação, através do ECA, declara que o prazo mínimo são seis meses e máximo três anos.

consegue retornar ao passado como dádiva merecedora de um futuro fora das grades, assumindo a responsabilidade da sua ação criminosa.

Na SD2 “[...] *acho que vo pega muito tempo e muito BO [...]*”, o sujeito parece ter conhecimento de seus atos e das infrações cometidas, acreditando que vai ser sentenciado com a internação, uma vez que declara ter muito “B.O”¹⁰. Esses sujeitos, por meio dessas marcas linguísticas, indiciam reconhecer os seus deveres, ou seja, mesmo cumprindo uma internação provisória, sendo uma medida cautelar conforme legislações, os mesmos têm grandes possibilidades de serem sentenciados com a internação definitiva, provavelmente devido a serem conhecedores de suas diversas passagens e/ou até mesmo devido a terem cometido um ato infracional considerado grave ou gravíssimo. Esse sujeito, pela forma-sujeito histórica capitalista, é portador de uma infinidade de direitos, mas somente efetiváveis pelo Estado representado por uma autoridade (juiz) que decide se alguém vai permanecer ou sair do aprisionamento. Esse sujeito vai ter uma condenação (internação) ou absolvição (desligamento) trilhadas pela linha decisória daqueles que ocupam o lugar de policial que o prende como traficante ou do juiz que o absolve como usuário. O referido sujeito de direito livre, mas sempre à mercê do Estado (refém dele), fica dependente de obrigações, previamente impostas, que devem ser cumpridas pelo modo como a autoridade responsável vai interpretar um texto processual ou verbal que comprova se sua atitude é — ou não — passível de o aprisionar ou retorná-lo ao seu seio familiar. Segundo Foucault (2012a), as trajetórias nas quais o sujeito está ininterruptamente sendo regido e comandado por alguém, em que o procedimento de subjetivação consiste na vigilância e no controle, são características das instituições disciplinares.

Cabe destacarmos que a referida legislação determina que a decretação em juízo da internação provisória cumpra o caráter imperioso da não adequação de outra medida, assim como sustenta a necessidade de garantir a integridade física desses sujeitos e/ou a manutenção da ordem pública. No Estado de Minas Gerais, a gestão da medida restritiva de liberdade é orientada pela Política de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais, a Metodologia da SUASE e o Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais. Sendo assim, esses documentos supracitados orientam e normatizam a internação provisória, e o que se percebe é a semelhança em alguns pontos entre a metodologia da medida de internação e a metodologia da internação provisória, mesmo resguardando suas diferenças. A internação provisória é destinada aos adolescentes e jovens que são “apreendidos mediante flagrante cometimento de ato infracional grave e/ou diante da repercussão social, devendo permanecer provisoriamente acautelados para apuração de ato infracional e decisão judicial” (SUASE, 2012, p. 15).

Esse sujeito de direito aproveita essa imposição do Estado, uma vez que não há mais nada a se fazer do que pagar/cumprir a pena imposta pelo juiz. Por ter violado a lei, não há mais nada a se fazer quanto a esse sujeito de direito e precisa cumprir a pena imposta pelo juiz. No entanto, na diluição das fronteiras entre esses discursos, outros escapam dessa posição de sujeito aprisionado, que está limitado e dependente de uma autoridade que decidirá como ficará sua situação. Estar preso não é somente submeter o corpo a um limite físico. Conforme Foucault (2012b), o corpo é investimento de um ser aprisionado, pois, em toda sociedade, o corpo está encarcerado

¹⁰ Gíria utilizada pelos sujeitos acautelados para dizer que têm muitas passagens por diversos atos infracionais.

na essência das próprias forças circundantes que lhe impõem obstáculos, proibições ou restrições. Mediante esse contexto, esse sujeito tem toda uma gama de direitos e deveres, atravessado por uma FD que se desfaz na logicidade de que é totalmente livre, por meio de mecanismos exteriores em que as instituições sempre o individualizam, enquanto livre e submisso, simultaneamente, pela língua que tem suas falhas e deslizes.

Na SD3 “[...] *até os 45 sai a audiência e mal posso espera para sai* [...]”, esse sujeito mostra acreditar que precisa aguardar o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias até o Juiz proferir a sentença e saber realmente se vai ser liberado ou se será aplicada alguma medida socioeducativa aberta (PSC ou LA), ou se será uma medida considerada fechada (Semiliberdade ou Internação definitiva). Nessa SD, quando relata o tempo certo da internação provisória, “*até os 45*”, também menciona por meio do “até” que a audiência pode sair antes desse tempo, demonstrando o seu direito, por meio do conhecimento da legislação, através do ECA. Cabe destacar que, na prática, o Estado se isenta de sua obrigação e faz com que com que a Instituição Socioeducativa funcione por meio da decisão de um representante (juiz) e através das possibilidades de sentença — absolvido ou condenado — que, na incoerência, vai demonstrando um Estado que falha com esses sujeitos que se encontram segregados triplamente: antes, durante e após o seu acautelamento.

No que se refere à expressão “*mal posso espera para sair*”, esse sujeito revela, através de sua escrita, que se constitui enquanto uma experiência que manifesta os movimentos do pensamento e, nesse caso, “as cartas conseguem refletir o movimento que o levou de uma impressão subjetiva a um exercício de pensamento” (Foucault, 2017b, p. 158). O efeito que se produz pelo enunciado do sujeito é de uma infinidade de violações do Estado em relação à própria lei criada por ele mesmo, pois são muitos direitos descumpridos, principalmente quando a lei é direcionada a um segmento social considerado pela sociedade como um “estorvo” e que precisa ser trancafiado em uma cela¹¹, cujo interior é totalmente insalubre e sem condições para um ser humano habitar.

Mediante a capacidade de cumprimento da medida socioeducativa pelos adolescentes e/ou jovens, as circunstâncias e a gravidade do ato infracional, as medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com o entendimento cabível da autoridade judiciária, tendo como base o artigo 122, incisos I, II e III do ECA. Pode ser a medida de internação definitiva, quando o ato infracional for cometido por meio de violência ou grave ameaça à pessoa, por reincidência na prática de outros atos infracionais ou pelo descumprimento injustificado de medida socioeducativa aplicada anteriormente (Brasil, 1990). Com isso, esse sujeito se expõe ao funcionamento da legislação que lhe ampara como possuidor de direitos, mas o coloca, simultaneamente, como submisso à decisão de uma autoridade que tem o poder de definir se o aprisionado vai permanecer por mais tempo em cárcere ou se é o momento “certo” para ser re(inserido) na sociedade.

No que se refere a SD4 “[...] *nunca mais vou robar e nem fazer nada de errado* [...]”, o sujeito declara que “*nunca*” mais vai cometer o ato infracional, conforme Código Penal (CP) 157, que se refere ao roubo, mas prefere reforçar o seu desejo de sair da criminalidade. Esse sujeito se justifica como alternativa para antecipar a volta da liberdade e para a sociedade que precisa da garantia de que não vai mais roubar,

¹¹ Dentro do ambiente socioeducativo, não se pode chamar de “cela”, mas, sim, de alojamento.

fazendo parte da cadeia produtiva do sistema, até porque precisa ser um “cidadão do bem”. O sistema socioeducativo é uma das instituições que compõem o modo de funcionamento da sociedade, enquanto responsável por retirar de circulação os sujeitos que rompem com o código de conduta vigente e, por isso, precisam reparar o seu erro mediante a imposição de uma pena retributiva. Ou seja, é aquela que faz com que, na condição de acautelado, pague à sociedade o mal que causou, através de uma sanção medida pelo tempo e pelo impedimento de locomoção.

Conforme Foucault (2012a, p. 133), “a disciplina produz corpos subordinados e exercitados, corpos dóceis”, ou seja, ainda que cumpra uma lei, uma ordem, as celas e grades não conseguem calar seu pensamento e não vão conseguir se sustentar, uma vez que esse sujeito se constitui pela projeção em um futuro baseado em um modelo de vida considerado pela sociedade como correto, o qual apaga o tempo de aprisionamento de sua memória. Para esse sujeito só basta sonhar com o devir da liberdade, em que, marcado pela ansiedade da espera, o sujeito planeja seu retorno à sociedade, se projetando para uma vida sem falhas e/ou erros, sem desvios tortuosos, sendo fidedigno às legislações e prometendo algo que não sabe se poderá cumprir, caso não apareçam oportunidades. Por meio de um discurso jurídico, esse sujeito se define como um ser regido por uma lei recheada de concessões e impedimentos que garantem a condição de uma experiência social sustentada pela liberdade e na igualdade, mas na realidade vivemos em um mundo cheio de desigualdades.

Na SD 5 “[...] eu errei to pagando um preço muito grande devia escutar você e a mamãe mas eu cortei para o outro lado [...]”, esse sujeito parece admitir seu erro e demonstra arrependimento por não ouvir e seguir os conselhos de seus pais. Já na SD 6 “[...] sei que a senhora não queria isso pra mim mas é meu corre [...]”, o sujeito relata que, mesmo a genitora dando conselhos e demonstrando que esse “corre” não era o melhor caminho, o sujeito não obedece e continua sua vida no crime, para satisfazer suas necessidades. Quando o sujeito relata na marca linguística “*cortei para o outro lado*” e “*é meu corre*”, ele manifesta que está na criminalidade, mesmo assumindo anteriormente que teve conselhos para não seguir esse caminho. Emerge um sentido que ressalta a dualidade da sociedade pelos mecanismos da exclusão: “a separação constante do normal e do anormal, a que todo sujeito é submetido, leva até nós [...] a marcação binária – bom e mal” (Foucault, 2012a, p. 189). Logo, a sociedade é assinalada por duas facetas, a exemplo de uma moeda: os adequados e os inadequados, os normais e os anormais, e outras tantas dualidades excludentes, pois tal qual a moeda, uma face elimina a outra, ou seja, quando analisada por uma de suas faces, não é admissível que se veja a outra ao mesmo momento em que se aprecia a primeira.

No caso dos sujeitos privados de liberdade, representam a “face da moeda” que a muitos não interessa “notar”, pois esses sujeitos devem ser “corrigidos” e “recuperados” para que possam retornar ao convívio social. Observando-se pelo “outro lado”, interpretamos que ocupar um lugar de exclusão, pelo qual esse sujeito consegue se observar, evoca o sentimento de que não faz parte da sociedade, constituiu-se o seu procedimento de subjetivação e especialmente a representação que faz de si — sujeito excluído. Ainda que se posicionem enquanto sujeitos que precisam ser “corrigidos” por meio das práticas punitivas, o sujeito deixa contradições em seu dizer, pois, ao representar-se com uma visão modificada em “eu errei to pagando um preço muito grande” e “a senhora não queria isso para mim” e, logo depois, relata, “mas eu cortei para o outro lado” e “mas é meu corre”, a conjunção “mas” alcança efeitos de sentido de oposição entre dois caminhos a serem seguidos. Embora se arrisquem em

se mostrar parecer com os outros, abdicam do que eles são, não conseguindo se ver como iguais aos que se encontram libertos, o que significa que, estrategicamente, podem assumir essa posição de se representar como um sancionado pela sociedade.

Ao tratarmos do ambiente de aprisionamento, precisamos trazer à cena que esse ambiente se constitui como uma divisão, um recorte, um espaço marcado que divide e “protege” o restante da sociedade do infrator acautelado, mas a medida de internação vem pregada a uma memória permanente. Estar preso é estar posto num lugar que, pela memória, atravessa o modo como os sujeitos ali se constituem e são constituídos. O lugar “prisão” carrega sentidos que compõem o sujeito que ocupa esse espaço e atravessa as representações que faz de si e também aquelas que o outro faz dele.

Na SD7 “[...] *Mãe me desculpa por escolhe essa vida [...] quando eu sai daqui não volto pro trafico [...]*”, esse sujeito que se encontra acautelado pede perdão para sua mãe, porém, a marca linguística “*por escolhe essa vida*” demonstra que o Estado, ao transferir sua responsabilidade para um jovem menor de idade, pretende culpabilizá-lo por escolher essa vida e por cometer atos infracionais, mesmo sendo um sujeito que se encontra em pleno desenvolvimento e que provavelmente se encontra em uma situação de vulnerabilidade social, não possuindo uma referência e/ou base familiar e que apresenta “necessidade”, uma vez que muitos desses sujeitos não conseguem ter opção de escolha.

Nessa seara, a individualização na execução da medida socioeducativa deve ser garantida a esse público, levando-se em consideração a idade, capacidades e demais circunstâncias pessoais, conforme reza a leitura do artigo 35 da lei do SINASE, a qual visa a legalidade, excepcionalidade, prioridade, proporcionalidade, brevidade da medida, individualização, mínima intervenção, não discriminação e fortalecimento (Brasil, 2012). Assim, a medida é considerada socioeducativa devido à sua operacionalização, prevendo um conjunto de práticas políticas, jurídicas e pedagógicas a serem desenvolvidas cotidianamente pelas instituições de atendimento socioeducativo. Dentre os regimes de atendimento apontados pelo ECA, a internação pode ser considerada a de execução mais complexa, por constituir medida privativa de liberdade.

Conforme os Aparelhos do Estado, esse sujeito teve todos os seus direitos violados, não tendo muitas opções, mas, sim, a realidade de conviver com falta de oportunidades e principalmente ser segregado pelo único aparelho que deveria dar apoio para superar todas essas situações. Diante desse cenário, sem o apoio do governo, vivencia a realidade que restou. Então, através da marca linguística desse sujeito, não existem alternativas, mas sim a realidade caótica que o nosso sistema oferta a esses sujeitos que são invisibilizados por quem deveria defender com tenacidade. Ainda a SD 5 apresenta a expressão “*quando eu sai daqui não volto para o tráfico*”; nesse caso, o discurso jurídico é apresentado através do Código Penal (CP), que trata do tráfico de entorpecentes — Art. 33. Esse sujeito revela que cometeu esse ato infracional e que não vai mais voltar a praticar ato ilícito. Percebemos, mais uma vez, que o tráfico vai estar disponível para esse sujeito, porém ele está prometendo para a sua genitora que não quer ficar mais aprisionado, que prefere ter sua liberdade, mas precisamos esclarecer que, se esse sujeito não tiver oportunidades, ao mesmo tempo ele não terá alternativas. Assim, o tráfico continuará a estar disponível para ele em outros momentos de dificuldades.

8 GUIA FINALÍSTICA

Considerando os aspectos apresentados enquanto constituintes do cenário de que tratamos, este artigo surgiu da necessidade de investigar, por meio das cartas escritas pelos sujeitos acautelados para seus familiares, os discursos “supostamente” controlados nesse contexto de acautelamento e perpassados por regimentos que seguem uma forma rígida e, sobretudo, através de autoridade, poder e disciplina. Mesmo diante desse panorama, podemos dizer que os sujeitos que se encontram acautelados estão em busca da tão sonhada liberdade.

Desse modo, em meio às relações de poder e os jogos de verdade que circulam no contexto socioeducativo, os sujeitos que se encontram acautelados conseguem, mesmo que de forma estratégica, por meio de sua escrita, atravessar “muros” desse ambiente de reclusão e “grades” de seu “alojamento”. Ao escreverem suas cartas para seus familiares, os sujeitos acautelados buscam também abrandar a solidão e os pensamentos ruins, marcando em seus dizeres recorrentes pedidos ao outro, para que sejam correspondidos. Podemos dizer que a escrita desses sujeitos constitui uma espécie de refúgio.

É perceptível notar que o sujeito, dentro de um ambiente socioeducativo que é um espaço de aprisionamento que o priva da liberdade e do convívio social, evoca que o lugar de onde fala tem a intenção de silenciá-lo por meio das cartas que são totalmente controladas pelos representantes do sistema socioeducativo, em um ambiente cheio de regras e normas.

Portanto, a conclusão a que chegamos neste estudo é que, por meio dessa escrita vigiada e cercada pelos representantes do Estado, não existe uma liberdade de pensamento, e sim uma reprodução dos próprios discursos, aos quais esse sujeito precisa se submeter. Dito de outra forma, esses sujeitos que se encontram acautelados falam o que o estabelecimento/unidade socioeducativa quer escutar. Consideramos que esses sujeitos cedem de forma estratégica à disciplina e ao controle, demonstrando estarem “recuperados”, com o intuito de serem legitimados enquanto sujeitos “corrigidos” e “transformados”, para que possam ser (re)inseridos ao seu convívio social.

Em suma, estamos diante de uma pesquisa que não apresenta um fim, mas que assinala para a ressignificação de vozes emergentes e que enseja a proposta de abertura ao diálogo acadêmico, para que venham demonstrar outras vias de acesso para a realidade em que esses sujeitos estão inseridos, uma vez que o corpo se encontra disciplinado e aprisionado, porém seus pensamentos se encontram em liberdade.

REFERÊNCIAS

- Althusser L. Sobre a reprodução. Teixeira GJF, tradutor. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2008.
- Arraz FM, Sena FR. O discurso presidencial na manifestação do dia do exército: sentidos de liberdade, democracia e povo. Scripta. 2021;25(54):335-358.
- Brasil. Lei n.º 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, Brasília (2012 jan. 18).
- Brasil. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília (1990).

- Foucault M. A arqueologia do saber. Neves LFB, tradutor. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2014 [1969].
- Foucault M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola; 2013 [1970].
- Foucault M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Muchail ST, tradutora. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes; 1999 [1966].
- Foucault M. Ética, sexualidade, política. Motta MB, organizador e selecionador de textos. Monteiro E, Barbosa IAD, tradutoras. 3. ed. Vol. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2017a [1994].
- Foucault M. Microfísica do poder. São Paulo: Graal; 2012a [1979].
- Foucault M. Verdade e poder. In: Machado R, organizador. Microfísica do poder. Machado R, tradutor. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra; 2017b [1979]. p. 35-54.
- Foucault M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Ramallete R, tradutora. 40. ed. Petrópolis: Vozes; 2012b [1975].
- Gregolin MR. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Clara Luz; 2006.
- Minas Gerais. Metodologia da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE). Secretaria de Defesa Social (SEDS). Fasc. 03. Belo Horizonte. 2012.
- Pêcheux M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Orlandi EP, et al., tradutores. Campinas: Editora da UNICAMP; 2009.

A aparente ausência de vogais postônicas mediais na variedade de São Carlos (SP)¹

Apparent absence of non-final post-stressed vowels in the variety spoken in the Paulista town of São Carlos

Tiago Pereira Rodrigues*

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Pablo Arantes**

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Resumo: Este estudo tem dois objetivos: (i) identificar possíveis fatores favorecedores da aparente ausência de vogais postônicas mediais em palavras proparoхítonas (quando não há, no oscilograma e no espectrograma, pistas visuais evidentes dessas vogais) e (ii) verificar possíveis evidências a favor da hipótese segundo a qual casos de aparente ausência de vogais postônicas mediais com fricativa em contexto precedente a essas vogais podem ser interpretados como realizações de vogal postônica medial totalmente encoberta pelo ruído da fricativa. Para o alcance dos objetivos, foram empregados pressupostos da Fonologia Articulatória, e foram obtidos dados da fala de nativos de São Carlos (SP) por meio de dois experimentos de produção oral de palavras.

Palavras-chave: Fonologia Articulatória. Vogais postônicas mediais. Clara presença. Aparente ausência. São Carlos (SP).

Abstract: This study has two goals: (i) to identify possible factors favoring the apparent absence of non-final post-stressed vowels in antepenultimate stress words (when there are not evident visual cues in the oscillogram and spectrogram) and (ii) to verify possible evidences in favor of the hypothesis that cases of apparent absence of non-final post-stressed vowels with fricative consonants preceding these vowels can be interpreted as realizations of non-final post-stressed vowels totally covered by the noise of the consonants. To fulfil the goals, the Articulatory Phonology framework was used, and speech data were collected from two experiments of oral word production. The experiments were applied to native speakers from the Paulista town of São Carlos.

Keywords: Articulatory Phonology. Non-final post-stressed vowels. Evident presence. Apparent absence. São Carlos (SP).

¹ O estudo aqui reportado é oriundo da tese de doutorado desenvolvida por Tiago Pereira Rodrigues sob a orientação do Prof. Dr. Pablo Arantes (cf. Pereira Rodrigues, 2024). A tese foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (processo nº 88882.426869/2019-01). Os autores do presente artigo agradecem à CAPES pelo financiamento da tese e, por conseguinte, pelo financiamento do estudo que o artigo reporta.

* Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil; tiago7.lettras@yahoo.com.br

**Professor associado do Departamento de Letras da UFSCar, São Carlos, SP, Brasil; pabloarantes@ufscar.br

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda vogais postônicas mediais, que ocorrem em palavras proparoxítonas, em sílabas que ficam entre a sílaba tônica e a última sílaba (átona), como em *sá.b/a/.do*, *nú.m/e/.ro*, *ô.n/i/.bus*, *fi.ló.s/o/.fo* e *ó.c/u/.los*. Essas vogais, por ocorrerem em um contexto prosódico de atonicidade e, do ponto de vista acústico, de menor energia acústica, são consideravelmente suscetíveis a sofrer redução. É amplamente relatado na literatura que contextos com menos energia acústica tendem a favorecer a redução de vogais (Silva; Lima Júnior, 2021 *inter alia*).

A *redução vocálica* consiste em um processo gradiente de alterações articulatórias e acústicas de um segmento vocálico específico. Alterações vocálicas de natureza articulatória incluem, por exemplo, desvozeamento, diminuição de magnitude gestual e sobreposição gestual (cf. Browman; Goldstein, 1987, 1989; Meneses, 2012, 2016; Napoleão de Souza, 2012). Alterações vocálicas de natureza acústica incluem, por exemplo, encurtamento, diminuição da intensidade e da amplitude e perda de qualidade vocálica (cf. Bergem, 1991; Delforge, 2008; Meneses, 2012, 2016; Silva; Lima Júnior, 2021).

Especificamente no que tange a vogais postônicas mediais, consideramos a existência de um contínuo de redução que tem duas faces, as quais chamamos, respectivamente, de *clara presença* e *aparente ausência*. A *clara presença* é aqui entendida como um fato linguístico que abrange variados graus de redução de vogais postônicas mediais, alguns menores, outros maiores, mas todos permitindo a clara identificação de pistas visuais evidentes dessas vogais no oscilograma e no espectrograma. Tais pistas, em geral, consistem em padrão formântico típico, barra de vozeamento e padrões periódicos típicos na forma de onda. A *aparente ausência*, por sua vez, é aqui entendida como um fato linguístico que compreende graus mais extremos de redução de vogais postônicas mediais, os quais não permitem a identificação de pistas visuais evidentes dessas vogais no oscilograma e no espectrograma. Adotando como fundamento a Fonologia Articulatória (Browman; Goldstein, 1986, 1987, 1989, 1990, 1992; Albano, 2001), podemos considerar que esses graus mais extremos de redução resultam de elevados graus de encobrimento de gestos de vogais postônicas mediais por gestos de consoantes adjacentes (precedente e/ou seguinte), bem como podem envolver total apagamento das vogais em questão, isto é, não ativação de nenhum de seus gestos durante a produção da fala.

Neste estudo, busca-se entender a aparente ausência de vogais postônicas mediais conforme a Fonologia Articulatória. Para tanto, estabeleceram-se dois objetivos: (i) identificar, através de análise de regressão logística, possíveis fatores favorecedores da aparente ausência de vogais postônicas mediais e (ii) verificar, através de análise acústico-espectral, possíveis evidências a favor da hipótese segundo a qual casos de aparente ausência de vogais postônicas mediais com fricativa em contexto precedente a essas vogais podem ser interpretados como realizações de vogal postônica medial totalmente encoberta pelo ruído da fricativa.

Para a realização do estudo, foram coletados, por meio de dois experimentos de produção oral de palavras, dados de fala da variedade do município paulista de São Carlos. Esse município se localiza no centro geográfico do estado de São Paulo, na mesorregião de Araraquara (Prefeitura Municipal, 2019; Instituto Brasileiro, 2019). De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2022, a cidade apresenta uma população de aproximadamente 250 mil habitantes (cf. Instituto Brasileiro..., 2023).

Na literatura consultada, não foi encontrado nenhum estudo sobre vogais postônicas mediais faladas na variedade de São Carlos. Espera-se, assim, contribuir para o conhecimento dessas vogais e, de um modo mais abrangente, para a caracterização da variedade em tela.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O gesto articulatório: primitivo de análise da Fonologia Articulatória

O *gesto articulatório* é uma unidade de representação e de realização de eventos articulatórios que ocorrem no trato vocal durante a produção da fala (Browman; Goldstein, 1992). Conforme Browman e Goldstein (1992, p. 23, tradução nossa), “esses eventos consistem na formação e na soltura de constrictões no trato vocal”². Gestos articulatórios são designados por dois parâmetros: *variáveis do trato* e *descritores gestuais* (cf. Browman; Goldstein, 1989, 1990, 1992).

Variáveis do trato especificam como e em que região do trato vocal um gesto é realizado e os articuladores envolvidos na realização de cada gesto. São oito variáveis do trato. O Quadro 1 mostra as variáveis do trato e os articuladores aos quais cada variável está associada.

Quadro 1 – Variáveis do trato e articuladores envolvidos.

Variáveis do trato	Articuladores envolvidos
Abertura labial Protrusão labial	Lábio superior, lábio inferior e mandíbula
Grau de constrictão da ponta da língua Local de constrictão da ponta da língua	Ponta da língua, corpo da língua (ou dorso da língua) e mandíbula
Grau de constrictão do corpo da língua Local de constrictão do corpo da língua	Corpo da língua e mandíbula
Abertura velar	Véu palatino (ou palato mole)
Abertura glotal	Glote

Fonte: Adaptado de Browman e Goldstein (1989, 1990, 1992).

No Quadro 1, as variáveis que estão dentro de uma mesma célula fazem referência a dimensões de uma mesma constrictão e, por isso, são consideradas variáveis relacionadas (Browman; Goldstein, 1992). Os gestos são, então, definidos por uma ou duas variáveis do trato (Browman; Goldstein, 1989, 1990). Por exemplo, gestos velares são definidos pela variável *abertura velar*, e gestos de corpo de língua são definidos pelas variáveis *grau de constrictão do corpo da língua* e *local de constrictão do corpo da língua*.

Às variáveis do trato, estão vinculados *descritores gestuais* (ou simplesmente *descritores*), que são propriedades articulatórias que podem ser atribuídas a cada gesto em particular. Cada variável do trato recebe determinados descritores (cf. Browman; Goldstein, 1989). Isso pode ser verificado nos tópicos a seguir:

² “These events consist of the formation and release of constrictions in the vocal tract.” (Browman; Goldstein, 1992, p. 23).

Variáveis *abertura labial*, *abertura velar* e *abertura glotal* e variáveis de *grau de constricção* (ponta da língua e corpo da língua): [fechado], [crítico], [estreito], [médio], [amplo] (ou [largo])

Protrusão labial: [protruso], [labial], [dental]

Local de constricção da ponta da língua: [labial], [dental], [alveolar], [pós-alveolar], [palatal]

Local de constricção do corpo da língua: [palatal], [velar], [uvular], [faringal] (ou [faríngeo])

Visto que cada variável do trato está associada a determinados descritores, um determinado gesto articulatório é designado apenas por descritores referentes à(s) variável(is) do trato que caracteriza(m) esse gesto. Por exemplo, o gesto de corpo de língua responsável pela vogal /a/ é caracterizado por duas variáveis do trato: *grau de constricção do corpo da língua* e *local de constricção do corpo da língua*. Assim, o gesto em questão é designado pelos seguintes descritores: [amplo] (vinculado à variável *grau de constricção do corpo da língua*) e [faringal] (vinculado à variável *local de constricção do corpo da língua*).

Descritores gestuais podem aglutinar-se para caracterizar gestos envolvidos na produção de sons da fala. Considere, por exemplo, as vogais médias-altas (como /e/ e /o/) e as vogais médias-baixas (como /ε/ e /ɔ/). Para a caracterização de gestos de corpo de língua que produzem vogais médias-altas, o descritor [médio] é combinado com o descritor [estreito]. Para a caracterização de gestos de corpo de língua que produzem vogais médias-baixas, o descritor [médio] é combinado com o descritor [amplo]. Desse modo, há [*meio-estreito*] para gestos de corpo de língua de vogais médias-altas e [*meio-amplo*] para gestos de corpo de língua de vogais médias-baixas (cf. Meireles; Barbosa, 2009).

Descritores gestuais essencialmente descrevem gestos articulatórios. Todavia, dado que gestos articulatórios são responsáveis pela produção dos sons da fala, pode-se estabelecer relações entre descritores e sons linguísticos. Por exemplo, os descritores [estreito], [médio] e [amplo] podem ser usados para indicar uma vogal, pois designam gestos de corpo de língua que fazem parte da produção dessa classe de sons.

2.2 Apagamento e aparente ausência

Este estudo lida com dois casos: (i) quando, no oscilograma e no espectrograma, há pistas visuais evidentes da presença de uma vogal postônica medial e (ii) quando não há, no oscilograma e no espectrograma, pistas visuais evidentes da presença de uma vogal postônica medial. Ambos os casos são aqui denominados, respectivamente, como clara presença de vogal postônica medial e como aparente ausência desse tipo de vogal. O segundo caso costuma ser tradicionalmente classificado como *apagamento*, *síncope* ou *supressão* (cf. Ramos, 2009). Este estudo, contudo, não trata esse caso da mesma perspectiva. A Fonologia Articulatória permite considerar que um som pode ser articulado e, mesmo assim, ser inaudível e/ou não ser claramente identificável/visível no oscilograma e no espectrograma (cf. Browman; Goldstein, 1987; Albano, 1999; Meneses, 2012, 2016). A aparente ausência de um som, nesse quadro, resultaria de mudanças na relação dos gestos articulatórios responsáveis pela produção acústica desse som com gestos responsáveis pela produção acústica de sons adjacentes. Essa relação pode se dar de tal modo que os gestos responsáveis pela realização do som aparentemente ausente sejam totalmente encobertos por gestos de

sons adjacentes. Desse modo, mesmo que os gestos do som aparentemente ausente sejam de fato realizados, eles podem não resultar em uma produção acústica audível e/ou em uma produção que exibe pistas visuais evidentes no oscilograma e no espectrograma. Pode ser, ainda, que a sobreposição de dois gestos dê origem a produções com características acústicas híbridas ou intermediárias entre os dois gestos sobrepostos (cf. Albano, 1999).

O total encobrimento de um som pelo(s) gesto(s) de outro(s) revela uma característica dos gestos articulatórios: a possibilidade de sobreposição. A *sobreposição de gestos articulatórios* (ou *sobreposição gestual*) consiste no fato de um gesto se iniciar antes do término do outro (Meneses, 2016). A sobreposição gestual é um fenômeno gradiente, o que significa que gestos podem se sobrepor em variados graus: desde minimamente, passando por parcialmente até a sobreposição total. A Fonologia Articulatória prevê que a sobreposição gestual tem por consequência três fenômenos: coarticulação, variação alofônica e fenômenos de invariância acústica, como a emergência de diferentes padrões de transição formântica decorrentes da sobreposição de um gesto consonantal com diferentes gestos vocálicos (Browman; Goldstein, 1989).

3 METODOLOGIA

3.1 Participantes voluntários

Os dados foram coletados a partir da colaboração de cinco habitantes nativos de São Carlos (SP)³. A fim de manter o anonimato dos participantes, cada um foi denominado pela letra *p* (de *participante*) em conjunto com um número, o qual corresponde à ordem de participação de cada um deles. Desse modo, os participantes foram denominados de *p1* a *p5*. O Quadro 2 mostra o perfil social de cada participante.

Quadro 2 – Perfil social dos participantes deste estudo.

Identificação do participante	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão
<i>p1</i>	feminino	23	graduação em andamento	estudante
<i>p2</i>	feminino	20	graduação em andamento	estudante
<i>p3</i>	masculino	23	mestrado em andamento	estudante
<i>p4</i>	feminino	23	graduação em andamento	estudante
<i>p5</i>	feminino	25	mestrado em andamento	psicóloga

Fonte: Elaborado pelos autores.

Todos os participantes declararam ter nascido em São Carlos (SP) e nunca ter tido problema de audição ou de produção de fala. O participante *p3* declarou ter morado fora da cidade aos 18 anos por seis meses, e as demais participantes declararam nunca ter morado fora dela.

³ A proposta a que o presente artigo remete (Pereira Rodrigues, 2024) foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (CAAE nº 60341522.0.0000.5504).

3.2 Desenho experimental

Foram elaborados dois experimentos de produção oral de palavras: experimento 1 e experimento 2. No experimento 1, os participantes eram levados a adivinhar, por meio da visualização de imagens e da escuta de questões, palavras faltantes em frases. As palavras faltantes são as palavras-alvo selecionadas para este estudo, todas proparoхítonas. Quando os participantes adivinhavam uma determinada palavra-alvo, eles eram solicitados a pronunciá-la dentro da frase correspondente a essa palavra. Quando eles não adivinhavam a palavra-alvo, eles não precisavam pronunciar a frase correspondente a essa palavra. Por sua vez, no experimento 2, os participantes foram solicitados a ler em voz alta frases inteiras, todas contendo uma palavra-alvo deste estudo⁴. Como se nota, o experimento 1 é composto de palavras-alvo, frases, imagens e questões, e o experimento 2, de palavras-alvo e frases.

3.2.1 Seleção das palavras-alvo

A seleção das palavras-alvo ocorreu conforme uma condição previamente estabelecida: a de lidar somente com proparoхítonas que apresentam vogais postônicas mediais entre consoantes⁵. Buscou-se, assim, obter, como palavras-alvo, proparoхítonas contendo diferentes combinações do padrão presente no esquema (1)⁶. A classe fonético-fonológica das consoantes precedente e seguinte foi controlada de modo a investigar se essa variável tem efeito sobre a clara presença ou a aparente ausência de vogais postônicas mediais.

$$(1) \quad \begin{array}{ccc} \textit{modo de articulação} & + \textit{vogal postônica} + & \textit{modo de articulação da} \\ \textit{da consoante precedente} & \textit{medial} & \textit{consoante seguinte} \\ \textit{oclusiva, fricativa, soante}^7 & /a, e, i, o, u/ & \textit{oclusiva, fricativa, soante} \end{array}$$

Para a seleção das palavras-alvo, foi utilizado o Lácio-Ref (Lácio-Ref, 2004), um corpus escrito do português brasileiro com mais de 7 milhões de ocorrências lexicais. No total, foram obtidas 45 palavras-alvo, as quais são apresentadas no Quadro 3. Todas essas palavras fizeram parte dos dois experimentos deste estudo.

⁴ A realização dos experimentos 1 e 2 é descrita mais detalhadamente nas subseções 3.3.1 e 3.3.2, respectivamente.

⁵ No português, existem palavras proparoхítonas em que a vogal /a/ postônica medial é precedida pela vogal /i/ tônica e é sucedida por uma consoante (ex.: *gosta/'riam/os*, *lu/'ziad/as*, *olim/'piad/as*). Também, existe a palavra *pléiade* no português. Nessa palavra, a vogal postônica medial (/a/) é precedida pelo *glide* /i/ e sucedida pela consoante /d/ (*plê/iad/e*).

⁶ Não foram encontradas palavras com duas combinações: “consoante precedente oclusiva + vogal /u/ postônica medial + consoante seguinte fricativa” e “consoante precedente soante + vogal /u/ postônica medial + consoante seguinte fricativa”.

⁷ Usamos a classificação *soante* para abarcar consoantes de modo de produção nasais, laterais e tepe (cf. Botma, 2011).

Quadro 3 – Palavras-alvo selecionadas para este estudo.

Modo de articulação da consoante precedente	Palavras-alvo	Modo de articulação da consoante seguinte
Oclusiva	‘sábado’, ‘almôndega’, ‘líquido’, ‘rápido’, ‘método’, ‘quintuplo’	Oclusiva
Oclusiva	‘côncavo’, ‘parênteses’, ‘ápice’, ‘apódose’ ⁸	Fricativa
Oclusiva	‘pétalas’, ‘ópera’, ‘móvil’, ‘símbolo’, ‘óculos’	Soante
Fricativa	‘ênfase’, ‘Éfeso’, ‘[ndʒ]ice’ ⁹ , ‘filósofo’, ‘cônjuge’	Fricativa
Fricativa	‘esôfago’, ‘pêssego’, ‘gráfico’, ‘êxodo’, ‘centrifuga’	Oclusiva
Fricativa	‘pêsames’, ‘indígena’, ‘página’, ‘fósforo’, ‘óvulo’	Soante
Soante	‘câmara’, ‘número’, ‘lágrima’, ‘astrônomo’, ‘túmulos’	Soante
Soante	‘sílabas’, ‘cérebro’, ‘ônibus’, ‘biólogo’, ‘quádruplo’	Oclusiva
Soante	‘fotógrafo’, ‘gênesis’, ‘hélice’, ‘hieróglifo’, ‘apóstrofo’	Fricativa

Fonte: Elaborado pelos autores.

A frequência de ocorrência das palavras-alvo não foi controlada como variável independente. Muito embora a frequência possa ter influência sobre processos fonético-fonológicos, optamos por não fazer o controle pelas seguintes razões: (i) o padrão acentual proparoxítono é o mais infrequente no léxico (Viaro; Guimarães-Filho, 2007) e em corpora de uso no português brasileiro (Cintra, 1997), e seria muito difícil conseguir palavras-alvo em diferentes faixas de frequência que recobrissem todas as combinações fonotáticas que elegemos controlar (conforme mostrado no esquema (1)); e (ii) entre as palavras-alvo selecionadas, a frequência mediana de uso é de 11,5 por milhão, com uma amplitude que vai de 564 por milhão (‘número’) até palavras que não ocorreram nenhuma vez no corpus de referência (‘almôndega’, ‘côncavo’ e ‘quádruplo’). Bybee (2001, p. 148-149), uma das referências fundamentais nos estudos de fonologia baseada em uso, define 124 ocorrências por milhão como o valor de corte para definir a faixa de alta frequência, e apenas três palavras entre as selecionadas para compor nosso corpus apresentam frequência maior do que esse limiar (‘número’, ‘índice’ e ‘método’). Desse modo, é possível considerar que a maioria das palavras que selecionamos é de baixa ou baixíssima frequência de uso. Uma crítica ao uso da frequência de uso é que as contagens de ocorrência variam muito em função do escopo dos corpora consultados, que muito frequentemente sobre-representam os gêneros escritos e com maior grau de formalidade – no caso do Lácio-Ref, os organizadores informam que os gêneros presentes são: informativo, científico, prosa, poesia e drama (Aluísio; Oliveira; Pinheiro, 2004). Isso pode explicar observações a princípio surpreendentes, como o fato de palavras muito cotidianas, como ‘almôndega’, ‘ônibus’ e ‘sábado’, apresentarem baixa frequência e palavras mais especializadas, como ‘índice’ e ‘método’, aparecerem com mais frequência de uso. Uma alternativa à frequência de

⁸ O substantivo ‘apódose’ foi a única opção encontrada no Lácio-Ref para a estrutura “consoante precedente oclusiva + vogal /o/ postônica medial + consoante seguinte fricativa”.

⁹ Nos dados obtidos, os participantes pronunciaram o fonema que precede a vogal postônica medial da palavra ‘índice’ (/d/) como uma africada ([dʒ]). Assim, no que tange a essa palavra, considerou-se como consoante precedente à vogal postônica medial apenas a porção fricativa da africada ([ʒ]).

uso é o controle de uma dimensão mais subjetiva, que é a familiaridade do falante em relação às palavras (Souza; Barbosa, 2019). Embora seja uma alternativa interessante, também não adotamos o controle de familiaridade, porque é necessário realizar um estudo prévio com falantes para coletar julgamentos de familiaridade de uma lista de possíveis palavras candidatas. Ademais, em função da relativa raridade das proparoxítonas, seria muito difícil combinar o controle dos contextos fônicos e a variação da familiaridade na escolha das palavras a comporem o corpus do estudo. Tendo em vista todas essas considerações, escolhemos dar preferência ao controle mais estrito dos contextos fônicos em torno da vogal-alvo e deixar o controle de variáveis de uso (seja frequência de uso ou familiaridade) para novas pesquisas.

3.2.2 Elaboração das frases dos experimentos

Para cada um dos experimentos 1 e 2, foram elaboradas 45 frases diferentes, totalizando 90 frases. Todas as frases contêm uma palavra-alvo, bem como são iniciadas por um sintagma nominal que assume a função de sujeito gramatical e que tem a estrutura apresentada no esquema (2).

- (2) *sílaba fraca* + **palavra-alvo** + *sílaba fraca iniciada pelo fonema /d/* + *sílaba forte* + *sílaba fraca*
- [As pétalas da rosa] foram postas ao redor de Nossa Senhora.
 - [A Éfeso de ontem] só existe hoje como ruína.
 - [O rápido discente] chegou atropelando tudo.
 - [O êxodo das tribos] não agradou o rei do Egito.
 - [A centrífuga do Mauro] não está mais funcionando.

Conforme o esquema (2), as palavras-alvo são o segundo constituinte das frases e, conseqüentemente, dos sintagmas nominais que iniciam tais frases. Os sintagmas não têm o mesmo número de sílabas fonológicas, pois as palavras-alvo têm entre três e cinco sílabas dessa mesma natureza. Além disso, as frases têm entre 14 e 20 sílabas fonológicas¹⁰.

A escolha por inserir as palavras-alvo em um mesmo contexto fonológico e a escolha por elaborar frases com números de sílabas fonológicas dentro de uma faixa relativamente curta foram devidas ao intuito de minimizar possíveis influências de variáveis independentes estruturais não controladas nos testes estatísticos deste estudo, como tamanho da frase e posição da palavra-alvo na frase, por exemplo.

3.3 Coleta de dados

Para cada participante, a coleta de dados deu-se presencialmente em duas sessões, cada uma em um dia diferente. Na primeira sessão, era aplicado o experimento 1; na segunda, o experimento 2. Durante a realização dos experimentos, a fala dos participantes foi gravada. A coleta de dados ocorreu em um estúdio cujas paredes internas eram revestidas com espuma acústica para minimizar/abafar sons e ruídos externos.

Para a realização das gravações, foram utilizados o programa Audacity (versão 3.1.3) (Audacity Team, 2021), bem como um microfone condensador hipercardiode conectado a uma interface de áudio. O microfone é da marca Samson, modelo C01; e

¹⁰ A relação de todas as frases dos experimentos se encontra na tese de Pereira Rodrigues (2024).

a interface de áudio é da marca Behringer, modelo UMC202HD. Os áudios foram registrados em formato *wav* com uma profundidade de 24 bits e com taxa de amostragem de 44,1 kHz.

Os experimentos tiveram por objetivo a obtenção de produções orais das palavras-alvo em duas situações diferentes: uma delas refere-se ao experimento 1 e envolve o acesso às palavras-alvo sem a visualização de suas respectivas formas ortográficas, mas a partir da visualização de imagens e da escuta de questões; a outra situação se refere ao experimento 2 e envolve o acesso às palavras-alvo a partir da visualização de suas respectivas formas ortográficas. Desse modo, pretende-se verificar a hipótese de que a aparente ausência de vogais postônicas mediais tende a ser favorecida pela não visualização da ortografia das palavras-alvo (no caso, proparoxítonas). Essa hipótese se baseia em Silva (2006), que analisou, na variedade de Sapé (PB), o que ele chama de apagamento de vogais postônicas mediais (quando uma vogal postônica medial é inaudível). O autor controlou dois experimentos: inquérito fonético e leitura de frases. No inquérito fonético, os participantes foram levados a produzir oralmente proparoxítonas sem a visualização da ortografia dessas palavras. Esse experimento foi constituído de duas partes: na primeira, os participantes foram levados a produzir proparoxítonas através da escuta de questões; na segunda, eles foram levados a produzir proparoxítonas através da visualização de imagens. No inquérito fonético, os participantes não precisavam produzir as palavras-alvo dentro de frases previamente estabelecidas¹¹. Na leitura de frases, os participantes foram levados a produzir oralmente as palavras-alvo a partir da visualização da ortografia dessas palavras, pois eles liam longas sentenças, cada uma contendo mais de uma palavra-alvo. Silva (2006) verificou que, entre os experimentos que ele controlou, o inquérito fonético tende a favorecer o que ele entende por apagamento de vogais postônicas mediais, ao passo que a leitura de frases tende a inibir esse fenômeno. Esse resultado aponta na direção de que a não visualização de palavras-alvo proparoxítonas tende a favorecer o que o autor entende por apagamento de vogais postônicas mediais.

3.3.1 Experimento 1

O experimento 1 foi composto de um conjunto de 45 rodadas, cada uma vinculada a uma frase elaborada para esse experimento e a uma palavra-alvo. Em cada rodada, acontecia o que se descreve a seguir:

Aos participantes, era apresentado um *slide* em um *tablet*. O *slide* continha duas coisas: uma frase elaborada para o experimento 1 sem a palavra-alvo a ela correspondente e uma ou duas imagens relacionadas com essa palavra. A Figura 1 ilustra o que era exibido aos participantes.

¹¹ Silva (2006) não declara se, no inquérito fonético, os participantes sempre produziam as palavras-alvo em isolado ou não.



Fontes: *Slide*: Elaborado pelos autores; imagem presente no *slide*: Loiterton (2021).

Figura 1 – *Slide* utilizado no experimento 1 para a eliciação da palavra ‘ápice’.

Com a imagem e a frase à vista de um determinado participante, o primeiro autor deste estudo lia em voz alta para ele uma ou mais questões que pudessem contribuir para a eliciação da palavra-alvo. Depois, o participante era solicitado a pronunciar a palavra que ele acreditava estar faltando na frase ou a dizer que não sabia qual era a palavra.

Quando o participante acertava a palavra-alvo (isto é, quando ele pronunciava a palavra correta), ele era avisado pelo experimentador e, em seguida, lia a frase com a palavra-alvo.

Quando o participante não identificava a palavra-alvo, ele não precisava ler a frase¹².

O conjunto de 45 rodadas foi aplicado cinco vezes para cada participante. Em cada uma das cinco vezes/repetições, a ordem das rodadas era diferente. Antes da realização do experimento 1, os participantes foram orientados a ler as frases sem hesitações, de maneira natural, na velocidade e no volume que eles habitualmente empregam em sua fala. Durante a realização do experimento, nenhum participante teve acesso à ortografia das palavras-alvo. Neste estudo, trabalhou-se apenas com as ocorrências de palavras-alvo que foram produzidas dentro das frases.

¹² Foram elaboradas, para cada palavra-alvo, uma ou mais questões. Na maioria dos casos, a leitura da primeira questão ou da única questão possível era suficiente para eliciar a produção da palavra-alvo. Quando necessário, buscava-se auxiliar os participantes na identificação de alguma palavra-alvo por meio da explicação de alguma questão proferida ou por meio da exposição oral de alguma informação não declarada em nenhuma questão previamente elaborada. Uma questão elaborada para este estudo se refere à Figura 1 e é apresentada a seguir: “Nessa imagem, a gente vê uma cruz na parte mais alta de um telhado. Essa parte mais alta pode ser chamada de ‘cume’ e pode, também, receber um outro nome com um significado parecido com o de ‘cume’. Esse outro nome começa com a letra ‘a’ e significa ‘o ponto mais alto, o topo’. Que nome é esse?”. A relação de todas as questões do experimento 1 pode ser conferida em Pereira Rodrigues (2024).

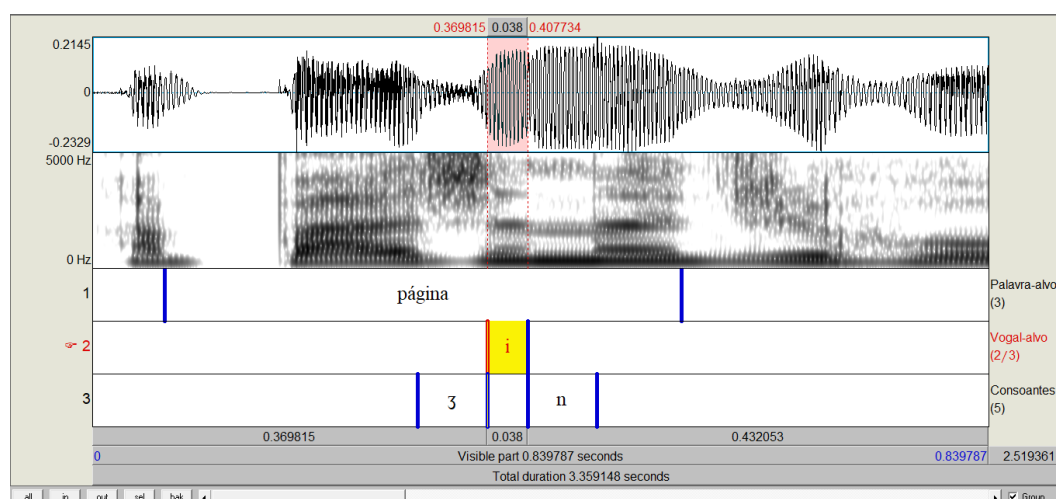
3.3.2 Experimento 2

O experimento 2 também foi composto de um conjunto de 45 rodadas, cada uma vinculada a uma frase elaborada para esse experimento e a uma palavra-alvo. Em cada rodada, os participantes viam, em um *tablet*, um *slide* com uma frase inteira (ex.: *O ápice da torre foi pintado de amarelo-claro*); logo em seguida, eles liam a frase em voz alta. O conjunto de 45 rodadas foi aplicado cinco vezes para cada participante. Em cada uma das cinco vezes/repetições, a ordem das rodadas era diferente. Antes da realização do experimento 2, todos os participantes foram orientados a ler as frases naturalmente, na velocidade e no volume que eles habitualmente usam em sua fala.

3.4 Classificação dos dados em clara presença e em aparente ausência

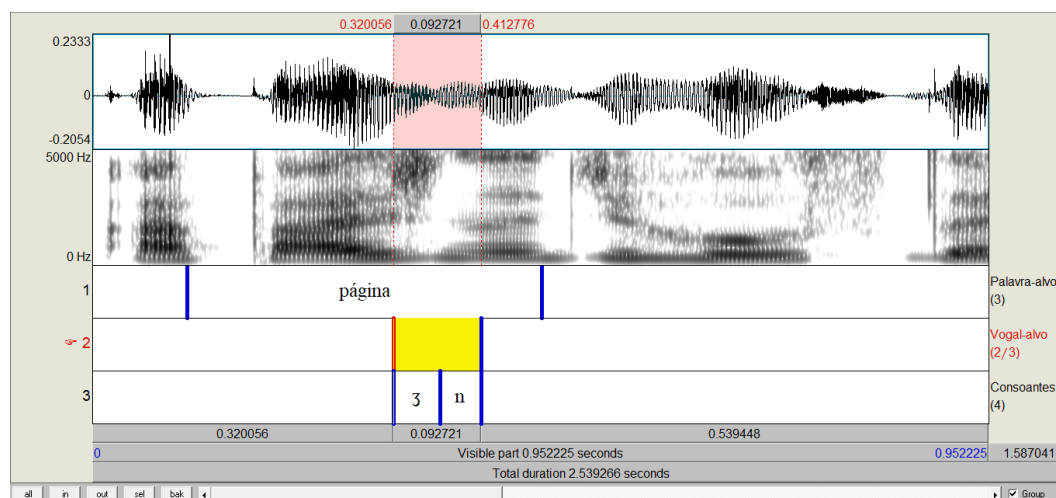
Os áudios obtidos das gravações foram inseridos no programa Praat (versão 6.1.51) (Boersma; Weenink, 2021), no qual os dados foram classificados em clara presença de vogais postônicas mediais e em aparente ausência dessas vogais. Essa classificação se deu por inspeção visual do oscilograma e do espectrograma. Nesse sentido, foram considerados como registros da clara presença de vogais postônicas mediais os dados com pistas visuais evidentes dessas vogais no oscilograma e no oscilograma, como barra de vozeamento, padrão formântico típico e padrões periódicos típicos na forma de onda; e foram considerados como registros da aparente ausência de vogais postônicas mediais os dados sem pistas visuais evidentes dessas vogais em ambos os gráficos.

As Figuras 2 e 3 ilustram, respectivamente, uma ocorrência lexical com clara presença de vogal postônica medial e uma ocorrência lexical com aparente ausência desse tipo de vogal. Essas ocorrências provêm do corpus deste estudo. Além do mais, as figuras mostram espectrogramas do Praat. Para uma melhor visualização dos espectrogramas, a opção *Dynamic range*, do menu *Spectrogram settings* do programa, foi ajustada para 40 dB.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 – Exemplo de ocorrência da palavra ‘página’ com clara presença de vogal postônica medial. Participante *p2*, experimento 1, repetição 2.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 3 – Exemplo de ocorrência da palavra ‘página’ com aparente ausência de vogal postônica medial. Participante *p1*, experimento 1, repetição 1.

4 DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS

4.1 Total de ocorrências de palavras-alvo

O desenho experimental elaborado para este estudo permite obter até 2.250 ocorrências de palavras-alvo, isto é, até 1.125 ocorrências referentes ao experimento 1 (45 palavras-alvo x 5 repetições x 5 participantes) e até 1.125 ocorrências referentes ao experimento 2 (45 palavras-alvo x 5 repetições x 5 participantes). Não foram obtidas, contudo, todas as ocorrências de palavras-alvo que tal desenho permite obter. No experimento 1, em 83 casos, não houve eliciação de palavra-alvo. Assim, por meio desse experimento, foram obtidas 1.042 ocorrências de palavras-alvo ($1.125 - 83 = 1.042$). Com relação ao experimento 2, em um caso, a palavra-alvo desejada não foi produzida. Desse modo, por meio desse experimento, foram obtidas 1.124 ocorrências de palavras-alvo ($1.125 - 1 = 1.124$). O corpus deste estudo é composto, então, de um total de 2.166 ocorrências de palavras-alvo ($1.042 + 1.124 = 2.166$). Desse total, 90% (1.948) foram produzidas com vogal postônica medial claramente presente, e 10% (218) foram produzidas com esse tipo de vogal aparentemente ausente. Verifica-se, assim, predominância da clara presença de vogais postônicas mediais sobre a aparente ausência dessas vogais.

4.2 Aparente ausência de vogais postônicas mediais por palavra-alvo

Das 45 palavras-alvo, 18 registraram a aparente ausência de vogais postônicas mediais (‘ápice’, ‘apóstrofo’, ‘astrônomo’, ‘centrífuga’, ‘filósofo’, ‘fósforo’, ‘gráfico’, ‘índice’, ‘indígena’, ‘líquido’, ‘móvil’, ‘óculos’, ‘óvulo’, ‘página’, ‘parênteses’, ‘quintuplo’, ‘rápido’, ‘símbolo’), e 27 não registraram o fenômeno (‘almôndega’, ‘apódose’, ‘biólogo’, ‘câmara’, ‘cérebro’, ‘côncavo’, ‘cônjuge’, ‘Éfeso’, ‘ênfase’, ‘esôfago’, ‘êxodo’, ‘fotógrafo’, ‘gênesis’, ‘hélice’, ‘hieróglifo’, ‘lágrima’, ‘método’, ‘número’, ‘ônibus’, ‘ópera’, ‘pêsames’, ‘pêssego’, ‘pétalas’, ‘quádruplo’, ‘sábado’, ‘sílabas’, ‘túmulo’).

5 ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

A análise de regressão logística inclui todas as ocorrências de palavras-alvo que compõem o corpus deste estudo e tem por objetivo verificar possíveis fatores favorecedores da aparente ausência de vogais postônicas mediais. Nessa análise, a variável dependente engloba a clara presença de vogais postônicas mediais e a aparente ausência dessas vogais. As variáveis independentes, por sua vez, são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Variáveis independentes envolvidas na análise de regressão logística. Fatores em negrito registraram nocaute de zero por cento¹³.

Variáveis independentes	Fatores
Experimento	experimento 1, experimento 2
Modo de articulação da consoante precedente	oclusiva, fricativa, soante
Modo de articulação da consoante seguinte	oclusiva, fricativa, soante
Vogal postônica medial	/a/, /e/, /i/, /o/, /u/
Estreitamento do corpo da língua ¹⁴	estrito, meio-estrito, amplo
Local de constrição do corpo da língua	palatal, velar, faringal

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para cada variável independente, foi realizado um teste de regressão logística com efeitos mistos. As variáveis independentes foram consideradas como efeitos fixos, e os interceptos de *participante* e *item lexical* como efeitos aleatórios. Os testes foram realizados no programa RStudio (versão 4.2.3) (RStudio Team, 2023) com o auxílio da interface Rbrul (versão 3.1.7) (Johnson, [2023]). Com os testes, foram obtidos valores de *p* e pesos relativos. Por meio dos valores de *p*, estimou-se a significância das variáveis independentes sobre a aparente ausência de vogais postônicas mediais. O nível de significância aqui adotado foi de 0,05 (ou 5%). Por meio dos pesos relativos, verificou-se quais fatores das variáveis independentes que se mostraram significativas para a aparente ausência de vogais postônicas mediais tendem a favorecer esse fenômeno e quais tendem a desfavorecê-lo¹⁵.

Conforme o Quadro 4 (acima), entre as variáveis independentes envolvidas na análise de regressão logística, três apresentaram, cada uma, um fator nocaute de zero por cento. No Rbrul, quando os dados de um ou mais nocautes dessa natureza são incluídos em testes de regressão logística com efeitos mistos, esses testes costumam gerar pesos relativos muito elevados para os fatores não nocautes da variável contendo o(s) fator(es) nocaute(s) de zero por cento (cf. Correa da Silva, 2014). Como

¹³ No contexto de uma regressão logística, o termo *nocaute* faz referência a variáveis dependentes nominais/qualitativas. Existem dois tipos de nocaute: *de zero por cento* e *de cem por cento*. *Nocautes de zero por cento* designam casos em que um determinado fator não apresenta nenhuma ocorrência do fenômeno que se estuda. *Nocautes de cem por cento* designam casos em que um determinado fator registra todas as ocorrências do fenômeno que se estuda.

¹⁴ A noção de *estreitamento do corpo da língua* aplicada a vogais se baseia na Fonologia Articulatória e corresponde à tradicional propriedade articulatória de altura vocálica: vogais estreitas são vogais altas; vogais meio-estreitas, médias-altas; vogais meio-amplos, médias-baixas; vogais amplas, baixas.

¹⁵ No contexto de uma regressão logística, pesos relativos são medidas entre 0 e 1 que sugerem o grau de favorecimento de um fator sobre o fenômeno que se estuda. Pesos relativos maiores que 0,5 sugerem tendência ao favorecimento. Pesos relativos menores que 0,5 sugerem tendência ao desfavorecimento. Pesos relativos iguais ou próximos a 0,5 sugerem que o fator não tende nem a favorecer nem a desfavorecer o fenômeno.

consequência, pode-se obter um resultado que sugira que um determinado fator não nocaute tende a favorecer um fenômeno quando na verdade tende a desfavorecê-lo. Há autores, inclusive, que recomendam veementemente que nocautes sejam excluídos de testes de regressão logística (cf. Guy, 1988; Guy; Zilles, 2007). Em consonância com essa recomendação, neste estudo, os dados referentes às variáveis que apresentaram fatores nocautes foram excluídos dos testes aqui realizados.

5.1 Apresentação e discussão dos resultados

5.1.1 Experimentos

Considere a Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados obtidos para a variável *experimento* ($p = 0,628$).

	Experimento 1		Experimento 2	
	Nº de ocorrências	%	Nº de ocorrências	%
Clara presença de vogal	938	90	1.010	90
Aparente ausência de vogal	104	10	114	10
Total	1.042	100	1.124	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Tabela 1, nos experimentos 1 e 2, houve uma mesma alta predominância da clara presença de vogais postônicas mediais sobre a aparente ausência dessas vogais. Isso porque os experimentos apresentaram as mesmas altas proporções de clara presença e, conseqüentemente, as mesmas baixas proporções de aparente ausência.

Como visto nas subseções 3.3.1 e 3.3.2, a eliciação das palavras-alvo era diferente: no experimento 1, elas eram eliciadas sem a visualização de sua forma ortográfica, mas a partir da visualização de imagens e da escuta de questões; no experimento 2, elas eram eliciadas a partir da visualização de sua forma ortográfica. Nesse sentido, os dados da Tabela 1 sugerem que, apesar da diferença apontada, a variável *experimento* não é significativa para a aparente ausência de vogais postônicas mediais, ou seja, entre ambos os experimentos, nenhum tende a favorecer ou a desfavorecer esse fenômeno.

Cabe salientar que os participantes desta pesquisa apresentam altos graus de escolaridade/letramento, o que poderia explicar os resultados da variável *experimento*. Indivíduos com esse perfil social, por terem tido maior contato com a escrita, tendem a produzir oralmente formas que mais se aproximam dessa modalidade (cf. Schwindt, 2002; Schwindt et al., 2007). Essa tendência está relacionada a uma consciência linguística construída pelo aprendizado das relações entre letras e sons durante o processo de alfabetização (cf. Schwindt et al., 2007). Conforme Schwindt et al. (2007, p. 9), “a alfabetização estabelece uma nova relação entre língua e falante: não é mais possível ouvir uma palavra sem relacioná-la a sua representação ortográfica, letra por letra”. Se, no início da alfabetização, os alunos tendem a suprir arbitrariedades e irregularidades na relação entre fonema e grafema, aproximando-a de sua forma fonética, conforme o progresso do aprendizado da escrita e uma maior experiência com a leitura e a produção de textos, o indivíduo passa a ter uma consciência ortográfica que pode determinar comportamentos na fala (Schwindt et al., 2007).

No que tange a este estudo, entre os fenômenos de clara presença e de aparente ausência de vogais postônicas mediais, o primeiro é o que mais se aproxima da escrita. Nesse sentido, tendo em vista os resultados da variável *experimento*, pode-se fazer as considerações que seguem: independentemente se a eliciação de proparoxítonas se dá a partir de sua forma ortográfica ou da visualização de imagens e da escuta de questões, indivíduos com altos graus de escolaridade tendem a inibir a aparente ausência de vogais postônicas mediais na mesma proporção. Esse fato poderia ser atribuído à consciência ortográfica de que dispõem esses indivíduos em decorrência de um maior contato deles com a escrita.

Os resultados da variável *experimento* não permitem confirmar a hipótese de que a não visualização da ortografia das palavras-alvo tende a favorecer a aparente ausência de vogais postônicas mediais, o que diverge de Silva (2006). Vale ressaltar, contudo, que, embora a variável de experimento do autor tenha se mostrado significativa para o que ele entende por apagamento de vogais postônicas mediais, ele sugere que essa significância é baixa, pois ele obteve pesos relativos bem próximos do ponto neutro: 0,52 para o inquérito fonético e 0,47 para a leitura de frases.

5.1.2 Consoantes adjacentes a vogais postônicas mediais

Considere a Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados obtidos para as variáveis *modo de articulação da consoante precedente* e *modo de articulação da consoante seguinte*.

	Total de ocorrências de palavras-alvo	Aparente ausência		
		Nº de ocorrências	%	PR ¹⁶
Modo de articulação da consoante precedente ($p = 0,00718$)				
Oclusiva	703	97	14	0,84
Fricativa	723	119	16	0,89
Soante	740	2	0,3	0,02
Modo de articulação da consoante seguinte ($p = 0,638$)				
Oclusiva	793	59	7	---
Fricativa	634	70	11	---
Soante	739	89	12	---

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Tabela 2, entre as variáveis *modo de articulação da consoante precedente* e *modo de articulação da consoante seguinte*, apenas a primeira mostrou-se significativa para a aparente ausência de vogais postônicas mediais. Sendo assim, os dados sugerem que, na variedade de São Carlos, (i) consoantes fricativas e oclusivas, em contexto precedente, tendem a favorecer a aparente ausência de vogais postônicas mediais (fricativas: PR de 0,89; oclusivas: PR de 0,84) e (ii) consoantes soantes, em contexto precedente, tendem a desfavorecer esse fenômeno (PR de 0,02).

Oclusivas e fricativas são obstruintes e, por isso, diferentemente de soantes, são articuladas com obstrução significativa da passagem de ar no trato vocal (Crystal,

¹⁶ PR: peso relativo.

2008; Cristófaros Silva, 2011). Nesse sentido, o fato de oclusivas e fricativas serem articuladas dessa forma pode ser uma razão para elas, em contexto precedente a vogais postônicas mediais, terem se mostrado como favorecedoras da aparente ausência dessas vogais na variedade de São Carlos. No que tange a soantes, elas são articuladas de modo que a corrente de ar passe de maneira relativamente mais livre através do trato oral ou nasal (Crystal, 2008; Seara; Nunes; Lazzarotto-Volcão, 2011). Assim, o fato de soantes serem articuladas dessa forma pode ser uma razão para elas, em contexto precedente a vogais postônicas mediais, terem se mostrado como desfavorecedoras da aparente ausência dessas vogais na variedade de São Carlos.

5.1.3 Variáveis independentes que englobam vogais postônicas mediais

Considere a Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados obtidos para as variáveis *vogal postônica medial*, *estreitamento do corpo da língua* e *local de constrição do corpo da língua*.

	Total de ocorrências de palavras-alvo	Aparente ausência		
		Nº de ocorrências	%	PR
Vogal postônica medial ($p = 0,0593$)				
/a/	444	0	0	---
/e/	434	13	3	---
/i/	531	133	25	---
/o/	414	18	4	---
/u/	343	54	16	---
Estreitamento do corpo da língua ($p = 0,0156$)				
Estreito (/i, u/)	874	187	21	0,87
Meio-estreito (/e, o/)	848	31	4	0,14
Ampla (/a/)	444	0	0	---
Local de constrição do corpo da língua ($p = 0,947$)				
Palatal (/e, i/)	965	146	15	---
Velar (/o, u/)	757	72	10	---
Faringal (/a/)	444	0	0	---

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Tabela 3, entre as variáveis *vogal postônica medial*, *estreitamento do corpo da língua* e *local de constrição do corpo da língua*, apenas a segunda mostrou-se significativa para a aparente ausência de vogais postônicas mediais. Assim, os dados sugerem que, na variedade de São Carlos, vogais estreitas postônicas mediais (/i, u/) são as mais propensas à aparente ausência (PR de 0,87), já vogais meio-estreitas postônicas mediais (/e, o/), ainda que tenham registrado a aparente ausência no corpus deste estudo, apresentam baixa propensão a esse fenômeno (PR de 0,14). Além disso, entre as cinco vogais fonológicas postônicas mediais (/a, e, i, o, u/), apenas a que apresenta o grau amplo de constrição do corpo da língua (/a/) se mostrou a mais resistente à aparente ausência. Isso porque ela foi a única que nenhuma vez sofreu esse fenômeno no corpus deste estudo.

Vogais estreitas, em relação às demais vogais, apresentam, em sua produção, gestos mais estreitos de corpo de língua. Esse fato pode ser o que torna vogais estreitas as mais propensas à aparente ausência em sílaba postônica medial na variedade de São

Carlos. Além disso, como visto na subseção 5.1.2, consoantes obstruintes, em contexto precedente, tendem a favorecer a aparente ausência de vogais postônicas mediais na variedade de São Carlos. No corpus deste estudo, a aparente ausência de vogais estreitas postônicas mediais ocorreu apenas em palavras com consoante obstruinte em contexto precedente a essas vogais: ‘ápice’, ‘centrífuga’, ‘gráfico’, ‘índ[ʒ]ice’, ‘líquido’, ‘móvil’, ‘óculos’, ‘óvulo’, ‘página’, ‘quintuplo’, ‘rápido’. Graus mais estreitos de gestos vocálicos de corpo de língua, envolvidos na articulação de vogais estreitas, são mais próximos do grau de constrição de gestos de consoantes obstruintes no trato oral. Parece, então, que, na variedade de São Carlos, vogais estreitas postônicas mediais, quando precedidas por consoante obstruinte, estão mais propensas a sofrer coarticulação com esse tipo de consoante, o que pode explicar a maior propensão das vogais em questão à aparente ausência.

Por sua vez, vogais amplas, em relação às demais vogais, apresentam, em sua produção, gestos menos estreitos/mais amplos de corpo de língua. Esse fato pode ser o que torna o /a/, que é a única vogal ampla do português brasileiro, a vogal mais resistente à aparente ausência em sílaba postônica medial na variedade de São Carlos. Entre o grau mais amplo do gesto de corpo de língua do /a/ postônico medial e os graus de constrição de gestos de corpo de língua de vogais não-amplos, o primeiro é o mais distante do grau de constrição de gestos de consoantes no trato oral. Esse fato e os resultados deste estudo parecem mostrar que a vogal /a/ postônica medial é a mais resistente a sofrer coarticulação com a consoante que lhe é adjacente, o que pode explicar a resistência dessa vogal à aparente ausência. Esse resultado diz respeito à variedade que estudamos, e seria necessário verificar se esse é o caso para outras variedades do português brasileiro, embora as características fonéticas da vogal /a/ sugiram que há uma boa probabilidade de que esse seja o caso.

Com relação às vogais meio-estreitas /e/ e /o/ postônicas mediais, a literatura consultada mostra que, no português brasileiro, elas podem ser realizadas com gestos estreitos de corpo de língua (isto é, como vogais estreitas) ou com gestos menos estreitos de corpo de língua (isto é, como vogais menos estreitas). Exemplos:

- (3) a. cér/e/bro → cér[e]bro ~ cér[i]bro (Ramos, 2009)
- b. abób/o/ra → abób[o]ra ~ abób[u]ra (Ramos, 2009)
- c. afér/e/se → afér[e]se ~ afér[ɛ]se ~ afér[i]se (Santana, 2015)
- d. sínc/o/pe → sínc[o]pe ~ sínc[ɔ]pe ~ sínc[ʊ]pe (Santana, 2015)

Tendo em vista a variação fonética das vogais /e/ e /o/ postônicas mediais no português brasileiro, pode-se estabelecer uma suposição: na variedade de São Carlos, essas vogais estariam suscetíveis a serem realizadas tanto como vogais estreitas quanto como vogais menos estreitas; porém, elas apresentariam baixa propensão a serem realizadas como vogais estreitas e alta propensão a serem realizadas como vogais menos estreitas. Isso poderia explicar o fato de vogais meio-estreitas fonológicas postônicas mediais terem apresentado baixa propensão à aparente ausência na variedade de São Carlos. Se, nessa variedade, as vogais /e/ e /o/ postônicas mediais teriam baixa propensão a serem realizadas como vogais estreitas, elas, então, teriam baixa propensão a serem articuladas de uma forma que mais parece favorecer o fenômeno de aparente ausência de vogais postônicas mediais: com os gestos mais estreitos de corpo de língua esperados para uma vogal. Futuras pesquisas com dados sobre o estreitamento de corpo de língua envolvido na produção das vogais /e/ e /o/ postônicas mediais na variedade de São Carlos poderão confirmar (ou não) a suposição

estabelecida, o que poderá contribuir para o entendimento da aparente ausência dessas vogais na variedade em questão¹⁷.

6 ANÁLISE ESPECTRAL DE CONSOANTES FRICATIVAS

Resultados da análise de regressão logística (seção 5) indicam que consoantes fricativas (e também oclusivas), em contexto precedente a vogais postônicas mediais, tendem a favorecer a aparente ausência dessas vogais. Tomando como base os pressupostos teóricos da Fonologia Articulatória, podemos supor a existência, em situações de aparente ausência de vogal postônica medial, da seguinte configuração fonética: a sobreposição total dos gestos articulatórios responsáveis por uma consoante precedente fricativa ou oclusiva sobre os gestos responsáveis por uma vogal postônica medial. Em princípio, nesse caso, a vogal postônica medial pode não se manifestar no sinal acústico com suas propriedades típicas, isto é, como um segmento vozeado claramente distinguível tanto no oscilograma quanto no espectrograma. Caso dispuséssemos de dados estritamente articulatórios, isto é, coletados por meio de instrumentos como articulógrafos ou ultrassom, por exemplo, seria possível verificar se, em instâncias de ausência de pistas visuais evidentes de vogal postônica medial no oscilograma e no espectrograma, há a presença de gestos articulatórios correspondentes a esse tipo de vogal encobertos por gestos correspondentes à consoante precedente. Esse não é o caso do presente estudo, pois ele dispõe apenas de dados acústicos.

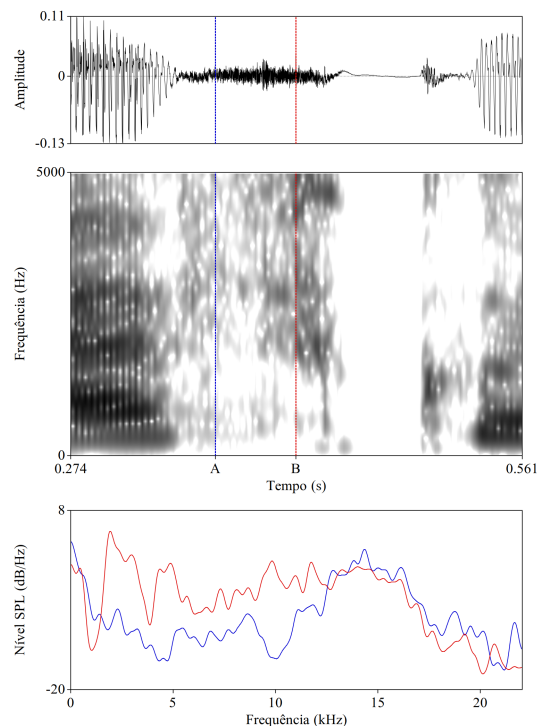
Na falta de dados articulatórios, no entanto, é possível recorrer a uma estratégia alternativa, baseada em dados acústicos. Quando a consoante precedente à vogal postônica medial é uma fricativa, o ruído dessa consoante pode encobrir ou mascarar os efeitos acústicos de gestos que fazem parte da articulação da vogal. A respeito desse caso, é possível levantar a hipótese segundo a qual a sobreposição do ruído da fricativa sobre os gestos da vogal gera como resultado um ruído fricativo com características diferentes daquelas observadas em fricativas que são produzidas sem sobreposição com gestos vocálicos. Essas características diferentes podem ser a presença de componentes de energia, no espectro das fricativas, que seriam compatíveis com o esperado para uma vogal.

O objetivo desta seção é realizar uma análise espectral de modo a verificar possíveis evidências a favor da hipótese segundo a qual casos de aparente ausência de vogais postônicas mediais com fricativa em contexto precedente a essas vogais podem ser interpretados como realizações de vogal postônica medial totalmente encoberta pelo ruído da fricativa. Embora consoantes precedentes oclusivas, além de consoantes precedentes fricativas, tendam a favorecer a aparente ausência de vogais postônicas mediais (cf. subseção 5.1.2), não é possível tentar recuperar, por meio de análise espectral, pistas de presença encoberta de gestos vocálicos quando a consoante é articulada com gesto que provoca fechamento completo do trato vocal. Portanto, analisaremos apenas consoantes precedentes fricativas.

¹⁷ O estreitamento de corpo de língua envolvido na produção de vogais pode ser observado tanto pela medição do valor do primeiro formante (F1), que é um método acústico, quanto por métodos articulatórios, tais como articulografia, eletropalatografia, ultrassonografia e ressonância magnética.

Na sequência, discute-se um exemplo que pode ser entendido como evidência em favor da hipótese de presença de vogal postônica medial totalmente encoberta por ruído de consoante fricativa precedente. O exemplo refere-se à Figura 4 (adiante), que mostra o oscilograma e o espectrograma de um trecho da palavra ‘gráfico’ produzida por um dos participantes deste estudo: *p5*¹⁸. No centro do trecho em questão, encontra-se a fricativa /f/; à esquerda, encontra-se parte da vogal /a/ tônica; à direita, a oclusiva /k/ sucedida pelo início da vogal /u/ postônica final.

O exame visual do oscilograma sugere a ausência do /i/ postônico medial após o ruído do /f/, visto que não há evidência de atividade periódica no sinal ou mudanças relevantes na amplitude. Todavia, quando se observa, no espectrograma, o trecho correspondente ao /f/, é possível ver que o padrão visual não é uniforme: a primeira metade é diferente da segunda. Na segunda metade, parece haver concentrações de energia em faixas de frequência que seriam compatíveis com a presença de formantes vocálicos (picos de energia centrados em torno de 2 e 5 kHz), embora não haja evidência de vozeamento no ruído fricativo. Isso sugere a presença de uma configuração do trato vocal compatível com uma vogal, que funcionaria como um filtro que altera as propriedades do ruído da fricativa. Essa situação poderia ser resultado da sobreposição total do ruído da fricativa sobre os gestos da vogal postônica medial.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 4 – Exemplo de diferenças na composição da consoante /f/ em função de possível presença de vogal postônica medial totalmente encoberta na palavra ‘gráfico’. Participante *p5*, experimento 1, repetição 4.

¹⁸ O mesmo participante produziu outra ocorrência com características semelhantes, descritas na tese de Pereira Rodrigues (2024) da mesma maneira como fazemos aqui.

A extração do espectro do ruído do /f/ nos dois pontos indicados, na Figura 4, pelas linhas azul e vermelha (linhas A e B, respectivamente) permite examinar mais profundamente as duas metades do ruído em questão¹⁹. Na figura, os espectros extraídos aparecem sobrepostos no quadro abaixo do espectrograma. O exame dos espectros mostra uma diferença importante na composição de cada um deles, especialmente na faixa que vai de 0 até aproximadamente 12 kHz. No espectro vermelho, correspondente à segunda metade do ruído do /f/, os componentes de mais baixa frequência têm um nível maior de intensidade em comparação com o que se vê no espectro azul, em especial na faixa entre 0 e 5 kHz. Esses componentes com maior intensidade na faixa até 5 kHz são compatíveis com a presença de formantes vocálicos. No espectro azul, toda a faixa entre 0 e em torno de 12 kHz tem componentes com intensidade mais baixa, configuração mais compatível com o esperado para uma fricativa labiodental (Hughes; Halle, 1956). Na faixa entre 12 e 22 kHz, os perfis espectrográficos dos dois espectros são muito parecidos.

Quantificando as diferenças entre os espectros, observa-se que o centro de gravidade do espectro vermelho é 7,77 kHz, valor mais baixo do que o do espectro azul, 9,30 kHz. A diferença de energia entre a faixa superior (11 a 22 kHz) e a inferior (0 a 11 kHz) é de -2,90 dB para o espectro vermelho, o que indica que, em tal espectro, o balanço de energia pende em favor da faixa inferior. Essa mesma diferença é de 1,49 dB no caso do espectro azul, sinalizando maior concentração de energia na faixa superior nesse espectro. Esses dois dados indicam maior concentração de energia na faixa mais baixa de frequências no espectro vermelho, que interpretamos como evidência favorável à hipótese de realização encoberta de vogal postônica medial, uma vez que os formantes vocálicos com mais energia são aqueles com mais baixa frequência.

O exemplo ora apontado constitui evidência favorável à hipótese segundo a qual a aparente ausência de vogal postônica medial pode não significar o total apagamento da vogal, mas sua extrema redução temporal e espacial, de modo que pode haver uma reorganização no sequenciamento gestual, que poderia resultar no total encobrimento dos gestos da vogal pelos gestos da consoante precedente.

Em vista das observações e considerações supracitadas nesta seção, baseadas em uma ocorrência particular, propõe-se a seguinte análise: comparar o espectro médio de fricativas que são seguidas por uma vogal postônica medial claramente presente (condição esta chamada de *clara presença de vogal postônica medial*) com o espectro médio de fricativas que não são seguidas por vogal postônica medial claramente presente (condição esta chamada de *aparente ausência de vogal postônica medial*). Para entendimento da análise, chamaremos de *v1* a condição de clara presença e de *v0* a condição de aparente ausência. A condição *v1* pode ser considerada como condição de controle, aquela em que há pouca ou nenhuma sobreposição entre a fricativa e a vogal postônica medial que a sucede. Na condição *v0*, suspeita-se que possa haver casos de sobreposição total, os quais podem ter como efeito a alteração das propriedades espectrais da fricativa que precede a vogal postônica medial. Fazem parte da análise, então, palavras cuja consoante precedente é fricativa e que, no corpus deste estudo,

¹⁹ No Praat (versão 6.1.51), extraiu-se o espectro de Fourier em uma janela de 60 ms centrada nas linhas presentes na Figura 4 (A e B). Em seguida, ainda no Praat, os espectros foram suavizados por meio da função *Cepstral smoothing* com um valor de largura de banda de 750 Hz.

apresentaram ambas as condições *v0* e *v1*. As palavras e as respectivas fricativas são: ‘gráfico’ e /f/; ‘óvulo’ e /v/; ‘página’ e /ʒ/. Essas palavras foram escolhidas porque apresentaram um percentual de razoável a alto de aparente ausência de vogal postônica medial (22% no caso de ‘óvulo’, 50% no caso de ‘página’ e 76% no caso de ‘gráfico’). Não incluímos na análise palavras com fricativa alveolar (/s, z/) em contexto precedente, pois nenhuma das palavras do corpus com a referida característica apresentou percentuais significativos de aparente ausência de vogal postônica medial.

Para a análise, seguiram-se os passos que se descrevem na sequência: primeiramente, extraiu-se, no Praat (versão 6.1.51), o espectro de Fourier em uma janela de 60 ms centrada no ponto médio da duração da ocorrência de cada fricativa. Depois, ainda no Praat, aplicou-se a função *Cepstral smoothing* com uma largura de banda de 3 kHz para obter um espectro suavizado para cada ocorrência de fricativa. A partir do conjunto de espectros suavizados de cada ocorrência, obtiveram-se espectros médios para as condições *v0* e *v1*. Cada espectro suavizado é composto por 4.097 valores, um para cada janela de análise, que é de aproximadamente 5 Hz (o espectro tem informação entre 0 e 22,05 kHz). O espectro médio foi calculado separadamente para cada célula com o sinal de visto (✓) do Quadro 5 a partir do cálculo da média do valor da intensidade de cada uma das 4.097 janelas de análise sucessiva em cada espectro. No Quadro 5, as células com sinal de visto (✓) indicam que houve pelo menos uma ocorrência na condição *v0* ou na condição *v1*, já as células com o xis (✕) indicam que não houve nenhuma ocorrência na condição *v0* ou na condição *v1*.

Quadro 5 – Ocorrências de *v0* e de *v1* para as quais foram obtidos espectros médios (células com sinal de visto (✓)).

		<i>p1</i>	<i>p2</i>	<i>p3</i>	<i>p4</i>	<i>p5</i>
‘gráfico’	ocorrências de <i>v0</i>	✓	✓	✓	✓	✓
	ocorrências de <i>v1</i>	✕	✕	✕	✓	✓
‘óvulo’	ocorrências de <i>v0</i>	✓	✕	✓	✕	✕
	ocorrências de <i>v1</i>	✓	✓	✓	✓	✓
‘página’	ocorrências de <i>v0</i>	✓	✓	✓	✓	✓
	ocorrências de <i>v1</i>	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os espectros médios são exibidos em três figuras (adiante): 5, 6 e 7. Cada figura remete a uma palavra analisada e contém cinco gráficos, sendo um por participante. Cada gráfico contém o espectro médio referente a *v0* mais o espectro médio referente a *v1*, ou apenas o espectro médio referente a *v0*, ou apenas o espectro médio referente a *v1*.

A análise é realizada separadamente por palavra e por participante. Estabeleceu-se o critério de comparar o espectro médio referente a *v0* com o espectro médio referente a *v1* apenas nos casos em que houve pelo menos três ocorrências lexicais na condição *v0* e pelo menos três ocorrências lexicais na condição *v1*. Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados.

Considere a Tabela 4.

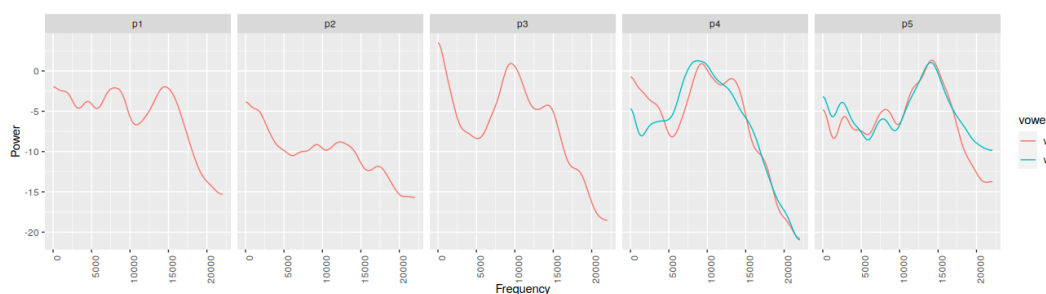
Tabela 4 – Ocorrências, por participante, da palavra ‘gráfico’ nas condições *v0* e *v1*.

Participante	<i>v0</i>	<i>v1</i>
<i>p1</i>	10	0
<i>p2</i>	10	0
<i>p3</i>	10	0
<i>p4</i>	3	7
<i>p5</i>	5	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 4, no que tange à palavra ‘gráfico’, apenas os casos dos participantes *p4* e *p5* preenchem o critério estabelecido para a comparação entre espectros.

A Figura 5 apresenta os espectros médios da consoante /f/ em ‘gráfico’ obtidos para os cinco participantes. A partir dos gráficos de *p4* e *p5*, presentes na figura, são comparados os espectros médios obtidos para esses participantes.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 5 – Espectros médios da consoante /f/ na palavra ‘gráfico’ nas condições *v0* e *v1*.

Conforme a Figura 5, o participante *p4* mostra uma diferença entre as condições *v0* e *v1* na faixa entre 0 e 5 kHz. Na condição *v0*, os componentes de frequência têm mais intensidade do que o observado na condição *v1*. No caso do participante *p5*, acontece o oposto, mas a diferença no nível de intensidade entre as duas condições é de baixa magnitude. O padrão observado para o participante *p4* vai na direção do que foi comentado sobre a Figura 4, que também trata da palavra ‘gráfico’²⁰. Os componentes de amplitude mais alta na faixa até 5 kHz é compatível com a presença de uma vogal totalmente encoberta.

Considere a Tabela 5.

Tabela 5 – Ocorrências, por participante, da palavra ‘óvulo’ nas condições *v0* e *v1*.

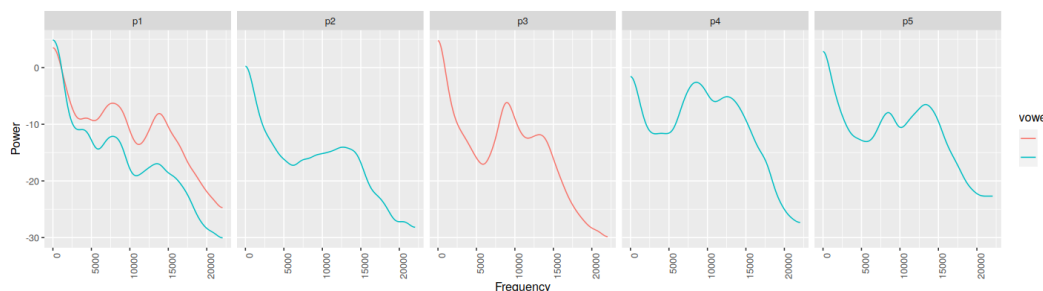
Participante	<i>v0</i>	<i>v1</i>
<i>p1</i>	3	7
<i>p2</i>	0	10
<i>p3</i>	8	2
<i>p4</i>	0	10
<i>p5</i>	0	10

Fonte: Elaborada pelos autores.

²⁰ Recordar-se que o participante *p5* é o produtor do exemplo mostrado na Figura 4.

Conforme a Tabela 5, no que tange à palavra ‘óvulo’, apenas o caso do participante *p1* preenche o critério estabelecido para a comparação entre espectros.

A Figura 6 apresenta os espectros médios da consoante /v/ em ‘óvulo’ obtidos para os cinco participantes. A partir do gráfico de *p1*, presente na figura, são comparados os espectros obtidos para esse participante.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 6 – Espectros médios da consoante /v/ na palavra ‘óvulo’ nas condições *v0* e *v1*.

Conforme a Figura 6, o exame comparativo dos dois espectros de *p1* sugere que o espectro na condição *v0* tem níveis de energia maiores ao longo da maior parte das frequências. O centro de gravidade médio para a condição *v0* é 1.175 Hz contra 847 Hz para *v1*, indicando um nível maior de energia para a condição *v0*. A densidade de energia na faixa entre 5 e 11,025 kHz é de aproximadamente $3 \cdot 10^{-11}$ Pa²/Hz² para a condição *v0* e $1,3 \cdot 10^{-11}$ Pa²/Hz² para *v1*, indicando maior conteúdo de energia nessa faixa para a condição *v0*. Essas observações sugerem evidência favorável à interpretação segundo a qual pode haver uma vogal totalmente encoberta pelo ruído da fricativa /v/ em *óvulo* na condição *v0*.

Considere a Tabela 6.

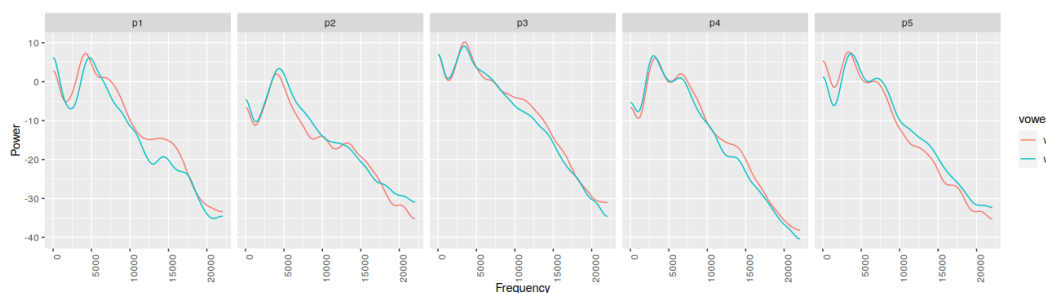
Tabela 6 – Ocorrências, por participante, da palavra ‘página’ nas condições *v0* e *v1*.

Participante	<i>v0</i>	<i>v1</i>
<i>p1</i>	9	1
<i>p2</i>	1	9
<i>p3</i>	7	3
<i>p4</i>	6	4
<i>p5</i>	2	8

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Tabela 6, no que tange à palavra ‘página’, apenas os casos dos participantes *p3* e *p4* preenchem o critério estabelecido para a comparação entre espectros.

A Figura 7 apresenta os espectros médios da consoante /ʒ/ em ‘página’ obtidos para os cinco participantes. A partir dos gráficos de *p3* e *p4*, presentes na figura, são comparados os espectros obtidos para esses participantes.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 7 – Espectros médios da consoante /ʒ/ na palavra ‘página’ nas condições *v0* e *v1*.

Conforme a Figura 7, no que diz respeito aos participantes *p3* e *p4*, o exame comparativo dos espectros de ambas as condições *v0* e *v1* sugere que não há evidência de diferenças relevantes entre elas para os dois participantes. Essa falta de distinção poderia ser explicada pelo seguinte fato: o gesto de corpo de língua necessário para a vogal /i/ é articulado na região palatal – região esta muito próxima do ponto de articulação da consoante /ʒ/ (alveopalatal); desse modo, a possível presença do gesto vocálico encoberto não causaria mudanças nas frequências ressonânticas que conformam o ruído do /ʒ/. Portanto, a sequência /ʒi/ não é o campo mais propício para a identificação acústica da presença encoberta de /i/ durante a realização de /ʒ/.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise de regressão logística, os dados sugeriram que indivíduos com maior escolarização, independentemente de serem eliciados a produzir proparoxítonas a partir da visualização da ortografia dessas palavras ou a partir da visualização de imagens e da escuta de questões, tendem a inibir a aparente ausência de vogais postônicas mediais na mesma proporção. Uma possível razão para isso seria a consciência ortográfica de que dispõem esses indivíduos em decorrência de um maior contato deles com a escrita.

Ainda na análise de regressão logística, os dados sugeriram que, na variedade de São Carlos (SP):

- i. O modo de articulação da consoante precedente a vogais postônicas mediais tende a influenciar a aparente ausência dessas vogais; assim, consoantes precedentes oclusivas e fricativas tendem a favorecer o fenômeno, e consoantes precedentes soantes tendem a desfavorecê-lo.
- ii. O grau de constrição de gestos de corpo de língua envolvidos na articulação de vogais postônicas mediais tende a influenciar a aparente ausência dessas vogais. Entre as cinco vogais postônicas mediais com as quais este estudo lidou (/a, e, i, o, u/), as estreitas (/i, u/) se mostraram como as mais propensas à aparente ausência, ao passo que a ampla (/a/) se mostrou como a mais resistente a esse fenômeno.

Na análise espectral de fricativas, observou-se, em uma ocorrência da palavra ‘gráfico’ produzida com aparente ausência de vogal postônica medial pelo participante *p5*, que a consoante precedente a essa vogal (/f/) apresentou, em sua segunda metade, concentrações de intensidade compatíveis com frequências formânticas esperadas para

uma vogal. Esse resultado sugeriu que, na ocorrência em tela, a vogal postônica medial foi articulada de maneira totalmente encoberta pela segunda metade do ruído da consoante precedente. Além do mais, com as comparações entre espectros médios, realizadas na análise espectral de fricativas precedentes, verificaram-se três casos:

- i. Com a aparente ausência da vogal postônica medial, o ruído da fricativa que precede essa vogal passa a exibir maior nível de energia em região de baixa frequência (entre 0 e 5 kHz). Esse caso foi verificado através da comparação espectral estabelecida em referência às ocorrências de ‘gráfico’ produzidas pelo participante *p4*.
- ii. Com a aparente ausência da vogal postônica medial, o ruído da fricativa que a precede passa a exibir maior nível de energia ao longo da maior parte das frequências e maior conteúdo de energia em região de frequência entre 5 e 11,025 kHz. Esse caso foi verificado através da comparação espectral estabelecida em referência às ocorrências de ‘óvulo’ produzidas pelo participante *p1*.
- iii. Com a aparente ausência da vogal postônica medial, o ruído da fricativa precedente parece não apresentar mudanças espectrais relevantes. Esse caso foi verificado através da comparação espectral estabelecida em referência às ocorrências de ‘página’ produzidas por *p3* e *p4*.

Os dois primeiros casos advogam em favor da hipótese de presença encoberta de vogal postônica medial pelos gestos da fricativa que a precede (/f/ em ‘gráfico’ e /v/ em ‘óvulo’). O terceiro caso, contudo, não advoga em favor da hipótese, embora ele não deva ser considerado como evidência contrária a ela. Estudos futuros com dados diretamente articulatórios poderão averiguar mais apropriadamente se esse terceiro caso revela presença encoberta de vogal postônica medial pelo ruído da fricativa precedente.

REFERÊNCIAS

- Albano EC. O português brasileiro e as controvérsias da fonética atual: pelo aperfeiçoamento da fonologia articulatória. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. 1999; 15(3):23-50.
- Albano EC. O gesto e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro. Campinas: Mercado de Letras; 2001.
- Aluísio SM, Oliveira LHM, Pinheiro GM. Os tipos de anotações, a codificação, e as interfaces do Projeto Lácio-Web: Quão longe estamos dos padrões internacionais para córpus? 2º Workshop em Tecnologia da Informação e Linguagem Humana. 2004:1-10.
- Audacity Team. Audacity: free audio editor and recorder [programa de computador]. Versão: 3.1.3; 2021. [citado 22, fev., 2023]. Disponível em: <https://audacityteam.org/>.
- Bergem DR. Acoustic and lexical vowel reduction. Phonetics and Phonology of Speaking Styles. 1991: 1-5.
- Boersma P, Weenink D. Praat: doing phonetics by computer [programa de computador]. Versão 6.1.51. Amsterdã: Universidade de Amsterdã; 2021. Disponível em: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>.
- Botma B. Sonorants. In: Oostendorp M, Ewen CJ, Hume E, Rice K, organizadores. The Blackwell companion to phonology. Hoboken: Wiley; 2011. p. 1-24.
- Browman CP, Goldstein LM. Towards an articulatory phonology. Phonology Yearbook. 1986;3:219-252.

- Browman CP, Goldstein LM. Tiers in articulatory phonology, with some implications for casual speech. Haskins Laboratories Status Report on Speech Research. 1987:1-30.
- Browman CP, Goldstein LM. Articulatory gestures as phonological units. *Phonology Yearbook*. 1989;6:201-251.
- Browman CP, Goldstein LM. Gestural specification using dynamically-defined articulatory structures. *Journal of Phonetics*. 1990;18:299-320.
- Browman CP, Goldstein LM. Articulatory phonology: an overview. Haskins Laboratories Status Report on Speech Research. 1992:23-42.
- Bybee J. *Phonology and language use*. Cambridge; New York: Cambridge University Press; 2001.
- Cintra G. Distribuição de padrões acentuais no vocábulo em português. *Confluência*. 1997;5(3):82-93.
- Correa da Silva AP. Elevação sem motivação aparente das vogais médias pretônicas entre os jovens porto-alegrenses [dissertação]. Porto Alegre: Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2014.
- Cristóforo-Silva T. *Dicionário de Fonética e Fonologia*. São Paulo: Contexto; 2011.
- Crystal D. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 6.^a ed. Oxford: Blackwell; 2008.
- Delforge AM. Unstressed vowel reduction in Andean Spanish. In: Colantoni L, Steele J, editores. *Selected proceedings of the 3rd Conference on laboratory approaches to Spanish phonology*. Somerville: Cascadia Proceedings Project; 2008. p. 107-124.
- Guy GR. Advanced VARBRUL analysis. In: Ferrara K, Brown B, Walters K, Baugh J, editores. *Linguistic change and contact. Proceedings of the sixteenth annual conference on new ways of analyzing variation*. Austin: Department of Linguistics, University of Texas; 1988. p. 124-136.
- Guy GR, Zilles A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola; 2007.
- Hughes GW, Halle M. Spectral properties of fricative consonants. *The Journal of the Acoustical Society of America*. 1956;28(2):303-10.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Divisão Territorial Brasileira - DTB [internet]; 2019. [citado 3 set. 2019]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=o-que-e>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama do Censo 2022 [internet]; 2023. [citado 10 fev. 2023]. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.
- Johnson DE. Rbrul [programa de computador]. Versão: 3.1.7. Lancaster: Lancaster University; 2023. [citado 21 ago. 2023]. Disponível em: <http://www.danielezrajohnson.com/>.
- Lácio-Ref [internet]. Lácio-Web; 2004. [citado 3 set. 2019]. Disponível em: <http://143.107.183.175:22180/lacioweb/index.htm>.
- Loiterton J. Crucifix on the apex of roof. Pexels [internet]; 2021. [citado 19 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/crucifix-on-the-apex-of-roof-7510454/>.
- Meireles AR, Barbosa PA. O papel da taxa de elocução nos processos dinâmicos de mudança linguística. *Revista (Con)Textos Linguísticos*. 2009;3(3):91-116.
- Meneses FO. As vogais desvozeadas no português brasileiro: investigação acústico-articulatória [dissertação]. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 2012.
- Meneses FO. Uma visão dinâmica dos processos de apagamento de vogais no português brasileiro [tese]. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 2016.
- Napoleão de Souza RF. Redução de vogais altas pretônicas no português de Belo Horizonte: uma abordagem baseada na gradiência [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2012.
- Pereira Rodrigues T. Redução de vogais postônicas mediais na variedade de São Carlos (SP) [tese]. São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos; 2024.

- Prefeitura Municipal de São Carlos. A cidade de São Carlos [internet]. São Carlos; 2019. [citado 3 set. 2019]. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conheca-sao-carlos/115268-a-cidade-de-sao-carlos.html>.
- Ramos AP. Descrição das vogais postônicas não-finais na variedade do noroeste paulista [dissertação]. São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; 2009.
- RStudio Team. RStudio: Integrated development for R [programa de computador]. Versão 4.2.3. Boston: RStudio Inc.; 2023. Disponível em: <http://www.rstudio.com/>.
- Santana AP. Análise das postônicas não-finais em São Paulo e São Luís [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2015.
- Schwindt LC. A regra variável de harmonização vocálica no RS. In: Bisol L, Brescancini C, organizadoras. Fonologia e variação: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2002. p. 161-182.
- Schwindt LC, Quadros ES, Toledo EE, Gonzalez CA. A influência da variável escolaridade em fenômenos fonológicos variáveis: efeitos retroalimentadores da escrita. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. 2007;5(9):1-12.
- Seara IC, Nunes VG, Lazzarotto-Volcão C. Fonética e fonologia do português brasileiro. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC; 2011.
- Silva AP. Supressão da vogal postônica não-final: uma tendência das proparoxítonas na língua portuguesa com evidências no falar sapeense [dissertação]. João Pessoa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba; 2006.
- Silva ARS, Lima Júnior RM. Efeito de tonicidade e vozeamento na redução da vogal /i/ e efeito da redução sobre a duração da consoante precedente. *Gradus: Revista Brasileira de Fonologia de Laboratório*. 2021;6(1):11-26.
- Souza GB, Barbosa PA. Harmonia vocálica na fala de Belém-PA: uma análise acústica. *Estudos Linguísticos e Literários*. 2019;(63):171-193.
- Viaro ME, Guimarães-Filho ZO. Análise quantitativa da frequência dos fonemas e estruturas silábicas portuguesas. *Estudos Linguísticos*. 2007;36(1):27-36.

Produção e percepção caminham juntas?
Um estudo comparado entre produção e percepção
das interrogativas totais neutras no Português do Brasil

*Do production and perception walk together?
A comparative study between production and perception
of neutral yes no questions in Brazilian Portuguese*

Joelma Castelo Bernardo da Silva*
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Flaviane Romani Fernandes-Svartman**
Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Denise Cristina Kluge***
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Ronaldo Manguiera Lima Júnior****
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Resumo: O presente estudo objetiva estudar a percepção da entoação nos tipos frásicos interrogativos totais nas seguintes variedades do Português do Brasil: João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). Estudos prévios de produção desenvolvidos sob o aparato teórico da fonologia métrica autosssegmental para entoação (Ladd, 2008[1996]) indicam duas regiões dialetais no PB: Nordeste (PB, SE), caracterizada por um contorno nuclear interrogativo predominantemente ascendente; e Sudeste-Sul (BA, RJ, SP, MG, SC e RS), caracterizada por um contorno nuclear interrogativo ascendente-descendente. A distribuição desses padrões sugere fortemente a formação de um *continuum* dialetal de Norte a Sul da Costa Atlântica brasileira, confirmada por meio de estudo de percepção para as duas macrorregiões (Castelo et al., 2018). Com base nesses estudos, era esperado que, ao ampliar a amostra de variedades, se confirmassem tanto as regiões dialetais como o *continuum* encontrado no nível da produção. Embora a distribuição bidialetal tenha sido confirmada, a gradação na percepção entre as variedades não foi encontrada para o atual conjunto de variedades investigadas, o que sugere relações indiretas entre produção e percepção bem como a complexidade envolvida na concepção e aplicação de experimentos de percepção em variação prosódica.

Palavras-chave: Português Brasileiro. Percepção. Variação dialetal. Entoação. Interrogativa total.

* Professora Doutora, Colaboradora, Colegiado de Letras Português, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Apucarana, Paraná, PR, Brasil; Pós-doutoranda, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil; joelmacastelo@gmail.com

** Professora Doutora, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP), Brasil; flavianesvartman@usp.br

*** Professora Associada, Departamento de Letras Anglo-Germânicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ; deniseckluge@gmail.com

**** Professor Doutor, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil; ronaldo.junior@unb.br

Abstract: The present work aims to study the perception of intonation in yes-no questions in the following varieties of Brazilian Portuguese: João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Florianópolis (SC) and Porto Alegre (RS). Previous production studies, developed under the theoretical apparatus of autosegmental metric phonology for intonation (Ladd, 2008[1996]) indicate two dialectal regions in BP: Northeast (PB, SE), characterized by a predominantly ascending interrogative nuclear contour; and Southeast-South (BA, RJ, SP, MG, SC and RS), characterized by an ascending-descending interrogative nuclear contour. The distribution of these patterns strongly suggests the formation of a dialectal *continuum* from North to South of the Brazilian Atlantic Coast, which was confirmed through a perception study for the two macro-regions (Castelo et al., 2018). Based on these studies, it was expected that, by expanding the sample of varieties, both the dialectal regions and the *continuum* found at the production level would be confirmed. Although the bidialectal distribution has been confirmed, the *continuum* in perception between varieties was not found for the current set of varieties investigated, suggesting indirect relations within production and perception as well as the complexity involved in the design and application of perception experiments on prosodic variation.

Keywords: Brazilian Portuguese. Perception. Dialectal variation. Intonation. Yes-no question.

1 INTRODUÇÃO

Estudos anteriores sobre o papel da entoação para a percepção dos tipos frásicos contribuíram para o conhecimento do sistema prosódico de línguas românicas, como o português, o espanhol e o italiano (Falé; Faria, 2005; Face, 2011; D’Imperio; House, 1997), para o estudo da percepção da entoação na primeira infância (Frota et al., 2014) e para a compreensão da relação entre entoação e gestos (Cruz et al., 2017). No entanto, poucos estudos têm se dedicado a analisar a percepção dos tipos frásicos em português e seu papel para o conhecimento da distribuição dialetal do Português do Brasil (doravante PB), a fim de conhecer suas extensões e limites geográficos (Castelo et al., 2018; Milan; Castelo; Frota, 2015; Nunes; Seara, 2015), e muito menos a comparar as relações (semelhanças e diferenças) dos resultados de estudos de produção e percepção no que tange ao mapeamento dialetal da entoação do PB. A fim de preencher essa lacuna, o presente artigo objetiva analisar dados de percepção da entoação dialetal de interrogativas totais neutras no PB nas variedades de João Pessoa (PB) e Aracaju (SE), no Nordeste; Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), no Sudeste; e Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS), no Sul, por meio de uma proposta de análise que relaciona produção e percepção, a fim de compreender o que eles revelam a respeito da percepção dos brasileiros acerca das variedades regionais; sobre a distribuição das áreas dialetais e sobre o *continuum* encontrado ao nível da produção.

Entende-se por interrogativa total neutra o enunciado em que o locutor desconhece completamente a resposta da pergunta que formula e espera que seu interlocutor responda “sim” ou “não” (Mateus et al., 2003). No que tange à produção desse tipo frásico, é conhecida a grande variação no modo como os brasileiros produzem esse tipo de pergunta (Castelo, 2011; Rosignoli, 2017; Castelo, 2016; Cruz et al., 2022). Sendo a entoação o único aspecto linguístico usado para distinguir interrogativas totais e afirmativas (Mateus et al., 2003), é mister investigar não só como os brasileiros a produzem, mas também como percebem esse tipo frásico. O estudo da percepção da variação entoacional no PB se mostra altamente justificável,

especialmente pelo fato de o PB ser falado em um país de dimensões continentais, cuja formação etnográfica abrange grandes diferenças nos níveis sociais, históricos e regionais. Um estudo longitudinal dos padrões de percepção das variedades do PB, articulado aos padrões de produção, poderá revelar nuances do sistema entoacional entre as variedades do PB ainda não exploradas.

Para estudar a percepção relacionada à produção da entoação dos enunciados interrogativos totais no presente estudo, será utilizada, como escopo de comparação, a distribuição dialetal dos contornos que compõem o acento nuclear no Português do Brasil, proposta por Castelo (2016) e confirmada ao nível da percepção por Castelo et al. (2018). Essa distribuição indica a presença de um *continuum* dialetal para entoação desse tipo de pergunta. Castelo (2016) propõe, com base na Fonologia Autossegmental e Métrica para a entoação (Gussenhoven, 2004; Ladd, 2008[1996], entre outros), uma mudança gradual nos padrões entoacionais de Norte a Sul da Costa Atlântica. Considerando a divisão dialetal proposta por estudos prosódicos anteriores (Castelo, 2011; Frota et al., 2015), Castelo (2016) delimitou as seguintes áreas dialetais para as declarativas e interrogativas totais neutras: Nordeste (PB e SE), caracterizado por contornos nucleares ascendentes e Sudeste-Sul (BA, MG, RJ, SP, SC e RS), caracterizada por contornos nucleares ascendente-descendentes. Embora o contorno nuclear ascendente-descendente tenha sido encontrado em todas as variedades, dois parâmetros justificam a presença de um *continuum*: (1) a distribuição dos contornos nucleares interrogativos predominantes em cada região — os contornos ascendentes (L* H% e L*+H H%) do Nordeste vão se tornando menos frequentes na medida em que vai se aproximando do Sudeste, sendo a Bahia uma região de transição dialetal, conforme será explicado na próxima seção; e (2) a distribuição dos acentos pré-nucleares predominantes em ambos os tipos frásicos (declarativos e interrogativos) em cada região — os contornos pré-nucleares descendentes do Norte (H+L*) vão se tornando menos frequentes na medida em que vai se aproximando do Sul.

Guiando-nos por esses resultados, elencamos as perguntas de investigação que norteiam o presente estudo:

1. *Os ouvintes brasileiros de diferentes regiões identificam os padrões entoacionais nativos e não nativos¹ relativamente ao núcleo da interrogativa total?*
2. *A percepção dos ouvintes revela o continuum dialetal indicado por estudo prévio de produção?* (Castelo, 2016)

As contribuições apresentadas na presente pesquisa são de extrema importância para os estudos relativos a essa temática, na medida em que, a partir dos resultados apresentados e da comparação com abordagens anteriores, são propostas reflexões sobre as condições de condução de um estudo de percepção prosódica e suas possíveis consequências para análise de dados dialetais. Intencionamos, com a apresentação delas, contribuir para o avanço metodológico na condução de experimentos nessa área do conhecimento.

¹ Considerando a divisão Nordeste versus Sudeste-Sul, proposta por estudos prévios (Nascentes, 1951; Castelo, 2016), entende-se aqui por padrão dialetal nativo aquele que pertence à mesma macrorregião dialetal do ouvinte. Ao passo que o padrão não nativo é aquele que não pertence à mesma macrorregião dialetal do ouvinte. Logo, estímulos do nordeste serão considerados não nativos para os ouvintes do sudeste e sul e vice-versa.

2 RESPALDO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo da presente seção é explicar de que forma os mecanismos presentes no sistema perceptual ajudam a compreender as possíveis diferenças de percepção entre as variedades do PB abordadas neste trabalho. Discutimos as ideias a respeito das relações indiretas entre produção e percepção da fala (Fodor, 1983). Ainda que seja um estudo antigo sobre os mecanismos de cognição humana e já bastante revisado por novas teorias e abordagens, empregamo-lo como respaldo teórico, porque entendemos que existem nele elementos norteadores para discutirmos a percepção das variedades do PB. A seguir, discutiremos o modelo perceptual proposto pela autora tomando como ponto de partida estudos de percepção em diferentes línguas.

A tese da modularidade da mente (Fodor, 1983) confirma as relações indiretas entre sinal acústico e percepção. Segundo ela, a mente está dividida em vários módulos de processamento da informação, entre eles o da linguagem. Este módulo, por sua vez, possui inteligências específicas compreendidas como submódulos da gramática que, apesar de serem independentes, interagem entre si.

Ao receber o sinal acústico, o ouvinte realiza, ao nível fonológico, uma difícil tarefa cognitiva de extrair de um sinal tão complexo e variado acusticamente o essencial para decodificar informações linguísticas. Nisso consiste a percepção da fala, ou seja, a extração de significado acústico produzido pelo interlocutor e na fixação desse sinal a suas funções linguísticas específicas, como a de identificar um pergunta ou afirmação. Nesse caminho percorrido pelo som, desde a boca do interlocutor até o ouvido do percebedor, podem ocorrer alucinações acústicas. Um dos exemplos é o caso da percepção duplex. Provou-se que ouvintes submetidos a ouvir, através de um fone de ouvido, uma sílaba sem a coarticulação que diferencia um [ba] de um [ga] e, logo a seguir, ouviam apenas a coarticulação, entendiam cada estímulo apenas como um ruído. No entanto, quando se ouviam, simultaneamente, os dois sons, um em cada ouvido, interpretavam a sílaba completa. Esse fato mostra que, apesar de serem específicos, os domínios cognitivos da mente interagem².

A alucinação do efeito duplex ocorre em consequência da especialização e da integração dos módulos da mente. Fodor (1983) justifica esse tipo de ilusão a partir de um funcionamento modular da mente. Os módulos de processamento da informação na mente são divididos em três sistemas: compiladores, sistema de entrada e sistema central. Os compiladores recebem a informação dos suportes sensoriais que alimentam o sistema (visão e audição, por exemplo). Os sistemas de entrada executam as operações de interpretação das informações dos sistemas compiladores, antes que elas cheguem ao sistema central. Por esse domínio ser específico, a fala é percebida como tal por ser processada no seu respectivo domínio, sendo distinguida de outros ruídos do meio. Por fim, o domínio central é a última instância da percepção na qual são feitas as representações distais. Esse domínio é não específico, não encapsulado e não apresenta estruturas neurais fixas, conforme o domínio de entrada. Portanto, as relações entre produção e percepção são indiretas, porque os traços acústicos não entram de forma direta no sistema central, mas sim sua representação mental, que é filtrada no sistema de entrada.

² Discutir o efeito duplex vai para além do escopo do presente estudo. No entanto, para aprofundar-se na questão, indicamos a leitura de Fowler e Rosenblum (1991).

Empregando o modelo perceptual proposto por Fodor (1983) no entendimento das diferenças inter e intra-linguísticas na percepção dos tipos frásicos e suas implicações para o funcionamento da gramática entoacional, é possível considerar que o sistema de percepção especifica os traços entoacionais nativos nos sistemas de entrada, que são usados pelo ouvinte para interpretar as informações sensoriais que recebem dos compiladores. Isso pode explicar o fato de o ouvinte distinguir uma declarativa de uma interrogativa total de forma mais rápida e eficiente através de estímulos que reflitam o padrão de sua região, uma vez que esses estímulos já estão especificados no sistema de entrada. Por outro lado, terá mais dificuldade em fazer essa distinção, ou até mesmo não será capaz de fazê-la, por meio de estímulos não nativos, uma vez que estes não estão especificados no sistema de entrada, conforme observado nas comparações inter e intra-linguísticas explicadas a seguir.

Sujeitos de muitas línguas reconhecem as declarativas a partir da percepção de um contorno final descendente, enquanto as interrogativas totais são reconhecidas por um contorno ascendente final. Esse fato confirma a hipótese de Bolinger (1978) a respeito de um universal linguístico: um traço alto para expressar perguntas nas diferentes línguas, que pode se manifestar através: da fronteira (H%), como em holandês; de diferenças nos níveis de altura global do enunciado (maiores em interrogativas totais), como em Chinês; ou, até mesmo, de diferenças de alinhamento do tom alto (L * HL% nas interrogativas versus H * L% nas declarações), como em Húngaro (Gussenhoven; Chen, 2000; Gussenhoven, 2002, 2016). Desse modo, a identificação de interrogativas totais, entre as línguas, ocorre de formas distintas, tendo em comum o reconhecimento do traço positivo de altura (Gussenhoven; Chen, 2000) especificado de variados modos pelas línguas.

No entanto, a hipótese de Bolinger vem sendo questionada por estudos recentes sobre percepção de variedades de uma mesma língua. No Chicasaw, por exemplo, há variedades em que os contornos ascendentes são usados para o reconhecimento de declarativas e contorno baixo ou descendente são usados no reconhecimento de interrogativas (Gussenhoven, 2004; Ladd, 2008[1996]). Isso revela que os sistemas de entrada das línguas podem gramaticalizar diferentes pistas fonéticas, nem sempre refletindo um código universal (Gussenhoven, 2002, 2004; Ladd, 2008[1996]).

É interessante observar casos, pouco frequentes na literatura, em que falantes de uma mesma língua não conseguem diferenciar tipos frásicos oriundos de variedades não-nativas, o que corrobora o fato de que a fixação de traços dialetais pode acarretar diferenças gramaticais em uma só língua, como ocorre no Português Europeu. No Português Europeu Padrão (*Standart European Portuguese* - SEP), falado em Lisboa, a distinção entre os tipos frásicos é marcada com um tom de fronteira ascendente (LH%) em interrogativas totais e um tom de fronteira baixo (L%) nas declarativas (Frota, 2002). Ambos os tipos de sentenças compartilham o mesmo traço descendente (H + L*) no tom nuclear. Portanto, os ouvintes do SEP reconhecem uma interrogativa total de forma diferente de uma declarativa na presença de um aumento da frequência fundamental na última sílaba postônica do enunciado (Falé; Faria, 2005). Ao contrário do SEP, o PE falado em Castro Verde (Alentejo - ALE) e Ponta Delgada (Açores - PtD) apresenta um contorno nuclear final descendente ((H +) L * L%) em declarativas e interrogativas. Segundo Cruz e Frota (2011) e Cruz et al. (2017), os ouvintes nativos do SEP não são capazes de reconhecer a diferença entre declarativas e interrogativas totais das variedades de ALE e PtD. Por outro lado, ouvintes nativos destas variedades

estão aptos a diferenciar os tipos frásicos nativos, indicando que usam pistas diferentes dos ouvintes do SEP (provavelmente pistas na região pré-nuclear) para diferenciar os tipos frásicos. Esse fato comprova a existência de diferentes sistemas de percepção entre variedades de uma mesma língua.

No Português do Brasil, Castelo (2016) e Castelo et al. (2018) constataram que as relações entre produção e percepção dos falantes de diferentes regiões refletem as diferenças regionais encontradas ao nível da produção. Em relação à discriminação dos padrões nativo e não-nativo de interrogativas, Castelo et al. (2018) constataram que os ouvintes de João Pessoa (região Nordeste) não percebem as diferenças dialetais entre o padrão nativo (contorno ascendente – $L^* H\%$ e $L^*+H H\%$) e o padrão não-nativo (ascendente-descendente – $L^*+H L\%$ e $L^* HL\%$), no núcleo das interrogativas totais. É importante salientar que esses sujeitos produzem tanto o padrão ascendente, mais frequente em sua região, quanto o padrão ascendente-descendente do Centro-Sul, porém com menor frequência.

Os ouvintes de Belo Horizonte (região Sudeste) e de Porto Alegre (região Sul), ao contrário, conseguem perceber a diferença entre os padrões nativo e não-nativo, pois só produzem o padrão ascendente-descendente. Foi observada ainda uma habilidade maior na discriminação dos padrões nativo e não-nativo dos ouvintes de Porto Alegre em relação aos ouvintes de Belo Horizonte, posto que aquela variedade está mais distante do polo irradiador do contorno nuclear ascendente para interrogativas totais.

Esses resultados sugerem: (1) uma diferença de percepção entre os sujeitos do Nordeste e do Sudeste-Sul e (2) a existência de um *continuum* dialetal na percepção das perguntas, uma vez que foi encontrado um aumento gradativo na habilidade em perceber as diferenças regionais desse tipo frásico, habilidade essa ausente no Norte, presente com menor intensidade no Centro e com maior intensidade no Sul.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo de percepção de base experimental, uma vez que aplica testes aos juízes das localidades estudadas, e de abordagem mista (quantitativa e qualitativa), haja vista que foi obtida uma quantidade significativa de dados, os quais passaram por tratamento estatístico e sua distribuição passou por interpretação fonológica e dialetal. Cada um dos aspectos da metodologia será descrito a seguir.

3.1 Participantes, variedades e materiais

Os testes de percepção foram aplicados em 2020, remotamente por conta do período da pandemia da Covid-19, em 6 capitais por meio do programa Folerpa³ (Fernández Rei et al., 2021), considerando as seguintes variedades: João Pessoa - PB e Aracaju - SE, no Nordeste; Rio de Janeiro - RJ e São Paulo - SP, no Sudeste; Florianópolis SC e Porto Alegre - RS, no Sul. Antes de responderem aos testes, os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, o qual

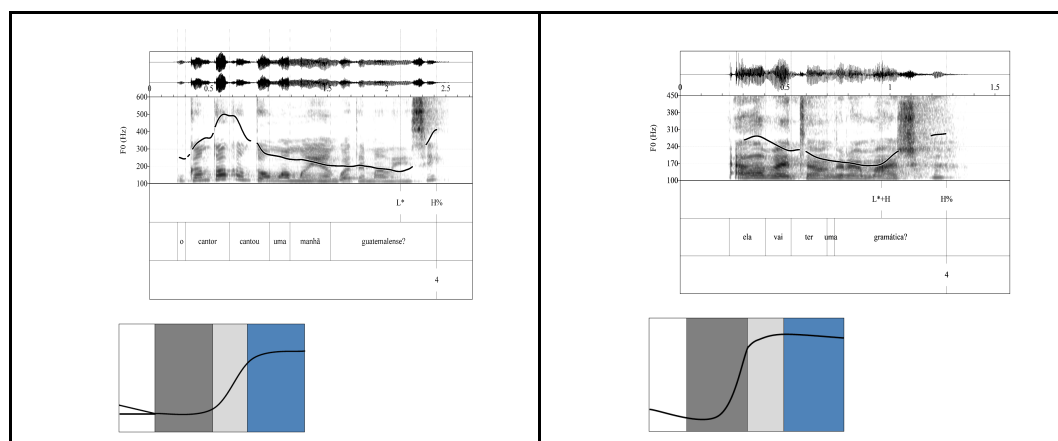
³ O programa Folerpa é uma ferramenta online, desenvolvida pelo Instituto de Língua Galega, que permite aos pesquisadores realizar testes de percepção de forma remota. A ferramenta oferece meios para elaborar, enviar e extrair os resultados dos testes de percepção.

informava a respeito do anonimato dos informantes e das condições de realização dos testes, aceitando participar da pesquisa.

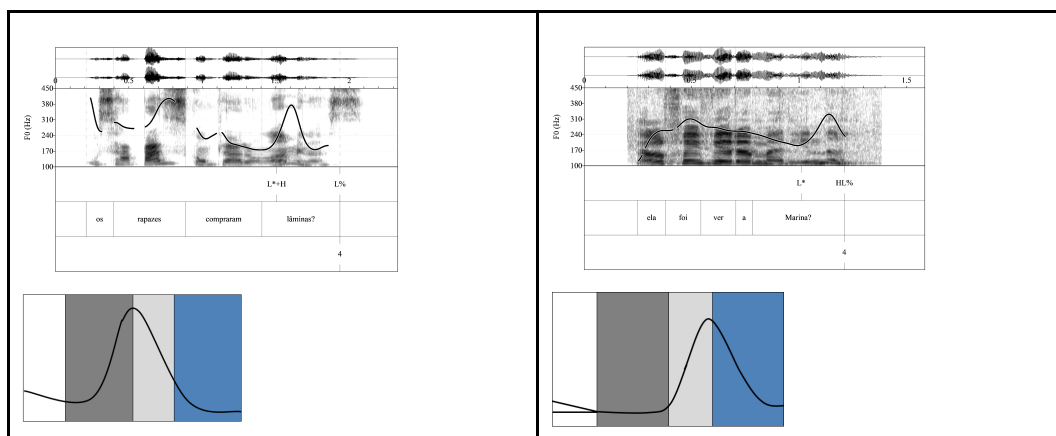
Sessenta e cinco ouvintes nativos escolarizados de cada localidade (13 na Paraíba; 11 em Aracaju; 11 no Rio de Janeiro; 11 em São Paulo; 10 em Florianópolis e 9 em Porto Alegre), de ambos os sexos, participaram como juízes na pesquisa. Os participantes tinham entre 18 e 55 anos. Esses juízes foram divididos em 3 regiões, conforme indicado no quadro 1.

As sentenças que formaram os estímulos utilizados nos testes de percepção foram retiradas dos *corpora* de leitura do Projeto InAPoP (Cruz; Frota, 2012-2015)⁴, no âmbito do qual a primeira autora do presente trabalho descreveu e analisou extensivamente os padrões fonológicos relativos a elas (Castelo, 2016). As gravações das referidas sentenças foram recolhidas in loco e produzidas por 4 mulheres jovens escolarizadas de cada localidade — João Pessoa, Aracaju, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, na faixa etária entre 20 e 45 anos, falantes nativas de cada dialeto. Os resultados de Castelo (2016), apresentados na seção 3.2 do presente artigo, serviram de base para a seleção das condições dos três testes de identificação.

Os testes foram elaborados com um total de 16 estímulos prototípicos, selecionados de Aracaju, Salvador, Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre. Eles são compostos por enunciados completos e contendo a última palavra paroxítona e proparoxítona, equitativamente. Esses enunciados foram distribuídos igualmente entre cada uma das duas condições consideradas como parâmetros fonético-fonológicos representativos do contorno melódico nuclear das interrogativas totais: 8 enunciados para a condição de contorno ascendente, igualmente distribuídos em 4 enunciados para a configuração $L^* H\%$ e 4 enunciados para configuração $L^*+H H\%$, típicas do Nordeste; e 8 enunciados para a condição de contorno ascendente-descendente, igualmente distribuídas em 4 enunciados para $L^*+H L\%$ e 4 enunciados para $L^* HL\%$, típica do Sudeste e Sul.



⁴Frota S, Cruz M, coordenadoras. Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese. Webplatform; 2012-2015. Disponível em: <http://labfon.letras.ulisboa.pt/InAPoP/>. O projeto InaPoP, com sede na Universidade de Lisboa, foi coordenado pelas professoras Sónia Frota e Marisa Cruz no período de 2012 a 2015. Seu objetivo consiste em mapear o fraseamento, ritmo e entoação de variedades do português europeu, do Brasil e africano.



Fonte: Castelo (2016), Cruz et al. (2022).

Figura 1 – Exemplos dos tipos de contornos presentes nos estímulos usados no teste de percepção.

Na Figura 1, apresentam-se exemplos dos contornos usados como estímulos no estudo de percepção. No campo superior esquerdo o contorno L* H%, produzido por uma informante do nordeste. No campo superior direito, o contorno L*+H H%, produzido por uma informante do nordeste. No campo inferior esquerdo o contorno L*+H L%, produzido por uma informante do sudeste. No campo inferior direito o contorno L* HL%, produzido por uma informante do sul.

As sentenças selecionadas nos testes de percepção apresentam, na palavra nuclear (última palavra do enunciado), padrão paroxítono e proparoxítono finais, equitativamente distribuídas, a fim de eliminar a condição de truncamento em que o padrão ascendente-descendente não é realizado plenamente (Frota et al, 2016). Esses estímulos foram divididos em duas macrorregiões, sendo os estímulos “nativos” para os juízes do sul e do sudeste os estímulos ascendentes-descendentes mais prototípicos gravados por falantes do Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre e, para os juízes do nordeste, os estímulos ascendentes mais prototípicos gravados por falantes de Aracaju e Salvador. Esses estímulos foram separados em duas macrorregiões em função do tipo de contorno que apresentam: ascendente no nordeste e ascendente-descendente no sudeste e sul. Assim, as regiões sudeste e sul, que apresentam especificações tonais fonológicas distintas do contorno ascendente-descendente (L*+H L% para sudeste e L* HL% para sul), foram reunidas em um único grupo. É importante salientar que o contorno, e não a especificação tonal fonológica (tipo de acento tonal, L*+H vs. L*, e tom de fronteira, L% vs. HL%), que foi levada em consideração para dividir as macrorregiões, porque a primeira, ao contrário da segunda, provoca uma sensação auditiva mais nítida a respeito da diferença dialetal.

Os estímulos, com duração média de 1 a 2 segundos, foram divididos em dois grupos: naturais e filtrados. Nos estímulos naturais, a cadeia segmental foi construída de modo a não conter itens segmentais (R ou S em coda) e lexicais (macaxeira (nordeste), aipim (sudeste), mandioca (sul)) prototípicos de uma região, que dessem pistas aos ouvintes a esse respeito. Para ter ainda mais segurança de que os informantes não estariam se guiando pela cadeia segmental para fazer suas escolhas, os estímulos passaram por uma filtragem para retirar os segmentos, ficando apenas a melodia do enunciado.

Cada enunciado foi ouvido três vezes, de forma aleatória, por cada informante. Sendo assim, obteve-se um total de 3120 respostas (16 estímulos x 3 repetições x 65

participantes) para cada condição do teste: estímulos naturais e filtrados. Ao final, totalizaram-se 6240 dados, conforme observado no quadro 1. Não houve descarte de respostas.

Quadro 1 – Distribuição dos dados coletados pelas localidades e regiões.

Região	Localidade	N.º de informantes	Nº de dados	Repetições	Total por localidade	Total por região
Nordeste	João Pessoa	13	16	3	624	1152
	Aracaju	11	16	3	528	
Sudeste	Rio de Janeiro	11	16	3	528	1056
	São Paulo	11	16	3	528	
Sul	Florianópolis	10	16	3	480	912
	Porto Alegre	9	16	3	432	
		65	16	3	3120	

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2 Testes de identificação: desenho experimental, orientações aos participantes e análise estatística

O teste de percepção do tipo de identificação foi adotado em todas as tarefas desenvolvidas pelos participantes. Esse teste consiste em pedir aos participantes que ouçam um conjunto de enunciados e identifique-os de acordo com um conjunto fechado de possibilidades, que, no caso do presente estudo, consiste na apreciação do ouvinte a respeito do dialeto que ouve, se é igual ou diferente do seu. Foram realizados dois tipos de experimentos: com estímulos naturais e filtrados. O foco do primeiro consiste em analisar de que forma o sujeito reconhece dados brutos dos diferentes dialetos e o segundo, de que forma esse mesmo sujeito reconhece dados dos diferentes dialetos única e exclusivamente por meio da camada melódica, ou seja, na ausência de pistas segmentais que possam revelar a origem geográfica do falante. Para tanto, foram retiradas faixas de frequências por meio da ferramenta “Filter”, oferecida pelo programa Praat, até que os segmentos não pudessem ser percebidos, ficando apenas audível a melodia do enunciado. Foram dadas claras instruções⁵ aos participantes do que deveriam considerar como macrorregiões para julgar os falares regionais.

Na primeira etapa, os estímulos foram compostos por enunciados naturais do tipo interrogativos totais completos. Na segunda etapa, foram apresentados ao ouvinte os estímulos filtrados, ou seja, apenas com a melodia do enunciado. Cada uma das tarefas foi realizada em duas etapas: teste de familiarização e o teste em si. O primeiro

⁵ Instruções dadas aos participantes a respeito das macrorregiões: nesses testes, entendemos por marcas regionais as macro-diferenças ao nível do melódico (“canto da fala”) que diferenciam um falar das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Não estamos considerando diferenças locais dentro de uma mesma região (Ex. Diferenças de sotaques entre mineiros e cariocas no sudeste ou entre paraibanos e soteropolitanos no nordeste). Portanto, pedimos que, ao realizar o teste, os participantes considerassem as diferenças macrorregionais tal como descritas acima.

deles tem por finalidade ambientar os ouvintes à natureza dos dados, a fim de que não estranhem os estímulos, em especial os estímulos filtrados, e criar um momento para tirar suas dúvidas.

Os estímulos foram apresentados aleatoriamente e o ouvinte deveria responder à seguinte questão: *O enunciado que acabou de ouvir é um bom representante da sua região?* Adotou-se uma escala de Likert de 5 pontos, a fim de identificar o grau de certeza do participante em relação à resposta dada, sendo 1 (Sim), 2 (tenho quase certeza que sim), 3 (estou em dúvida), 4 (tenho quase certeza que não) e 5 (Não). O sujeito foi orientado a responder da forma mais espontânea e intuitiva o possível.

É importante ressaltar que, ainda que as condições do teste não tenham sido controladas, contou-se com os traços robustos do sinal de fala. Além disso, foram dadas orientações⁶ aos participantes que visavam a minimizar os efeitos adversos. Em relação à análise estatística, como escalas Likert resultam em dados ordinais, para a análise inferencial, foram ajustados dois modelos de regressão ordinal, com o julgamento dos juízes em função do tipo de estímulo (nativo e não nativo), da região do juiz (nordeste, sudeste e sul), bem como da interação entre essas duas variáveis – um modelo para os dados naturais e outro para os dados filtrados. Para isso, foi utilizada a função `clm()` do pacote ‘ordinal’ do R^{7,8}.

4 RESULTADOS

Para a análise inferencial dos dados naturais e filtrados, os 5 pontos da escala Likert foram amalgamados em 3 grupos. As escolhas 1 (“Sim”) e 2 (“tenho quase certeza que sim”) foram classificadas como “Sim”, a escolha 3 (“estou em dúvida”) foi classificada como “Dúvida”, e as escolhas 4 (“tenho quase certeza que não”) e 5 (“não”) foram classificadas como “Não”. Com o propósito de comparar os resultados dos estímulos naturais com os filtrados, são apresentados, na presente seção, os gráficos relativos aos dois tipos de dados. Vale lembrar que os estímulos foram divididos em duas regiões dialetais, sendo “nativo” para os juízes do sul e do sudeste estímulos produzidos por falantes do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, para os juízes do nordeste, estímulos produzidos por falantes de Sergipe e Bahia.

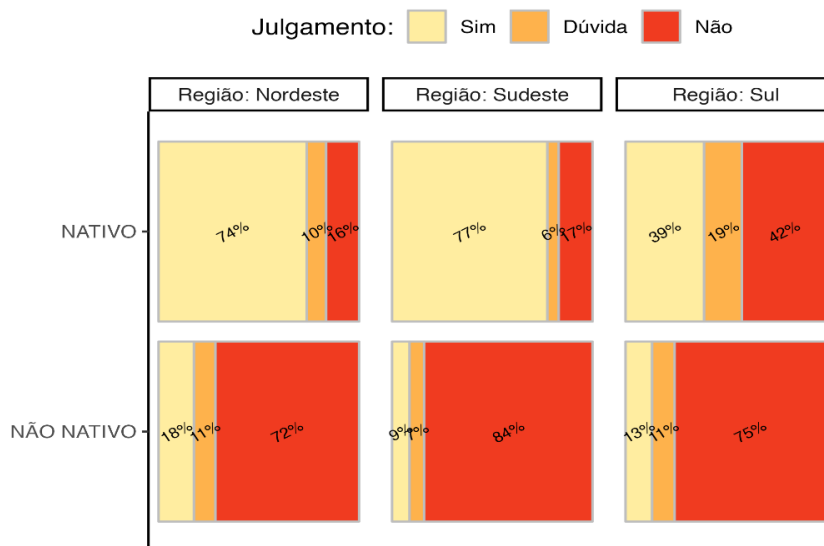
Os gráficos apresentados a seguir mostram as distribuições percentuais dos julgamentos, primeiramente para os dados naturais e depois para os dados filtrados. Em relação aos **dados naturais**, os juízes das regiões nordeste e sudeste tiveram mais certeza sobre a identificação dos dialetos nativos e não nativos de suas macrorregiões, com mais de 70% de identificações corretas (“sim” para “nativo”, e “não” para “não

⁶ Solicitou-se que o participante: respondesse ao teste em local silencioso e de preferência sozinho no cômodo, em período calmo do dia (longe de horários de refeições, aulas ou encontros virtuais dos seus familiares); utilizasse fones de ouvido; avisasse aos familiares presentes em casa que iria realizar um teste que exigia bastante atenção; e, se possível, combinasse com a pesquisadora responsável pelo teste (a primeira autora deste trabalho) o acompanhamento do teste. O contato com essa pesquisadora foi estabelecido via e-mail e WhatsApp, sendo que foi possível acompanhar uma minoria dos testes de forma síncrona.

⁷ R Core Team. R: A language and environment for statistical computing. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing; 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>.

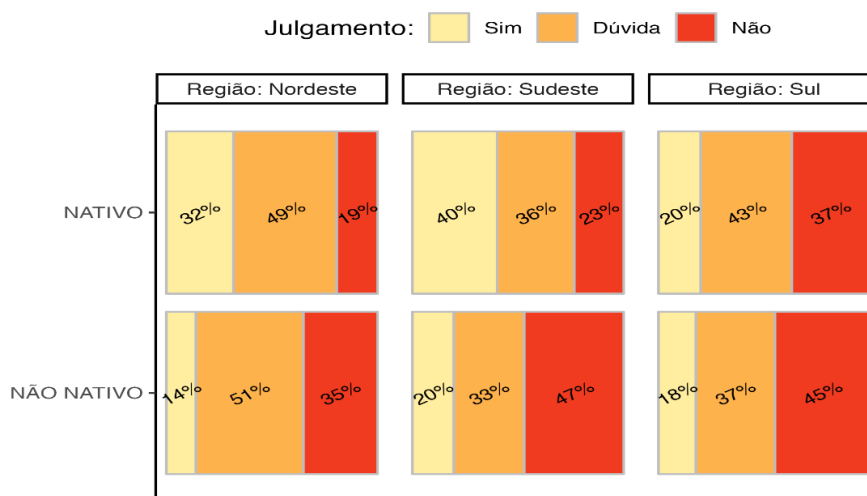
⁸ Tentamos ajustar um modelo de efeitos mistos com interceptos aleatórios para juiz com a função `clmm2()`, porém o modelo não convergiu por causa da quantidade limitada de dados. Como as escalas Likert resultam em dados ordinais, para a análise inferencial, foram ajustados dois modelos.

nativo”). Os juízes da região sul, no entanto, foram os que tiveram mais dúvida, principalmente na identificação do dialeto pertencente à sua macrorregião, conforme se pode observar no gráfico 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 1 - Gráficos dos dados naturais com percentuais de escolhas dos juízes de cada região ao julgar estímulos nativos e não nativos à sua macrorregião dialetal.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 - Gráficos dos dados filtrados com percentuais de escolhas dos juízes de cada região ao julgar estímulos nativos e não nativos à sua macrorregião dialetal.

Em relação aos **dados filtrados**, a primeira diferença que salta aos olhos é o aumento da dúvida em todas as regiões, conforme pode-se observar no gráfico 2. Mesmo a “dúvida” sendo apenas o item 3 dos 5 pontos da escala Likert, ele foi escolhido mais de 50% das vezes por juízes da região nordeste para estímulos não nativos, por exemplo. As dúvidas, que ficaram entre 6% e 19% nos dados naturais, saltaram para uma gama entre 33% e 51% nos dados filtrados. Apesar disso, mantém-se a tendência de maior marcação “sim” para estímulos nativos e “não” para não nativos.

Os dois modelos confirmam que a macrorregião do estímulo afeta a resposta dos juízes, fazendo com que estímulos nativos diminuam significativamente a probabilidade de um juiz identificá-los como “não” (i.e., como não pertencendo ao seu dialeto), com $\beta = -2.59, p < 0.001$ para estímulos nativos dos dados naturais e $\beta = -0.79, p < 0.001$ para os dados filtrados, tendo estes, portanto, um efeito menor (mesmo sendo ambos significativos). Os coeficientes de Região mostram que os juízes do Sudeste e do Sul têm maior probabilidade do que os juízes do nordeste de marcar “não” para estímulos não nativos. No entanto, somente os dados naturais do Sudeste apresentam efeito significativo ($\beta = 0.74, p < 0.001$). As interações entre os tipos de estímulo e as regiões se apresentaram significativas para os dados naturais, e apenas entre tipo nativo e região sul para os dados filtrados. Esses resultados são apresentados na tabela 1 a seguir.

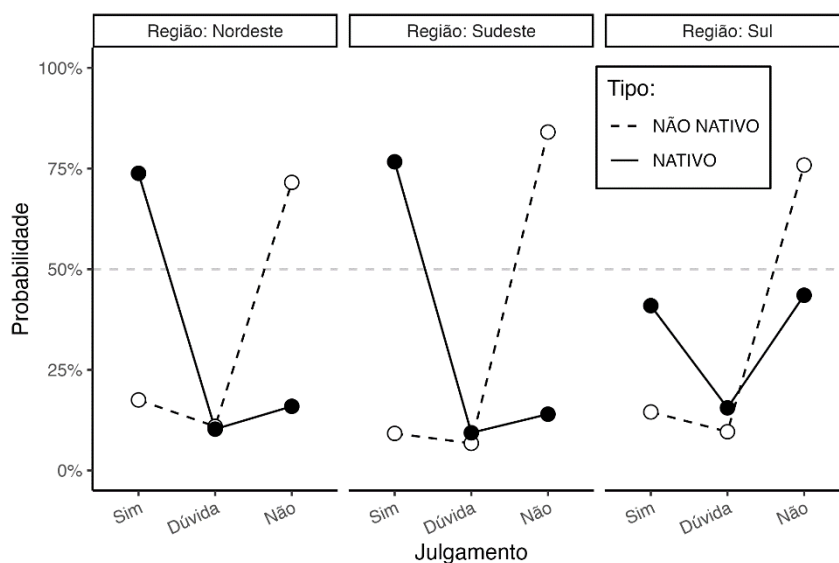
Tabela 1 - Coeficientes do modelo de regressão ordinal (Julgamento $\sim$ Tipo * Região).

<i>Predictors</i>	<i>DADOS NATURAIS</i>			<i>DADOS FILTRADOS</i>		
	<i>Log-Odds</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>	<i>Log-Odds</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
Sim Dúvida	-1.55	-1.78 – -1.32	<0.001	-1.43	-1.64 – -1.22	<0.001
Dúvida Não	-0.92	-1.14 – -0.70	<0.001	0.44	0.24 – 0.64	<0.001
Tipo [nativo]	-2.59	-2.90 – -2.27	<0.001	-0.79	-1.07 – -0.52	<0.001
Região [Sudeste]	0.74	0.39 – 1.09	<0.001	0.23	-0.04 – 0.50	0.096
Região [Sul]	0.22	-0.12 – 0.56	0.198	0.20	-0.10 – 0.50	0.196
Tipo [nativo] $\times$ Região [Sudeste]	-0.89	-1.38 – -0.41	<0.001	-0.37	-0.74 – 0.01	0.059
Tipo [nativo] $\times$ Região [Sul]	1.18	0.72 – 1.64	<0.001	0.51	0.09 – 0.94	0.018
Observations		2107			2004	
R ² Nagelkerke		0.387			-0.124	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como os interceptos (Sim|Dúvida e Dúvida|Não) bem como todos os coeficientes angulares (*slopes*) são apresentados na escala de *log-odds*, é mais fácil interpretar os resultados do modelo por meio de gráficos com os valores em probabilidades previstas pelo modelo. Os gráficos apresentados na sequência mostram as probabilidades que os modelos prevêem para juízes de cada região marcar como “sim”, “dúvida” ou “não” os estímulos nativos e não nativos à sua macrorregião dialetal, de acordo com as probabilidades previstas pelo modelo para os dados naturais, e depois para os dados filtrados.

Em relação aos **estímulos naturais**, o gráfico 3 apresenta as probabilidades que o modelo prevê para juízes de cada região marcar como “sim”, “dúvida” ou “não” estímulos nativos e não nativos relativos à sua macrorregião dialetal. As figuras para as regiões nordeste e sudeste são muito parecidas, com probabilidades iguais ou maiores que 75% de que juízes dessas regiões identificarem estímulos nativos como “sim” (i.e., pertencentes ao seu dialeto) e estímulos não nativos como “não”. As probabilidades da região sudeste são ainda um pouco mais altas do que as do nordeste, chegando a 84% de probabilidade de marcação “não” para estímulos não nativos por juízes do sudeste. Reciprocamente, as probabilidades de marcação de “dúvida” são baixas, iguais ou abaixo de 10% para o nordeste e o sudeste.

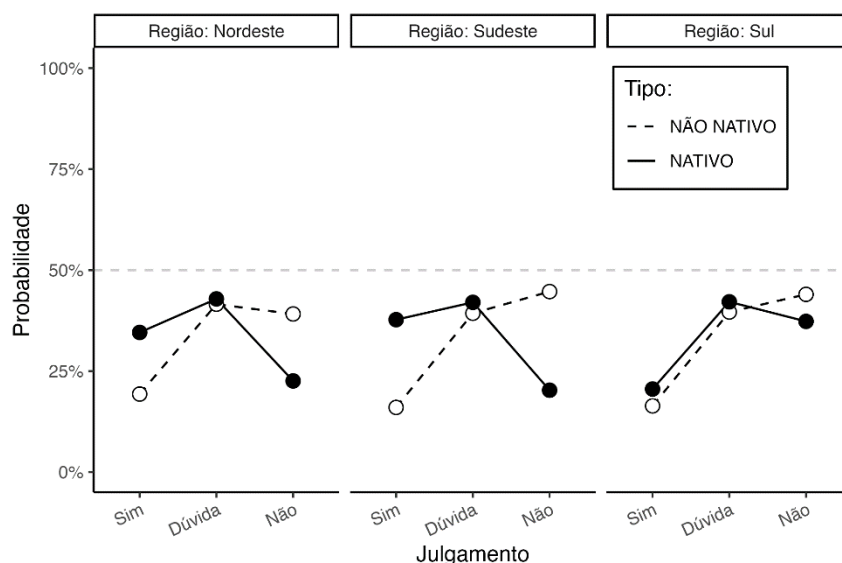


Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3 - Probabilidades previstas pelos modelos para a identificação do dialeto nativo e não nativo de sua macrorregião realizada por juízes de cada região, ouvindo dados naturais.

A região sul apresenta probabilidades previstas menos extremas, principalmente na identificação de estímulos nativos. O modelo prevê 44% de probabilidade de um juiz do sul marcar um estímulo nativo como não nativo e 41% de probabilidade que essa marcação seja correta, com 15% de probabilidade de que a marcação seja com dúvida. Na identificação de dialetos não nativos, o modelo prevê que juízes do sul tenham 76% de probabilidade de fazerem a identificação correta.

Em relação aos **estímulos filtrados**, que são apresentados no gráfico 4, as probabilidades previstas pelo modelo são bastante diferentes, com absolutamente nenhuma probabilidade passando dos 50% e com a probabilidade de “dúvida” sendo maior do que as de “sim” e “não” na maioria dos casos. Os juízes das regiões nordeste e sudeste acabam tendo maior probabilidade de marcarem “sim” para estímulos nativos e “não” para não nativos, mas a dúvida sendo sempre a maior probabilidade de marcação. Os juízes do sul, novamente, apresentaram dificuldade de reconhecer seu próprio dialeto. A probabilidade desses ouvintes em marcar “não” para os estímulos não-nativos é um pouco maior, mas, assim como as demais regiões, com muitas dúvidas.



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 4 - Probabilidades previstas pelos modelos para a identificação do dialeto nativo e não nativo de sua macrorregião realizada por juizes de cada região, ouvindo dados filtrados.

5 DISCUSSÕES

Os resultados mostram que os falantes das regiões analisadas reconhecem as diferenças entre estímulos nativos e não-nativos, confirmando a divisão bidialetal entre nordeste versus sudeste e sul proposta por Castelo (2016), com base em dados de produção. No entanto, o *continuum* encontrado na produção e confirmado em estudo de percepção de Castelo et al. (2018), baseado nas variedades de João Pessoa, Belo Horizonte e Porto Alegre, não foi confirmado para as variedades investigadas no presente estudo. No estudo prévio, os autores demonstraram que os sujeitos do sul percebiam com mais acuidade auditiva melhor as diferenças do contorno nuclear interrogativo e essa percepção diminuía no Sudeste e desaparecia no nordeste. O ranking na percepção das variedades no presente estudo mostra uma configuração diferente, em que as variedades do sudeste percebem com mais acuidade auditiva as diferenças regionais na entoação das interrogativas totais do que as variedades do nordeste e sul do Brasil.

5.1 Discussões teóricas e dialetais

Na presente subseção, será discutido o que esses dados nos revelam em termos de distribuição dialetal, e como a ampliação e/ou alteração de variedades investigadas pode ter influenciado nesse resultado, usando como fio condutor as questões de investigação apresentadas na introdução deste artigo.

1. *Os ouvintes brasileiros de diferentes regiões identificam os padrões entoacionais nativos e não nativos relativamente ao núcleo da interrogativa total?*

Em geral, os dados indicam que os informantes nas regiões conseguem identificar os estímulos nativos e não nativos de suas respectivas macrorregiões, à exceção da região Sul para a condição nativo. Esse dado confirma a distribuição bidialetal de perguntas no português do Brasil entre nordeste versus sudeste e sul.

No entanto, a dificuldade dos participantes do Sul em identificar os estímulos nativos chama a atenção, pois contradiz as conclusões de estudos anteriores. Castelo et al. (2018) afirmam que a região sul é a que melhor reconhece com mais acuidade auditiva as diferenças dialetais. No estudo atual, os sujeitos dessa região são aqueles que apresentam maior dificuldade em identificar os estímulos nativos. Esse comportamento dos dados aponta para duas possibilidades: pode haver diferenças de percepção entre as duas variedades investigadas: Florianópolis e Porto Alegre. A esse respeito, destaca-se que foram encontrados dados ascendentes de questões totais para capital catarinense (Castelo, 2011), o que pode ter provocado um estranhamento dos ouvintes ao julgarem contornos ascendente-descendente como perguntas nativas, o que gerou mais dúvida por parte dos ouvintes.

Além disso, esse resultado pode indicar algum tipo de diferença de percepção no que tange aos dois tipos tonais fonológicos do contorno ascendente-descendente. Conforme já explicado anteriormente, esse contorno é especificado fonologicamente como $L^*+H\ L\%$ no sudeste e como $L^*\ HL\%$ no sul. Como o pico se alinha na pós-tônica neste tipo de contorno, o tom L na fronteira complexa $HL\%$ tende a se realizar com um valor de F_0 mais alto do que o tom de fronteira monotonal $L\%$. Sendo assim, é possível que os ouvintes do sul sejam mais sensíveis à altura da F_0 na última sílaba pós-tônica e estejam distinguindo os estímulos ascendente-descendente do sudeste e sul, os quais foram agrupados como contorno nativo para essas regiões.

A distribuição da percepção dos ouvintes para os estímulos naturais e filtrados segue o mesmo padrão. No entanto, a tendência para dúvida nos participantes quando não há cadeia segmental é notável. O julgamento de dados filtrados apresentou índices superiores a 50% de dúvida nos dados não nativos. Isso quer dizer que não há nenhuma probabilidade prevista acima do acaso para esse tipo de dado, o que reforça a artificialidade da tarefa. A maioria dos participantes relatou dificuldades em compreender esse tipo de estímulo, uma vez que soa pouco natural ouvir enunciados filtrados e, principalmente, sem itens lexicais. A cadeia segmental que forma as palavras também forma uma sequência semântica, a qual é discriminada por nossos ouvidos através de palavras. Necessitamos delas para compreender e, conseqüentemente, julgar um enunciado como nativo e não nativo. Esse tipo de comportamento nos dados sugere que, apesar de serem teoricamente estudadas de forma particular, essas camadas são interdependentes.

Por outro lado, esse tipo de tarefa oferece a possibilidade de avaliar a percepção do sujeito unicamente pelas pistas prosódicas, isolando-as de aspectos segmentais, o que é essencial para o presente estudo. Apesar do desafio que a tarefa significou para os participantes, a análise estatística descritiva sugere que eles continuam sendo capazes de identificar, ainda que em menor escala, tanto os estímulos que pertencem à sua região como aqueles que não pertencem, apenas por meio das pistas prosódicas da fala.

2. A percepção dos ouvintes apresenta pistas a respeito do continuum dialetal indicado por estudo prévio de produção? (Castelo, 2016)

Em termos de comparação entre as regiões, o Sudeste é a que melhor identifica com maior precisão tanto o padrão nativo como não-nativo. A percepção da região nordeste fica bem próxima ao Sudeste. O Sul, por outro lado, é o que pior identifica os dados de sua própria região conforme já foi dito. Para os **estímulos nativos**, o ranking entre elas começa pelo sudeste, seguido por nordeste e sul. Para os **estímulos**

não nativos, a probabilidade de o ouvinte identificar estímulos não nativos sugere uma escala que vai desde o Sudeste como região com melhor desempenho, seguida do Sul e Nordeste. Esses resultados não confirmam, para percepção, a existência de um *continuum* dialetal na produção dos enunciados interrogativos totais neutros proposto por Castelo, 2016; e também os resultados de percepção de Castelo et al., 2018, em que o *continuum* ficaria caracterizado da seguinte forma ao nível da percepção: nordeste não identifica as diferenças dialetais, sudeste identifica e sul identifica melhor que sudeste. Como houve um aumento de variedades no presente estudo, o atual resultado sugere que, no interior das regiões, cada localidade pode apresentar um comportamento distinto.

Para análise dessa mudança no resultado dos dois estudos, devem ser consideradas também as alterações em relação ao estudo anterior (conferir quadro 2). No atual estudo, as variedades investigadas foram as duas maiores capitais da região sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo, ao passo que no anterior, a capital mineira tinha sido eleita para representar a percepção dos falares do sudeste. As intensas trocas culturais que permeiam as capitais investigadas no presente estudo podem explicar a eficácia de seus juízes na identificação da sua própria variedade e no julgamento de macrorregiões do PB. Rio de Janeiro e São Paulo são tidos como padrões linguísticos para o PB, além disso, são capitais metropolitanas, a primeira, de uma perspectiva histórica e a segunda, de uma perspectiva econômica (Leite; Callou, 1999). Sendo assim, essas regiões receberam e continuam recebendo um fluxo intenso de falantes das outras regiões do Brasil e seus falantes conseguem delimitar bem suas diferenças em relação aos falares de outras regiões.

No que tange às localidades investigadas no sul, não houve mudança de variedade e, sim, acréscimo. No estudo anterior foi investigada apenas Porto Alegre e, desta vez, Porto Alegre e Florianópolis. Mesmo assim, esse acréscimo pode apontar para diferenças de percepção entre as variedades. Essa foi a região que menos conseguiu identificar os estímulos nativos. Em relação aos estímulos não-nativos, apesar de a média apontar para uma percepção melhor que a do nordeste, vale lembrar que a diferença foi significativa apenas entre sudeste e nordeste, porém, não, entre sul e nordeste, o que indica que não houve diferenças entre as duas regiões. Por fim, devem-se considerar as diferenças nas especificações tonais fonológicas do contorno ascendente-descendente (L^*+H $L^0\%$ para o sudeste e L^* $HL^0\%$ para o sul), conforme explicado anteriormente.

5.2 Discussões metodológicas

Um estudo de percepção aplicado à variação prosódica dialetal é um terreno ainda pouco explorado pelos estudos linguísticos. Sendo assim, por consistir em trabalho inicial nessa área, a exploração dos resultados será acompanhada de reflexões de cunho metodológico entre produção e percepção, as quais pretendem ser um elemento norteador em nossa análise.

Em primeiro lugar, é importante considerar que estudos de produção e percepção seguem parâmetros diferentes. Ao passo que este é mais simples de aplicar, porém mais complexo de se interpretar; aquele pode ser mais trabalhoso na etapa da coleta, porém, mais simples na análise, uma vez que, para se analisar os dados, alguns aspectos podem ser facilmente esclarecidos por meio de análise acústica (associação dos tons, alinhamento do pico, escalonamento, etc.); na abordagem de percepção, por

outro lado, as informações não se apresentam de forma tão transparente assim e as mudanças nas condições do estudo trazem junto de si implicações nos resultados.

Conforme se observou até agora, os resultados do presente estudo são diferentes do estudo prévio de Castelo et al. (2018). Além disso, sugerem que produção e percepção podem não caminhar juntas, apresentando relações indiretas. Apontamos no quadro 2 alguns aspectos metodológicos que podem estar relacionados a essa mudança dos resultados encontrados no primeiro estudo.

Quadro 2 - Comparação entre as características metodológicas entre estudos abordados.

Características metodológicas	Estudo anterior: Castelo et al. (2018)	Estudo atual
Programa	Super Lab 5.0	Folerpa
Período da geração de dados	2015	2022
Condição de realização dos testes	Laboratório	Nos domicílios dos participantes
Características das tarefas (tipo de pergunta)	Em uma escala de 1 a 5, o enunciado que ouviu é mais declarativo ou interrogativo?	Em uma escala de 1 a 5, o enunciado que ouviu é não nativo ou nativo?
Localidades	3	6
Nordeste	João Pessoa	João Pessoa, Aracaju
Sudeste	Belo Horizonte	Rio de Janeiro, São Paulo
Sul	Porto Alegre	Florianópolis, Porto Alegre
Distribuição dos estímulos	Baseada na especificação fonológica (L* H% para nordeste, L*+H L% para sudeste e L* HL% para sul)	Baseada no tipo de contorno (ascendente para nordeste e ascendente-descendente para sudeste e sul)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme apresentado no quadro 2, o aumento de variedades em cada região e a modelagem dos estímulos distribuídos entre nativos e não nativos foram os fatores mais considerados ao longo do artigo para explicar por que, ao contrário do que se esperava, os dados de percepção não acompanharam a mudança gradual nos padrões encontrada para os dados de produção, conforme foi mostrado no estudo anterior.

Apesar de existirem macro-padrões entoacionais que se alastram por extensas malhas territoriais e que são comprovados por meio dos estudos de produção, a percepção desses padrões pode variar de acordo com a localidade. Uma das hipóteses que levantamos em relação a isso é a possível influência dos contornos secundários em cada região, o que possivelmente pode ocorrer com o dialeto de Florianópolis, por exemplo. Por fim, o terceiro fator pode residir na influência dos diferentes padrões fonológicos que constituem o contorno ascendente-descendente no português do Brasil (L*+H L%, típico do sudeste e L* HL%, típico do sul), os quais podem estar sendo interpretados como diferentes pelos ouvintes de Florianópolis e Porto Alegre. Esses tópicos merecem uma investigação especial para as variedades do sul.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual estudo mostra que a distribuição entoacional na percepção da interrogação total não parece ser tão categórica como na produção. Embora tenha sido confirmada a distribuição bidialetal da entoação para esse tipo frásico, a análise dos dados, em comparação com estudo prévio, sugere que os falantes das localidades de uma mesma região não identificam igualmente essas diferenças. Sendo assim, a gradação observada para o nível da produção não encontra uma contrapartida no nível da percepção, comprovando o que estudos anteriores (Fodor, 1983; Mconald; Mac Gurk, 1976) já mostraram sobre as relações indiretas entre produção e percepção. Não se trata de afirmar que o *continuum* não exista, mas que, a depender da variedade, ele pode ser percebido de forma diferente. Entende-se que essas diferenças de percepção podem ser provocadas pelas particularidades da cultura local. Nesse sentido, a percepção dos sujeitos das diferentes variedades pode apontar para uma percepção difusa que não corresponde à produção, principalmente quando se analisa um conjunto de variedades em uma mesma região.

Em relação às diferenças entre produção e percepção, ficam, portanto, as seguintes perguntas a serem respondidas por futuros estudos: Embora existam macrorregiões dialetais para a entoação das interrogativas totais, a percepção dos sujeitos é igual entre as localidades que pertencem a essas macrorregiões? A especificação fonológica dos contornos ascendente e ascendente-descendente é percebida ou não pelos ouvintes (principalmente no sul do Brasil)? Em que medida o contorno secundário ascendente, presente em algumas variedades, contribui para o mapeamento da percepção entre as variedades do PB? O que eles representam no julgamento dos ouvintes? Não seriam eles os melhores representantes de um dialeto de origem que se perdeu com o tempo e as intensas trocas demográficas, mas continuam sendo um substrato presente na cultura local e vivo na mente dos ouvintes?

Dessa forma, entendemos que a presente pesquisa surge como uma ponta de lança no âmbito das abordagens sobre percepção dialetal, para que estudos posteriores possam “conhecer o caminho das pedras”, tomando como referência uma macro-divisão dialetal das interrogativas totais no português do Brasil.

REFERÊNCIAS

- Bolinger D. Intonation across languages. In: Greenberg JH, editor. Universals of human language. Vol. 2. (Phonology). Stanford: Stanford University Press; 1978. p. 471-524.
- Castelo J, et al. The perception of yes-no questions across varieties of Brazilian Portuguese. *Filologia e linguística portuguesa*. 2018;20(esp.):11-25.
- Castelo J, Frota S. The yes-no question contour in Brazilian Portuguese: a geographical continuum. In: Barbosa P, Paiva C, Rodrigues C, editores. *Studies on variation and change in varieties of Portuguese*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 2017. p. 111-133.
- Castelo J. A entoação dos enunciados declarativos e interrogativos no Português do Brasil: uma análise fonológica em variedades ao longo da Costa Atlântica [tese]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 2016.
- Cruz M, Swerts M, Frota S. The role of intonation and visual cues in the perception of sentence types: evidence from European Portuguese varieties. *Journal of the Association for Laboratory Phonology*. 2017;8(1):1-24. doi: <http://doi.org/10.5334/labphon.110>.

- D'império M, House D. Perception of question and statement in Napolitanian Italian. Proceedings of the 5th European Conference on Speech Communication and Technology. Kokkinakis G, Fakotakis N, Dermatas E, editores. Grenoble: ISCA; 1997. p. 251-254. Disponível em: https://www.isca-speech.org/archive/eurospeech_1997/index.html.
- Face TL. Perception of Castilian Spanish intonation: implications for intonational phonology. Munich: Lincom Europa; 2011.
- Falé I, Faria I. Intonational contrasts in EP: a categorical perception approach. Interspeech 2005 – Eurospeech; September 4-8; 2005; Lisbon, Portugal; 2005. p. 1705-1708.
- Fernández Rei E, coordenador. FOLERPA: Ferramenta On-Line para ExpeRimentación PerceptivA. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega; 2021. Disponível em: <https://ilg.usc.gal/foleerpa>.
- Fodor J. Modularity of mind: an essay on faculty psychology. Cambridge: MIT Press; 1983.
- Frata S. Nuclear falls and rises in European Portuguese: a phonological analysis of declarative and question intonation. Probus. 2002;14:113-146.
- Frata S, et al. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: Frata S, Prieto P, editores. Intonation in Romance. Oxford: Oxford University Press; 2015. p. 235 - 283.
- Gussenhoven C. Intonation and interpretation: phonetics and phonology. Speech prosody proceedings of the First International Conference on Speech Prosody; 2002; Aix-en-Provence: ProSig/Université de Provence Laboratoire Parole et Langage; 2002. p. 47-57.
- Gussenhoven C. The phonology of tone and intonation. Cambridge: Cambridge University Press; 2004.
- Gussenhoven C, Chen A. Universal and language-specific effects in the perception of question intonation. Proceedings of the Sixth International Conference on Spoken Language Processing (ICSLP 2000); 2000 October 16-20; Beijing (China); 2000. Vol 2. p. 91-94.
- Ladd R. Intonational phonology. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press; 2008.
- Leite Y, Callou D. Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Zahar; 1999.
- Mateus M, et al. Gramática da língua portuguesa. 7. ed. Lisboa: Caminho; 2003.
- McGurk H, MacDonald J. Hearing lips and seeing voices. Nature. 1976;264:746-748.
- Milan P, Kluge D. Percepção dialetal de declarativas neutras e interrogativas totais produzidas por falantes curitibanos: testes de identificação e discriminação. Revista da ABralin. 2015;14(1):469-495.
- Nunes V, Seara I. Distinção de variedades dialetais e de modalidades através de contornos de regiões pré-nucleares: análises acústicas e perceptuais. Diadorim. 2015;17:34-51.
- Rosignoli C. O padrão entoacional das sentenças interrogativas da variedade paulista do português brasileiro [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP; 2017.
- Silva J. Caracterização prosódica dos falares brasileiros: as orações interrogativas totais [dissertação]. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ; 2011.

Ocorrência de processos fonológicos na formação de 'blends' do português brasileiro¹

Occurrence of phonological processes in the formation of 'blends' in Brazilian Portuguese

Emerson Viana Braga*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil

Vera Pacheco**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil

Resumo: A dinamicidade das línguas naturais proporciona que fenômenos linguísticos sejam realizados a todo tempo. A morfologia e a fonologia são dois campos que investigam a existência de tais fenômenos. Entre os fenômenos morfológicos ditos não concatenativos (cf. Bevilacqua; Silva, 2021), há o 'blend' que cria palavras com supressão segmental e/ou silábica. O processo pode ser formado sem semelhança fônica entre as bases, a exemplo de 'portunhol' ('português' + 'espanhol'), bem como pode apresentar alguma semelhança, como em 'carnatal' ('carnaval' + 'natal'). Neste segundo exemplo, as sílabas /na/, presentes em ambas as bases, são idênticas e passam por algum tipo de supressão ou fusão. Essa peculiaridade se parece muito com um processo fonológico conhecido como haplogogia que se constitui a partir de duas sílabas contíguas e idênticas (Camara Júnior, 1986) ou similares (Battisti, 2005). Sendo, então, 'blend' e haplogogia, dois processos que podem incidir sobre a sílaba, levantamos o seguinte questionamento: é possível que os 'blends' possam desencadear processos fonológicos, como a haplogogia? Nossa hipótese é a de que determinados 'blends' poderiam apresentar ocorrência da haplogogia, quando compartilhassem material fonológico entre si. Objetivamos, portanto, verificar a ocorrência da haplogogia no processo como forma de compreender de que maneira o fenômeno fonológico é acionado nos 'blends'.

Palavras-chave: Blend. Haplogogia. Processos fonológicos.

Abstract: The dynamism of natural languages ensures that linguistic phenomena are constantly occurring. Morphology and phonology are two fields that investigate the existence of such phenomena. Among the called non-concatenative morphological phenomena (cf. Bevilacqua; Silva, 2021), there is blending that creates words with segmental and/or syllabic suppression. The process can be formed without phonetic similarity between the bases, as seen in 'portunhol' ('português' Portuguese + 'espanhol' Spanish), as well as may present some similarity, as in 'carnatal' ('carnaval' carnival + 'natal' Christmas). In this second example, the syllables /na/, present in both bases, are identical and undergo some form of suppression or fusion. This peculiarity closely resembles a phonological process known as haplogogy, which arises from two contiguous and identical

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB/Brasil).

* Doutor, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; emevibra@hotmail.com

** Docente, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (Programa de Pós-Graduação em Linguística e Proletras), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; bolsista de produtividade do CNPq; vera.pacheco@gmail.com

(Camara Júnior, 1986) or similar (Battisti, 2005) syllables. Considering, therefore, blending and haplology, two processes that can affect the syllable, we raise the following question: is it possible that blends could trigger phonological processes, such as haplology? Our hypothesis is that certain blends could exhibit the occurrence of haplology when they share phonological material. Thus, our objective is to verify the occurrence of haplology in morphological operation as a way to understand how the phonological phenomenon is triggered in blends.

Keywords: Blending. Haplology. Phonological processes.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As línguas naturais têm, como característica, a possibilidade de criação de novas palavras que, a todo momento, podem ser reinventadas a partir de um contexto. A criação dessas palavras pode ocorrer de modo concatenativo ($X + Y \rightarrow XY$), isto é, apresenta uma regularidade na formação de novas palavras, a exemplo de ‘infelizmente’ (derivação) e ‘passatempo’ (composição). Nesses casos, as palavras não sofrem uma ruptura em sua formação, pelo contrário, realizam-se “pelo encadeamento linear dos morfemas: $X + Y \rightarrow Z$ ” (Bevilacqua; Silva, 2021, p. 356).

Por outro lado, considerado como processo de formação de palavra não concatenativo (cf. Gonçalves, 2019; Bevilacqua; Silva, 2021), há o ‘blend’: um processo de formação de palavras que une duas bases com supressão de material fonológico, como pode ser observado em ‘namorido’ (~~‘namorado’~~ + ~~‘marido’~~) que apresenta queda de sílabas em ambas as bases. O conceito de *não concatenativo* é apresentado, porque processos de formações de palavras com rupturas segmentais são pautadas, não apenas na morfologia, como, também, na fonologia (cf. Bevilacqua; Silva, 2021). Por essa razão, neste trabalho, as discussões serão abordadas no âmbito morfofonológico, uma vez que o fenômeno, aqui estudado, embora morfológico, acessa questões fonológicas em sua formação.

Em vista disso, a criação de novas palavras na língua pode desencadear fenômenos fonológicos. A aglutinação, por exemplo, é descrita nos manuais tradicionais como um processo que desencadeia processos fonológicos, como *planalto* que, ao unir as bases *plano* + *alto*, apresenta a elisão do vogal /o/. O ‘blend’ é um fenômeno de criação de palavras que, também, une duas bases e aparenta ter ocorrência de exemplos de processos fonológicos, tal como a haplologia, um processo que suprime ou funde sílabas contíguas idênticas ou similares (Braga, 2019), como em ‘promochila’ (~~‘promocção’~~ + ~~‘mochila’~~), ‘presidengue’ (~~‘presidente’~~ + ~~‘dengue’~~). No entanto, a diferença entre as operações jaz no fato de compostos aglutinados não serem produtivos e ativos² no português brasileiro (cf. Villalva, 2020). O ‘blend’, então, parece ser um processo que se enquadre no lugar da aglutinação, uma vez que é bastante produtivo no PB, sobretudo em ambientes virtuais (cf. Braga; Pacheco; Rocha, 2022).

Apesar de os ‘blends’ apresentarem campo para a ocorrência da haplologia, estudiosos como Gonçalves (2003) e Benfica da Silva (2019) defendem que, diferente da aglutinação, ‘blends’, a partir das sequências suprimidas, não podem ser recuperados por qualquer processo fonológico. Diante disso, propomos, neste trabalho, entender

² Braga (2023, p. 37) assinala que os exemplos de aglutinados, nas gramáticas tradicionais, são um tanto reduzidos, como: ‘aguardente’, ‘boquiaberto’, ‘embora’, ‘fidalgo’, ‘pernalta’, e ‘pernilongo’, ‘planalto’.

como se dá a ocorrência da haplologia no fenômeno. Tendo em vista que alguns ‘blends’ compartilham material fonológico entre si, levantamos o seguinte questionamento: é possível que os ‘blends’ possam desencadear processos fonológicos, como a haplologia? Nossa hipótese é a de que determinados ‘blends’ poderiam apresentar ocorrência da haplologia, quando compartilhassem material fonológico entre si. Nosso objetivo, portanto, é verificar a ocorrência da haplologia em ‘blends’, como forma de compreender de que maneira o fenômeno fonológico é acionado neles.

Para discutir sobre essas questões, fizemos um levantamento de dados composto por 750 ‘blends’, retirados de diferentes espaços, como as redes sociais, comunicações diversas, ou, até mesmo, de outros trabalhos realizados sobre o processo. Em seguida, separamos os ‘blends’ que apresentavam ambiente para ocorrência da haplologia dos que não apresentavam.

Dito isso, neste trabalho, será apresentada, além do que trouxe esta introdução, uma breve discussão sobre como o ‘blend’ e a haplologia têm sido investigados por alguns estudiosos. Além disso, apresentaremos uma análise de como o fenômeno fonológico é acionado no processo do ‘blend’. A seguir, apresentaremos algumas considerações a que chegamos sobre este estudo.

2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O BLEND

O ‘blend’ é um processo que pode ser definido como

o resultado de um processo de formação de palavras a partir da fusão de partes de pelo menos duas palavras-- [sic] fonte, sendo que pelo menos uma delas deve ser reduzida no processo ou deve haver algum tipo de sobreposição gráfica ou fonológica das palavras-fonte (Marangoni Júnior, 2021b, p. 31).

Dessa maneira, o ‘blend’ é um processo morfológico que acessa informações fonológicas por apresentar supressão em sua formação, como ocorre em ‘bicitáxi’ (‘bicicleta’ + ‘táxi’) que apresenta a supressão das sílabas finais da base 1. É por esse motivo que alguns estudiosos, como Bevilacqua e Silva (2021), consideram o fenômeno como morfofonológico, uma vez que, para ser formado, acessa questões prosódicas, isto é, pode ser estudado no nível morfofonológico, porque diz respeito “à configuração silábica, à pauta acentual e à relação entre peças morfológicas e expoentes fonológicos da palavra resultante” (Marangoni Júnior, 2021b, p. 33).

O ‘blend’, então, pode ser definido como um processo morfológico que se caracteriza pela junção de duas bases, acessando questões fonológicas, conforme mostram os exemplos do Quadro 1:

Quadro 1 - Palavras formadas por ‘blends’.

(a) ‘chafé’	‘chá’	‘café’
(b) ‘portunhol’	‘português’	‘espanhol’
(c) ‘namorido’	‘namorado’	‘marido’

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio dos exemplos do Quadro 1, observamos que palavras formadas por ‘blends’ são mescladas a partir de duas outras palavras que já existem na língua para gerar uma terceira. Este argumento é atestado por Kemmer (2003) que defende que o

processo resulta da conexão de duas palavras existentes na língua. Além disso, o fenômeno apresenta uma singularidade: ao unir duas bases, promove supressão segmental ou silábica (cf. Braga, 2023). Em ‘chafé’ (‘chá’ + ‘café’), por exemplo, a supressão ocorre na base da direita, ~~café~~, com a primeira sílaba. Em portunhol (‘português’ + ‘espanhol’) e ‘namorido’ (‘namorado’ + ‘marido’), a supressão ocorre em ambas as bases. Ainda, podem apresentar padrões distintos, pois alguns ‘blends’ compartilham material fonológico, outros não. Esta discussão será melhor apresentada, a seguir, neste artigo.

Pelo fato de operar com duas palavras, que servem de entrada para formar uma terceira palavra (cf. Villalva; Gonçalves, 2016), o processo aproxima-se dos compostos formados por justaposição (‘amor-perfeito’) e aglutinação (‘planalto’). No entanto, alguns autores, como Andrade e Rondinini (2016) e Gonçalves (2019), discutem que os processos têm formações distintas, apesar de mobilizarem duas bases. Gonçalves (2019) discute que palavras formadas por justaposição e aglutinação resultam em uma sequência encadeada, quando formadas, isto é, não apresentam uma ruptura na junção, pois a segunda base inicia, exatamente, no ponto em que a primeira termina, como em ‘guarda-chuva’. A sequência do exemplo é encadeada porque ambas as bases mantêm todo material fônico em sua formação.

Por outro lado, a distinção nos elementos que formam os ‘blends’ reside no fato de que “todos ou ao menos um, sofrem diminuição de seu corpo fônico” (Sandmann, 1993, p. 76). Os ‘blends’, portanto, não apresentam um encadeamento em sua formação, porque têm uma quebra no ponto em que as bases se unem (Gonçalves, 2019), como ocorre em ‘futelama’, em que a base ‘lama’ se mescla à base ‘futebol’ a partir da ruptura de sua última sílaba, ‘-bol’.

Em uma observação mais trivial, as formas aglutinadas aproximam-se dos ‘blends’, uma que vez que apresentam alguma ruptura com fusão, como a crase (‘aguardente’) ou elisão de vogal (‘planalto’), ou seja, os aglutinados acessam informações fonológicas em sua formação, tanto quanto os ‘blends’. Contudo, o número de exemplos de palavras aglutinadas no português brasileiro é bastante limitado, o que corrobora a ideia de que o processo não é tão produtivo e ativo na língua (cf. Villalva, 2020; Braga, 2023). ‘Blends’, por outro lado, apresentam uma palavra nova, todos os dias, sobretudo em ambientes virtuais. Outra observação é o fato de o resultado da aglutinação ser análogo ao do sândi externo, como aponta o trabalho sobre domínios prosódicos de Tenani (2006)³. Por exemplo, a crase observada em ‘laranj~~a~~marela’ do sintagma ‘laranja amarela’ é similar ao que ocorre em ‘aguardente’.

É possível inferir, a partir dessas constatações, que a aglutinação não seja um processo tipicamente pertencente à composição, como apontam os compêndios gramaticais, além de apontar o “quão fundamental é uma descrição mais atualizada da língua portuguesa” (Braga, 2023, p. 38). Sendo assim, o ‘blend’ parece ser um fenômeno passível de ocupar o espaço⁴ da aglutinação, uma vez que é um fenômeno pertencente ao nível morfológico que lida com duas palavras, ainda que necessite de

³ Tenani (2006) fez uma análise sobre os domínios prosódicos do português brasileiro, comparando-os com os do português europeu. A estudiosa levou em consideração evidências de natureza entoacional, segmental e rítmica.

⁴ Cabe ressaltar que, embora coerente, essa afirmação carece de análises mais apuradas para poder chegar a melhores conclusões.

análises nos âmbitos prosódicos e semântico-pragmáticos para sua compreensão. Em outras palavras, o ‘blend’ está aparentando ser um processo que pode vir a ocupar o lugar da aglutinação, já que apresenta campo para ocorrência de determinados processos fonológicos, assim como ocorre com os aglutinados.

Como foi discutido até aqui, os ‘blends’ caracterizam-se pela falta de encadeamento, envolvendo supressão de elementos fonológicos em sua formação. Essa supressão de elementos fonológicos demonstra que o fenômeno de formação de ‘blends’ pode, ou não, promover o compartilhamento de material fônico entre as bases. Pensando nisso, Gonçalves (2003) apresenta uma classificação bipartida para os ‘blends’ do português brasileiro, trazendo dois padrões distintos: (i) um em que as bases apresentam corpo fônico semelhante, como em ‘namorido’ (‘namorado’ + ‘marido’), e (ii) outro em que, do ponto de vista segmental, ambas as bases são completamente distintas entre si, a exemplo de ‘chocotone’ (‘chocolate’ + ‘panetone’). O primeiro padrão é denominado, pelo autor, como interposição lexical e o segundo, como combinação truncada.

Gonçalves (2003, p. 165) ressalta, no entanto, que “a semelhança fônica deve ser interpretada não como mera presença de um segmento comum, mas como uma semelhança em termos de posição na estrutura da sílaba”. Para atestar esse argumento, tomemos o ‘blend’ ‘burrocracia’ (‘burro’ + ‘burocracia’). No exemplo, há a presença de um rótico⁵ em ambas as bases. Nesse caso, não podemos considerar como segmentos semelhantes, porque, no português brasileiro, o rótico é produzido de forma diferente a depender da posição que ocupa na estrutura silábica: na base 1, o rótico está na posição de ataque e é considerado como fricativa velar sonora⁶, enquanto na base 2 na primeira e na segunda posição de ataque, é considerado como tepe. O argumento de Gonçalves (2003), então, parece coerente, uma vez que devemos considerar a posição na estrutura da sílaba dos segmentos para considerá-los semelhantes. Com relação ao padrão (ii), como já mencionamos, em combinações truncadas, as bases envolvidas não apresentam semelhança fônica entre si (cf. Gonçalves, 2003). Exemplos, desse tipo, são ‘chocotone’ (‘chocolate’ + ‘panetone’) e ‘bicitáxi’ (‘bicicleta’ + ‘táxi’).

O autor ainda apresenta outro padrão que é formado do modo distinto aos dois primeiros. São exemplos deste padrão ‘bebemorar’ (‘beber’ + ‘comemorar’) e ‘mãedrasta’ (‘mãe’ + ‘madrasta’). O linguista explica que esses exemplos não se adequam aos dois primeiros padrões porque são criações analógicas, isto é, uma palavra invasora é incorporada em uma palavra-alvo. Segundo Gonçalves (2003, p. 152), “a palavra-alvo apresenta uma porção fonológica que coincide com a encontrada numa forma de livre-curso na língua e é a partir dessa identidade formal que se dá incorporação”.

Em ‘comemorar’, por exemplo, a sequência ‘come-’, na palavra-alvo, não apresenta qualquer tipo de *status* morfológico. O verbo ‘beber’, então, considerado como a palavra invasora é projetado a partir dessa sequência. Toda sua estruturação métrica e silábica é mantida no processo de invasão à outra parte da segunda base. Nesse sentido, o verbo ‘beber’ promove o fragmento ‘come-’ à condição de radical

⁵ O rótico é caracterizado pelas diferentes realizações do ‘r’ na língua.

⁶ Estamos levando em consideração o dialeto de Vitória da Conquista/BA.

(por identificação com o verbo ‘comer’) e o substitui sublexicalmente⁷. Por esse motivo, Gonçalves (2003) não o considera como um padrão de ‘blend’, pois, segundo o autor, o fragmento da base que sofre o processo de invasão não tem *status* morfológico definido. A presença de duas bases só é detectada no nível do *output*. Essa formação, então, é denominada, por ele, como reanálise ou substituição sublexical, doravante, SSL.

Contudo, outros estudiosos como Andrade (2008), Andrade e Rondinini (2016), Gonçalves (2016) e Benfica da Silva (2019) consideram as SSLs como o terceiro padrão de ‘blend’. Andrade (2008) defende que ‘blends’ e SSLs têm o mesmo padrão morfológico, apesar de serem criados por motivações distintas. A linguista postula um *ranking* de restrições violáveis⁸ na análise dessas formações, argumentando que, embora sejam formações motivadas de modo variado, ambos os processos incorporam apenas um padrão morfológico, pois são geridos por um único conjunto de restrições hierarquizadas. É, por essa razão, que tanto as SSLs, quanto os ‘blends’ são estruturados de modo idêntico (Andrade, 2008).

Em vista de toda a discussão, até aqui, pudemos observar que ‘blends’ se assemelham à composição por serem formados por duas bases. Porém, os primeiros têm supressão silábica em sua formação, enquanto o segundo mantém toda integridade lexical das bases, quando os compostos são formados. Observamos também que os ‘blends’ podem apresentar diferença entre si, dependendo do seu padrão de formação: ora apresentam semelhança fônica entre as bases, como ‘namorido’, ora não apresentam, como ‘chocotone’. Neste estudo, vamos nos atentar, apenas, aos ‘blends’ formados por interposição lexical, uma vez que apresentam semelhança fônica entre si. Sendo, então, a interposição lexical, o padrão que se constitui pelo compartilhamento segmental entre as bases, podemos deduzir que os ‘blends’ podem desencadear algum processo fonológico, como a haplologia, como aposta da nossa hipótese.

Camara Júnior (1986, p. 134) caracteriza a haplologia como um processo morfofonêmico que é advindo da composição ou derivação. Segundo o linguista, o fenômeno fonológico consiste na supressão de uma sílaba, sobretudo entre duas sílabas iguais e contíguas, como nos casos das palavras ‘semínima’, em vez de *‘semimínima’, e ‘Candinha’, em vez de *‘Candidinha’. É importante observar que a supressão ocorre no nível silábico e no interior da palavra. Houaiss (2009, p. 1005), em seu dicionário, explana que a haplologia ocorre no interior do vocábulo, sendo assim, uma alteração linguística que consiste na supressão de uma de duas sílabas iguais ou semelhantes, contíguas, como ‘idolatria’ por ‘idololatria’. Ainda explica que esse processo fonológico pode ocorrer tanto no nível da palavra, como o exemplo anterior, quanto no nível do sintagma, como em [libeɣdadʒja'sẽw]⁹ por ‘liberdade de ação’.

⁷ O termo é usado por Gonçalves (2003) por envolver uma incorporação de uma “palavra invasora” na chamada “palavra-alvo”.

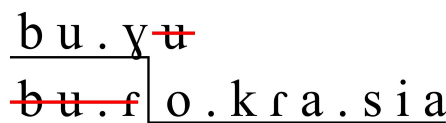
⁸ Andrade (2008) propõe uma análise a partir da Teoria da Otimidade com sua extensão à Teoria da Correspondência. Apesar disso, esclarecemos que não nos debruçaremos sobre a discussão dessas teorias por tal discussão não ser foco deste trabalho.

⁹ A forma aqui transcrita está conforme o dialeto de Vitória da Conquista, BA.

Nessa perspectiva, ‘blend’ e haplologia são dois processos que podem ser estudados no nível da sílaba: um, por apresentar supressão em sua formação, e outro, por ser desencadeado a partir de duas sílabas contíguas e similares ou idênticas.

3 O LEXIRITMO¹⁰ DOS BLENDS: SUPRESSÃO E SOBREPOSIÇÃO EM SUA FORMAÇÃO

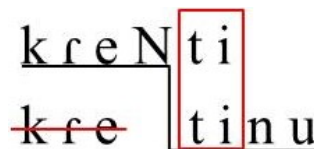
Como já foi discutido, na seção anterior, uma das principais motivações que envolve o processo de formação de palavras por meio dos ‘blends’ é o fato de ele apresentar supressão e/ou sobreposição de material fonológico em sua formação. Isso proporciona um encurtamento das bases para formar uma terceira palavra, conforme ilustra a representação¹¹ a partir do Diagrama 1:



Fonte: Adaptado de Benfica da Silva (2019).

Diagrama 1- Representação da quebra na criação do ‘blend’ ‘burocracia’.

O Diagrama 1 mostra que, durante o processo de formação do ‘blend’ ‘burocracia’ (‘burro’ + ‘burocracia’), a segunda base tem a parte inicial suprimida e, por fim, antes da criação final da palavra, a primeira base tem supressão de um elemento fonológico, a vogal /u/. Com isso, é aproveitada a vogal média fechada, /o/, da segunda base para que o ‘blend’ tenha sua estrutura completa. Contudo, embora a supressão seja característica marcante no fenômeno, há situações em que os ‘blends’ se desencadeiam, também, pela sobreposição fonológica (cf. Diagrama 2).



Fonte: Adaptado de Benfica da Silva (2019).

Diagrama 2- Representação da quebra na criação do ‘blend’ ‘crentino’.

O exemplo do Diagrama 2 revela que, no português brasileiro, alguns ‘blends’ podem ser criados não apenas com supressão de material fônico. É possível deduzir que em ‘crentino’ (‘crente’ + ‘cretino’) a base 1 mantém, na íntegra, todo material fonológico, enquanto a base 2 sofre a supressão de sua primeira sílaba, embora essa apresente semelhança fônica com a primeira sílaba da base 1. No entanto, como a coda /N/ da primeira base é promovida para o nível fonético, não há como considerar que o início da segunda base se sobrepõe ao da primeira. A sobreposição, nesse caso, ocorre no ponto da quebra em que as bases são mescladas, uma vez que as sílabas adjacentes são iguais, /ti/. Esses argumentos ratificam o fato de que, “caso haja

¹⁰ O ‘blend’ foi criado por nós a partir das bases ‘léxico’ e ‘ritmo’.

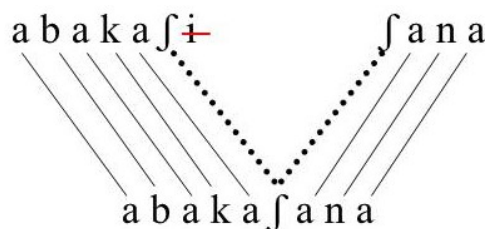
¹¹ Tomamos como base a proposta de Benfica da Silva (2019) que apresenta representações na quebra na formação de um ‘blend’. “Nessa proposta de representação, a linha contínua preta sublinha todos os segmentos das bases que foram aproveitados no produto final do CV (*cruzamento vocabular*). O retângulo vermelho abrange os segmentos ambimorfêmicos. E, por último, a linha contínua vermelha risca os segmentos descartados no produto final” (Benfica da Silva, 2019, p. 73, grifo nosso).

segmentos fonológicos idênticos entre as palavras-fonte, é neste ponto que temos a junção entre as palavras-fonte e temos, assim, sobreposição” (Marangoni Júnior, 2021a, p. 166).

O ponto da quebra, então, pode ocasionar a sobreposição em determinados ‘blends’. É o ponto, também, onde ocorre compartilhamento de material segmental ou silábico. Podemos inferir, desse modo, que estamos diante do padrão interposição lexical que compartilha segmentos entre si, desde que tais segmentos ocupem a mesma posição na sílaba em ambas as bases. Marangoni Júnior (2021a) discute, ainda, que se não houver identificação fonológica, as bases juntam-se no ponto de maior similaridade fonológica. Ocorre, assim, um respeito à constituição das fronteiras silábicas e à divisão interna à sílaba. Dessa maneira, não havendo compartilhamento de material fônico, estamos diante do padrão combinação truncada.

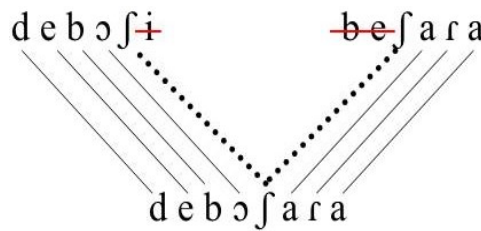
Gonçalves (2006) e Benfica da Silva (2019) defendem que o processo não resulta de mudanças fonologicamente motivadas que levam a perdas segmentais, sendo impossível recuperá-lo por meio de processos fonológicos. Gonçalves (2006, p. 224) argumenta que as “mesclas são caracterizadas pela interseção de palavras, de modo que é impossível recuperar, através de processos fonológicos como crase, elisão e haplologia, as sequências perdidas”. Benfica da Silva (2019, p. 40) concorda com essa tese, ratificando que, nos ‘blends’, “a perda de massa fônica de uma ou das duas palavras-base de modo algum é explicada por fenômenos fonológicos segmentais”.

Entretanto, ainda que o argumento dos linguistas seja coerente, uma vez que a motivação fonológica pode resultar da formação do processo morfofonológico, quando concebemos o ‘blend’ como um processo de formação de palavras que une duas bases, esse se sujeita a uma espécie de linearização fonológica, em que processos fonológicos, como a fusão e a haplologia, podem atuar (cf. Diagramas 3 e 4). Essas discussões nos fazem retomar o questionamento feito anteriormente: sendo, determinados ‘blends’ criados por supressão e/ou sobreposição fonológica, poderiam desencadear algum processo fonológico? Essa pergunta nos faz deduzir que, talvez, alguns ‘blends’, especificamente os do tipo ‘interposição lexical’, podem ser desencadeados por algum processo fonológico.



Fonte: Adaptado de Piñeros (2000).

Diagrama 3 - Representação do compartilhamento segmental entre as bases do ‘blend’ ‘abacaxana’ (‘abacaxi’ + ‘xana’).



Fonte: Adaptado de Piñeros (2000).

Diagrama 4 - Representação do compartilhamento segmental entre as bases do 'blend' 'Debochara' ('deboche' + 'Bechara').

Como já discutimos, no início desta seção, alguns 'blends' podem apresentar sobreposição. Podemos observar que, nas representações dos Diagramas 3 e 4, essa sobreposição é ocasionada através do ponto de quebra, antecedida pela supressão da vogal /i/ no final da primeira base e, ainda, da sílaba /be/ no início da segunda base do Diagrama 4. A fricativa pós-alveolar surda é sobreposta e, automaticamente, compartilhada entre as bases. A sobreposição, nesse caso, proporciona uma linearização fonológica, promovendo uma fusão entre os segmentos adjacentes idênticos, a consoante /f/.

Acerca da sobreposição no nível da sílaba, tomamos como exemplo o 'blend' 'diplomamata' ('diploma' + 'mamata'). Esse 'blend' elucida a ideia de que, nem sempre, o fenômeno será formado por meio da supressão, como em 'crentino' que, embora mesclado por sobreposição, apresenta supressão antes. O ponto de quebra em 'diplomamata' ocorre, exatamente, no ponto em que as bases se unem: a sílaba /ma/ no final da base 1 e no início da base 2, logo, adjacentes, sobrepõem-se entre si. Teríamos, então, um exemplo de haplologia?

Battisti (2005) constata que o aspecto preponderante para a ocorrência da haplologia é a similaridade das sílabas em sequências. Com isso, Braga e Pacheco (2019) e Braga (2019) discutem que alguns 'blends', que compartilham material fônico, podem proporcionar a ocorrência da haplologia, como 'acarajéssica' ('acarajé' + 'Jéssica'), uma vez que sílabas idênticas e contíguas se fundem ou se apagam. Os autores fazem uma investigação da natureza da haplologia morfológica para discutir que os 'blends' haplogizados nem sempre resultarão de fusão, isto é, de sobreposição. Em certos 'blends', a haplologia se dará por apagamento. Braga (2019) apresenta um princípio que rege o fenômeno fonológico, denominando-o como balanceamento de sílabas entre as bases. O Quadro 2 descreve a natureza da haplologia ocorrendo no 'blend'.

Quadro 2 - Esquema representacional com ocorrência da haplologia com natureza de fusão e de apagamento no processo do 'blend'¹².

Base 1	Base 2	Supressão de sílaba	Fusão	'Blend' com haplologia	Balanceamento de sílabas
a. 'saco'	'picolé'	*'sacopicolé'	*'sacocolé'	'sacolé'	sa.co.lé 1 21 2

¹² Esclarecemos que na literatura, de modo geral, os especialistas tendem a interpretar a haplologia como um processo que ocorre no momento em que palavras ou sintagmas se combinam e, de modo imediato, as sílabas adjacentes são idênticas e/ou semelhantes, como em 'tragicômico' e 'faculdadeletras', respectivamente. Como o 'blend' envolve rupturas fonológicas em sua formação, defendemos, ancorados em Braga (2019), que a haplologia, também, pode se desencadear, em alguns 'blends', após a supressão silábica, como proposto no quadro acima.

b. 'chato'	Mattoso'	*'chato <i>mattoso</i> '	*'cha <i>to</i> toso'	'chattoso'	cha.tto.so 1 21 2
Base 1	Base 2	Supressão de sílaba	Apagamento	'Blend' com haplogia	Balanceamento de sílabas
c. 'borboleta'	'letras'	*'borboleta <i>letras</i> '	*'borbo <i>le</i> tras'	'borboletras'	bor.bo.le.tras 1 2 1 2
d. 'advogada'	'gata'	*'advogada <i>gata</i> '	*'advoga <i>ga</i> tata'	'advogata'	ad.vo.ga.ta 1 2 1 2

Fonte: Adaptado de Braga (2019).

Braga (2019) discute que os exemplos *a* e *b* apresentam 'blends' haplogologizados com natureza de fusão, porque as sílabas, ao se sobrepor, proporcionam um balanceamento das sílabas entre as bases. Caso considerássemos a natureza como apagamento, seria perdido de vista o balanceamento entre as sílabas. Sendo assim, as sílabas que ocasionam a haplogia estariam tanto para base da esquerda, quanto para base da direita. Importante salientar que Braga (2019) propõe a análise pelo princípio do balanceamento do número de sílaba(s), explicando que os 'blends' podem ser formados para concorrer para euritmia da língua, isto é, "para implementação da grade métrica perfeita, cadência de combinação entre sílabas tônicas e átonas" (Braga, 2019, p. 61).

Em contraponto, os exemplos em *c* e *d* apresentam a natureza da haplogia, nos 'blends', por apagamento, pois as bases apresentam número diferente de sílabas: as bases da esquerda, 'borboleta' e 'advogada', são polissílabas, enquanto as bases da direita, 'letras' e 'gata', dissílabas. Nesse caso, para assegurar o princípio do balanceamento de sílaba entre as bases, Braga (2019) explana que as sílabas haplogologizadas da base da esquerda são apagadas e o equilíbrio entre as sílabas fica mantido.

A constatação de Braga (2019) parece-nos coerente, pois, a partir da formação de alguns 'blends', a haplogia pode ser acionada para proporcionar um balanceamento de sílaba(s) entre as bases. Em resumo, o 'blend' é formado e pode apresentar uma quebra, suprimindo e/ou sobrepondo sílaba(s), em seguida, a haplogia pode ser acionada. Em 'promochila' (promo'sauN + mo'fila), por exemplo, as bases unem-se e a primeira base sofre a ruptura com a supressão de sua última sílaba, /sauN/. A seguir, as duas sílabas adjacentes, /mo/, são idênticas, sobrepõem-se no nível fonético e configuram-se como haplogia.

Podemos inferir, então, que a sobreposição de alguns 'blends', especificamente os formados por interposição lexical, pode estar relacionada com processos fonológicos, como haplogia "e a perda de sílaba ou sílabas está relacionada ao balanceamento do número de sílabas das bases da palavra formada" (Braga, 2019, p. 79). Consideramos o trabalho realizado por Braga (2019) pertinente e propomos fazer uma análise com 'blends' haplogologizados como forma de trazer mais contribuições para esse processo. As discussões podem ser encontradas na seção a seguir.

4 'BLEND' E HAPLOGIA A CAMINHO DE UMA MESMA DIREÇÃO

Em nossos dados, de 750 'blends', 78 apresentaram ocorrência da haplogia, correspondendo a 10%. Essa porcentagem pode parecer pequena, mas não é. Esse resultado revela que o processo fonológico se desencadeia com recorrência em alguns

‘blends’, quando encontra ambiente propício, ou seja, sílabas contíguas e similares ou idênticas, além de revelar que uma análise, por meio de aspectos fonológicos, é importante para descrever os ‘blends’ também.

Por meio do nosso levantamento, verificamos que a haplologia pode ser desencadeada, em ‘blends’, tanto em sílabas leves, quanto em sílabas pesadas, conforme ilustra o Quadro 3:

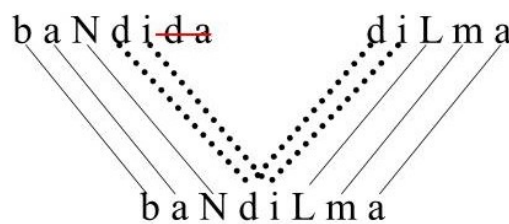
Quadro 3 - ‘Blends’ haplogizados.

‘Blends’ haplogizados com sílaba leve	‘Blends’ haplogizados com sílaba pesada
a. abaka /ʔki - abaka /fi + /fi/ki	e. axgumeN' tira - axgu' meNtu + meN' tira
b. kaipi' rōka - kaipi' rīpa + pi' rōka	f. Japo' liNdu - Japo' liN + 'liNdu
c. diploma' mata - di' ploma + ma' mata	g. NeimaRke' zini - Nei' maR + MaRke' zini
d. meiga' līpa - 'meiga + ga' līpa	h. prezi' deNgi - prezi' deNti + 'deNgi

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do Quadro 3, podemos deduzir, então, que a motivação da haplologia está no nível silábico, seja a sílaba leve ou pesada. Essa motivação decorre de uma fusão ou apagamento, feitos entre as sílabas envolvidas no ponto da quebra em que o ‘blend’ é formado. A ocorrência da haplologia pode ser direta, quando as bases se mesclam, como *a*, *c*, *d*, *f*, *g* ou após a supressão de sílaba(s), observada nos exemplos *b*, *e* e *h*.

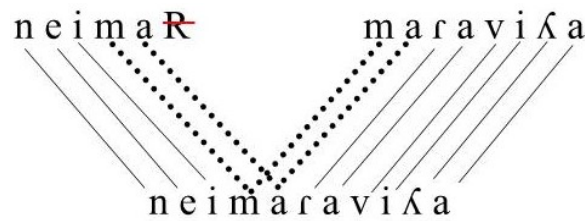
Em nossos dados, também, encontramos exemplos de ‘blends’ que podem ser considerados como haplogizados, como ‘bandilma’ (‘bandida’ + ‘Dilma’), e ‘Neymaravilha’ (‘Neymar’ + ‘maravilha’). Nesses ‘blends’, ainda que as sílabas não sejam idênticas entre si, apresentam semelhanças. A haplologia decorre não apenas da igualdade das sílabas, mas também quando uma está seguida por outra, foneticamente, semelhante, conforme defendem Alkmim e Gomes (1982)¹³. Nesses casos, a haplologia é constituída com a maior porção idêntica que a sílaba apresenta, ou seja, o *onset* e a rima. Apresentamos, nos Diagramas 5 e 6, a representação das sílabas semelhantes das bases como forma de elucidar nosso argumento:



Fonte: Adaptado de Piñeros (2000).

Diagrama 5 - Representação do compartilhamento silábico entre as bases do ‘blend’ ‘bandilma’ (‘bandida’ + ‘Dilma’).

¹³ É importante frisar que Alkmim e Gomes (1982) fizeram uma análise da haplologia sintática a partir da teoria fonológica, geometria de traços. Como não é escopo deste trabalho, não nos debruçaremos com maior profundidade sobre essa questão.



Fonte: Adaptado de Piñeros (2000).

Diagrama 6 - Representação do compartilhamento silábico entre as bases do 'blend' 'Neymaravilha' ('Neymar' + 'maravilha').

Sendo assim, a partir dos Diagramas 5 e 6, é possível observar que a maior parte das sílabas é haplogogizada. No Diagrama 5, a base da esquerda apresenta uma sílaba leve, enquanto a base da direita apresenta uma sílaba pesada com o arquifonema lateral /L/, sendo este aproveitado para a formação do 'blend'. No Diagrama 6, situação contrária ocorre: a sílaba da esquerda é promovida para o nível fonológico, sendo suprimido, então, o arquifonema rótico, /R/, presente no final da base 1. Como sugere Benfica da Silva (2019, p. 73), "quando se fala em bases (des)semelhantes no cruzamento vocabular, não se deve atentar apenas para os segmentos em comum entre as bases, mas também para a posição estrutural que esses segmentos ocupam em cada uma". Sendo assim, embora representem segmentos róticos, o primeiro, um arquifonema, na base da esquerda, tende a ser produzido como uma fricativa velar surda [x]. O segundo rótico, presente na base 2, na posição de ataque, um fonema, é produzido como tepe, já representado no Diagrama 6.

Observamos, também, que, aparentemente, a pauta acentual das bases parece não inviabilizar a ocorrência da haplogogia, quando os 'blends' são gerados. Por um lado, nos exemplos *b, c, d e g*, do Quadro 3, as bases têm a pauta acentual em lugares diferentes e, ainda assim, ocorre o fenômeno fonológico. Por outro lado, nos exemplos *a, e, f e h*, as bases têm o mesmo lugar de acento e, também, proporciona a ocorrência da haplogogia. Esses dados contrastam, também, o argumento de Alkmim e Gomes (1982) e ratificam a proposição de Battisti (2005), de que há ocorrência do processo fonológico em contextos em que a segunda vogal é tônica. Com isso, a operação fonológica tende a ocorrer apenas no nível silábico. Aparentemente, também, parece ser possível que a formação de 'blends' tenda a acessar questões acentuais¹⁴.

Os 'blends' 'abacaxique', 'meigalinha', 'Chapolindo' e 'Neymarquezine' diferenciam-se dos demais 'blends', no Quadro 3, porque o processo fonológico ocorre no ponto em que as bases se encontram para gerar o processo morfofonológico. Os demais 'blends' apresentam supressão de sílaba em alguma das bases e, em seguida, ocorre a haplogogia. Ainda que se diferencie dos demais 'blends', o falante parece ter tido uma intenção prévia para unir as bases. Nesse caso, a haplogogia foi coincidência de formação segmental/silábica das bases (cf. Braga; Pacheco, 2019; Braga, 2019). O processo fonológico poderia ter ocorrido ou não, como se verifica em diversos 'blends' que não têm haplogogia.

Essas discussões nos fazem retomar a linha de raciocínio feita, anteriormente, neste texto: os 'blends' podem ser promovidos a ocuparem o lugar dos aglutinados?

¹⁴ Essa constatação pode ser conferida no trabalho de Braga (2023) que fez uma análise acústica da pauta acentual dos 'blends'. Para uma compreensão mais aprofundada, sugerimos a leitura de seu trabalho.

Ao assumirmos a posição de que aglutinação é um processo que tem perdido “espaço” pela baixa produtividade, quando observamos como se estruturam determinados ‘blends’, este último parece estar ocupando, de fato, esse espaço da aglutinação, dado o alto índice de surgimento de novas palavras na língua. Essa hipótese, também, contrasta com as defendida por Gonçalves (2006) e Benfica da Silva (2019) que defendem que o ‘blend’ não pode ser recuperado por quaisquer outros processos fonológicos, como a haplologia.

Braga e Pacheco (2019) explicam que a haplologia ocorre para adequação do ‘blend’ ao ritmo da língua. Sua ocorrência na formação de determinados ‘blends’ promove uma economia na produção da palavra criada, o que concorre para eurrítima da língua. Os exemplos ‘abacaxique’, ‘meigalinha’, ‘Chapolindo’ e ‘Neymarquezine’ apresentam particularidades interessantes passíveis de serem observadas pelo princípio do balanceamento de sílaba, proposto por Braga (2019), especificamente pelo tipo apagamento (cf. Quadro 4):

Quadro 4 - Esquema representacional com ocorrência da haplologia com natureza de apagamento no processo do ‘blend’.

Base 1	Base 2	Apagamento	‘Blend’ com haplologia	Balanceamento de sílabas
a. ‘abacaxi’	‘chique’	*‘abacaxi ch ique’	‘abacaxique’	a.ba.ca.xi.que 1 2 3 1 2
b. ‘meiga’	‘galinha’	*‘meiga ga linha’	‘meigalinha’	mei.ga.li.nha 1 2 1 2
c. ‘Chapolin’	‘lindo’	*‘Chapol in lindo’	‘Chapolindo’	Cha.po.lin.do 1 2 1 2
d. ‘Neymar’	‘Marquezine’	*‘Neymar mar quezine’	‘Neymarquezine’	Ney.mar.que.zi.ne 1 2 1 2 3

Fonte: Adaptado de Braga (2019).

Como já discutimos, ao longo desta seção, o ‘blend’ pode apresentar tanto supressão, quanto sobreposição (ou fusão) em sua formação. Os ‘blends’ descritos no Quadro 4 poderiam ser formados, apenas, pela sobreposição. No entanto, levando em conta o balanceamento de sílaba(s) entre as bases, consideramos que ocorre uma supressão silábica na base de maior número para que ocorra um equilíbrio rítmico entre as bases. Esses resultados se diferem dos apresentados por Tenani (2002), para haplologia sintática, que aponta que há maiores ocorrências de supressão da primeira sílaba e não da segunda. Em ‘blends’ haplogizados, aparentemente, não é a sílaba da primeira base que será suprimida, mas a sílaba da base com um maior número de sílabas.

Mediante isso, podemos lançar mão do balanceamento de sílaba(s), sem perder de vista a formação da palavra como um ‘blend’. Como a haplologia ocorre no ponto em que as bases se encontram, uma das bases suprime uma sílaba – a que apresenta o maior número de sílabas – já que são adjacentes e são idênticas ou semelhantes. Portanto, os ‘blends’, haplogizados no ponto em que as bases se encontram, apresentam a eliminação de uma parte, isto é, uma porção fonológica, porque ela ocorre na outra parte (cf. Pound, 1914).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos analisar o ‘blend’, observando algumas (de muitas) de suas particularidades. Esse processo é caracterizado pelo envolvimento de duas bases, apresentando supressão de material fonológico. A ruptura presente nos ‘blends’ fornece algumas características interessantes, quando as bases, envolvidas na criação da palavra nova, compartilham material fônico entre si. Esse compartilhamento foi definido por Gonçalves (2003) como interposição lexical, a partir do qual nos permitiu trazer uma perspectiva para os ‘blends’.

Dessa maneira, alguns ‘blends’ compartilham segmento(s) e/ou sílaba(s), em qualquer parte das bases, desde que estejam na mesma estruturação silábica, como em ‘namorido’ (‘namorado’ + ‘marido’) que tem diversos segmentos idênticos entre as bases. Além disso, compartilham material fonológico no ponto da quebra em que bases se mesclam, como ‘promochila’ (‘promoção’ + ‘mochila’). Essas observações nos fizeram levantar a hipótese de que alguns ‘blends’ pudessem desencadear alguns processos fonológicos, como a haplologia.

No entanto, estudos sobre o processo apontavam que os ‘blends’ não podiam ser recuperados por processos fonológicos (cf. Benfica da Silva, 2019). Os nossos resultados mostraram, em contrapartida, que essa constatação não parece ser categórica para todos os casos de ‘blends’. Por apresentar um padrão que trata do compartilhamento de material fônico entre as bases (a interposição lexical), algumas palavras criadas por ‘blends’ podem apresentar campo para a ocorrência de fenômenos fonológicos, como a fusão encontrada em /abaka'ʃana/ (‘abacaxi’ + ‘xana’) e /debo'ʃara/ (‘deboche’ + ‘Bechara’) por meio da consoante fricativa pós-alveolar surda e haplologia encontrada em /ʃapo'liNdu/ (‘Chapolin’ + ‘lindo’) e /meiga'liɲa/ (‘meiga’ + ‘galinha’). Nesse sentido, os processos fonológicos encontram ambiente para ocorrência na formação de determinados ‘blends’. Com esses resultados, nossa hipótese de que alguns ‘blends’ poderiam desencadear processos fonológicos foi confirmada.

Essas discussões corroboram, ainda, os argumentos de Bevilacqua e Silva (2021) e Marangoni Júnior (2021b) que afirmam que o ‘blend’ é um processo morfofonológico. Embora envolva duas palavras em sua formação, escopo da morfologia, o fenômeno acessa questões prosódicas (resultado na sílaba), escopo da fonologia.

Ainda, observamos que a haplologia em alguns ‘blends’ pode ocorrer tanto no ponto da quebra em que as bases se mesclam, como em ‘crentino’ (‘crente’ + ‘cretino’) que, antes de promover o processo fonológico, tem a supressão da primeira sílaba da base da direita, quanto no ponto em que ambas as bases se encontram, a exemplo de ‘abacaxique’ (‘abacaxi’ + ‘xique’). Por isso, lançamos mão do princípio do balanceamento de sílabas (Braga, 2019), propondo que, para equilibrar as bases, a maior delas tem o apagamento de sua sílaba. No exemplo desse ‘blend’, a base da esquerda é que sofre com a supressão de sua última sílaba.

Os resultados trazidos neste texto são importantes para refletirmos sobre os processos de formação de palavras que envolvem duas bases. Os ‘blends’, por exemplo, têm ganhado destaque por ser uma forma mais flexível e criativa de criar novas palavras no português brasileiro, pois permitem uma combinação mais fluida e adaptável de partes de palavras distintas para formar palavras que, muitas vezes,

refletem novos conceitos ou situações emergentes. Um outro processo similar é a aglutinação que tende a ser menos produtiva e tem um número limitado de exemplos frequentes. Além disso, os aglutinados, muitas vezes, assemelham-se a uma única palavra (cf. Villalva, 2020), embora sejam formados por mais de uma parte.

Dessa forma, considerando que aglutinados podem ser limitados e nem sempre produtivos na língua, os ‘blends’, por serem mais maleáveis e adaptáveis, possivelmente emergem como uma alternativa ou complemento mais produtivo na criação de novos termos e na evolução do vocabulário do português brasileiro. Mas essa é uma discussão para propostas futuras.

REFERÊNCIAS

- Andrade KE. Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do português do Brasil [dissertação]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2008.
- Andrade KE, Rondinini RB. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição? DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. 2016; 32(4):861-887.
- Alkmim MGR.; Gomes CA. Dois fenômenos de supressão de segmentos em limite de palavra. Cadernos de linguística e teoria da literatura. 1982;7:43-51.
- Battisti E. Haplogia no português do sul do Brasil: Porto Alegre. Letras de Hoje. 2005;40(3):73-88.
- Benfica da Silva V. O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise morfológica e fonológica [dissertação]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2019.
- Bevilacqua CR, Silva FM. Morfologia concatenativa e morfologia não concatenativa: do princípio morfológico ao princípio prosódico. Confluência. 2021;60:353-372.
- Braga EV. Haplogia à luz da teoria da otimidade e à luz da percepção do falante nativo [dissertação]. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; 2019.
- Braga EV. Blend, “a mistura que todo mundo gosta”: uma blendescção do processo no léxico do português brasileiro [tese]. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; 2023.
- Braga EV, Pacheco V. Balanceamento do número de sílabas e haplogia atuando no processo do portmanteau. Id on line. Revista de psicologia. 2019;13(43):1108-1120.
- Braga EV, Pacheco V, Rocha WJC. A relação entre conhecimento, uso e faixa etária de blends por falantes nativos do PB. Revista (Con)textos linguísticos. 2022;16(34):205-224.
- Camara Júnior JM. Dicionário de lingüística e gramática. 13.^a ed. Rio de Janeiro: Vozes; 1986.
- Gonçalves CA. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. Veredas. 2003;7(1;2):149-167.
- Gonçalves CA. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. Gragoatá. 2006;21(2):219-241.
- Gonçalves CA. Atuais tendências em formação de palavras. São Paulo: Contexto; 2016.
- Gonçalves CA. Morfologia. São Paulo: Parábola; 2019.
- Kemmer S. Schemas and lexical blends. In: Cuickens H, et al., organizadores. Motivation in language. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 2003. p. 69-97.

Marangoni Júnior CE. A blendividade na formação de palavras: a derivação dos blends na interface entre morfologia, fonologia e pragmática [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2021a.

Marangoni Júnior, CE. A interface morfologia-fonologia no blending: uma análise pelo modelo da teoria da otimidade. *Revista Letras*. 2021b;103(1):29-53.

Piñeros CE. Word-blending as a case of non-concatenative morphology in Spanish. Rutgers: Rutgers University; 2000.

Pound L. Blends: Their relation to English word formation. Amsterdam: Swets & Zeitlinger (Reprint: Heidelberg: Carl Winter); 1914.

Sandmann AJ. *Morfologia Geral*. 2.^aed. São Paulo: Contexto; 1993.

Tenani, L. Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos [tese]. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 2002.

Tenani L. Domínios prosódicos no português brasileiro: evidências rítmica, entoacional e segmental. *Estudos Linguísticos*. 2006;35:118-131.

Villalva A. Composição. In: Raposo EBP, et al., organizadores. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Centro de linguística da Universidade de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian; 2020. p. 2-63.

Villalva A, Gonçalves CA. The phonology and morphology of word formation. In: Wetzels L, Costa J, Menuzzi S, organizadores. *The handbook of Portuguese linguistics*. Oxford: Wiley Blackwell; 2016. p. 167-187.

O estatuto funcional de sintagmas preposicionais dos verbos ‘ir’ e ‘morar’: adjunto ou complemento?

The functional status of prepositional phrases of the verbs ‘ir’ and ‘morar’: adjunct or complement?

Lorenzo Vitral*

Universidade Federal de Minas Gerais; Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O artigo retoma a discussão tradicional sobre a distinção entre as funções de adjunto e complemento, verificando qual é a análise adequada para os sintagmas preposicionais que aparecem com os verbos ‘ir’ e ‘morar’. Apresentamos, inicialmente, alguns elementos da análise de Apolônio Discolo para a transitividade por meio da noção de diátese verbal e mostramos que a indecisão sobre a função desses sintagmas está presente nas tradições gramaticais francesa, portuguesa e brasileira. Identificamos a dificuldade de análise no fato de esses sintagmas expressarem conteúdo locativo, o que não é compatível com a proposta de análise da diátese transitiva de acordo com Apolônio Discolo. Essa visão foi favorecida pela adaptação latina do termo apoloniano ‘hypokeímenón’ como objeto. Defendemos, enfim, a proposta, baseada nas noções de função (ou predicado) e argumento de Frege (2013 [1879]), de que esses sintagmas preposicionais são argumentos capazes de saturar um predador e que devem ser analisados como complementos indiretos dos verbos ‘ir’ e ‘morar’.

Palavras-chave: Nomenclatura tradicional. Adjunto e complemento. Transitividade. Locativo. Lógica dos predicados.

Abstract: The article takes up the traditional discussion on the distinction between the functions of adjunct and complement, verifying which is the appropriate analysis for the prepositional phrases that appear with the verbs ‘ir’ (to go) and ‘morar’ (to live). We initially present some elements of Apollonio Discolo’s analysis of transitivity through the notion of verbal diathesis and show that indecision about the function of these phrases is present in French, Portuguese and Brazilian grammatical traditions. We identified the difficulty of analysis in the fact that these phrases express locative content, which is not compatible with the proposed analysis of transitive diathesis according to Apollonio Discolo. This view was favored by the Latin adaptation of the Apollonian term ‘hypokeímenón’ as object. Finally, we defend the proposal, based on the notions of function (or predicate) and argument of Frege (2013 [1879]), that these prepositional phrases are arguments capable of saturating a predicate and that they should be analyzed as indirect complements of the verbs ‘ir’ (to go) and ‘morar’ (to live).

Keywords: Traditional nomenclature. Adjunct and complement. Transitivity. Locative; Predicate Logic.

* Professor Titular de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; lorenzovitral@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na literatura tradicional, observa-se certa indecisão quanto à determinação da natureza da função do sintagma preposicional que acompanha verbos como ‘ir’ (a/para/até) e ‘morar’ (em) nas construções como as seguintes:

- (1) a. João vai a /para Salvador.
b. João vai até Salvador.
- (2) Foram (daqui) até a rodoviária (Luft, 1987, p. 342).
- (3) João mora em Salvador.

Parece-nos ser lugar comum admitir que esses sintagmas desempenham a função de adjunto adverbial, já que são interpretados como locativos, e esse conteúdo é tipicamente expresso por constituintes que exercem a função de adjunto ou modificador. No entanto, como veremos, muitos dos nossos gramáticos e, sobretudo, alguns de nossos dicionários de regência verbal, como o de Fernandes (1963 [1940]), colocam essa classificação em dúvida, com base no fato de que tais constituintes parecem ser imprescindíveis, como veremos na sequência do texto, na sintaxe dessas construções, ou seja, utilizam-se de sua presença necessária como critério decisório no que concerne à função desses constituintes, que poderiam assim ser rotulados, na verdade, como complementos indiretos.

Diante da indecisão apontada, alguns dos autores comentados ou citados neste artigo buscam saná-la introduzindo nomenclatura adicional, para os verbos que estamos a analisar, como ‘verbos transitivos adverbiais’ ou ‘transitivos circunstanciais’ na tentativa de captar o aparente duplo estatuto desses constituintes que se seguem aos verbos, isto é, exibiriam, a um só tempo, as propriedades de complemento e de adjunto. Precisamos lembrar-nos, porém, que essa terminologia adicional não é abrigada na *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), de 1959; diferentemente, como veremos, do que se passa nas nomenclaturas gramaticais francesa e portuguesa que, às voltas com o mesmo dilema, acolhem a figura classificatória de complemento circunstancial.

Retomamos, na seção 2, as origens da reflexão sobre a transitividade verbal proposta na *Syntaxis* de Apolônio Díscolo por meio da noção de ‘diátese’; na seção 3, constatamos que, na sintaxe do latim e do alemão atual, encontramos o caso acusativo sendo manifesto por constituintes que se seguem aos verbos equivalentes aos verbos em análise, o que é um elemento a mais a lançar dúvidas acerca da definição da função sintática dos constituintes locativos que estamos a analisar. Comentamos, na seção 4, a título de verificação da ressonância desse debate em nomenclaturas gramaticais interlinguísticas, de que maneira nosso tema se manifesta nas tradições gramaticais e pedagógicas francesa, portuguesa e brasileira. Em seguida, na seção 5, retomamos a contribuição de Apolônio, discutindo a nomenclatura adotada pelo autor para os termos da diátese verbal e sua tradução na tradição latina, com vistas a identificar a que se deve a dificuldade de considerar os locativos como complementos verbais. Com base na lógica dos predicados, desenvolvida por Frege (2013 [1879]), propomos, na seção 6, análise em que os verbos em foco são intransitivos indiretos e os sintagmas que se lhe seguem são complementos indiretos, com capacidade de serem argumentos numa predicação (Jackendoff, 1983; Creary et al., 1989). As considerações finais estão na seção 7.

2 A DIÁTESE TRANSITIVA NA SYNTAXIS DE APOLÔNIO DÍSCOLO

Como se sabe, o tema da transitividade tem na *Syntaxis* de Apolônio Díscolo sua primeira formulação consistente baseada na busca de fundamentos gramaticais da teoria sintática. Assim, as propriedades formais das palavras, como, por exemplo, o caso gramatical que recebem, determinam sua alocação na oração; e o significado de cada uma determina a coerência (*katallélôtēs*) do conjunto. As funções sintáticas, por sua vez, estabelecem o papel dos nomes, que, por meio da dêixis, ou seja, da referência, se vinculam a corpos que atuam ou sofrem (*to diatithénai kai to diat(thesthai)*) a ação verbal, de acordo, assim, com o que é chamado de diátese (*diáthesis*) do verbo. O termo ‘diátese’ é traduzido pela latina ‘uox’/‘vox’, ou seja, ‘voz’, de onde se extraem as vozes ativa e passiva, mas é mais bem compreendido como *disposição* em que se encontra um corpo em relação à ação verbal, ou seja, como agente ou paciente, o que levou Lambert (1978 apud Ildefonse, 1997, p. 331) a afirmar que “a diátese seria essencialmente o significado do verbo”¹ (tradução nossa), implicando que a diátese transitiva se caracteriza pela passagem que ela opera ao mirar uma *coisa* ou *pessoa*, tomada assim como *objeto*. É esse objeto enfim que, segundo Ildefonse (1997), complementa a diátese transitiva, sendo-lhe atribuído o caso acusativo.

A justificativa da atribuição do acusativo ao objeto, que associa esse caso à diátese estritamente ativa, assinalando a atividade por excelência, encontra, no entanto, dificuldades reconhecidas pelo próprio Apolônio. Trata-se do fato de a atribuição de acusativo ter lugar também com verbos tidos como de estado, isto é, construções do tipo de “eu tremo de medo (diante de você)” (*trémō se*) ou “eu tenho medo dele” (*toúton phoboúmai*) que não indicam nenhuma atividade. A solução dada por Apolônio leva em conta a noção de elipse de forma que haveria uma preposição ‘para’ (*diá*) que introduziria um agente ou causador do estado. A proposta do autor não é nosso foco aqui e sim o fato de que é constatado que nem sempre o constituinte marcado com o acusativo é um objeto mirado pela ação verbal.

Para ele, também verbos como ‘viver’ (*zō*), na tradução francesa proposta por Lallot (1997 apud Ildefonse, 1997, p. 368), embora exibam completude, como em “Platão vive” (*Pláton zéi*), podem aparecer seguidos de complemento como em “Ele passa (seu) tempo (ou vive) no ginásio” (*en tōi gymnasiōi diatríbei (ou zéi)*) em que o complemento recebe o dativo².

Já se colhe aqui certa indecisão acerca de que tipo de constituinte pode ser objeto e receber o caso acusativo (ou mesmo o dativo); a constatação de que o acusativo poder ser atribuído a nomes que não participam tipicamente da diátese transitiva abre a possibilidade de se pensar que constituintes de outros tipos, que não apenas aqueles interpretados como agente e paciente, podem também ser analisados como objeto. Se levarmos em conta igualmente a definição de advérbio de Apolônio, torna-se possível considerar que locativos não se relacionam com as inflexões verbais da mesma maneira que constituintes adverbiais temporais, o que lança dúvidas sobre o real estatuto funcional dos constituintes interpretados como locativos. Veja-se o que diz Apolônio sobre a classe dos advérbios em *La Syntaxe d’Apollonius Dyscole*:

¹ Tradução: “La diathèse serait essentiellement le signifié du verbe”.

² Agradeço a Olimar Flores pelas contribuições esclarecedoras sobre a língua grega.

O advérbio é uma palavra não flexionada que predica, de maneira geral ou com restrições, as inflexões dos verbos, que lhes são indispensáveis para a expressão de um pensamento completo³ (Lallot, 1997, A, 119, 5, tradução nossa).

A não dependência direta dos locativos com as inflexões verbais, o que, por exemplo, parece típico dos advérbios temporais, contribuem assim para a indecisão acerca do estatuto funcional dos constituintes interpretados como locativos.

Alia-se às constatações elencadas o fato de que Apolônio admite a possibilidade de verbos poderem ser empregados com ou sem acusativo, o que deixa, aparentemente, a escolha a critério do usuário da língua. São construções das quais participam verbos como ‘este (ou isto) bate’ (‘oýtos týptei’) ou ‘este (ou isto) ressoa’ (‘oýtos hêkhei’).

São elementos de discussão assim que colaboram para lançarmos dúvidas sobre quais são os critérios que, de forma precisa, conseguem distinguir objetos de não objetos no sentido da transitividade.

3 O ACUSATIVO COM LOCATIVOS EM LATIM E ALEMÃO

Em latim, como é também conhecido, embora seja preciso levar em conta o fato de que Prisciano tenha sido tributário da obra de Apolônio Díscolo, retomando com fidelidade o conceito de diátese do autor grego, nomeada, por Prisciano, de ‘uox’/‘significatio’ e também o fato de que o caso ablativo seja, por excelência, o caso presente na expressão de circunstâncias de tempo, lugar etc., o acusativo pode igualmente se juntar a preposições para expressar noções locativas, o que atesta que exerce outras funções além da de objeto como na diátese apoloniana. Assim, o acusativo se manifesta em constituintes que aparecem com verbos de movimento: “Puer ad oram natat” (*O menino nada até a margem*); “Petrus ad romam ambulat” (*Pedro caminha até Roma*) ou ainda “Petrus ambulat in Romam” (*Pedro caminha para [dentro de] Roma*). Havia ainda a possibilidade de omissão da preposição, e manifestar-se o acusativo, quando se tratava de nomes próprios de cidades, como no seguinte exemplo de Cícero: “Iste misit hominēs certōs Melitā” (*Esse indivíduo enviou as pessoas certas a Malta*) (Cícero, In Verrem 1.2 apud Lavency, 1985, p. 151).

Também no alemão atual, o acusativo pode ser o caso que se manifesta em constituintes locativos com verbos de movimento, como em construções do tipo: “Er geht auf die Straße” (*Ele vai para a rua*), na qual há um deslocamento; o dativo pode também ser empregado com esse verbo se não houver deslocamento, como em: “Wir gehen aus der Straße” (*Nós estamos andando na rua*; nessa ocorrência, há um deslocamento, mas não para a rua, isto é, já se está na rua) (Welker, 1992).

Como se pode observar por meio dos exemplos das línguas consideradas, os casos acusativo e dativo não são exclusivos dos termos que funcionam como objeto de verbos transitivos diretos e indiretos, podendo se manifestar em constituintes de interpretação locativa, o que escapa assim da regularidade visada por Apolônio Díscolo na sua descrição da diátese transitiva da língua grega.

³ Tradução: “L’adverbe est un mot non fléchi qui prédique, de manière générale ou avec des restrictions, les inflexions des verbes, que lui sont indispensables pour l’expression d’une pensée achevée.”

4 OS CONSTITUINTES LOCATIVOS NAS TRADIÇÕES GRAMATICAIS FRANCESA, PORTUGUESA E BRASILEIRA

Na medida em que as línguas românicas perdem os casos morfológicos latinos e desenvolvem, além da ordem mais fixa dos constituintes da oração, um sistema preposicional rico, surge a questão de definir o estatuto funcional dos sintagmas preposicionais locativos, sobretudo, em construções com verbos de movimento.

4.1 A tradição gramatical francesa

A indecisão sobre a função desses constituintes é deveras inquietante, por exemplo, na evolução da nomenclatura gramatical francesa. Elalouf (2022) oferece-nos historiografia do percurso da nomenclatura gramatical do francês cobrindo o período de 1910 a 2020. A primeira nomenclatura gramatical oficial é promulgada em 25 de julho de 1910, mas já se buscava padronização de nomenclatura nos primeiros manuais de Noël e Chapsal (2022 [1836] apud Elalouf, 2022, p. 61) que propunham, em sua gramática escolar, as funções do ‘complément direct’ (*complemento direto*), do ‘complément indirect’ (*complemento indireto*) e do ‘complément circonstanciel’ (*complemento circunstancial*); na *Conférence de Sudre au Musée Pédagogique* (apud Elalouf, 2022, p. 59), aparece a distinção ‘complément verbal’ e ‘complément adverbial’ (*complemento verbal* e *complemento adverbial*), sendo considerado complemento adverbial constituintes locativos como ‘sur la table’ (*sobre a mesa*) em construções como “poser un livre sur la table” (*colocar um livro sobre a mesa*); no *Rapport Brunot-Maquet* (1909 apud Elalouf, 2022, p. 65), o emprego do termo *complemento* é generalizado, utilizado, assim, para designar as seguintes figuras:

complemento de objeto: complemento de objeto direto, complemento de objeto indireto/ complemento circunstancial: complemento de atribuição, complemento de tempo, complemento de modo, complemento de lugar, complemento de agente (ou complemento da passiva; o nosso agente da passiva) etc.⁴.

Chamamos a atenção para o fato de que o *Rapport Brunot-Maquet*, com base no qual surge a primeira nomenclatura gramatical francesa com força de lei já que encomendada aos dois autores pelo *Conséil Superior d’Instruction* (*Conselho Superior de Instrução*) não distingue, como nas demais nomenclaturas analisadas, os constituintes que são complementos verbais e os constituintes que desempenham a função de adjunto ou modificador; ambos são definidos como *complementos*; o fato de havê-los diretos e indiretos aponta, preponderantemente, para o emprego de critério formal sintático, já que a distinção se baseia na presença/ausência de preposição, ao passo que os circunstanciais são classificados de acordo com critério semântico, isto é, por meio de sua contribuição semântica ao enunciado⁵.

No entanto, o estatuto oficial do *Rapport Bruno-Maquet* não é capaz de pacificar a matéria. O professor de Lycée Hamel, na revista *L’Enseignement Secondaire* (1912, apud

⁴ Tradução: “compléments d’objet: complément d’objet direct, complément d’objet indirect / compléments circonstanciels: complément d’attribution, complément de temps, complément de manière, complément de lieu, complément d’agent (ou complément du passif) etc.”

⁵ O suporte para a proposta do complemento circunstancial encontra guarida na descrição gramatical francesa, como por exemplo, na contribuição de Sechehay (1926), o que, como veremos, influencia também Gama Kury (1985).

Elalouf, 2022, p. 63), propõe que, em volteios como “Je vais à la campagne” (*Eu vou ao campo*), o constituinte ‘à la campagne’, já que não suprimível e teria uma versão latina com o acusativo ‘rus’, manifesta a função de ‘complément indirect’ (*complemento indireto*). Não é essa a visão de Bruno-Maquet e Sudre, que apoiados em critério semântico, já que locativo, analisam “à la campagne”, em orações com verbo de movimento, como ‘complément circonstanciel’.

A distinção entre, de um lado, os ‘complementos direto’ e ‘indireto’, e de outro, o ‘complemento circunstancial’ ou ‘de circunstância’, que exprimem, em especial, noções como ‘lugar’, ‘tempo’ etc., acaba por se impor, estando presente nas nomenclaturas gramaticais oficiais propostas nos anos de 1975 e 1997, para o ensino secundário; e de 1976 e 1985, para o ensino primário. O ‘complemento do verbo’ é previsto na nomenclatura de 2015 e também o ‘complemento circunstancial’ nas nomenclaturas de 2018 e 2020 nos *Programmes pour les cycles 3 et 4* (*Programas para os ciclos 3 e 4*) (Delhay; Pellat, 2021; Elalouf, 2022)⁶. Termina assim por vigorar uma divisão tripartite: ‘complemento direto’, ‘complemento indireto’ e ‘complemento circunstancial’.

4.2 A tradição gramatical portuguesa

No que concerne à classificação dos constituintes preposicionados, basear-nos-emos, em primeiro lugar, na *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (NGP), proposta em 1967 e publicada no *Diário do Governo*, num ato administrativo do então Ministro da Educação Nacional português de nome Inocêncio Galvão Telles. Nesse documento, que veio a lume oito anos após a NGB, estabelecem-se os “elementos complementares à oração”, dos quais fazem parte ‘o complemento directo’, ‘o complemento indirecto’ e ‘o complemento circunstancial’; na sequência, listam-se, desse último, os valores semânticos que podem manifestar, como ‘lugar’, ‘tempo’, ‘modo’, ‘causa’ etc.; assim, o complemento circunstancial não dispõe, como discutiremos, do caráter de termo acessório empregado na NGB⁷.

A NGP, de 1967, foi revogada em 2004 com a publicação da *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS). Nessa proposta, o ‘complemento circunstancial’ de 1967 é substituído pelas três funções seguintes: ‘predicativo do sujeito’, como em: “o Luís está em Lisboa” ou “o Luís está aqui”; ‘complemento oblíquo’, isto é, “o Luís mora em Lisboa” ou “o Luís mora aqui”; e ‘modificador’, como em: “o Luís estuda em Lisboa” ou “o Luís estuda aqui”. A primeira função coincide com o que é proposto na NGB; já a segunda, de ‘complemento oblíquo’, ao fazer menção a uma nomenclatura utilizada para designar os casos não retos, parece visar a aproximar essa função às de complementos verbais no sentido da diátese transitiva, mesmo que introduzido por preposição; já a última função equivale aos nossos adjuntos adverbiais, retirando-lhe assim o caráter de complemento verbal. Essa

⁶ Cycles 3 e 4 correspondem aos nossos Ensino Fundamental 1 e 2, a partir dos dois últimos anos do Fundamental 1.

⁷ Como no caso do francês, a presença da figura do ‘complemento circunstancial’ nos documentos de diretrizes pedagógicas portuguesas encontra sua chancela, como é de se esperar, na própria descrição gramatical portuguesa desde, pelo menos, Soares Barbosa (1822, p. 401-402), para quem “Toda a palavra, ou oração precedida de preposição, qualquer que esta seja, e juncta a qualquer verbo, ou adjectivo sem ser pedida pela sua significação he hum complemento circunstancial, que se lhe dar para a explicar.”

Terminologia Linguística de 2004 levantou, por sua vez, desaprovações que culminaram em alterações suficientes para nos levar a um novo documento, nomeado agora de TLEBS.

No *Dicionário Terminológico para Consulta em Linha em 2008*⁸, Martins et al. (2008) propõem discussão dos dois documentos oficiais em um comentário sobre os programas nacionais de português dos ensinos básico e secundário. Reafirmam a necessidade de supressão da nomenclatura ‘complemento circunstancial’ e o fazem por meio do seguinte contraste: “o rapazito comeu um gelado no Porto” e “o rapazito reside no Porto”. No primeiro exemplo, o constituinte preposicionado tem estatuto de *modificador* já que sua presença não é requerida pelo verbo, mas, no segundo exemplo, trata-se bem de um *complemento do verbo*, exigido por este no sentido que sua ausência causaria a não aceitabilidade da construção. Adotam a manutenção, por outro lado, da denominação de ‘complemento oblíquo’ para casos como “no Porto” no segundo exemplo comentado; advogam que é o caso também dos constituintes preposicionados em orações como “a Sofia faltou aos compromissos” em que “aos compromissos”, embora tenha natureza de complemento, não deveria ser visto como um *objeto indireto*, já que lhe é impossível, pelo menos no português de Portugal, a retomada pronominal, o que geraria agramaticalidade: “*a Sofia faltou-os”. É curioso, de toda maneira, observar que as autoras defendem a aplicação ‘complemento oblíquo’ exatamente para casos em que a retomada por um pronome oblíquo não é possível.

Enfim, parece ponto pacífico, no entanto, que se deve proceder ao abandono da designação ‘complemento circunstancial’, com o que concordamos, uma vez que é uma nomenclatura que torna opaca a distinção entre as funções de complemento verbal e de adjunto (ou modificador).

4.3 A tradição gramatical brasileira

Ocupamo-nos, mais detalhadamente, de como se dá o debate sobre o estatuto funcional dos constituintes locativos na gramaticologia brasileira. Os comentários já propostos em relação ao francês e ao português de Portugal tiveram o objetivo, como dissemos, de deixar evidente que se trata de um tema gramatical cujo tratamento é sujeito a variações também em outras línguas devido a que critérios adotar nas definições das funções pertinentes, o que gera a indecisão de nomeação que observamos.

Vejamos, de início, que, na *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), de 1959, recomendada pelo Ministério de Estado da Educação e Cultura para o ensino programático da língua portuguesa em quaisquer níveis, não há a adoção de ‘complemento circunstancial’ ou nomenclatura assemelhada, limitando-se a distinguir os verbos em transitivos diretos e transitivos indiretos (além dos de ligação, auxiliares e outros).

Não obstante, a classificação dos sintagmas preposicionais alocados após verbos preposicionados como ‘ir’ e ‘morar’ não deixa de ser colocada em escrutínio, gerando indecisão de classificação desses constituintes em alguns de nossos melhores gramáticos de perspectiva tradicional.

⁸ Disponível na página do Ministério da Educação Nacional português por meio do endereço <http://tlebs.dgicd.min-edu.pt/>.

Por exemplo, em *Novas Lições de Análise Sintática*, Kury (1985, p. 32), sob influência explícita de Secheheye (1926) (cf. nota 4), propõe a classificação de ‘verbos transitivos adverbiais’ com base nos comentários seguintes:

Certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar; estar, ficar, morar, etc.), quando pedem um constituinte que lhes integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por TRANSITIVIDADE a necessidade de um complemento que vem acabar uma ideia insuficiente em si mesma.

Como se vê, é o critério semântico – o da completude/incompletude de sentido – a base da nomenclatura proposta, justificando tratar-se de verbos transitivos; o segundo termo – *adverbial* – embora, como notório, refira-se a uma classe de palavras – é empregado na designação de uma função devido ao fato de os supostos complementos fazerem referência a conteúdos locativos, os quais, como também sabido, são expressos, tipicamente, por advérbios ou locuções de mesmo valor.

Kury (1985, p. 33) *denuncia* a manifestação da mesma dificuldade por parte de colegas. Assim,

José Oiticica os denomina “verbos adverbiados”; Rocha Lima lhes chama “transitivos circunstanciais”; Evanildo Bechara sugere o nome de “transitivos adverbiais”, observando que, numa oração como “Irei à cidade”, à cidade é COMPLEMENTO, e não ADJUNTO. Antenor Nascentes, embora os inclua entre os intransitivos, adverte: “Tratando-se de verbos intransitivos de movimento, o complemento de direção não pode ser considerado elemento meramente acessório[...].”

Como se vê, a indecisão acerca do estatuto funcional dos constituintes em análise parece bastante espalhado no meio dos nossos gramáticos, o que, como vimos, se manifesta também na gramaticologia francesa e portuguesa.

Vale a pena retomarmos também como historicamente foi tratado o tema em alguns dos dicionários de regência produzidos entre nós. Entre eles, destacamos os dos seguintes autores brasileiros do século passado: Laudelino Freire (1925), Artur de Almeida Torres (1963), Francisco Fernandes (1963[1940]) e Celso Pedro Luft (1987). Como dissemos, consideraremos, em especial, a análise da transitividade de dois verbos – os verbos ‘ir’ e ‘morar’ – nos dicionários citados. Vejamos, assim, em forma sinóptica, o posicionamento dos lexicólogos supracitados no que concerne à regência desses verbos:

- 1) Laudelino Freire (1925, p. 10): os verbos ‘ir’ e ‘morar’ não fazem parte dos verbos tratados pelo autor, o qual se restringe a considerar os verbos como ‘transitivos-directos’ e ‘transitivos-indirectos’.
- 2) Artur de Almeida Torres (1963): não oferece descrição da regência do verbo ‘ir’, mas inclui o verbo ‘morar’, que, curiosa e diferentemente da análise proposta pelos demais verbos do dicionário – que são categorizados em transitivos e intransitivos –, não é classificado com base em sua transitividade: o autor se limita a apresentar exemplos colhidos, como de hábito, dos melhores autores. O que sugere que, em havendo dúvidas, melhor se silenciar.
- 3) Francisco Fernandes (1963[1940]): o autor mantém a classificação binária transitivo e intransitivo, subdividindo os transitivos em subclasses. Não deixa de

menção, aproveitando citação de obra de Carlos Góis (1943), a dificuldade de delimitar as fronteiras entre adjunto adverbial (complemento dispensável) e complemento terminativo (complemento necessário), mas não se arvora em defender, como nomenclatura específica, a classificação de complementos de teor locativo que levaria o verbo a se tornar transitivo indireto. A entrada do verbo 'ir', nas páginas 393 e 394 do seu dicionário, é longa e detalhada. Vamos nos limitar a comentar as análises que são pertinentes para os nossos objetivos. Assim, 'ir' será verbo intransitivo em volteios como "Vai no vapor muita gente, muita mercadoria"; verbo relativo em ocorrências como a machadiana "Se não fôsse àquele baile, não conhecia esta mulher"; verbo birrelativo em construções do tipo de "Quanto vai de Lisboa a Belém?" (no sentido de 'distar' ou 'distância'); ou mesmo transitivo como na oração de Camilo: "Vai teu caminho". Desprezando a construção de Camilo, que nos parece pender para o imperativo e talvez seja uma manifestação de linguagem que busca expressividade pessoal do escritor romântico português, as análises do verbo 'ir' como verbo relativo (ou transitivo indireto na NGB) ou como birrelativo (isto é, transitivo direto e indireto) parecem nos conduzir a reconhecer o estatuto de complemento verbal do sintagma preposicional que sucede ao verbo; o fato de esse sintagma ter conteúdo locativo não parece ter sido um incômodo para Fernandes tomá-lo como complemento nos casos comentados, o que é compatível com seu comentário, que introduz a obra, acerca das observações de Góis a respeito da dificuldade de distinguir complementos de adjuntos adverbiais. Em relação ao verbo 'morar', a análise proposta segue, de forma coerente, o que foi tentado para o verbo 'ir'. Aquele pode ser, em primeiro lugar, um verbo relativo, como na oração "Ele mora à rua das Palmeiras" de Pe. Nóbrega; um verbo intransitivo, o que se exemplifica com "Morava só"; ou como transitivo, como na construção "Doou D. João VI, também as casas que o mestre morava" de Herculano. Como se vê, sobretudo na classificação de 'morar' como verbo relativo, a análise de Fernandes vai na mesma direção daquela proposta para o verbo 'ir': trata-se de um verbo que, a se fiar na classificação proposta, pode dispor de um complemento verbal introduzido por preposição; ou mesmo apresentar um complemento direto, esta, porém, na visão do autor, é uma regência em desuso.

4) Celso Pedro Luft (1987): um dos fenômenos nomeados pelo autor, que o difere dos demais, que não o fazem explicitamente, é a admissão de processos chamados por ele de transitivização e intransitivização dos verbos, dando destaque assim à intenção dos falantes e a determinação de usos variáveis. No que concerne ao verbo 'ir' (Luft, 1987, p. 342), o autor distingue um bom número de regências; no que nos concerne, esse verbo é classificado como transitivo indireto, podendo se fazer seguir de certo número de preposições como 'ir a/para/em/de (um lugar a outro)'; intransitivo, como em "Quando cheguei, ela já (se) tinha ido"; e o inusitado caso de transitivo adverbial, que, no entanto, não é compreendido da maneira como estamos a fazer, cuja ocorrência se exemplifica com: "Como vai ele? Ele vai bem (ou mal)". Ocorrem, por outro lado, equívocos bastante salientes em sua classificação, como em casos do tipo de "Foi-se o vinho pelo buraco da pipa" no qual o verbo 'ir' é tomado como um verbo transitivo direto pronominal e indireto. Ora, parece-nos que o sujeito posposto nessa construção é considerado por ele como um objeto, sendo seguido, de acordo com a primeira acepção do verbo proposta, por um sintagma preposicional analisado como objeto indireto. Em relação ao verbo 'morar', o autor inova na nomenclatura, propondo analisá-lo como um verbo predicativo locativo em construções do tipo de "Morar na cidade ou no campo" ou simplesmente predicativo como em "Morar sozinha". Excluindo a inventiva nomenclatura para o verbo 'morar' e o rótulo de transitivo adverbial para 'ir', mas com sentido

diverso do que comentamos, o autor, em relação, pelo menos, ao verbo ‘ir’, acompanha a proposta de Francisco Fernandes no sentido de considerar o sintagma preposicional que se segue ao verbo como um complemento indireto.

Como se vê, a se fiar nos dicionários de regência verbal analisados, não há, na realidade, atestação que justifique considerar o sintagma preposicional que se segue aos verbos ‘ir’ e ‘morar’ como um adjunto adverbial de lugar; os dicionários omitem-se ou consideram-no como complemento indireto; além do uso intransitivo, como, por exemplo, em “João já foi”; ambientes nos quais caberia interrogar se não há um constituinte elíptico, um morfema zero ou ainda, em termo mais afeito à teoria gerativa, uma categoria vazia.

De toda maneira, parece-nos haver alguma divergência entre as análises propostas pelos nossos dicionaristas e por alguns de nossos gramáticos; estes desconfiam de esses constituintes exibirem duplo estatuto: de uma só vez, complemento e adjunto, o que leva alguns a proporem as nomenclaturas de complemento circunstancial, de verbo transitivo adverbial e outras e aqueles, se não omissos, admitem o estatuto de objeto indireto dos complementos dos verbos em foco. Nas análises dos gramáticos, trata-se, quase sempre, de classificações em que se empregam termos duplos ou compostos: ‘verbos transitivos adverbiais’, ‘verbos transitivos circunstanciais’, ‘verbos adverbiados’, ‘complemento circunstancial ou de circunstância’. Se pudéssemos reunir toda essa nomenclatura sob uma única intuição, diríamos que os teóricos pretenderam captar a suposta dupla natureza desses verbos ou a conjunção de duas propriedades, isto é, os verbos seriam, de forma concomitante, intransitivos e transitivos indiretos, e o constituinte preposicionado desempenharia as funções de adjunto (ou modificador) e de complemento indireto⁹. O emprego do nome da classe dos advérbios e a determinação circunstancial, ou mais precisamente, locativa, exprime a natureza de adjunto do constituinte preposicionado, o que determina a eventual intransitividade do verbo; já a expressão de verbo transitivo e de complemento manifesta a natureza de complemento verbal dos constituintes preposicionados envolvidos. Enfim, observa-se, como em outros domínios temáticos da tradição gramatical, a utilização de designação de classe gramatical para nomear função sintática, imbuindo-nos, como sabido, de dificuldades de natureza lógica com prejuízo para a descrição da língua.

A questão que podemos nos colocar na sequência diz respeito à razão da dificuldade, manifestada por alguns, de considerar os sintagmas preposicionais que se seguem a verbos como ‘ir’ e ‘morar’ como complementos verbais, o que os converteria em complementos indiretos.

5 A NOMEAÇÃO LATINA DE OBJETO NA DIÁTESE DE APOLÔNIO DÍSCOLO

É hora assim de refletir acerca do que está de fundo na hesitação classificatória relativa ao estatuto regencial de verbos como ‘ir’ e ‘morar’ e a consequente definição funcional dos constituintes preposicionados.

É evidente, como já dito, que uma das dificuldades reside no fato de esses constituintes introduzirem um conteúdo locativo. Ora, os conteúdos locativos, tidos

⁹ O que não é uma *démarche* rara na tradição gramatical, aplicada em outros fenômenos, como, por exemplo, em relação à figura do ‘sujeito paciente’, que compartilha duplo estatuto: pelo critério semântico é um objeto e pelo critério formal é um sujeito.

como expressões de circunstância que gravitam em torno da proposição, são mais afeitos aos termos que funcionam como adjuntos, os quais são, mais tipicamente, expressos por itens da categoria dos advérbios. Assim, parece-nos surgir um incômodo com a admissão de que esses verbos possam ser transitivos indiretos, com os constituintes que se seguem sendo objetos indiretos.

No nosso modo de ver, esse incômodo foi por nós herdado a partir da *Syntaxis* de Apolônio Díscolo, que, ao propor a noção de diátese, ou voz, foca, na interpretação dos constituintes que acompanham o verbo como ativos e passivos, sendo que passivo é aquele termo que muda de estado devido à ação do ativo. É natural pensar, assim, que o constituinte interpretado como passivo deva, necessariamente, *ser uma coisa* ou *um ser*, concebido assim como ‘objeto’. A palavra utilizada por Apolônio é ‘*hypokeímenón*’ (*ὑπόκειμένον*) que vem do verbo ‘*hypokeímai*’ (*ὑποκείμαι*), com o prefixo ‘*hypo*’, que significa *sob* e ‘*keímai*’, cujo sentido primeiro é *jazer, estar posto*¹⁰. A ideia então é que o termo passivo está *subjacente* ou é um *substrato* sob o qual transita a ação na estrutura transitiva. Também no dicionário de Lalande (1988[1926], p. 1055), a palavra ‘*substrat*’ ou ‘*substratum*’ é analisada como transcrição latina de ‘*ὑπόκειμένον*’, entendida como “o que serve como suporte a uma outra existência [...]” (tradução nossa)¹¹.

No entanto, foi o termo ‘objeto’ que acabou vigorando como equivalente a ‘*ὑπόκειμένον*’. Como entender esse fenômeno? Vejamos o que se pode dizer sobre a etimologia da palavra ‘objeto’: o verbo latino ‘*objicio*’ vem de ‘*ob*’ e ‘*jacio*’; a preposição ‘*ob*’ significa *diante de* e o verbo ‘*jacio*’, ‘*jacere*’ quer dizer *lançar*. Assim o primeiro sentido do verbo é “lançar ou por diante, em ou sobre”. O particípio passado ‘*objectum*’ deu origem ao substantivo de quarta declinação ‘*objectus*,-us’ que foi empregado pelo historiador Cornélio Nepos já no sentido de “objeto que se apresenta aos nossos olhos”. O primeiro sentido desse substantivo é “ação de pôr diante, interposição, obstáculo, barreira” (Saraiva, 1927, p. 798). Por outro lado, Cornélio Nepos, que se supõe ter vivido no I século a.C., já utilizava o termo latino equivalente a objeto significando “objeto que se apresenta aos nossos olhos”. Tudo indica que esse foi o termo escolhido como nomenclatura gramatical para a palavra ‘*ὑπόκειμένον*’ de Apolônio, que é posterior a Nepos, tendo aquele vivido no II século d.C.

Parece-nos, assim, que o termo *ὑπόκειμένον* de Apolônio, embora significando “substrato” (ou o que está subjacente) que recebe a ação causada pelo agente, passou a ser empregado, a partir da contribuição latina, como equivalente a “objeto”, espalhando-se nas nomenclaturas das línguas que se gramaticizaram, sendo, por isso, adotado na tradução espanhola da *Syntaxis* de Botas (1987) e na tradução francesa de Lallot (1997)¹².

É-nos claro, portanto, que a hesitação em atribuir a função de objeto aos constituintes locativos de verbos como ‘*ir*’ e ‘*morar*’ se deve ao fato de esses constituintes não poderem ser concebidos como *coisas* ou *objetos*, tornando-se mais confortável atribuir-lhes a função de ‘adjuntos adverbiais’ já que interpretados como

¹⁰ Cf. Liddell, Scott e Jones (1996 [1943]).

¹¹ Tradução: “Ce qui sert de support à une autre existence...”

¹² Agradeço a Heloisa Penna pelos esclarecimentos sobre a língua latina.

locativos. Em suma, o fato de ser locativo não seria, nessa visão, compatível com a diátese apoloniana dos termos ativos e passivos.

6 O ESTATUTO ARGUMENTAL DOS CONSTITUINTES PREPOSICIONADOS

Nossa proposta para o estatuto funcional dos constituintes preposicionados de verbos como ‘ir’ e ‘morar’ adota a visão de que esses constituintes são, na realidade, complementos indiretos dos verbos, ou seja, trata-se de verbos transitivos indiretos. Pode-se alegar que uma das dificuldades dessa hipótese é o fato de que sejamos levados a admitir que esses complementos talvez não sejam dativos já que não podem ser retomados, por exemplo, pelo pronome ‘lhe’. No entanto, a retomada pronominal não é um critério inequívoco na direção apontada, uma vez que comporta exceções como, por exemplo, em volteios como: “Eu penso nele”/*“Eu lhe penso” ou “Eu acredito nele”/*“Eu lhe acredito”¹³. Há ainda outras dificuldades com a testagem por meio de pronominalização, como, por exemplo, o fato de o clítico acusativo poder retomar um predicativo – fora, evidentemente, do nosso escopo neste texto – que mostram ser a retomada ou não por pronome um fenômeno mais complexo do que normalmente se supõe.

O fato de serem interpretados como locativos não invalida, a nosso ver, sua natureza de complemento de verbo desde que não admitamos a equivalência, baseada na nomenclatura latina herdada da diátese apoloniana, entre ‘objeto’ e ‘complemento’, no sentido de que só poderão ser tidos como complemento verbal constituintes que se referem a *coisas* ou *seres*, que sofram a ação verbal prevista por um verbo agentivo, isto é, cujo papel temático do sujeito é o de agente.

A explicitação da proposta pode se valer da teoria de Frege (2013 [1879]) a respeito da análise da forma lógica da proposição. Foge aos nossos objetivos qualquer pretensão de detalhamento da teoria lógica de Frege que é, como se sabe, bastante ampla e relevante em várias áreas do conhecimento. Pretendemos tão somente retomar as noções de função e argumento proposta na *Conceitografia* (*Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache der reinen Denkens*) e desenvolvida em textos posteriores. Naquele, o conceito de predicado é visto como um termo *aberto* no sentido de que não é uma propriedade de um termo determinado, mas, potencialmente, de um conjunto de termos. Assim concebido, o predicado toma parte de função proposicional da maneira seguinte: há, na proposição, um termo *aberto* que aparece sob o nome de ‘função’ (*funktion*): “nós chamamos a parte que permanece invariante uma ‘função’ e a parte substituível de um ‘argumento’ [*argument*]” (Frege, 2013 [1879] apud Ferreira, 2016, p. 124). A função é expressa por meio das letras *f* ou *F* da seguinte maneira: “*f*(*x*)” ou “*F*(*x*)”; os parênteses “()” indicam uma posição vazia que é ocupada pela “letra” *x*, vista como uma variável, a qual representa o argumento que venha a ocupar ou saturar a função. Argumento é então o termo que, ao saturar a função (ou o predicado), *fecha* a proposição. A oração em (4) pode receber assim a análise em (5):

¹³ Uma possibilidade de análise, que, no entanto, não será desenvolvida aqui, é considerar, na perspectiva gerativista de atribuição de caso abstrato, que esses complementos indiretos recebem caso abstrato ablativo, o que deixamos, porém, como tema para trabalho futuro (Chomsky, 1981).

(4) João é alto.

(5) $f(x) = \text{alto}(x)$

$x = \text{João}$

Como é sabido, prevê-se também uma função (ou predicado) de dois ou mais argumentos, de maneira que poderíamos dispor das seguintes formalizações: “ $f(x,y)$ ” ou “ $f(x,y,w)$ ”. Normalmente, os termos que podem funcionar como argumentos são identificados como *indivíduos* (ou *particulares*) que têm, em princípio, referência no mundo.

Voltando ao nosso tema, diremos que o sintagma preposicional que se segue a verbos como ‘ir’ e ‘morar’ podem ser concebidos como argumentos dos verbos com poder de saturar um predicado. Dessa forma, nas orações em (6) e (7), esses sintagmas ocupam, como em (8) e (9), o lugar das variáveis previstas pelos predicados verbais:

(6) João vai a Salvador.

(7) João mora em Copacabana.

(8) $f(x,y) = \text{vai}(x,y)$

$x = \text{João}; y = \text{a Salvador}$

(9) $f(x,y) = \text{mora}(x,y)$

$x = \text{João}; y = \text{em Copacabana}$

Nessa formalização da nossa proposta, a questão que se coloca é saber se constituintes interpretados como locativos podem ou não contar como argumentos, com referência, no sentido de terem capacidade de saturar um predicado. Nossa resposta é afirmativa, o que se deve, sobretudo, ao fato de verbos como ‘ir’ e ‘morar’ não poderem se furtar de manifestar seus complementos (ainda que elípticos). Parece que a resposta é também afirmativa para Jackendoff (1983), na perspectiva da semântica cognitiva, e para Creary, Gawron e Nerbonne (1989), na perspectiva da análise lógica. Segundo estes, “expressões locativas denotam regiões do espaço e servem como argumentos de predicados, alocando, espacialmente, objetos e espaços”¹⁴ (Creary; Gawron; Nerbonne, 1989, p. 1, tradução nossa). Também segundo Jackendoff (1983), sintagmas preposicionais locativos são referenciais da mesma maneira que os sintagmas nominais o são. Leia-se a proposta de Jackendoff (1983, p. 41, tradução nossa):

[...] referência em linguagem deve ir além de #objetos#, no sentido de incluir uma gama mais ampla de categorias ontológicas tais como #lugares#, #ações# e #eventos#, e a classe de expressões referenciais inclui não apenas NPs, mas também Ss, VPs, PPs e AdvP¹⁵.

A análise baseada em Frege parece-nos mais compatível com a proposta original de Apolônio Díscolo ao este propor o termo ‘hypokeímenón’, cuja tradução latina mais apropriada, como vimos, é ‘substratum’, para o segundo termo da diátese transitiva. A ideia de substrato como uma *base* ou um *fundo* por sobre a qual se insere

¹⁴ Tradução: “Locative expressions denote regions of space, and serve as arguments to predicates, locating objects and spaces spatially.”

¹⁵ Tradução: “[...] the reference in language must go beyond #objects#, to include a wide range of ontological categories such as #places#, #actions# and #events#, and the class of referring expressions includes not only NP, but also S, VPs, PPs and AdvP.”

o segundo termo da diátese transitiva guarda proximidade com a proposta de um *espaço vazío*, expresso por uma variável, a ser preenchido por um termo que satisfaça a diátese transitiva; a vantagem adicional dessa visão é que nos evita de considerar que, para ser complemento ou um argumento que satura um predicado, o constituinte, necessariamente, tem de ter como referente *uma coisa* ou *um ser*, ou seja, um ‘objeto’.

Nossa proposta de considerar os sintagmas preposicionais de verbos como ‘ir’ e ‘morar’ como complementos indiretos deve enfrentar ainda o fato de que essa função pode ser desempenhada por itens da classe dos advérbios, como nos seguintes exemplos:

(10) João vai lá /aqui.

(11) João mora lá/aqui.

Esse fenômeno não parece, no entanto, ser incompatível com o que foi avançado neste texto. Nesses casos, os advérbios funcionam como dêiticos ou indexais fazendo referência a um conteúdo locativo. Acompanhando ainda a proposta de Jackendoff (1983), podemos assim admitir que sintagmas adverbiais também têm a capacidade de contar como argumento e saturar um predicado. Um fato interessante que vem a nosso apoio é a existência, em francês, de uma ‘proforma’ (chamada de ‘pronom adverbial’) que retomam os conteúdos locativos nas construções com verbos equivalentes a ‘ir’ e ‘morar’:

(12) J’y vais.

(13) J’y habite.

O fato enfim de que proformas, como no caso de argumentos nominais, podem ser empregadas nessas ocorrências favorece a proposta de que se trata de constituintes que podem funcionar como argumentos e saturar uma predicação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese de que os constituintes preposicionados de verbos como ‘ir’ e ‘morar’ são argumentos no sentido de saturar uma predicação, cabendo-lhes a designação de complementos indiretos, pode trazer ganhos teóricos quando considerada na perspectiva da historiografia linguística. Ela é coerente com o critério de que a supressão desses constituintes – a não ser nos casos em que não se manifestam no componente fonético devido a um processo de elipse – gera uma oração mal formada e evita as idas e vindas, observadas em três tradições gramaticais, acerca da definição da função sintática desses constituintes. Outra das consequências, enfim, é permitir a sugestão de adoção, para essas ocorrências, da nomenclatura ‘complemento indireto’ em lugar de ‘objeto indireto’, a qual pode ser um elemento de clareza e de coerência quando se pensa no ensino da nomenclatura gramatical portuguesa.

REFERÊNCIAS

Apolônio D. La syntaxe d’Apollonius Dyscole. Lallot J, tradutor. Paris: Vrin; 1997.

Apolônio D. Syntaxis. Botas V, tradutor. Madri: Gredos; 1987.

Brunot F, Maquet C. Simplification et unification des nomenclatures grammaticales en usage dans l’enseignement primaire et secondaire. Revue universitaire. 1909;18(1):340-354.

Chomsky N. Lectures on government and binding. Dordrech: Foris; 1981.

- Creary L, Gawron JM, Nerbonne J. Reference to Locations. 27th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics. 1989. p. 42-50.
- Delhay C, Pellat C. D'une terminologie à l'autre: des compléments problématiques. *Le français aujourd'hui*. 2021;214:15-24.
- Elalouf A. De la nomenclature de 2010 à la terminologie grammaticale de 2020. Les compléments du verbe, entre la syntaxe et la sémantique. *Scolia*. 2022;36(36):59-83.
- Fernandes F. Dicionário de verbos e regimes. Rio de Janeiro: Editora Globo; 1963 [1940].
- Ferreira R. Peirce, Frege e Russell e o surgimento da predicação lógica contemporânea. *Kínesis*. 2016;8(17):115-135.
- Frege F. Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete: formelsprache des reinen Denkens. In: Angelelli I, organizador. *Begriffsschrift und andere Aufsätze*. Zürich/New York/Hildesheim; 1993 [1879].
- Freire L. Verbos portugueses. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa; 1925.
- Góis C. Sintaxe da regência. Rio de Janeiro: Livraria Globo; 1943.
- Guérios R. A nomenclatura gramatical brasileira definida e exemplificada. São Paulo: Saraiva; 1963.
- Ildefonse F. La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque. Paris: Vrin; 1997.
- Jackendoff R. Semantics and cognition. Cambridge: The MIT Press; 1983.
- Kury AG. Novas lições de análise sintática. São Paulo: Ática; 1985.
- Lalande A. Vocabulaire technique et critique de la philosophie. Paris: Presses Universitaires de France; 1988 [1926].
- Lambert F. Le terme et la notion de diathesis chez Apollonius Dyscole. In: Collart J, editor. *Varron, grammaire antique, stylistique latine*. Paris: Belles Lettres; 1978. p. 1245-1252. (Études, t. 14).
- Lavency M. VSVS Grammaire latine. Paris-Gembloux: Duculot; 1985.
- Liddel H, Scott R, Jones H. A Greek-English lexicon. Oxford: Oxford University Press; 1996 [1943].
- Luft C. Dicionário prático de regência verbal. Ática: São Paulo; 1987.
- Martins C, et al., organizadores. Os programas de português dos ensinos básico e secundário. *Actas das III Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*. Coimbra: Universidade de Coimbra; 2008.
- Ministério da Educação. Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário. [CD-ROM]. Lisboa; 2002.
- Ministério da Educação. Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário (TLEBS): Dicionário terminológico para consulta on line [internet]. Disponível em: <http://tlebs.dgidec.mme-educ.pt/>.
- Noël F-J, Chapsal C-L. Nouvelle grammaire française. Paris: Hachette BNF; 2022 [1836].
- Prisciano. Institutionum grammacarum libri XVII & XVIII. In: *Grammaire, l. XVII – syntax, 1. Le Groupe Ars Grammatica*, traduction. Paris: Vrin; 2010.
- Saraiva F. Novíssimo dicionário latino português. Rio de Janeiro: Garnier; 1927.
- Secheyne A. Essai sur la structure logique de la phrase. Paris: Champion; 1926.
- Soares Barbosa J. Grammatica philosophica da lingua portugueza. Lisboa: Academia Real das Ciências; 1922 [1871].
- Tôrres A. Verbal. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura; 1963.
- Welker H. Gramática alemã. Brasília: Editora da UNB; 1992.

As formas de referência ao interlocutor ao longo de dois séculos em cartas portuguesas

The forms of reference to the interlocutor over two centuries in Portuguese letters

Janaina Pedreira Fernandes de Souza*

Secretaria Municipal de Educação, Duque de Caxias, RJ, Brasil

Célia Regina dos Santos Lopes**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Diversos são os estudos sobre as formas de referência ao interlocutor no Português Brasileiro, o que fez com que fosse possível estabelecer um panorama sobre o tema nessa variedade. No entanto, ainda são poucos os estudos, de natureza quantitativa especialmente, sobre o tema no âmbito do Português Europeu (PE). Com isso, o presente estudo tem por objetivo apresentar uma breve análise sobre as formas de tratamento utilizadas como pronome-sujeito, no Português Europeu, com base em cartas pessoais, escritas entre os séculos XIX e XX. Para tal, partimos da hipótese principal de que o *tu* seria a forma mais utilizada e o pronome *voce* seria menos frequente por ser negativamente marcado no PE, possuindo contextos muito específicos para sua utilização. De maneira geral, a hipótese principal foi confirmada, entretanto, outras estratégias de tratamento foram utilizadas, como o *Vossa Mercê* e outras formas nominais, sendo até mesmo mais utilizadas que o *tu* (nulo ou pleno), dependendo da temática das cartas e da esfera de relacionamento e do nível de intimidade dos missivistas.

Palavras-chave: Formas de tratamento. Variação e mudança. Português Europeu. Sociolinguística Histórica. Teoria de Redes Sociais.

Abstract: There are several studies about the forms of reference to the interlocutor in Brazilian Portuguese, which made it possible to establish an overview on the subject in this variety. However, there are still few studies, especially of a quantitative nature, on the subject in the context of European Portuguese. Therefore, the present study aims to make a brief analysis of the forms of treatment used as a subject pronoun, in European Portuguese, based on the analysis of personal letters, written between the 19th and 20th centuries. For this, we started from the main hypothesis that *tu* would be the most used form and the pronoun *voce* would be less frequent because it is negatively marked, having very specific contexts for its use. In general, the main hypothesis was confirmed, however, other treatment strategies were used, such as *Vossa Mercê* and other nominal forms, being even more used than *tu* (null or full), depending on the theme of the letters and the relationship sphere and the level of intimacy of the writers.

Keywords: Treatment forms. Variation and change. European Portuguese. Historical Sociolinguistic. Social Networks Theory.

* Professora de Língua Portuguesa na Escola Municipal Professor Walter Russo de Souza; jannapi@gmail.com

** Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro; CNPq (1C), FAPERJ; celiar.s.lobes@letras.ufrj.br

1 APRESENTAÇÃO

As formas de referência ao interlocutor, no português brasileiro (PB), têm sido objeto de inúmeras pesquisas e, em decorrência disso, temos um panorama bem delineado sobre o tema, com estudos de natureza qualitativa e quantitativa. Entretanto, ainda são poucos os trabalhos, de natureza quantitativa especialmente, sobre o tema na variedade europeia do português. Sabemos que, na atual sincronia, o PB e o PE apresentam comportamentos distintos no que tange às formas de tratamento ao interlocutor, o que nos leva a questionamentos como: será que sempre foi assim? as formas utilizadas mudaram ao longo do tempo? quais se mantiveram e quais se perderam do século XIX em diante? E é a partir desses questionamentos que este trabalho parte: observar, diacronicamente, as formas de tratamento utilizadas em cartas, escritas entre os séculos XIX e XX e analisar o seu percurso no PE.

O sistema de tratamento ao interlocutor é um dos aspectos linguísticos que mais apresenta (ou sofre) interferência da natureza das relações sociais em uma determinada época, servindo como uma espécie de indicador de mudanças sociais (Bakhtin, 1981; Faraco, 1996). Assim, à medida que a sociedade se reorganiza ou se reorganiza socialmente, a língua também vai se adaptando para atender a tais mudanças e transformações. Com uma sociedade extremamente hierarquizada, as formas de tratamento no PE possuíam regras de uso bem definidas para cada tipo de relação social, até por volta dos séculos XVI/XVII (Cintra, 1972). Todavia, com o início das grandes navegações e da expansão do território português para o Novo Mundo, houve uma reestruturação social que gerou uma instabilidade no sistema de tratamento e sua diferenciação entre as duas variedades do português. Uma das diferenças significativas foi o caminho distinto seguido pelo tratamento *você* advindo de *Vossa Mercê*: no PB, a forma espalhou-se, sendo considerada uma estratégia *default* e não-marcada, e no PE, é utilizada em contextos muito específicos, com tendência a ser evitada.

A análise proposta no artigo leva em conta as formas de tratamento utilizadas como pronome-sujeito, no Português Europeu, com base em cartas pessoais oitocentistas e novecentistas. O corpus foi extraído dos projetos *P.S. – Post Scriptum e Fly – Cartas esquecidas*, coordenado pela Professora Rita Marquilhas da Universidade de Lisboa. Adotaremos, como pressupostos teórico-metodológicos, os princípios da Sociolinguística Histórica (Conde Silvestre, 2007), da Teoria do Poder e da Solidariedade (Brown; Gilman, 1960) e de Redes Sociais para sincronias passadas (Milroy, 1992; Milroy; Milroy, 1992; Bergs, 2005).

O artigo inicia a seção 2 com uma breve síntese sobre o tema: a história do tratamento em português europeu. Em 3, descrevemos o corpus da pesquisa e os postulados teórico-metodológicos utilizados para análise qualitativa e quantitativa dos dados. Na seção 4, os resultados serão apresentados de duas maneiras diferentes. De 4.1 até 4.2, trazemos à luz a quantificação de todas as formas de referência ao interlocutor encontradas na posição de sujeito, nos dois corpora de cartas portuguesas dos séculos XIX e XX estudados (*Post Scriptum* e *FLY*). Nessas duas seções, a descrição é panorâmica e serão observados os resultados quanto à distribuição diacrônica, ao preenchimento do sujeito e ao gênero dos missivistas. Já na seção 4.3, abordamos os tipos de relações sociais estabelecidas, em uma perspectiva comparativa dos dois séculos, observando apenas as cartas de cunho familiar. Por fim, na seção 5, apresentamos algumas considerações finais seguidas pelas referências.

2 SOBRE AS FORMAS DE TRATAMENTO NO PORTUGUÊS EUROPEU

A história dos sistemas de tratamento no português é bastante complexa, devido às mudanças quase cíclicas em que formas pronominais sofrem desgaste sociopragmático e vão sendo substituídas por novas formas alternativas nominais ou pronominalizadas. Em termos de origem histórica, o português medieval tem como herança latina um sistema binário para um único interlocutor: o pronome *tu* empregado em contextos de proximidade entre iguais e nas relações assimétricas descendentes (de superior para inferior) e o pronome *vós*¹² como tratamento de distância nas relações assimétricas ascendentes (de inferior a superior).

Em fins do período medieval, tal constituição já apresentava um comportamento distinto, uma vez que a forma *vós* aparece nas fontes documentais sendo utilizada para camadas cada vez mais baixas da sociedade, enquanto novas formas de tratamento nominal abstrato são empregadas no tratamento ao rei nas atas das Cortes. Assim, *Vossa Mercê*, *Vossa Alteza*, *Vossa Senhoria* etc. vão sendo adotadas em referência aos grupos sociais de maior poder como estratégias de polidez linguística para suprir os espaços deixados pelo antigo *vós* de cortesia (Cintra, 1972; Faraco, 2017, p. 176 [1996]). Faraco (2017, p. 18) menciona que *mercê*, na construção possessiva *Vossa* + *nome abstrato*, estaria associado ao poder ou benignidade real. O nome *senhorio*, por sua vez, estaria relacionado “à posse de vastas extensões de terra e com o instituto da vassalagem”. A forma *Alteza*, em sua acepção literal, estava relacionada à altura, mas na constituição do tratamento abstrato assume um sentido figurado que remete à grande elevação moral, ao sublime, à nobreza. Cabe lembrar que as “leis de cortesia”¹³ instituídas pelo rei Felipe I, em 1597 (Rumeu, 2004), foram publicadas para determinar quais protocolos tratamentais deveriam ser utilizados para esse ou aquele posto social. A imposição de leis dessa natureza parece sugerir: (i) a existência de uma flutuação no emprego das formas de tratamento entre as pessoas da época e (ii) a valorização da distinção social entre os membros da corte portuguesa.

Diferentemente do que ocorre com outros tratamentos abstratos, *VM* passou por processo de desgaste semântico-discursivo semelhante ao que ocorreu com *vós* ao se espalhar a grupos sociais menos abastados, como os duques, os infantes e os fidalgos. A partir do século XVI, *VM* expandiu seu uso a burgueses (os novos alpinistas sociais). As novas mudanças sociais advindas das grandes navegações portuguesas também fizeram com que *VM* fosse se tornando mais frequente no Novo Mundo e assumindo uma gama bastante ampla de destinatários, sobretudo no PB, o que ocasionou inclusive sua deterioração fonética.

Koch (2008) defende que algumas formas tratamentais de base nominal se mantiveram no domínio discursivo para o tratamento honorífico, como é o caso de *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza* e, em menor grau, *Vossa Excelência*. Outras, como *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria*, contudo, foram sendo utilizadas por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia, basicamente na documentação epistolar. No seu processo evolutivo, a forma *Vossa*

¹ Cf. os estudos citados em Lopes et al. (2018).

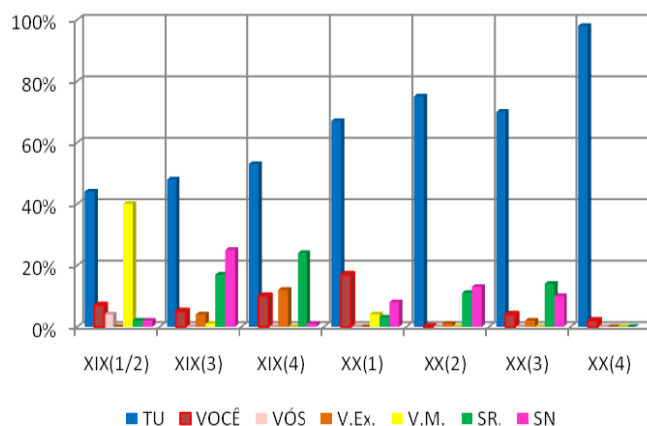
² Originalmente um pronome de segunda pessoa do plural.

³ *Vossa Majestade* seria própria para os reis; *Vossa Alteza*, para Príncipes e seus sucessores; *Vossa Excelência*, para os sucessores dos “Infantes” e *Vossa Mercê*, para diferentes grupos sociais (cf. Cintra, 1972).

Mervê > *você* deixou de ser influenciada por “regras discursivas” de cortesia exigidas na esfera social e passou ao sistema da língua sendo regida por regras gramaticais ou idiomáticas, nos termos de Koch (2008). Com isso, incorpora-se ao quadro de pronomes de tratamento e depois ao de pronomes pessoais, na forma mais contrata *você*.

Com relação às diferenças entre o PE e o PB, os estudos diacrônicos sobre o tema têm demonstrado que, até provavelmente o século XIX, as duas variedades tiveram as mesmas mudanças: desuso de *vós* na posição de sujeito, inserção do tratamento *você* advindo de *VM* e emergência de *sen* para segunda pessoa (Cintra, 1972; Machado, 2011; Nascimento et al., 2018; Lopes, 2019; Lopes et al., 2020; Lopes et al., 2021). A partir de então, entretanto, os caminhos tornam-se distintos, principalmente no tocante ao emprego de *você* como pronome de segunda pessoa (2SG). No PB, por um lado, houve a difusão de *você* em grande parte do território nacional, seja em variação com *tu* em algumas regiões, seja como única estratégia de 2SG (cf. Lopes et al., 2018, entre outros). No PE, por outro, o pronome mais antigo *tu* não só continuou a ser a forma predominante, como aumentou seus índices de frequência ao longo do século XX (Machado, 2011; Souza, 2021).

Os resultados de Machado (2011), obtidos a partir de um corpus de peças teatrais portuguesas dos séculos XIX e XX, dão um panorama geral das principais estratégias nominais (*Vossa Excelência* (V.Ex.), *Vossa Mercê* (V.M.), *Senhor* (SR.), *sintagmas nominais* (SN)) e verbo-pronominais utilizadas entre os personagens nos diálogos obtidos no teatro de costumes. Observa-se no gráfico que a forma *tu* aparece como a estratégia mais frequente ao longo do período analisado, principalmente, mas não de forma exclusiva, nas relações mais simétricas:



Fonte: Machado (2011, p. 122).

Gráfico 1 – A distribuição das formas de 2SG em peças teatrais portuguesas (séculos XIX e XX)⁴.

Outro aspecto interessante observado no gráfico de Machado (2011) é a presença de *Vossa Mercê* na primeira metade do século XIX e no início do século XX. A partir de então, tal estratégia não foi mais localizada no corpus analisado.

⁴ No primeiro grupo – XIX (1/2) –, encontram-se as peças de 1819 e 1825; no segundo – XIX (3) –, as peças de 1858 e 1866; no terceiro – XIX (4) –, as peças de 1874 e 1895; no quarto – XX (1) –, as peças de 1902, 1921 e 1925; no quinto – XX (2) –, as peças de 1931 e 1934; no sexto – XX (3) –, as peças de 1956, 1958 e 1965; e, por fim, no sétimo – XX (4) –, a peça de 1995.

A autora mostra que a presença de *VM* no século XIX deu-se, em particular, nas *relações simétricas não-solidárias*, como é o caso das interações entre desconhecidos e de conhecidos (não amigos) sem nenhum vínculo familiar (2011, p. 193). Nesse contexto, *VM*, com 60%, aparece como forma de referência ao interlocutor juntamente com *tu* (13%) e com *você* (27%) em uma peça de 1819. Na peça de 1921, entretanto, nota-se que *VM*, com 23%, e *você* (20%) perderam espaço para o pronome *tu* (57%) como consta na tabela a seguir:

Tabela 1 – A distribuição dos dados nas relações simétricas não-solidárias na amostra portuguesa.

FT	Tu		Você		Vós		V. Ex. (e variantes)		V. M. (e variantes)		SR.		SN	
1819	5/40	13%	11/40	27%	-	-	-	-	24/40	60%	-	-	-	-
1858	1/95	1%	-	-	-	-	-	-	-	-	21/95	22%	73/95	75%
1866	4/75	5%	15/75	20%	-	-	-	-	-	-	46/75	61%	10/75	13%
1874	1/106	1%	17/106	16%	1/106	1%	28/106	26%	-	-	59/106	56%	-	-
1921	11/145	7%	73/145	50%	-	-	1/145	1%	-	-	21/145	14%	39/145	26%
1925	63/110	57%	22/110	20%	-	-	-	-	25/110	23%	-	-	-	-
1934	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14/18	78%	4/18	22%
1956	27/197	14%	13/197	6%	-	-	25/197	13%	-	-	113/197	57%	19/197	10%
1958	1/32	3%	4/32	13%	-	-	-	-	-	-	-	-	27/32	84%
1965	8/45	18%	9/45	20%	-	-	-	-	-	-	28/45	62%	-	-
Total	121/863	14%	164/863	19%	1/863	0%	54/863	6%	49/863	6%	302/863	35%	172/863	20%

Fonte: Adaptado de Machado (2011, p. 193).

Embora as formas de tratamento levantadas não possam ser consideradas, *stricto sensu*, como formas variantes, é inegável a difusão e preponderância de *tu*, ao longo do século XX, em distintas relações pessoais, com destaque, para as relações simétricas de caráter mais solidário, como era de se esperar.

A presença incipiente da forma *você* na amostra de peças do PE, ao longo dos dois séculos, vai ao encontro das postulações de Duarte (2011, p. 87-88) e de Guilherme e Bermejo (2015, p. 170), quando afirmam que seu uso no PE pode ser considerado inadequado em várias situações interativas e *quase inadmissível* em outras tantas.

Outro resultado de Machado (2011), base de nossas hipóteses, diz respeito aos índices de preenchimento de sujeito nas duas amostras de peças (brasileiras e portuguesas). A autora observou que o aumento de *você* ao longo do século XX, no PB, foi acompanhado pelo aumento dos índices relativos ao sujeito pleno, ou seja, houve um maior inovadorismo tanto na configuração do sistema pronominal de 2SG (inserção de *você*), quanto no avanço gradual no parâmetro do preenchimento do sujeito (mais sujeito pleno). O PE apresentou forte estabilidade quanto a tais aspectos. Ao longo do século XX, o tratamento íntimo *tu* como sujeito nulo se conservou estável

com percentuais acima de 80% e o uso de *você* foi incipiente. As taxas relativas aos sujeitos plenos também não se alteraram ao longo do tempo no PE com frequências baixas, em torno dos 35%.

3 OS POSTULADOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E O OS CORPORA DE CARTAS PORTUGUESAS

Ao estudarmos fenômenos linguísticos em sincronias passadas, nem sempre é possível estabelecer com precisão as relações sociais da época, bem como obter algum tipo de material para tal análise linguística. Para o estudo diacrônico do tratamento, as cartas constituem um material propício para tal empreitada, por fornecerem informações importantes, características do próprio gênero textual, como: remetente, destinatário, saudação inicial e final, local e data, assinatura, entre outros metadados fundamentais à identificação das relações entre os interlocutores.

As cartas analisadas na presente pesquisa fazem parte de dois projetos organizados pela professora Rita Marquilhas, da Universidade de Lisboa: o projeto *Fly* – *Cartas Esquecidas*, que reúne missivas escritas no século XX e o projeto *Post Scriptum*, que é composto por cartas produzidas entre os séculos XVI ao XIX.

O *Post Scriptum*⁵ é um corpus anotado morfológicamente, que está disponibilizado digitalmente ao usuário, possibilitando a realização de buscas linguísticas e a obtenção de informações extralinguísticas sobre os documentos. Trata-se de missivas escritas em português e espanhol, das mais variadas regiões e estratos sociais, permitindo assim uma boa representatividade social por sua pluralidade documental.

Já o projeto *Fly*⁶ é composto por cartas produzidas, durante o século XX, por portugueses que residiam tanto em Portugal, como nos mais variados países. Uma das principais características desse corpus é a sua organização por “contexto de escrita”, isto é, uma das possibilidades de busca dos documentos pode se dar a partir do contexto social da escrita: cartas redigidas durante a 1ª guerra e a guerra colonial, portugueses emigrados para outros países, entre outros.

Como salienta Conde Silvestre (2007, p. 35), pesquisar no âmbito da diacronia é trabalhar com materiais que resistiram ao tempo e, consequentemente, se constituíram como fontes fragmentárias tanto do ponto de vista documental/acervo, quanto no que se refere à história social. Como veremos adiante, a amostra do século XIX é composta por missivas produzidas apenas na primeira metade do século. As fontes do século XX são mais abrangentes e vão até a segunda metade do século, no entanto, ambas as amostras possuem uma característica que as unem: trata-se de cartas da esfera privada. Para o século XIX, identificam-se relações interpessoais de maior e menor proximidade, pois há desde cartas trocadas entre parentes a cartas trocadas entre patrão-empregado. Já no século XX, as missivas são estritamente pessoais, produzidas no âmbito familiar e de amizade.

⁵ *Post Scriptum* – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna. Projeto coordenado pela professora Rita Marquilhas (CLUL- Universidade de Lisboa).

⁶ *FLY* – Forgotten Letters Years (1900-1974). Projeto coordenado pela professora Rita Marquilhas (CLUL – Universidade de Lisboa), que reúne documentos do século XX produzidos na esfera privada e escritos por autores de todos os estratos sociais.

Para a análise qualitativa dos dados, adotamos os postulados gerais da Sociolinguística Histórica (Conde Silvestre, 2007), da Teoria do Poder e Solidariedade (Brown; Gilman, 1960) e da Teoria de Redes Sociais (*Social Network*) (Milroy; Milroy, 1985, 1992; Milroy, 1992; Bergs, 2005), visto que procuramos resgatar as implicações temporais, históricas, sociais e interpessoais das estratégias de tratamento no PE. A partir dessa perspectiva, consideramos que os indivíduos exercem papéis sociais que os fazem estabelecer relações a partir de forças como o *poder* e a *solidariedade* (Brown; Gilman, 1960), por ainda estarmos tratando com materiais de um período no qual a sociedade em questão ainda era bastante hierarquizada. Estamos inclusive aliando o conceito de redes sociais discutido em Milroy e Milroy (1985), e apropriado por Bergs (2005) para estudos diacrônicos. Assumimos, desse modo, que os usos linguísticos, além de serem influenciados por fatores razoavelmente estáveis como gênero, faixa etária e papel social do falante, podem ser determinados pelo tipo de relação, mais ou menos abertas/densas, estabelecida nas redes sociais da qual o indivíduo fazia parte (Milroy; Milroy, 1985). Os falantes/escreventes do passado também participariam de diferentes estruturas de rede que poderiam contribuir nos processos de variação e mudanças historicamente comprovadas, como é o caso das alterações nos sistemas de tratamento (Tieken-Boon Van Ostade, 2000, p. 211–212). A quantificação dos dados e os resultados estatísticos foram obtidos a partir do Programa Goldvarb X.

Neste artigo, como mencionado na introdução, apresentaremos, inicialmente, os resultados obtidos nas duas amostras (*PS* e *FLY*), sem separar os contextos de uso e, em um segundo momento, analisaremos os resultados referentes apenas às formas de referência ao interlocutor encontradas em cartas da esfera privada. Desta maneira, os resultados de todas as cartas dos dois séculos serão apresentados lado a lado a partir dos seguintes fatores em análise: (i) a década ou fase histórica de produção do documento estudado, (ii) o preenchimento ou não do tratamento na posição de sujeito, e (iii) o gênero do missivista/do destinatário.

No levantamento das formas de tratamento empregadas na posição de sujeito, os dados de *Vossa Mercê* foram isolados de outras estratégias de tratamento abstrato, por estarmos partindo da hipótese de que esse tratamento deixou de ser influenciado apenas por regras discursivas e passou a se incorporar às regras da língua ao se gramaticalizar em *você*. As formas nominais levantadas no corpus são bem diversificadas e constituídas por: construções com possessivo + nome (*Vossa Excelência*, *Vossa Majestade*, *Vossa Senhoria* etc.); determinantes + forma de parentesco (*a mãe*, *o meu tio*, *a prima*); forma de parentesco + título/cargo (*irmão mestre*); determinante + título/cargo/posição mais ou menos gramaticalizados (*o/a senhor/a*, *meu amo*); formas de parentesco, ou não, afetivas (*a mãezinha*); entre outras combinações de nomes em função dos cargos (*O Senhor reverendo abade*, *Vossa paternidade reverendíssima*). Vale ressaltar que as formas nominais de tratamento são estratégias que possuem empregos específicos, regidos inclusive por “leis de cortesia” (como já mencionado anteriormente), como o tratamento *Vossa Majestade* por exemplo. Desta maneira, tal estratégia não estaria em variação com nenhuma outra. No entanto, algumas dessas formas de tratamento, como *Vossa Senhoria* e o próprio *Vossa Mercê*, foram ampliando seu escopo de uso e já aparecem no século XIX em diferentes contextos de maior ou menor proximidade. Por fim, estamos chamando de *referência nula de 3ª pessoa* quando houver a presença de desinência verbal de terceira pessoa do singular sem dados de sujeito preenchido na carta, como em (a); ou quando o verbo na 3ª pessoa se referir a mais de uma forma na carta preenchendo a posição de sujeito, em (b):

- (a) Como [] sabe éle ficou bem, e creio que muito bem na par-te escrita. Mas outro tanto não sucedeu na parte oral, pois teve que desestir (FLY2082 – 1918. Carta de amizade de um militar do CEP para um seu amigo, capitão)
- (b) agora digo que se [VM] brama contra o preso nós cá estamos de fora para o despicar. [VSa] tem sido muito respeitado e mais o seu feitor António da Rosa. Agora não [] queira perder muito por coisa pouca (CARDS0066 – 1822. Carta anónima, atribuída a José António Maltezinho, salteador, escrita a Vicente António, deputado.)

Com o intuito de garantir a comparabilidade das duas amostras dos séculos XIX e XX, analisaremos as relações/funções sociais do autor com o destinatário, levando em conta somente as cartas da esfera familiar (cf. 4.3).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS EM CARTAS PESSOAIS PORTUGUESAS DO SÉCULO XIX AO XX

Para o século XIX, foram analisadas 586 cartas. Na quantificação, obtivemos 3115 ocorrências no total e uma grande diversidade de estratégias de base nominal. Desse total, 792 dados são de formas relacionadas à 2ª pessoa (*tu*) e, a grande maioria, 2285 dados de formas nominais e pronominais originalmente de 3ª pessoa: 1295 de *Vossa Mercê*, 717 de outras formas nominais de tratamento, 233 de formas desinenciais de 3ª pessoa sem sujeito explícito e apenas 39 ocorrências de *você*. Identificamos também 39 dados relacionados à forma de P5 (*vós*).

Para o século XX, foram analisadas 351 cartas e encontrados 2590 dados, sendo 2381 de formas de 2ª pessoa (*tu*) e 209 de formas relacionadas à 3ª pessoa (105 dados de *você*, 60 de referência nula e 44 dados de formas nominais).

Apenas com um intuito de apresentar um panorama das formas tratamentais encontradas nas amostras dos dois séculos, apresentamos, na tabela 2, o levantamento geral de todas as estratégias, na posição de sujeito, sem levar em conta, por ora, os seus contextos de uso que serão discutidos em 4.2:

Tabela 2 – Distribuição geral das formas de tratamento encontradas em cartas portuguesas dos séculos XIX e XX.

Formas de referência ao destinatário	Século XIX	Século XX
Tu	792/3115 25,4%	2381/2590 92%
Você	39/3115 1,2%	105/2590 3,6%
Vossa Mercê	1295/3115 41,5%	---
Outras formas nominais	717/3115 23,3%	60/2590 2,2%
Referência nula (3ª pessoa)	233/3115 7,4%	60/2590 2,2%
Vós	39/3115 1,2%	---

Total	3115	2590
-------	------	------

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na amostra de cartas do século XIX, a forma *Vossa Mercê* foi a mais recorrente com 41,5% de frequência. O pronome *tu*, realizado ou não como sujeito explícito, foi a segunda forma mais frequente, com 25,4% da frequência total (792 dados). Assim, as estratégias relacionadas à terceira pessoa superaram estatisticamente às de segunda pessoa. Além disso, foram identificados diferentes tipos de sintagmas de base nominal nessas cartas oitocentistas, demonstrando a diversidade de tipos de relações que compõem o corpus. Há desde formas de tratamento ao rei (*Vossa Majestade*, *Alteza Real*), sintagmas nominais de parentesco (*minha tia*, *meu tio*, *irmão mestre*), além de *Vossa Senhoria* (15,48%), *Vossa Excelência* (4%), até outras estratégias minoritárias que não atingiram 1% de frequência como *Vossa Paternidade/Reverendíssima/Senhor Reverendo*, *Vossa Ilustríssima*, *O senhor*, *Meu amo*, *Prenomes*, etc. O arcaizante *vós*, em referência a um único interlocutor, também apresentou índices irrisórios de uso (1,2%).

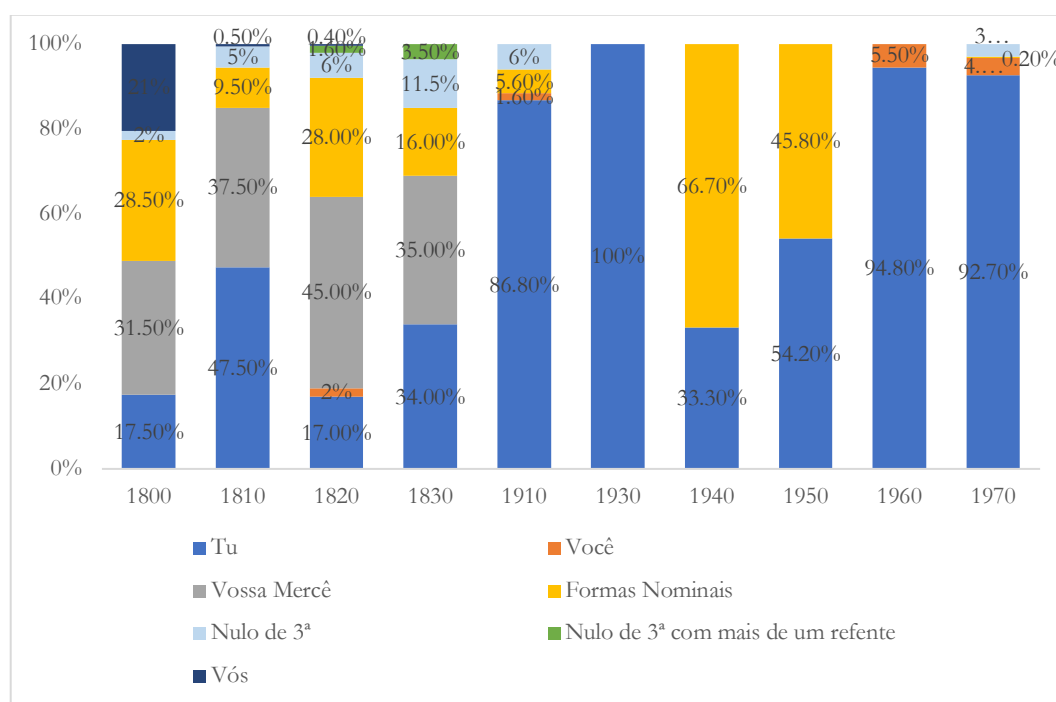
Nas cartas do século XX, houve o predomínio quase absoluto de *tu* (92% - 2381 ocorrências) e a ausência de *Vossa Mercê* e do *vós*. As formas nominais tiveram uma frequência irrisória (2,31%) com apenas seis diferentes estratégias (*a prima*, *o senhor*, *a maesinha*, *o meu pae*, *o padrinho* e *a sra.*). O pronome *você*, embora também apresente baixíssima frequência (4%), foi a segunda estratégia mais produtiva nas cartas novecentistas. As possíveis motivações para seu emprego serão discutidas em 4.3.

Esses resultados gerais obtidos nas cartas vão na mesma direção do que fora observado por Machado (2011) nas peças teatrais. As formas de base nominal (primitivamente de 3ª pessoa) foram produtivas também nas cartas do século XIX e superaram o uso de *tu*. Nas missivas relativas ao século XX, por sua vez, a forma *tu* prevaleceu, assim como foi predominante nas peças teatrais, atingindo, em nosso corpus e no de Machado (2011), índices superiores a 80%. A forma *você* se mostrou pouco produtiva nos dois estudos com fontes documentais do português europeu.

4.1 A cronologia da distribuição das formas e o preenchimento do sujeito em cartas portuguesas dos séculos XIX e XX

No gráfico a seguir, são apresentadas as frequências das formas de tratamento encontradas nas cartas, desde o início do século XIX (1800) até fins do XX (1970)⁷. Mesmo com lacunas no corpus entre 1840 e 1910, é possível tecer alguns comentários gerais:

⁷ Não foram localizadas cartas referentes aos períodos de 1840 a 1910.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 2 – Distribuição percentual das formas nos séculos XIX e XX.

O Gráfico 2 permite mapear cronologicamente a distribuição das formas de tratamento encontradas nas cartas dos corpora. Em princípio, nota-se que as formas de *tu*, *Vossa Mercê* e *formas nominais* predominaram na amostra analisada durante as quatro primeiras décadas do século XIX. Nas cartas dos oitocentos, o tratamento *Vossa Mercê* apresentou uma frequência alta e ficou relativamente estável entre 1800-1830, mas deixou de ocorrer a partir do século XX, porque já havia se gramaticalizado no pronome *você*. O emprego do pronome *tu* e das *formas nominais* ocorreu praticamente em distribuição complementar no século XIX, pois estão ligados, como será discutido em 4.3, aos tipos de relação mais íntima ou menos íntima estabelecida entre os missivistas. No século XX, entretanto, o pronome *tu* é a estratégia predominante, apresentando índices próximos de 90% ao longo desse século nas cartas. As outras três estratégias encontradas, relacionadas às formas de 3ª pessoa (*você*, *formas nominais* e *nulo de 3ª*), ocorreram marginalmente no corpus a depender da natureza da relação estabelecida e da natureza da carta. Tal polarização entre *tu* versus *formas de 3ª pessoa*, no entanto, não evidenciaria uma variação *stricto sensu* pelo fato de algumas das variantes, como é o caso de *o/a senhor(a)*, não terem exatamente o mesmo valor de intimidade/proximidade próprio de *tu* (cf. 4.3).

Os baixos índices de *vós* no século XIX já sinalizavam o seu desuso, uma vez que *vós*, tratamento arcaizante, não ocorreu mais nas cartas do século seguinte. Quanto à forma *você*, vê-se também uma frequência bastante baixa e lacunar nos dois séculos, sinalizando, entre outras coisas, que no PE, pelo menos desde o século XIX, sempre houve uma forte resistência ao seu emprego. Como defendem Lopes, Martins e Souza (2021), o tratamento *você* pode ter sido bloqueado, entre outros fatores, pela tendência

*pro-drop*⁸ do PE, o que não favorece o emprego tratamental plenamente realizado. As formas nominais são predominantemente preenchidas e servem para marcar sociopragmaticamente o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores, como será mostrado mais à frente.

Em síntese, as cartas escritas no século XX indiciam a presença estável de *tu* ao longo de todo o século. As outras estratégias apareceram muito esporadicamente nas cartas a depender da natureza menos próxima da relação entre remetente e destinatário, como será mostrado em 4.3. Os dados de *você* não ultrapassaram 5% de frequência, indicando resistência à sua implementação no PE (diferentemente do que se observa no PB). Esses resultados reiteram a posição de Machado (2011), Lešková (2012), Guilherme e Bermejo (2015), Nascimento et al. (2018) sobre a manutenção e generalização de *tu* no PE que tem um emprego cada vez mais alargado, tendendo até mesmo a ir além dos contextos de intimidade.

Na sequência, serão apresentados os resultados relativos ao preenchimento do sujeito, que estariam relacionados a duas questões intrinsecamente correlacionadas: a manutenção de parâmetro *pro-drop* do PE e a relação estabelecida entre os escreventes.

Do ponto de vista linguístico, o PE apresentaria altos índices de *tu* como sujeito nulo nos dois séculos, comprovando a tendência ao sujeito nulo e à conservação do paradigma verbal. Por outro lado, apesar dessa manutenção do paradigma, as formas de 3ª pessoa tenderiam a aparecer preenchidas por poderem estar associadas a diferentes tratamentos pronominais e nominais, ou seja, *chegaste* tem como única possibilidade o sujeito *tu*, mas *chegou* pode ter como sujeito *Vossa Mercê, você, a menina, o senhor*, etc. Com isso, a difusão do tratamento *você* teria sido bloqueada no PE, entre outras coisas, por uma propriedade da gramática daquela variedade/língua que conservou estável o parâmetro *pro-drop*, diferentemente do que ocorreu no PB no século XX (Lopes, 2019, p. 288). O tratamento *você* não teria avançado nos dois territórios na mesma velocidade no seu processo de gramaticalização, mantendo-se como uma forma mais marcada e assumindo acepções negativas em Portugal. A Tabela 3 traz os resultados da realização do preenchimento do sujeito nos dois séculos:

Tabela 3 – Distribuição do preenchimento do sujeito nas cartas portuguesas dos séculos XIX e XX.

Séculos	XIX		XX	
Sujeitos	Nulos	Plenos	Nulos	Plenos
Tu	620/792 78%	172/792 22%	1944/2381 81,60%	437/2381 18,40%
Você	20/39 51%	19/39 49%	18/105 17,20%	87/105 82,80%
Vossa Mercê	633/1296 49%	662/1296 51%	-	-
Formas Nominais	294/717 41%	423/717 59%	8/44 18,20%	36/44 81,80%
Nulo de 3ªp sem referente expreso	191 100%	-	60/60 100%	

⁸ Para mais informações sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo no PB e no PE, cf. Duarte (1995), Barbosa et al. (2001), Kato (2002), Novaes (2019), entre outros.

Nulo de 3ªp com mais de um referente expresso ⁹	40 100%	-	-	-
Vós	20/39 51%	19/39 49%	-	-
Total	1798/3115 58%	1318/3115 42%	2030/2590 78,30%	560/2590 21,70%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para o século XIX, observa-se que as ocorrências entre nulos e plenos são bastante equilibradas para *Vossa Mercê*, *você* e *formas nominais*, com exceção da forma *tu*, que é predominantemente nula com 78% de frequência, fato que se mantém no século XX (81,6%). No caso do pronome *você*, nota-se uma diferença irrisória com um dado a mais de nulo (20 dados) sobre pleno (19 dados). *VM* e as *FN* se mostraram ligeiramente mais plenas, resultado que reitera o que fora observado por Paiva e Duarte (2003, p. 11): as autoras identificaram *Vossa Mercê* predominantemente pleno em peças teatrais do século XIX. Seguem algumas ocorrências em nossa amostra:

- (1) Eu desejaria bem que [você tivesse] onde as recolhesse para não saírem para fora. (...) Assim, se [] pretende também contra a minha vontade apossar-se das águas-furtadas, que o [] faça, mas que eu hei de reclamar contra um tal procedimento perante as autoridades competentes. (PS1037 – 1823. Carta de Mário, religioso dominicano, para o amigo frei António de São Tomás Carreno, religioso dominicano.)
- (2) [Vossa Paternidade Reverendíssima, portanto, depois de receber esta minha, comunicará] isso mesmo à sua comunidade. E, convocando os padres que segundo o artigo de antiga observância deviam votar na eleição do Prior desse convento, os [] exortará em meu nome (lendo-lhes esta minha) a apartar de si qualquer humana paixão (CARDS0294 – 1809. Carta de Monsenhor Lorenzo Caleppi, Núncio Apostólico, para Vicente da Silva, prior dos carmelitas do Faial.)
- (3) E [VM fará] o favor de me mandar estas doze moedas pelo correio seguro. [] E mandará a carta com a cautela. E remeta tudo para o Senhor José Maria Peixoto de Azevedo, preso no Limoeiro. (PS3001 – 1822. Carta anónima, assinada com o pseudónimo Pedro Leal, para Joaquim António Tenreiro, proprietário.)

Os exemplos mostram ocorrências de *você*, *formas nominais* e de *Vossa Mercê*. Tais estratégias, que fazem referência ao interlocutor, mas gramaticalmente levam o verbo para a 3ªp, tendem a ocorrer como sujeitos plenos para especificar a quem o missivista está se referindo. Com um sujeito nulo de 2ªp, fica evidente pela marca desinencial que o missivista estará se referindo ao destinatário por *tu*, ao passo que, com estratégias formais de 3ªp, não se identifica o tratamento na forma verbal. Nesse caso, o remetente tende a explicitar o sujeito com o tratamento que considera adequado ao contexto situacional e interacional a que se refere, pois cada estratégia de tratamento possui um significado extralinguístico e pragmático fundamental na interação falada ou escrita.

Quanto aos resultados relativos ao século XX, nota-se que a forma *tu* se

⁹ A indicação do quantitativo do verbo de 3ª pessoa na tabela (que só pode ser 100% nulo e não pleno) justifica-se pelo fato de queremos sinalizar que tal uso pode ser uma estratégia de esquiva ou uma maneira do escrevente sinalizar certa indecisão do tratamento mais adequado para se referir ao destinatário.

manteve estável como sujeito majoritariamente nulo, enquanto *você* e *formas nominais* apresentaram índices de frequência bastante altos como sujeitos plenos, com 82,8% e 81,8%, respectivamente. A estratégia *nulo de 3ªp*, como o próprio nome indica, só aparece como sujeito nulo.

Na próxima seção, são apresentados os resultados referentes ao gênero com base em todas as cartas dos dois corpora.

4.2 Aspectos extralinguísticos: o gênero do missivista em cartas portuguesas dos séculos XIX e XX

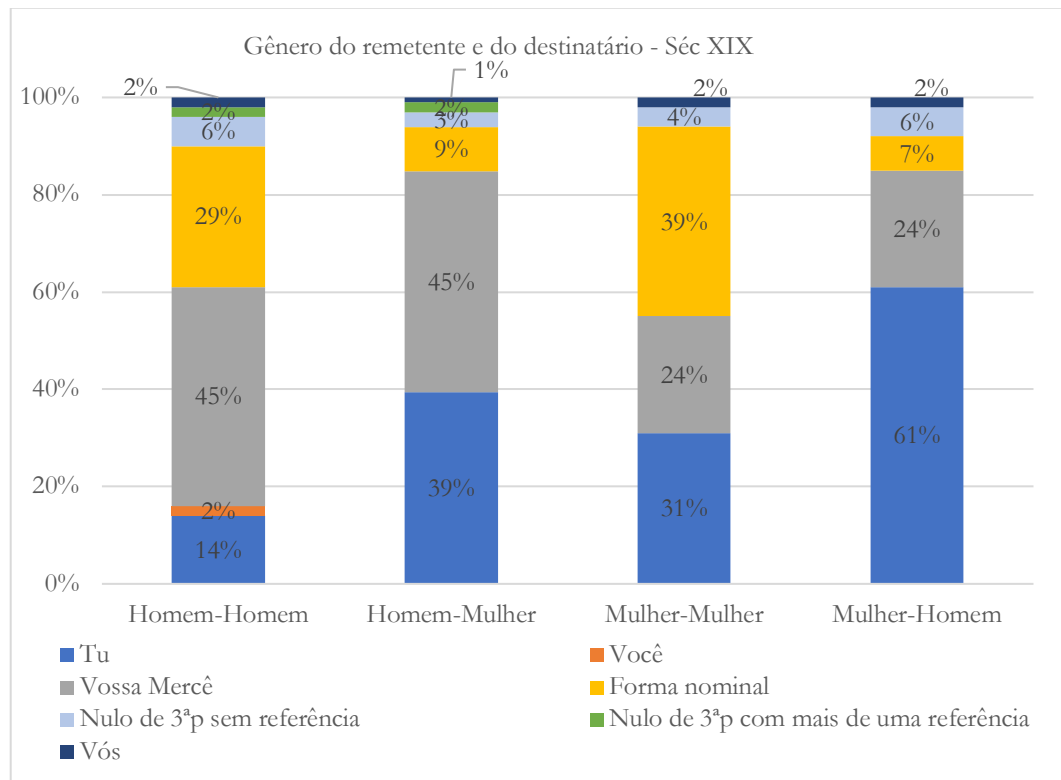
Sobretudo a partir de Labov (1990), discute-se o *Paradoxo do Gênero* no estabelecimento das diferenças comportamentais entre homens e mulheres nos processos de variação e mudança. Grosso modo, as hipóteses levantadas postulam que as mulheres assumiriam um comportamento mais conservador nos fenômenos de *variação* ao evitarem formas estigmatizadas, ao passo que nos casos de *mudança*, elas seriam mais inovadoras ao utilizarem formas “não padrão”.

No que se refere aos usos tratamentais, entretanto, nem sempre é simples identificar quais formas seriam conservadoras/inovadoras e decifrar qual variante sofreria estigma, pois os valores sociais atribuídos ao tratamento são variáveis tanto em termos cronológicos quanto diatópicos. Se recuarmos ao PE oitocentista, é possível afirmar que as formas de base nominal (*Vossa Excelência*, *Vossa Majestade*, *Ilustríssimo Senhor*, etc.) seriam mais convencionalizadas e destinadas a cargos e a posições mais altas na esfera social, logo não sofreriam estigma, como consta no *Secretario Portuguez* (Freire, 1746; 1823) sobre como escrever cartas. Por sua vez, *Vossa Mercê* e *você* não teriam a mesma valoração das outras formas de base nominal, pois já haviam sofrido algum desgaste semântico-pragmático tanto entre os homens como entre as mulheres. O *você* seria a forma inovadora por ser uma estratégia derivada da antiga forma *Vossa Mercê*. O pronome *tu*, por sua vez, estava estabelecido no plano da intimidade com um comportamento estável desde o português medieval (herança do sistema binário latino: *tu-intimo* vs. *Vós-cortês*), segundo Cintra (1972), Teyssier (2001), entre outros. A forma *vós*, como sujeito nulo ou pleno para um único interlocutor/destinatário, já seria considerada um tratamento arcaizante.

A partir desses aspectos, discutidos em Souza (2021), a hipótese norteadora é a de que, em contextos de uso de estratégias convencionalizadas e determinadas por “regras discursivas” (Koch, 2008), como *Vossa Majestade* por exemplo, homens e mulheres adotariam as mesmas formas no século XIX. O pronome *você* não teria a mesma valoração social das formas de base nominal, sendo assim menos frequente na escrita feminina (Labov, 1990), já que seria uma forma negativamente marcada na variedade europeia. O pronome *tu*, na esfera da intimidade, era a estratégia mais utilizada entre ambos os sexos. Em relações simétricas não-íntimas, as mulheres teriam preferência pelas formas nominais para manter certo distanciamento e recato¹⁰, enquanto os homens manteriam o emprego do *tu-solidário*.

Os resultados estão apresentados nos gráficos a seguir, que levam em conta o sexo do remetente e do destinatário das missivas oitocentistas:

¹⁰ Principal, mas não exclusivamente, no século XIX.



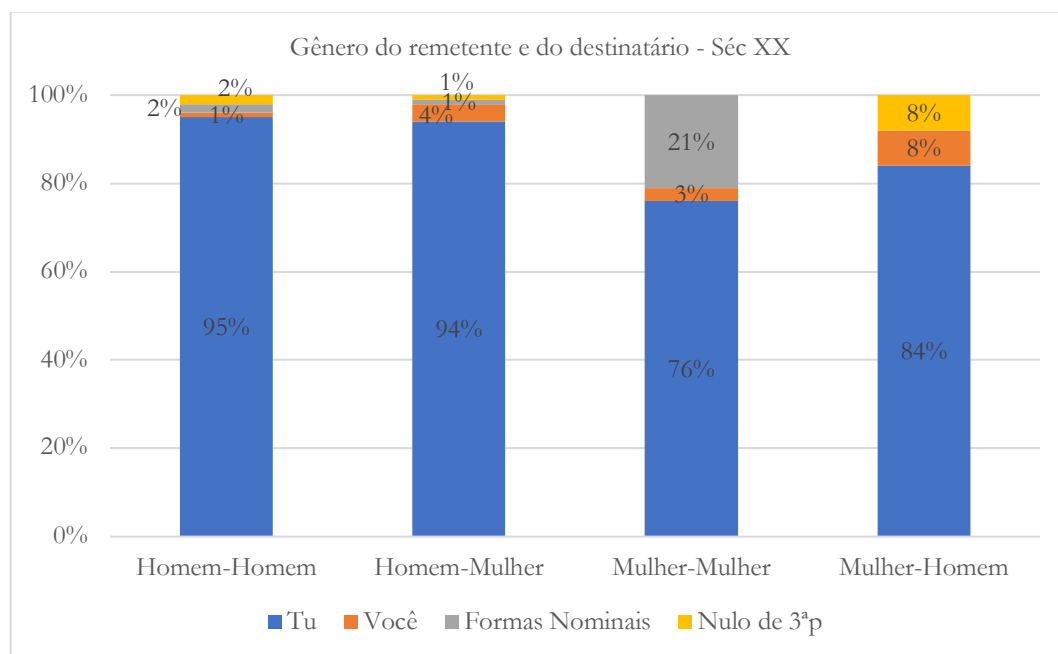
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 3 – Distribuição das formas segundo o gênero dos missivistas - século XIX.

No século XIX, o gráfico mostra que nas cartas escritas por **homens** predominou o *VM*, independentemente do gênero do destinatário (45% tanto em cartas para homens, quanto para mulheres). A segunda estratégia mais empregada foi o *tu*, principalmente em cartas amorosas escritas para mulheres (39%). Em terceira posição, têm-se as *formas nominais*, com 29%, sobretudo pelo fato de essas cartas oitocentistas serem trocadas por missivistas que possuíam relações de hierarquia social: membros do clero e da nobreza, comerciantes, juristas, entre outros.

Nas cartas **femininas** do XIX, observa-se o predomínio da forma *tu* em cartas (amorosas) trocadas com homens (61%), possivelmente pela forte proximidade entre remetente-destinatário (Machado, 2011). Ao escreverem para outras mulheres, prevaleceram as *formas nominais* com 39%. Nesse caso, predominaram majoritariamente relações no âmbito pessoal-familiar, como será mostrado na próxima seção. O tratamento *VM* apresentou a mesma frequência independentemente do gênero do destinatário (24% em cartas para homens e para mulheres).

Vejamos, no gráfico, os resultados do século XX:



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 4 – Distribuição das formas segundo o gênero dos missivistas - século XX.

No gráfico relativo ao século XX, percebe-se que homens e mulheres apresentaram um comportamento ligeiramente diferente: o emprego de *tu* pelas mulheres foi inferior ao observado pelos homens. Nas cartas escritas por **mulheres**, as frequências são de 76% para mulheres e 84% para homens, enquanto nas cartas **masculinas** os índices estão acima de 90%, independente do gênero do destinatário. A presença de outras formas de tratamento de base nominal foi maior entre as mulheres quer na escrita para homens, quer para outras mulheres, confirmando assim a nossa hipótese de que as mulheres tenderiam a empregar formas que indicariam menor intimidade entre remetente-destinatário.

Por fim, trataremos na próxima seção sobre as relações sociais entre os missivistas e como isso influenciaria nas escolhas linguísticas dos remetentes. Para finalmente garantir a comparabilidade das amostras dos séculos XIX e XX, a análise se restringirá às cartas pessoais da esfera privada familiar, já que as missivas novecentistas disponíveis se restringem ao âmbito pessoal e foram trocadas entre familiares e amigos no contexto de guerra, exílio e prisão¹¹.

4.3 Aspectos extralinguísticos: as relações de Poder e Solidariedade em cartas privadas portuguesas – séculos XIX e XX

O controle do tipo de relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores ou redatores (como no caso de cartas) é um dos fatores preponderantes nos estudos teóricos sobre a interferência social nas formas de tratar desde Brown e Gilman (1960) até Fasold (1990) e Zemeng (2016), entre outros. Grosso modo, a relação/parentesco e a função/papel social exercidos pelos missivistas a partir da dinâmica entre o *poder* e a *solidariedade* podem desencadear, principalmente em sociedades passadas mais

¹¹ Para o século XIX, a amostra de cartas é bem mais ampla, há também cartas institucionais e pessoais não familiares, que serão deixadas de lado para garantir a comparabilidade.

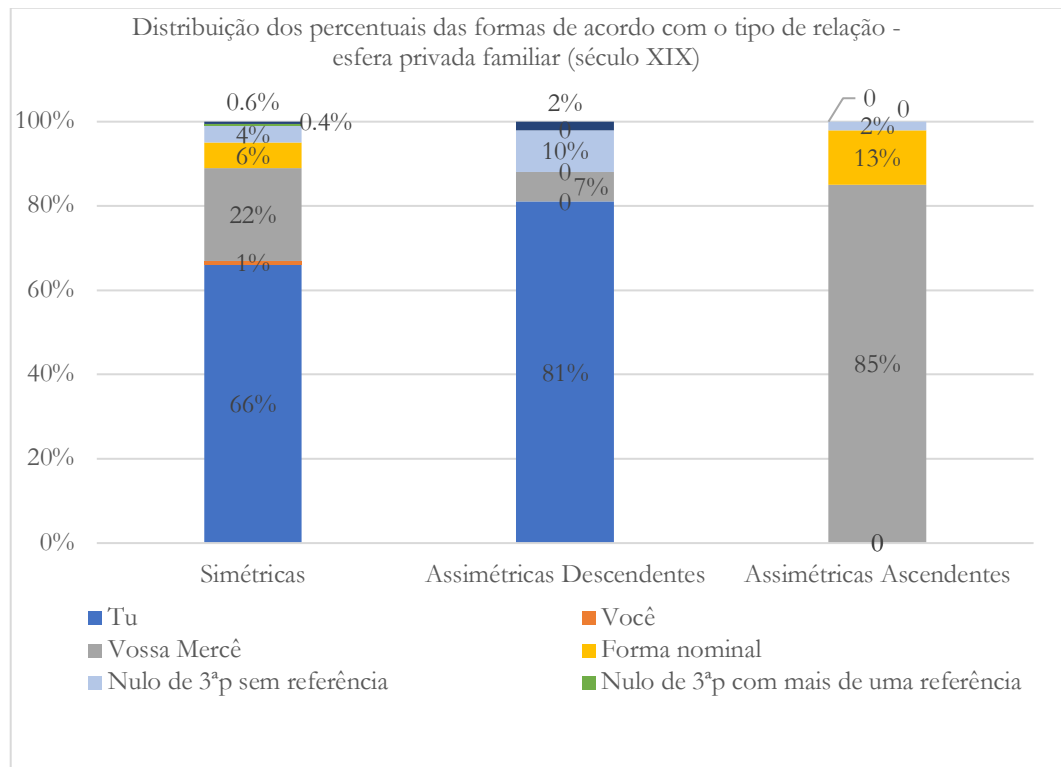
hierarquizadas, o emprego de uma ou outra estratégia linguística de tratamento (Brown; Gilman, 1960). Com variação de língua para língua, os autores mostram que em relações de maior intimidade, solidariedade e proximidade haveria o favorecimento de *tu* (T), enquanto as relações de menor intimidade e de maior poder entre os participantes favoreceriam o emprego do tratamento menos solidário (V), que no PE, em particular, seriam as *formas de base nominal* ou mesmo o *você*.

Na proposta mais antiga de Cintra (1972) e nos estudos mais recentes, como os de Machado (2011), Nascimento et al. (2018, p. 246), entre outros, os autores têm defendido que, mesmo com a complexidade que caracteriza o sistema de tratamento do português ao longo de sua formação histórica, a forma *tu* se manteve nas relações simétricas entre falantes e nas assimétricas descendentes (de um interlocutor com mais poder para um outro com menor poder). Como pesquisas anteriores¹² têm demonstrado, enquanto o emprego de *você* no PB é, por sua neutralidade, amplamente aceito e reconhecido pelos seus falantes nas mais diferentes relações interpessoais e regiões do país, o seu uso no PE pode ser considerado inadequado em várias situações interativas e *quase inadmissível* em outras tantas (cf. Duarte, 2011, p. 87-88; Guilherme; Bermejo, 2015, p. 170). Tal valor negativo de *você* no PE tem suas origens em um uso disseminado de *VM* em contextos de menor cortesia no século XIX ou antes disso. (cf. Lopes; Martins; Souza, 2021). Historicamente, a forma *Vossa Mercê*, que deu origem à forma *você*, era inicialmente utilizada para se referir ao rei ou à nobreza, mas gradativamente passou a ser empregada para diferentes estratos sociais, perdendo seu caráter honorífico e se generalizando em contextos de assimetria ascendente de diferentes tipos.

Além das formas plenamente realizadas, Souza (2021, p. 124) defende que o verbo de terceira pessoa (tratamento apenas desinencial) seria uma variante não-marcada, bem aceita socialmente e usual numa língua de sujeito nulo *consistente* como o PE. Essa estratégia seria menos marcada, porque há vários candidatos possíveis para o sujeito: um prenome (*o João, a Maria*), uma forma de parentesco (*o avô, a prima*), um tratamento de base nominal (*o senhor, Vossa Senhoria, Vossa Mercê*), um nome afetivo (*a menina, a mãezinha*) ou a uma forma pronominal (*você*). Com isso, não seria necessário o missivista se *comprometer* a utilizar uma determinada forma realizada.

Discutidas essas hipóteses norteadoras, apresentamos o gráfico do século XIX com a distribuição das formas de tratamento analisadas a partir do subconjunto de cartas familiares:

¹² Ver a compilação de Lopes et al. (2018).



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 5 – Tipo de relação - esfera privada familiar (século XIX).

O Gráfico 5 mostra que houve o predomínio de *tu* (760 ocorrências de 1220 dados) em contextos familiares mais íntimos, seja em contextos simétricos (entre casais, irmãos, primos, cunhados, compadres, etc.) com 66%, seja em assimetria descendente (pais-filhos, tio-sobrinho, padrinho-afilhado) com 81%, como vemos nos exemplos a seguir:

- (4) Não [] podes fazer ideia o quanto o meu corasão fica de apaxonado em Rezão de [tu me dizeres] que ainda não [] vas melhor pois não ha coiza neste mundo que me possa dar alegria em eu pensar que ei de estar vivendo auzente da tua companhia (CARDS0295 – 1819. Cópia de carta de Joaquim José da Silva Mourão para sua mulher, Joaquina Teresa)
- (5) Algum ispital asim pareseme que o rremedio que terei he mandaTe as ditas duas atestaçoens a que [tu me Alcances] de lá o avizo para ficare enzente das malicias a fim de istralare a castanha na boqua Alguns endevidos que ese gosto tem asim [tu rrezolveras] o que bem te praçer (CARDS0054 - 1809. Carta de Francisco Vaz, carcereiro, para Diogo, soldado, seu irmão.)

Nas relações em que o remetente possui menos poder que o destinatário – assimétricas ascendentes (*Filho-Pais*, *Sobrinho (a)* -*Tio (a)*) – a estratégia predominante foi o *Vossa Mercê* com 85%, seguido de longe pelas *formas nominais* (13%).

Destacam-se ainda alguns aspectos interessantes no gráfico. O primeiro deles seria o fato de *Vossa Mercê* predominar nas relações ascendentes (85%), marcando algum grau cortesia ainda presente na forma e, ao mesmo tempo, ser a segunda estratégia mais produtiva nas relações simétricas (22%). Tal comportamento parece corroborar a hipótese de que *Vossa Mercê* se espalhou pelos mais diversos tipos de

relações, deixando de ser uma estratégia *exclusivamente* de distanciamento. Menon (1995, p. 94), Lešková (2012, p. 27) e mesmo Faraco (1996) afirmam que essas formas perderam o valor honorífico, porque as pessoas da baixa burguesia costumavam imitar os nobres no emprego de formas respeitosas. Assim, *Vossa Mercê* acabou sendo usado por todo mundo. Vejamos alguns exemplos:

- (6) E, no caso que não fosse [VM capaz de cumprir] o que prometeu e querendo [VM ausentar-se] de mim, devia de fazer por outro modo e entregar quanto eu tinha comprado, uma vez que ausência era por vossemecê, pois tudo me custou a meu suor. Mas como [VM tem] coração de bronze e o meu, sendo mais macio, é a causa por que eu tenho passado tamanha vergonhas e perder o meu comando. (CARDS5203 - 1829. Carta de José Rodrigues para Leocádia do Espírito Santo –casal)
- (7) Muito estimo que [VM logre] perfeita saúde em companhia de meus manos e de quem [VM mais deseja]. Eu fico bom para em tudo lhe dar gosto. Eu lhe escrevi uma carta, a qual lhe mandei botar no correio de Lamego, pois não dizendo nem explicando a minha prisão porque não o queria dar a saber a ninguém. Pois assim agora lhe remeto esta para que [VM saiba] nos casos em que estou metido, onde se pode informar com essa mulher. (CARDS5259 - 1825. Carta de Manuel de Sousa Camões para sua mãe Sebastiana de Sousa Camões)

O outro aspecto a considerar é o raro uso de *você* no corpus do século XIX. Observou-se que *a forma* só foi empregada entre amigos: as 12 ocorrências se restringiram a apenas uma carta trocada entre dois religiosos:

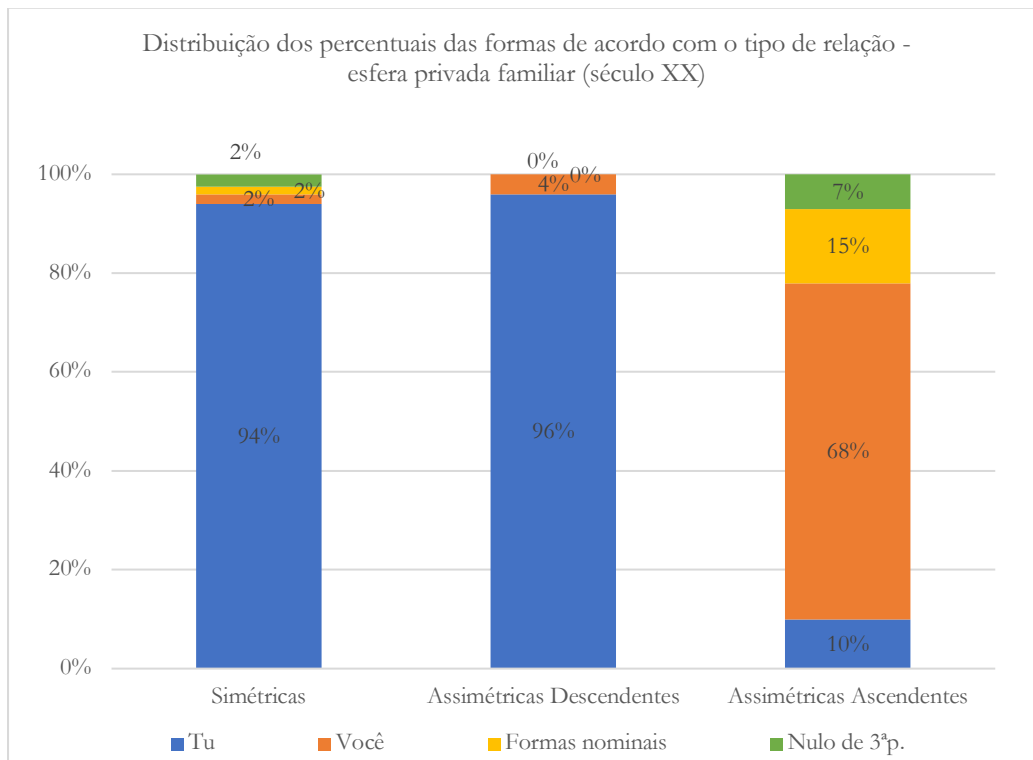
- (8) eu dezejaria bem q [voce tivesse] onde aos recolhesse pa nao sairem pa fora; logo q estiverem em cima feche a porta e nao entregue a chave (PS1037 - 1823. Carta de Mário, religioso dominicano, para frei António de São Tomás Carreno, religioso dominicano)

Souza (2021, p. 130) aponta que o emprego do *você* nesse tipo de relação parece designar um tratamento intermediário entre o *tu*-íntimo e as formas nominais um pouco mais distantes, como *o senhor(a)*. (cf. Villalva, 2003a *apud* Gouveia, 2008, p. 94).

Esses resultados do século XIX confirmam as hipóteses previstas nos trabalhos sobre o tema. Nas cartas oitocentistas da esfera familiar, observou-se:

- (i) “o comportamento estável de tu que não apresenta mudanças relevantes no PE, conservando-se para iguais e para quem detém poder sobre o outro”;
- (ii) a presença insignificante de você na amostra;
- (iii) “o comportamento instável de Vossa Mercê que parece preservar o seu valor de deferência original na assimetria ascendente, ao mesmo tempo que se infiltra em relações não-previstas (simétricas) que são contextos mais propícios ao uso de tu”. (Souza, 2021, p. 132)

Na sequência, está o gráfico do século XX feito também a partir da análise de cartas privadas escritas no âmbito familiar:



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 6 – Tipo de relação - esfera privada familiar (século XX).

O gráfico relativo ao século XX, se comparado ao que fora observado para o século XIX, mantém uma grande estabilidade quanto ao uso de *tu*, que prevaleceu nas relações simétricas e assimétricas descendentes. A diferença que salta aos olhos refere-se aos índices de frequência que se tornam mais altos de um século a outro. Em termos quantitativos, a forma *tu* aparece nas cartas novecentistas em todos os tipos de relação, com destaque ainda para as relações simétricas (94% no século XX contra 66% no XIX) e assimétricas descendentes (96% no XX contra 81% no XIX). Diferentemente do observado no século XIX, *tu* amplia tanto o seu escopo, que passa a ser empregado até mesmo em relações ascendentes (10%), o que não fora observado no Gráfico 5 do século XIX.

Os resultados corroboram a hipótese de que o *tu* é a estratégia mais utilizada no PE, sendo as outras (*formas nominais*, o *nulo* de 3ª e o *você*) empregadas circunstancialmente quando não se tem segurança sobre a relação de intimidade entre os missivistas: nas relações de intimidade, utiliza-se o *tu*, no entanto, se há algum nível de distanciamento, conflito ou outra motivação qualquer, as outras formas podem emergir no discurso, como é o caso do uso de *o senhor* nas cartas de supostos “amigos”, em (9):

- (9) Também o desejo q é meu. Peço-lhe q me mande isso e se ao receber esta se o[N] não tenhaver falado concigo, [o senhor providencie] e mande-lhe entregar no Q G do C.E.P. estas coisas. Eu tenciono lá ir mas vou de automovel e nesse momento não posso tratar e levar essas coisas (FLY2386 - 1917. Carta de amizade trocada entre dois militares)

As formas nominais, entretanto, podem expressar bastante proximidade, como é o caso das formas de parentesco, em (10) e as formas afetivas em (11):

- (10) [A prima] quan-do receber os seus iscreva-me por favôr que eu istou anciosa para sabêr se fouram entregues ou não (FLY1663 - 1948. Carta familiar entre primas)
- (11) Tendo hoje possibilidade de lhe dizer alguma coisa sobre mim, lhe envio esta carta pelo meu colega [N] que não sei se [a maesinha o conhece]; mas enfim, ele prontificou-se em ir ahi dizer-lhe alguma coisa sobre a minha situação (FLY2423 - 1918. Carta familiar de um Sargento do CEP para a mãe)

O *nulo de 3^ap* parece funcionar como uma estratégia de esquiva. O redator pode optar por um “pronome nulo Ø que permite evitar os mal-entendidos decorrentes de um uso inapropriado de *você*” ou de um tratamento de base nominal explícito, em (12), (cf. Duarte, 2011, p. 101):

- (12) Estou bastante admirada com o seu silêncio; estamos com pouca sorte na correspondência, pois escrevi-lhe uma carta pelo Natal e nunca mais tive correio seu; já sou-be que [] estive no mato e esse foi com certeza o motivo de não []receber o meu correio; espero que não[] esteja zangado comigo (FLY1432 - 1971. Carta de amizade recebida por um militar)

Como se viu nas cartas oitocentistas, os dados de *você* também se mantiveram marginais no corpus do século XX. Dos 2590 dados encontrados, apenas 46 foram de *você* em cartas de amigos (simétricas), em (13), e 48 ocorrências foram localizadas em cartas assimétricas de filhos-pais, em (14):

- (13) Num trecho da sua carta [você diz] que não nos conhecemos pessoalmente, porém nos conhecemos no espírito e nas ideias. Acho que [você tem] razão, porque eu também sou muito retraída; não consigo falar de mim, do que penso e sinto. (FLY1588 - 1968. Carta de amizade enviada por uma emigrante)
- (14) Mãe então como vai a sua saude eu aqui ando sempre ando sempre a pensar em você porque ainda não recebi correio nenhum seu e não sei se [você está] bem ou mal ao menos escreva-me para mandar dizer se está bem ou mal como vê eu tenho lhe escrito sempre e [você ainda não me escreveu] nenhuma vez nem a minha irmã ainda não me escreveu (FLY1192 – 1971. Carta familiar de um soldado português para sua mãe)

Por fim, cabe analisar o aparente alto percentual de *você* (68%) que aparece no gráfico para as relações assimétricas ascendentes. À primeira vista, na comparação entre os resultados dos dois séculos expressos nos gráficos, tendemos a supor que *você* ocupou, no século XX, o lugar deixado por *Vossa Mercê*. Entretanto, uma análise qualitativa dos dados evidenciou que apenas oito missivistas utilizaram o *você* (cinco homens e três mulheres). Quanto ao período da escrita dessas cartas, três são da 1^a metade do século XX e todas as demais dos anos de 1960-1970. Quanto ao contexto histórico: (i) 12 cartas desses oito missivistas foram escritas por um homem, no contexto da Guerra Colonial (década 1970), (ii) nove foram escritas por três mulheres, no contexto de emigração (anos 1960-70), (iii) três no contexto da 1^a guerra Mundial (décadas de 1910); e (iv) uma carta, por um exilado em 1974. Outro fato a considerar é que apenas três cartas foram escritas em Portugal e todas as outras produzidas por portugueses que emigraram para o Brasil, Angola e outros países, como Itália e França. Vejamos alguns exemplos:

- (15) Eu gostaria imensamente de ir a [L] para rever tôda a minha família e os amigos, entre os quais está você. Só espero que êsse dia não demore muito. Porque você não vem aqui, hem? Ah! eu gostaria que [você me mandasse] uma foto sua, será possível? Espero que sim. (FLY1586 - 1968. Carta de amizade enviada por uma emigrante. De Nova Iguaçu, Brasil, para Ermesinde)
- (16) Ainda não temos um assunto definido, mas êle aparecerá naturalmente, e por isso vou falar-lhe um pouco de mim para que [você tenha] a impressão que me conhece: Nome: [N]; Idade: 19 anos; cabelos: castanhos; olhos: castanhos- claros; Estudo: 2o científico. gosto de: música; cinema; esportes; praia; da vida; do amor; da amizade; das pessoas. (FLY1591 - 1967. Carta de amizade enviada por uma emigrante. De Nova Iguaçu, Brasil, para Ermesinde)

O que se observa com esses resultados é que os dados de *você* nas cartas novecentistas do corpus aparecem em contextos que envolvem indivíduos pertencentes a redes mais abertas e menos conservadoras. O uso do *você* estaria sendo influenciado por outros fatores para além do tipo de relação. Na amostra analisada, têm-se escreventes portugueses que viajaram e viveram fora de sua terra natal, seja em consequência da I Guerra Mundial (primeira metade do século XX), seja pela necessidade de emigrar em busca de uma vida mais próspera. Esses sujeitos, portanto, estão submetidos e/ou influenciados por outras normas linguísticas e participam de redes sociais menos densas e já não mais influenciadas pela norma de uso do PE. Como mostra Bergs (2005, p. 73), detalhes biográficos (localidade de residência, gênero, nível de educação etc.) podem favorecer um comportamento linguístico inovador ou conservador do indivíduo, atuando sobremaneira na estrutura prototípica da rede social de cada membro. Vemos, portanto, que, diferentemente do PB em que a forma *você* substituiu e ampliou os espaços outrora ocupados pelo *Vossa Mercê*, no PE o *você* não ocupou os espaços do *Vossa Mercê*. Tais lacunas foram preenchidas por outras formas, sobretudo *formas nominais* das mais diversas e até mesmo pelo *tu*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado na introdução, o trabalho buscou (i) apresentar um panorama geral das formas de referência ao interlocutor nas missivas levantadas em dois projetos *Post Scriptum* (século XIX) e FLY – Cartas Esquecidas (século XX), organizados pelo CLUL – Universidade de Lisboa e (ii) comparar os resultados relativos às cartas familiares tendo em vista o controle das relações de *Poder e Solidariedade* entre os missivistas.

Quanto ao ponto (i), foi possível observar que a forma *Vossa Mercê* foi a mais utilizada no século XIX, enquanto o pronome *tu* se mostrou mais frequente no século XX. Na amostra do século XIX, identificamos uma diversidade de formas de tratamento, sobretudo de *formas nominais*, pela presença de estratégias convencionais para tratamento hierárquico e distante (como *Vossa Majestade*, *Vossa Excelência*, *Ilustríssimo Senhor* etc.). *Vossa Mercê* apareceu naquele século como a mais frequente, com 41,5%, seguida por *tu*, com 25,4%. As formas nominais representaram 23,4% e os “sujeitos nulos de terceira pessoa” alcançaram 7,4%. O arcaizante *vós* e forma “nova” *você* foram menos utilizados, com apenas 1,2%. Já no século XX, houve menor diversidade de estratégias, principalmente de *formas nominais*. Nesse século, o *tu* foi a forma esmagadoramente predominante, com 92%, seguida de longe pelo *você* (4,05%),

pelas *formas nominais* e pelo *nulo de 3ª pessoa* (2,31%). Com relação ao preenchimento do sujeito, o nulo foi mais frequente, com 58%, enquanto o sujeito pleno alcançou 42% nas cartas do XIX. A diferença percentual não foi demasiadamente acentuada pelo fato de as formas nominais e o *Vossa Mercê* serem muito frequentes na amostra, o que acarretou maior preenchimento do sujeito. O *tu*, por sua vez, ocorreu predominantemente nulo, sendo representado pela desinência de 2ªpsg. No século XX, a distribuição entre nulos e plenos não é tão equilibrada, pois o sujeito nulo se consolida como a estratégia mais produtiva, principalmente entre os pronomes. No controle do sexo do missivista, em termos da distribuição geral dos dados do século XIX, observamos predomínio de *formas nominais* (menos convencionalizadas) nas cartas trocadas entre mulheres. A forma *você* só apareceu em cartas masculinas, o que poderia sinalizar que tal forma era um tratamento evitado na escrita feminina.

Quanto ao ponto (ii), observamos que, **no século XIX**, a estratégia mais comum foi a forma *tu*, seguida por *Vossa Mercê* **em relações mais simétricas**, além de *você* e da *3ªp com mais de uma referência* que aparecerem exclusivamente nesse tipo de relação. Nas **relações assimétricas descendentes**, novamente o *tu* e a *3ªp sem referência* predominaram, já **nas ascendentes** prevaleceram *Vossa Mercê* e as *formas nominais* como era esperado. **No século XX**, o *tu* foi quase categórico nas relações **simétricas** e **assimétricas descendentes**. A forma *você* e as *formas nominais* apareceram nas ascendentes quando havia maior distanciamento entre os missivistas. Os resultados apontam para uma estabilidade no sistema de tratamento do PE, com a generalização de *tu* como sujeito nulo, no século XX, na maioria dos contextos (simétricos e assimétricos descendentes), ou seja, o pronome *tu* teve seu emprego cada vez mais difundido no PE, tendendo até mesmo a ir além dos contextos de intimidade.

As outras estratégias tratamentais parecem estar mais restritas às relações ascendentes principalmente. O emprego de *você* no corpus se limitou a missivistas que participaram de redes sociais mais abertas, ou seja, entre os emigrantes portugueses que se estabeleceram em outros países, principalmente no Brasil em que tal forma se difundiu.

REFERÊNCIAS

- Bakhtin M. Estética da criação verbal. Gomes G, tradutor. São Paulo: Martins Fontes; 1981.
- Barbosa P, Duarte MEL, Kato M. A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. 2001;539-550.
- Bergs A. Social networks and historical sociolinguistics: studies in morphosyntactic variation in the Paston letters (1421–1503). Language in Society. 2005;37(2):316-317.
- Brown R, Gilman A. The pronouns of power and solidarity. In: Sebeok T, editor. Style in language. Cambridge: MIT Press; 1960. p. 253-276.
- Cintra L. Sobre formas de tratamento na língua portuguesa. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte; 1972.
- Conde Silvestre JC. Sociolinguística histórica. Madrid: Gredos; 2007.
- Duarte IM. Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. Matraca. 2011;18(28):84-101.
- Duarte MEL. A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro [tese]. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 1995.
- Duarte MEL, Kato M, Barbosa P. Sujeitos indeterminados em PE e PB. Boletim da Associação Brasileira de Linguística. 2001;(26):405-409.

- Paiva MC, Duarte MEL, organizadores. Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ; 2003.
- Faraco CA. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. 1996;13:51-82.
- Fasold RW. *The Sociolinguistics of Language*. Oxford: Blackwell; 1990.
- Freire FJ. *O secretario portuguez*. Lisboa: Impressão de D. Gonsalves; 1746.
- Freire FJ. *O secretario portuguez*. Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves; 1823.
- Gouveia CAM. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In: Oliveira F, Duarte IM, organizadoras. *O fascínio da linguagem*. 1ª edição. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 2008. p. 91-100.
- Guilherme ARB, Bermejo VL. Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em português europeu. *LaborHistórico*. 2015;2(1):167-180.
- Kato MA. A evolução da noção de parâmetros. *DELTA*. 2002;18(2):309-337.
- Koch P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: Kabatek J, editor. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberomaricana/Vervuert; 2008. p. 53-88.
- Labov W. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*. 1990;2:205-254.
- Leskova J. *As formas de tratamento em português europeu [tese]*. Olomouc: Filozofická Fakulta, Univerzita Palackého v Olomouci; 2012.
- Lopes CRS. A formação dos sistemas de tratamento em português: mudança e avaliação. *LaborHistórico*. 2019;5:257-294.
- Lopes CRS, et al. A reorganização no sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: posição de sujeito. In: Lopes CRS, organizadora. *História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto; 2018.
- Lopes CRS, Marcotulio LL, Oliveira TL. Forms of address from the Ibero-Romance perspective: A brief history of Brazilian voceamento. In: Lopes C, Hummel M, editores. *Address in Portuguese and Spanish: Studies in Diachrony and Diachronic Reconstruction*. Berlin, Boston: De Gruyter; 2020. p. 111-154.
- Lopes CRS, Martins AL, Souza JPD. A origem da aceção negativa de você no português europeu: os contextos de uso de Vossa Mercê em cartas oitocentistas. *LaborHistórico*. 2021;7(especial):93-126.
- Machado ACM. *As formas de tratamento nos teatros brasileiro e português dos séculos XIX e XX [tese]*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2011.
- Menon OS. O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*. 1995;44:91-106.
- Milroy J. *Linguistic variation and change*. Oxford: Blackwell; 1992.
- Milroy L, Milroy J. Linguistic change, social network and speaker innovation. *Journal of Linguistics*. 1985;21:339-384.
- Milroy L, Milroy J. Social network and social class: Toward an integrated sociolinguistic model. *Language in Society*. 1992;21(1):1-26.
- Nascimento MF, Duarte MEL, Mendes, A. Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro. *Diadorim*. 2018;20:245-262.
- Novaes JCA. *O parâmetro do sujeito nulo no português popular do interior do estado da Bahia [dissertação]*. Universidade Federal da Bahia; 2019.
- Rumeu MCB. *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas [dissertação]*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2004.

Rumeu MCB. A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel [tese]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2008.

Souza JPF. Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX [dissertação]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2012.

Souza JPF. Cartas dalém mar: a referência ao interlocutor em cartas portuguesas dos séculos XIX e XX [tese]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2021.

Teyssier P. História da língua portuguesa. São Paulo: Martins Fontes; 2001.

Tieken-Boon Van Ostade I. Social network analysis and the history of English. *European Journal of English Studies*. 2000;4(3):211-216.

Zemeng Y. O estudo comparativo das formas de tratamento em português (europeu) e chinês (mandarim) [dissertação]. Aveiro: Universidade de Aveiro; 2016.